

DEPOSITO LEGAL
1 DE DEZ 1939

72



da Estremadura

1939

BOLETIM DA
JUNTA DE
PROVINCIA
DA
ESTREMADURA



UPE
EDICÖES

Lisboa

GENERAL CARMONA

James White & Co. No. 10

General

Historic Building

Maple Avenue

James White & Co.
No. 10

General

SUMÁRIO

I

Notas à margem do Código Administrativo de 1936.

Salazar e os Trabalhadores.

Como acabou a Escola Profissional de Paiã (II).

A expansão dos Serviços de Puericultura da J. P. E.

Os Centenários e a nossa Província.

Frei Agostinho da Cruz.

Castelos da Estremadura—Lisboa.

Os estremenhos e 1640—Lisboa e a Revolução.

A Pesca e os Pescadores.

Júlio de Castilho—Rosa Araújo.

Estremadura Artística e Folclórica.

O problema das Comunicações.

II

Salazar.

III

Figuras e Factos—1939.

IV

A Vida dos Concelhos.

V

Relatórios da J. P. E.—1939.

Às Câmaras Municipais

MAU grado nosso, encontrou desta vez a Redacção do Boletim maiores dificuldades ainda do que para o primeiro número, na compilação da valiosa secção «Vida dos Concelhos», registo que consideramos de capital importância e um dos que mais justificam a existência desta publicação. Além dos elementos que necessitamos, por virtude dos estudos que pretendemos fazer e o Código Administrativo impõe, torna-se necessário o regular envio dos relatórios municipais à sede do Corpo Administrativo da Província.

Não há possibilidade de produzir-se obra útil, desde que às entidades a quem estão affectos o estudo, e porventura a solução dos problemas que interessam à vida nacional, não sejam facultados meios indispensáveis como o que se aponta. O facto pode constituir, mesmo, a perda de oportunidades para a satisfação de justas aspirações, mais facilmente realizáveis quando endossadas as respectivas soluções às entidades que do seu estudo estão naturalmente incumbidas.

Esperamos receber, dentro do mais curto prazo, uma nota da gerência das Câmaras, relativa ao corrente ano de 1940. Com este elemento de grande importância, agradecemos o envio duma nota impressiva sobre assuntos que interessam a cada concelho e até dos pontos de vista especiais que se presumam convenientes à boa arrumação dos problemas.

Como dissemos no nosso Boletim anterior, seria conveniente que esses relatórios, concisos e completos, nos fossem enviados o mais possível em condições de publicar-se com a sua redacção original.

Com o nosso agradecimento, rogamos que desta solicitação seja tomada boa nota.

A Bem da Nação

A REDACÇÃO DE DA ESTREMADURA.
JANEIRO DE 1940

Sumário

Associação de Professores de História do Brasil
Associação de Professores de História do Brasil

As Comissões Nacionais

As Comissões Nacionais foram criadas em 1964, com o objetivo de promover a atualização e a melhoria da qualidade do ensino de História no Brasil. Elas são compostas por professores de História de todas as regiões do país, e têm a função de elaborar e aprovar o conteúdo programático das disciplinas de História para os cursos de licenciatura em História. As Comissões Nacionais são: Comissão Nacional de História do Brasil (CNCB), Comissão Nacional de História da América Latina (CNHAL), Comissão Nacional de História da África (CNHA), Comissão Nacional de História da Europa (CNE), Comissão Nacional de História da Ásia (CNA), Comissão Nacional de História da Oceania (CNO) e Comissão Nacional de História da Antártica (CNAnt).

SUMÁRIO

Notas à margem do Código Administrativo de 1934
deletar e os Isidoro.

Como se deu a Escola Profissional de São Paulo

A expansão das funções da Faculdade de São Paulo

O Curso Técnico e o Curso Profissional

O Curso Técnico e o Curso Profissional

Curso de Engenharia — São Paulo

O Curso Técnico e o Curso Profissional

A Escola e os Profissionais

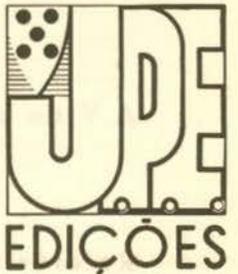
Os Cursos de Engenharia e de Arquitetura

Os Cursos de Engenharia e de Arquitetura

Sumário

Engenharia e Arquitetura — São Paulo

Os Cursos de Engenharia e de Arquitetura



Associação de Professores de História do Brasil

Notas à margem do Código Administrativo de 1936

As contas de gerência das pessoas colectivas de utilidade pública administrativa são julgadas pelas Juntas de Província, desde que a despesa total acusada não exceda 500 contos.

Esta disposição do novo Código Administrativo (artigo 367.º) conquanto determine que serão submetidas ao julgamento das Juntas as contas de gerência de pessoas colectivas que já estavam obrigadas a fazê-lo às antigas Juntas Gerais de Distrito, é bastante mais ampla do que o preceito que a estes extintos Corpos Administrativos conferira competência para o referido julgamento (Lei n.º 88, de 7 de Agosto de 1913, artigo 49.º, n.º 8).

Com efeito, a expressão «pessoas colectivas de utilidade pública administrativa», definida pelo artigo 359.º do Código Administrativo de 1936, compreende «as associações beneficentes ou humanitárias e os institutos de assistência ou educação, fundados por particulares, desde que umas e outros aproveitem em especial aos habitantes de determinada circunscrição e não sejam administrados pelo Estado ou por um Corpo Administrativo».

Na vigência da Lei n.º 88, de 7 de Agosto de 1913, era da competência das comissões executivas das Juntas Gerais de Distrito:

Artigo 49.º, n.º 8.º:

«Aprovar os orçamentos e contas das misericórdias, hospitais, irmandades, confrarias e outros estabelecimentos de piedade e beneficência.»

Ora, o Decreto de 13 de Outubro de 1910 e as instruções do Ministério do Interior de 29 de Outubro do mesmo ano esclareceram que estas instituições e estabelecimentos continuavam a regular-se pelo Código Administrativo de 1896.

O § único do artigo 253.º desse Código era concebido nestes termos: «São consideradas corporações administrativas, nos termos e para os efeitos deste Código, todas as corporações, associações e institutos de piedade e beneficência, sujeitos à inspecção do Governador Civil, conforme o disposto neste Código.»

Fixando a interpretação deste parágrafo, foi publicado na *Revista de Legislação e Jurisprudência* (n.º 1.539, de 18 de Outubro de 1902) um estudo em resposta a uma consulta e nêle se afirmava o seguinte:

«Segundo a nossa opinião, este parágrafo quer dizer, que todas as associações destinadas à beneficência ou à piedade, ou a um e outro fim conjuntamente, sob a denominação de *irmandades, confrarias, institutos, associações, corporações, etc.*, e sujeitas à inspecção do Governador Civil são *corporações administrativas*, na aceção restrita destas palavras.»

Firmou-se esta doutrina. E, de harmonia com ela, as *corporações administrativas* submetiam à aprovação das Juntas Gerais de Distrito os seus orçamentos e as suas contas.

A técnica do Código Administrativo de 1936 difere bastante, neste ponto como em tantos outros, da que foi adoptada pelo legislador de 1896. Assim:

1.º É ao Govêrno, pela Direcção Geral de Assistência, que compete a aprovação das deliberações que aprovarem os orçamentos das pessoas colectivas de utilidade pública administrativa (artigo 363.º), tendo-se assim efectivado uma diferenciação de funções, que poderá trazer grandes

vantagens quando se estabeleça um estreito entendimento entre a referida Direcção Geral (entidade que informa sobre os orçamentos) e as Juntas de Província ou o Tribunal de Contas (entidades competentes para o julgamento das respectivas contas de gerência).

2.º A expressão « pessoas colectivas de utilidade pública administrativa » eliminou aquela outra — « corporações administrativas » — sem dúvida por terem evoluído profundamente os conceitos constitucionais sobre a organização do Estado Português e, ainda, os referentes às relações entre o mesmo Estado e a Igreja.

A expressão adoptada, porém, é extensiva a instituições de mais variadas modalidades, pois abrange também as humanitárias e os institutos de educação.

Segundo o citado preceito do artigo 359.º do Código Administrativo vigente, as pessoas colectivas serão consideradas de utilidade pública administrativa quando reúnam os seguintes requisitos:

- a) terem sido fundadas por particulares;
- b) aproveitarem em especial aos habitantes de determinada circunscrição;
- c) não serem administradas pelo Estado ou por um corpo administrativo.

Vê-se, pois, que a expressão usada é de conteúdo mais vasto do que a adoptada na legislação anterior; e, de resto, a enunciação exemplificativa, incluída no referido artigo 359.º, não deixa dúvidas sobre este ponto.

Todavia, para que a acção das Juntas de Província neste campo pudesse ter uma maior projecção — como parece de grande utilidade e vantagem — seria necessário que ela não se limitasse a apreciação e julgamento das contas.

Através deste trabalho, verifica-se que também a acção beneficente e a própria educação ministrada por essas instituições necessitam de estímulo e orientação.

Há valiosas dedicações empenhadas nessa obra de bem-fazer — corporal e espiritualmente. Mas há, sem dúvida, uma enorme dispersão de actividades, um imenso trabalho desconexo, sem coordenação, modalidades de actuação que se entrecrocavam, outras escusadas e muitas contraproducentes.

Um organismo superior do Estado virá certamente a pôr em equação essa série enorme de problemas de grande acuidade social; mas, para executar as soluções que forem sendo encontradas, pensamos que às Juntas de Província será reservado um importante papel.

Na verdade, pelo conhecimento que têm, mais directo, desses males, pela sua colocação na orgânica do Estado, mais próximo das necessidades, elas poderão agir com maior firmeza, prudência e equidade.

Nos serviços que quasi todas mantêm, de-

monstram dia a dia como pode ser eficiente o seu esforço.

Vê-se, por exemplo, com relação à Junta de Província da Estremadura, os resultados obtidos através dos seus Dispensários de Puericultura e do seu Dispensário Policlínico.

Os primeiros acodem já continuamente a cerca de duas mil crianças, com resultados admiráveis e em estreita colaboração com instituições privadas, em que se expandem verdadeiras almas de eleição.

O Dispensário atende com solicitude a muitos milhares de doentes, cujas condições não permitiriam um tratamento adequado fora de estabelecimentos da índole deste.

É o que é, neste sector, o trabalho abençoado das Juntas de Província do Douro Litoral, com as suas múltiplas e operosas instituições, da Beira Litoral com as suas filigranas de solidariedade humana e patriotismo, e até os de Juntas de Província de menores recursos, como a da Beira Baixa, a do Algarve e a do Alto Alentejo?!

Todas realizam, na verdade, obra social útil e perdurável. Contudo, para que essa obra proporcione um rendimento muito maior, elas próprias terão de subordinar-se a um plano geral de trabalho. E então irão mantendo aquelas modalidades que, por demasiado onerosas ou difíceis, os particulares não podem sustentar; e impulsionando e dirigindo as restantes, enquadradas também nesse plano, cujo êxito depende em grande escala desse esforço de que só são capazes, e a seu modo, as almas eleitas.

É necessário atacar o mal *nas suas causas*, pois só assim um grande número de casos se resolverá de vez.

É preciso praticar a *previdência*; é necessário realizar *assistência social*.

Não basta que um organismo, por mais categorizado, aprove orçamentos, tantas vezes elaborados sobre bases mais do que duvidosas, e outro — embora a separação seja vantajosa — julgue as contas mesmo com superior critério. É indispensável remodelar, ajustar, impelir, orientar a expansão, corrigir, consolidar.

Algumas instituições, apoiadas no Estado, têm já arroteado esses terrenos com as melhores perspectivas: a Organização Nacional Defesa da Família, a Obra das Mães pela Educação Nacional são já semente que germinou em terra fértil e num clima propício.

Dentro das circunscrições administrativas, a principal tarefa deve estar reservada às Juntas de Província. E elas serão, estamos certos, o mais devotado colaborador do espírito superior que sabiamente orienta o Estado Novo nos seus variados departamentos, e integra a Nação na prática das suas virtudes tradicionais.

Janeiro, 1940.



Operários e Camponeses de Portugal—os maiores e melhores esteios do Resgate. Salazar, o Maior Obreiro, olha-os enternecido

Salazar

e os

TRABALHADORES

O desenvolvimento da Organização Corporativa durante o ano de 1939 teve a animá-lo algumas fases e certos factores decisivos que, antes de mais, convém assinalar. Foi, primeiro, no início do ano, a campanha principiada na própria Assembleia Nacional contra o funcionamento de certos organismos corporativos de função económica, campanha que elementos hostis se esforçaram por avolumar e adensar e que teve como admirável resposta a grandiosa manifestação de 7 de Fevereiro, feita a Salazar.

Depois, o Ministro sr. dr. Rafael Duque publicou o decreto-lei estabelecendo a Organização Corporativa da Agricultura, criando Grémios e

Casas de Lavouras e esta medida governamental, de largo alcance social e político, como o futuro demonstrará, foi desde logo compreendida pelos lavradores do País inteiro. Paralelamente, começou a acentuar-se o desenvolvimento das Casas do Povo.

Criaram-se, no princípio do ano, as primeiras comissões arbitrais para actuarem, dentro do «espírito da Corporação», nas divergências suscitadas durante a execução dos contratos colectivos de trabalho.

Com a existência do estado de guerra na Europa, o Governo, ao mesmo tempo que demonstrou estar na posse de todos os elementos que lhe

O desenvolvimento da Organização Corporativa em 1939



Aspecto do cortejo do agradecimento ao passar no Rossio

garantiam e ao povo a vigilância segura da vida económica da Nação, patenteou a eficiência absoluta dos Organismos Corporativos e de coordenação económica, aos quais essa missão incumbe. E criou, com clara visão dos acontecimentos e dos factos, outros organismos novos. Instituiu, igualmente, organismos corporativos para defesa da economia do Império, especialmente em Angola e Moçambique.

Finalmente, com a promulgação do decreto-lei n.º 29.381, estabelecendo o princípio de cotização obrigatória, quer para as entidades patronais, quer para os trabalhadores de actividades já sindicalizadas, e a criação da carteira profissional, concretizou-se um forte princípio de disciplina, coesão e homogeneidade, que fortificou, singularmente, a organização corporativa da Nação. Estes foram os factos e os factores decisivos a que nos referi-

mos no início deste relato, e que passamos agora a desenvolver.

* * *

Mal diriam os autores da insidiosa campanha anti-corporativa de Janeiro de 39 que a sua acção seria tão rápida e categoricamente desmentida pelos factos e que, depois da reprovação da própria Assembleia Nacional, a qual aprovou uma moção em que se reconhecem os benefícios que a Organização Corporativa tem prestado ao País, os protestos passariam para a rua, para o povo, para os trabalhadores, e, repercutindo-se através do País, se traduziria nessa grandiosa manifestação em que tomaram parte cerca de 400.000 pessoas, entre as quais se contavam os representantes de todas as actividades económicas e corporativas.

Com a manifestação, verificou-se mais este facto que desmente a versão por todos até então aceite como boa e segundo a qual Salazar, homem de gabinete, não conhecia intimamente o povo, e o povo não conhecia Salazar. Essa versão de Salazar, chefe distante e inacessível ao povo, respeitado e admirado, sim, mas não amado por ele, fundiu-se, como gelo, ao calor de tão gloriosa jornada.

* * *

A organização corporativa da Lavoura foi, já o dissemos, um diploma ditado por singular critério de inteligência e superior visão. Disciplinar e unir os produtores e proprietários da terra, conseguir que os interesses de todos sejam afins e nunca antagónicos; que à guerra surda e traiçoeira do mais rico contra o menos rico ou o mais pobre e a preponderância injusta do mais forte contra o mais fraco seja substituída pela equivalência de interesses e pela igualdade do valor de todos perante a organização e através dela — é, de facto, obra de verdadeiro mérito.

Temos a convicção de que, quando todos os Grémios e Casas de Lavoura estiverem em funcionamento, o lavrador, depois duma luta inglória de muitos anos, terá encontrado a situação de equilíbrio que lhe faltava, a valorização dos produtos

da terra e a paz e a tranqüilidade de espírito que jamais usufruiu.

Mas se pelo lado económico surge a perspectiva de melhores dias num futuro próximo, o citado diploma tem mais vasto alcance, ainda sob o aspecto social e pelo que respeita às relações do proprietário da terra com o trabalhador rural, agrupado na sua Casa do Povo. Actualmente, e isto é facto conhecido de todos, em muitas regiões do País o trabalhador é mal pago. As suas jornadas são exíguas. A vida é, para ele, constante e penoso fardo e não a alegria de viver «essa vida sãdia, tranqüila e laboriosa dos campos» que se usufrue em outras regiões.

As Casas do Povo têm de ser, verdadeiramente, as Casas Colectivas dos que trabalham a terra e dela e para ela vivem. Todos, proprietários e rurais, têm de viver de acôrdo e na Casa do Povo encontrarão seus direitos e seus deveres.

Foi por isso que o diploma do sr. dr. Rafael Duque teve, como dissemos, o mais largo alcance político e social.

* * *

Passemos à análise dos factos de ante e post guerra. Essa terrível convulsão que uma vez mais domina o Velho Mundo, sem que se anteveja o desfecho próximo ou longínquo, era aguardada nos últimos meses que precederam o início da conflagração, como fatalidade inevitável. Em Portugal, quando a campanha anti-corporativa era mais intensa, Salazar, ao reunir os Governadores Civis

do continente, afirmou-lhes, com lúcido conhecimento dos factos, que nada havia fora do corporativismo.

E mais uma vez tinha razão.

Quem se recorda da guerra de 1914-18 e dos seus efeitos em Portugal, e compara a situação de então com a de agora, não poderá deixar de reconhecer que, sem a Organização Corporativa, já teríamos sofrido as mais duras conseqüências. Finalmente, com a promulgação do decreto-lei n.º 29.931, de 15 de Setembro, deu-se um grande passo no robustecimento da Organização e fortaleceram-se Grémios e Sindicatos que poderão, num futuro próximo, estar perfeitamente à altura de cumprir a missão que lhes foi destinada.

Os organismos criados nos últimos meses de 1939 foram os seguintes: pelo Ministério das Colónias, as Comissões Reguladoras de Importação e as Juntas de Exportação de Angola e Moçambique; pelo Ministério da Marinha, a Junta Nacional da Marinha Mercante; pelo Ministério da Agricultura, a Junta Nacional dos Produtos Pecuários; pelo Ministério do Comércio e Indústria, as Comissões Reguladoras das Oleaginosas e Óleos Vegetais, do Comércio do Carvão e do Comércio de Metais. Transformou-se, mais, o Grémio dos Importadores e Armazenistas de Bacalhau e Arroz em um Grémio de Armazenistas de Mercadoria, o qual, além desses dois gêneros, abrange o açúcar, as massas alimentícias, o sabão, o café e o cacau, o grão e o feijão. Quanto ao comércio de retalho, foi organizado em três Grémios de Retalhistas do Norte, Centro e Sul.



Personalidades de alta representação política tomaram parte na grandiosa manifestação corporativa. Entre essas personalidades, vê-se, nesta gravura, o presidente da Junta de Província da Estremadura

Na área da Junta de Província da Estremadura, o desenvolvimento da Organização Corporativa foi extraordinário, como muito bem se compreenderá, pois a jurisdição deste organismo, além de abranger a capital, centro e fulcro do movimento e local que irradia para o país inteiro, abrange importantes centros industriais, como Setúbal, Barreiro, Montijo, Almada e, para o norte, toda a Região do litoral até ao importante centro vidreiro da Marinha Grande. Mais abrange, igualmente, uma importante zona rural, como as regiões vinícolas de Torres Vedras e Bombarral, pomícola de Alcobaça e florestal do Valado de Frades e da Marinha Grande. Estão, também, na sua jurisdição as zonas piscatórias de Setúbal, Sezimbra, Costa da Caparica, Cascais, Peniche e Nazaré.

E em todas estas actividades nacionais, a Organização Corporativa progrediu, quer na indústria vidreira, onde se instituiu a reforma para o pessoal da vidraça; quer na indústria conserveira de Setúbal, onde, após a crise tremenda de muitos meses, se sucedeu uma época de frutuosa actividade, resultante das medidas adoptadas pelo Governo, de acordo com os respectivos organismos patronais e de trabalhadores. As Casas dos Pescadores da Costa da Caparica, de Cascais e da Nazaré são magnificas realidades e a sua obra social começa a tomar vulto e a sortir os desejados efeitos. Estão em construção alguns edifícios próprios para o seu funcionamento e aos quais

não faltam as Escolas e os postos de assistência, médica. Uma obra de assistência, cada vez mais perfeita, vai chegando a todos os pescadores, aos seus filhos, às suas famílias. Essa assistência é não só económica como espiritual e moral.

Os pescadores, especialmente os da Nazaré e de Setúbal, que se empregam nas campanhas da pesca do Bacalhau, têm, através do grémio dos Armadores de Navios, as regalias que um contrato colectivo lhes concedeu e que é, no género e atendendo às circunstâncias actuais, documento perfeito. Lamentamos que o mesmo se não possa dizer, ainda, no que respeita aos trabalhadores do campo e a algumas profissões com actividade na capital.

Verificam-se, exactamente pela falta de existência dos contratos de trabalho, estranhas anomalias nos salários atribuídos aos empregados no comércio, até do mesmo ramo e muitos dos quais recebem ainda verdadeiros salários de miséria, enquanto alguns outros, servindo patrões mais humanos, são razoavelmente pagos.

Mas não está na índole deste artigo a crítica de tais factos, em pormenor. Não é essa a função deste *Boletim*, embora nos cumpra lamentar a existência de tais factos e façamos votos para que a «Consciência Corporativa» seja em breve, no espírito de todos, uma luminosa realidade.

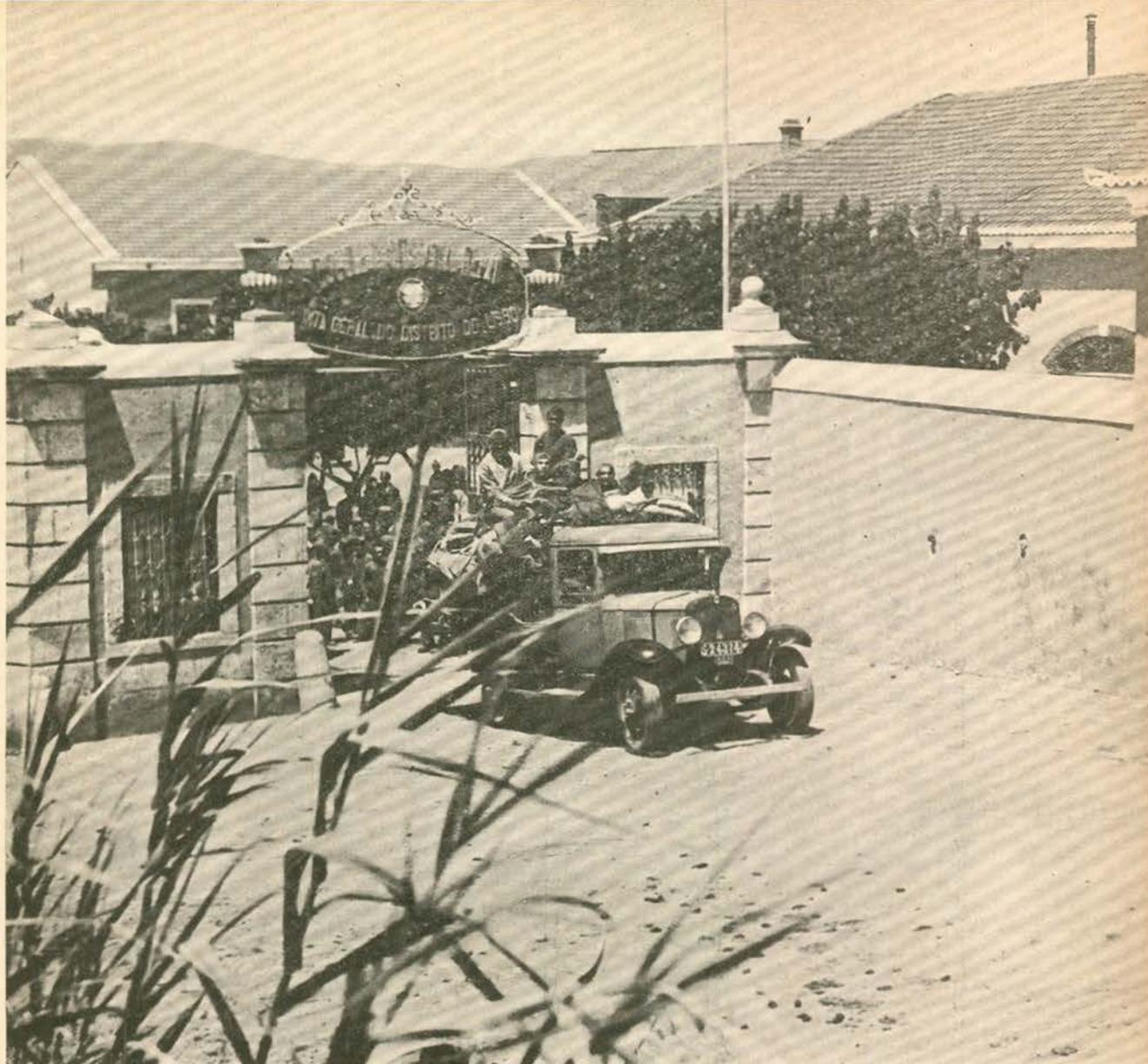
No Ano de 1940, vai realizar-se o 1.º Congresso das Corporações. Nêle hão-de estabelecer-se as formas definitivas que o corporativismo terá no futuro. As actividades corporativas hão-de dominar todas as actividades da Nação, num tempo próximo. E essas anomalias hão-de desaparecer.

E' essa a nossa certeza e a nossa convicção. Para isso muito contribuiu o decidido desenvolvimento do corporativismo no ano findo de 1939.

JORGE SIMÕES.



Representantes de Casas do Povo na manifestação a Salazar



A «Escola» sai para férias — obra da Junta Geral do Distrito de Lisboa

COMO ACABOU a Escola Profissional de Paiã

II

O último número de da Estremadura, prometemos dar nota dos trâmites que seguiram as negociações para que o património da Junta de Província da Estremadura — as excelentes propriedades da Paiã — não fôsem absorvidas por outro departamento do Estado, com total prejuizo para este Corpo Administrativo. Dissemos algures, que a

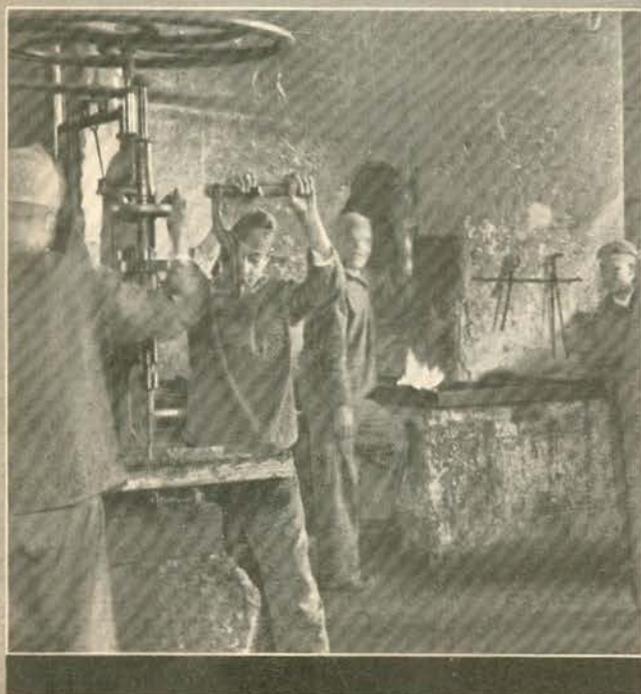
Junta sacrificaria de boa vontade os seus bens em favor do ensino técnico do Estado, congratulando-se, ainda, com o facto de poder oferecer um local privilegiado e, talvez, sem igual, para o estabelecimento duma escola agricola.

Não foi necessário, porém, tal sacrificio, para se atingir o objectivo em vista. O Sr. Eng. Santos Pedroso, Presidente

da Junta de Província da Estremadura, logrou encontrar a fórmula desejada para que os serviços da Escola Agricola de Queluz se pudessem transferir para a Paiã, sem perda das características daquele estabelecimento escolar, nem dos objectivos e do património da Junta de Província.

O problema não era tão simples como

Centenas de profissionais de todas as artes



à primeira vista poderia parecer. De facto, a dotação orçamental da Escola de Queluz, reduzidíssima, não podia, aparentemente, oferecer vantagens à Junta de Província da Estremadura e só a política de intimo acôrdo e boas intenções com que se resolvem os mais complicados problemas nacionais permitiu, ao fim de várias propostas e contra propostas, benévola e aceites pelas instâncias superiores e por elas discutidas com verdadeiro interesse, chegar-se a uma felicíssima conclusão, da qual surgiu um novo estabelecimento — a «Escola Prática de Agricultura D. Denis», — em substituição dos dois outros extintos: a Escola Profissional de Paia e a Escola Agrícola de Queluz.

Em Outubro de 1939, o Sr. Eng. Santos Pedroso tinha o prazer de apresentar aos seus colegas da Junta as conclusões do interessante trabalho. Do relatório feito na citada sessão e em referência ao assunto, o Sr. Presidente da Junta disse o que se segue e consta das notas apontadas para a redacção da respectiva acção:

O Sr. Presidente da Junta, no uso da palavra, diz que vai relatar, de modo sucinto, e respeitando a ordem cronológica, o que se tem passado entre o Ministério da Educação Nacional e a Junta a propósito da Escola de Paia, depois da apresentação da proposta de venda ao Estado da propriedade onde está instalada a referida escola e que foi objecto de apreciação em sessão extraordinária de 22 de Agosto do ano findo. Informa que, como é já do conhecimento da Junta, Sua Ex.^a o Presidente do Conselho, por seu despacho, manifestou-se contra a compra da referida propriedade, pelo que tal proposta não pôde ter seguimento. Mas as negociações continuaram entre o Ministério da Educação Nacional e ele, Presidente, no sentido de facilitar a instalação da Escola Prática de Agricultura de Queluz.

E, assim, foi por ele, orador, apresentada a sugestão de se instalar a escola do Estado na propriedade da Paia, com a obrigação de naquele estabelecimento se receber um certo número de pupilos da Junta, cerca de cento e vinte, aos quais deveria fornecer, gratuitamente, ensino, alimentação e vestuário. Além disso, comprometer-se-ia a colocar, nessa ou noutras escolas, todo o pessoal docente que actualmente presta serviço na Paia e

sairam da Escola de Paiã



a receber nos estabelecimentos da Assistência pública os pupilos sobrantes.

Tal sugestão foi bem aceite pela Direcção Geral do Ensino Técnico, que começou orientando os seus trabalhos no sentido da sua efectivação, o que daria lugar ao desaparecimento da Escola da Junta e na sua substituição pela do Estado, se bem que a Junta mantivesse a propriedade dos terrenos e edificações. Nessa ordem de ideias, foram dispensados os serviços dos professores de educação cívica, moral e música, por tais modalidades de cultura não figurarem nos programas das escolas práticas de agricultura dependentes da Direcção Geral do Ensino Técnico.

A propósito, o orador recorda que, em Dezembro findo, foi nomeada uma Comissão para estudar a remodelação da Escola de Paiã, comissão que apresentou os seus trabalhos em Março, em virtude dos quais já tinham sido dispensados os serviços dos mestres das oficinas.

Presente tal assunto à superior resolução de Sua Ex.^a o Presidente do Conselho, foi êle objecto de um fundamentado despacho de Sua Ex.^a, em que se consideravam definitivamente assentes alguns dos pontos, mas em que não era dada a concordância inteira à solução proposta, por motivos de vária natureza que invocou, mas que êle, orador, entendia não poder mencionar, porquanto se tratava de um despacho referente ao Ministério da Educação Nacional. No entanto, julga ser seu dever informar a Junta que parte das razões apontadas por Sua Ex.^a o Presidente do Conselho consistia no desejo de não aumentar os actuais encargos do Es-



A' esquerda: a última fotografia dos alunos, com seus professores, director e inspector; jardinagem e cerealharia.

A' direita: quatro outros aspectos do ensino profissional da escola, na sua antiga fase.

Os pupilos da Paiã tiveram conveniente preparação física, técnica e moral

tado com a manutenção da Escola Prática de Agricultura de Queluz.

Em face disso, e no desejo de mostrar, mais uma vez, o seu sincero e patriótico desejo de bem colaborar com o Estado e com o fim de facilitar a instalação da Escola de Queluz, êle, orador, apresentou ao Sr. Director Geral da Fazenda Pública, a quem a Presidência do Conselho encarregou, especialmente, de tratar deste caso, juntamente com a Direcção Geral do Ensino Técnico e a Junta, por contratos pessoais, a proposta de instalação da Escola na propriedade da Paiã, comprometendo-se a Junta, ainda, a manter na mesma Escola, e à sua custa, cento e vinte pupilos seus, para facilitar, assim, a vida daquele estabelecimento de ensino.

Quando ao pessoal que trabalha na Escola da Paiã e pupilos que não puderem ser admitidos, êle, orador, manteve os anteriores pontos de vista.

Foi então elaborado pela Direcção Geral do Ensino Técnico o orçamento de despesa da nova Escola, que ascendia a Esc. 1.479.811\$00. Ora, como o orçamento da Escola de Queluz, para o ano corrente, é de Esc. 485.000\$00, e como Sua Ex.^a o Presidente do Conselho entendia que se não devia gastar mais, em numerário, na nova Escola, a diferença teria de ser coberta pela Junta, por qualquer forma.

Enérgicamente, êle, orador, repeliu tal proposta, por contrária aos interesses que lhe competia salvaguardar e defender. Esclareceu-se então que no referido orçamento não estavam descontadas as receitas provenientes da exploração da propriedade, pelo que tal encargo seria reduzido. Não foi aceite por êle orador tal ponto de vista, pelo que a Direcção Geral do Ensino Técnico elaborou um novo orçamento de despesa, reduzido a Esc. 1.500.000\$00, mas nas mesmas condições. Notando a impossibilidade de se chegar a acôrdo quanto à manutenção da Escola, êle, Presidente, com o conhecimento e assentimento prévio dos vogais da Junta, e com o objectivo de novamente marcar o desejo de útil e leal colaboração com o Ministério da Educação Nacional, apresentou ao Sr. Director Geral da Fazenda Pública a proposta da Junta manter na sua propriedade da Paiã uma Escola de carácter exclusivamente agrícola, absorvendo o pessoal definitivo da Escola Prática de Agricultura de Queluz; recebendo os alunos da referida Escola que ali estão recebendo instrução, nas mesmas condições em que ali se encontravam; e organizando a nova Escola nos moldes das do Ministério da Educação Nacional, ao qual ficaria subordinada, sob o ponto de vista pedagógico e disciplinar, no que se refere ao ensino, pelo que êste ficaria oficializado, mas inteiramente subordinada a esta Junta, quanto à parte Administrativa.

Na Escola eventualmente a criar, ministraram-se os cursos de feitor agrícola e

operário rural especializado, em condições de desempenhar funções de capataz rural e, ao mesmo tempo, dar-se-ia educação física, música e canto coral, e trabalhos manuais. Mais se compromelia e deixar aberta à inscrição livre de alunos um número de vagas não inferior a sessenta. Em contra-partida, como lhe parecia justo, entendia que o Estado deveria subsidiar a Junta com a verba que orçamentalmente dispndia com a manutenção da Escola de Queluz, fazer as obras necessárias e indispensáveis para a nova instalação e facilitar a colocação dos pupilos sobrantes nos estabelecimentos da Assistência Pública.

Tem o prazer de informar a Junta que tal proposta foi aceite em todos os seus pontos, por Sua Ex.^a o Presidente do Conselho, pelo que anuncia que, dentro em breve, será publicado um decreto que regulará o assunto, quanto à Direcção Geral do Ensino Técnico.

Quando à Junta, propõe que nesta sessão seja aprovada, em principio, a remodelação da Escola de Paiã e êle, Presidente, seja autorizado a elaborar as respectivas bases, em harmonia com o citado decreto, de forma que elas possam ser presentes à próxima sessão da Junta.

O Sr. Presidente disse, a seguir, ter notado nas enidades oficiais, com quem tem tratado destes assuntos, o reconhecimento dos serviços prestados ao ensino agrícola do País pela Escola Profissional de Paiã, o que lhe causara satisfação por se verificar a boa orientação da Junta em tal caso, no que tem sido auxiliada eficazmente pelo zelo e dedicação do pessoal que trabalha na Escola de Paiã.

A Junta manifestou-se em plena concordância com o exposto e o Sr. Presidente, em seguida, propôs que a acta fôsse, nesta parte, desde logo aprovada e que, para facilitar os respectivos trabalhos em curso, se transmitisse esta deliberação a Sua Ex.^a o Ministro da Educação Nacional e ao Sr. Director Geral da Fazenda Pública.

Posteriormente, numa nova sessão, depois de larga troca de impressões, foram submetidas ao parecer da Junta duas propostas, a primeira das quais, depois de vários considerandos, estabelece o seguinte:

- 1.º — E' extinta, em 31 de Agosto corrente, a Escola Profissional de Paiã.
- 2.º — A Junta de Provincia da Estremadura funda e propõe manter, em colaboração com o Estado, que lhe concederá o subsidio anual de Esc. 485.000\$00, na propriedade da Paiã, uma escola agrícola de carácter nitidamente elementar, sob a designação de 'Escola Prática de Agricultura D. Denis', destinada à formação de feitores agrícolas e operários agrícolas especializados, que possam exercer as funções de capataz rural.

3.º — A instrução ministrada será essencialmente prática, seguindo os processos que a experiência tenha consagrado, de modo a formar pessoal que, pelos seus conhecimentos, possa contribuir útilmente para o progressivo desenvolvimento da agricultura da Estremadura.

4.º — Na 'Escola Prática de Agricultura D. Denis', procurar-se-á educar os alunos de modo a desenvolver-lhes o sentimento nacionalista e ter-se-á em atenção a necessidade de promover o seu bom desenvolvimento físico, moral e artístico.

5.º — A 'Escola Prática de Agricultura D. Denis' fica, desde a data da sua instalação, filiada na 'Organização Nacional da Mocidade Portuguesa'.

6.º — Todo o pessoal depende, sob o ponto de vista administrativo e disciplinar, desta Junta de Provincia, dependendo, porém, igualmente do Ministério da Educação Nacional, só sob o ponto de vista pedagógico e disciplinar, referente ao ensino, o pessoal escolar.

7.º — Haverá duas categorias de alunos: porcionistas e pensionistas, vivendo ambos em regime de internato, sem distinção de categoria. Para os primeiros, será reservado todos os anos um número de vagas tal, que a sua totalidade na Escola possa ser de, pelo menos, 60. O número de pupilos da Junta é fixado de forma a que a população escolar total não exceda 200. Os primeiros terão de pagar as suas propinas e mensalidades e satisfazer os encargos que lhes forem fixados no regulamento a organizar. Quanto aos segundos, a Junta regulará, oportunamente, as condições em que devem ser admitidos.

8.º — A frequência do curso de feitor agrícola não deverá exceder 80 alunos nos vários anos, dos quais 60, pelo menos, serão atribuídos a alunos porcionistas, podendo, no entanto, a Junta preencher as vagas que existirem com pupilos seus, quando aquêle número não seja atingido pelos alunos porcionistas.

Os artigos 9.º a 14.º referem-se à organização do pessoal e a várias disposições de carácter geral. O último artigo, 15.º, diz o seguinte:

'A nova Escola começará a funcionar em 1 de Setembro p.º f.º, sendo a abertura do ano escolar fixada de acôrdo com o Ministério da Educação Nacional.'

A segunda proposta, consequência da primeira, que foi aprovada, diz o seguinte:

'Considerando os termos da proposta que acaba de ser aprovada para a criação

da 'Escola Prática de Agricultura D. Denis'; considerando os termos do relatório do decreto-lei n.º 26.115, de 24 de Novembro de 1935, na parte que se refere ao ensino agrícola elementar e médio; considerando os termos do despacho de Sua Ex.^a o Sr. Presidente do Conselho, de 12 de Maio do corrente ano, quanto à criação da nova escola na propriedade da Paiã; considerando os termos da proposta sobre acumulações, quanto ao pessoal que trabalha nos serviços dependentes desta Junta de Provincia; considerando, ainda, os termos do decreto que extingue a 'Escola Prática de Agricultura de Queluz', e confere a esta Junta o encargo de manutenção de outra Escola, esta Junta resolve:

- 1.º — Solicitar de S. Ex.^a o Ministro da Educação Nacional que pela Direcção Geral do Ensino Técnico seja organizada a 'Escola Prática de Agricultura D. Denis', nos termos da proposta aprovada e em tais moldes que o ensino seja o mais económico possível.
- 2.º — Que, a-par do ensino meramente agrícola, seja estabelecido o ensino de educação física, de música e canto coral e trabalhos manuais.
- 3.º — Que, na elaboração dos programas da 'Escola Prática de Agricultura D. Denis', se atenda, ainda, à necessidade de promover a educação cívica e moral dos educandos, às actividades da 'Mocidade Portuguesa' e à necessidade e larga prática de trabalhos no campo.
- 4.º — Que a fixação do quadro docente e sua relação nominal e, bem assim, a do restante pessoal escolar, bem como a nota dos vencimentos que por lei lhes competem, seja enviada a esta Junta até 15 do corrente, para efeito de organização do orçamento a entrar em vigor em 1 de Setembro próximo futuro.
- 5.º — Que o plano de organização e funcionamento da nova escola seja enviado a esta Junta, de modo a poder efectuar-se a sua abertura na época normal.

Eis como se manifestaram a boa-vontade e desejo de bem solucionar um problema que se apresentava insolúvel ou, pelo menos, com uma conclusão lesiva dos interesses criados a alguns dos mais dedicados servidores duma obra de que tanto se orgulham a Junta de Provincia da Estremadura e os seus colaboradores.

A 'Escola Prática de Agricultura D. Denis', digna sucessora da 'Escola Prática de Agricultura de Queluz', e da 'Escola Profissional de Paiã', honrará as tradições de ambas, servindo o País e os pobres que se acolhem à protecção da Junta de Provincia da Estremadura.



De cima para baixo: Padrão que a Escola dedicou ao Estado Novo no ano décimo da Revolução Nacional; Três aspectos da actividade desportiva dos pupilos da Escola Profissional de Paiã



De cima para baixo: um «goal» da Escola; bonito salto; cenn de acampamento, em férias; descanso bem aproveitado



A EXPANSÃO dos serviços de Puericultura da J. P. E.

Em nove anos, doze dispensários fundados

Cerca de 14.000 crianças
inscritis

"O grave problema do revigoramento da Raça merece as melhores atenções. A Junta de Província da Estremadura produz obra útil cuidando de tão momentoso assunto, sendo digna dos maiores elogios a importante obra realizada por intermédio dos seus magníficos Dispensários de Puericultura."

(Palavras proferidas pelo sr. Presidente da República na inauguração do Dispensário n.º 12, instalado na «Liga 28 de Maio», em Lisboa).

SEM nos reportarmos à fundação do Instituto Clínico da Junta Geral do Distrito de Lisboa, hoje Junta de Província da Estremadura, que, num momento de feliz inspiração, o sr. dr. Borja Santos, então presidente deste Corpo Administrativo, criou especialmente para socorrer as classes médias, facultando-lhes, por preços reduzidíssimos, uma assistência médica eficiente, não queremos, contudo, deixar de citar este magnífico estabelecimento que tomou o nome de Dispensário Policlínico Central, e isto porque, ao falarmos da expansão dos serviços de Puericultura, se deve colocar no lugar de honra o nome do sr. dr. Xavier da Silva, que foi, desde a primeira hora, o orientador da magnífica obra realizada.

O distinto clínico não devia ficar só no desempenho da nobilitante missão, depois de oito anos de trabalho contínuo, do qual resultou uma brilhante

fôlha de serviço mas, também, um excesso de preocupação, visto que, em 1939, eram já nove os dispensários de puericultura em funcionamento, movimentando para cima de quatro mil crianças e mais de mil contos de despesas, traduzidos em milhões de quilos de farinhas e de leite e em muitas dezenas de milhar de tratamentos e de visitas domiciliárias — isto sem falar nos serviços policlínicos de sua direcção, cuja importância se pode avaliar pelas verbas que movimenta anualmente. A reforma geral introduzida nos serviços da J. P. E., em Setembro de 1939, atribuiu ao sr. D. Pedro Escórcio da Câmara funções de inspector dos Serviços de Puericultura, medida imprescindível perante a expansão sempre crescente de que aquêles serviços vão beneficiando, de ano para ano.

De facto, desde que em 1930 foi fundado o primeiro Dispensário, que então se classificava de «Pósto», e que se instituiu, com um êxito extraordinário, no populoso bairro do Alto do Pina, seguiu-se-lhe, em Abril do mesmo ano, e por combinação com a Direcção Geral de Saúde, um outro, que se instalou no edificio da Assistência Pública, ao Rato. No ano seguinte, fundavam-se os dispensários n.ºs 3 e 4, respectivamente, no Arco do Carvalhão, depois mudado para a rua D. Carlos Mascarenhas, e na Estrada da Torre, ao Lumiar, este num elegante e bem apropriado palacete, ao qual, mais tarde se lhe anexou um «Jardim Infantil» de que falaremos depois.



Os Srs. Presidente da República e Ministro da Educação Nacional no aniversário do Dispensário n.º 4.

Em 1935, instituía-se, no Liceu Maria Amália Vaz de Carvalho, o Dispensário n.º 5, com funções escolares e para instrução puerícola das alunas daquele estabelecimento de ensino; em 1936, com a participação da Câmara Municipal respectiva, era inaugurado o Dispensário n.º 6, em Tôres Vedras, iniciando-se, assim, o plano preconcebido de levar a tóda a Província os benefícios destes serviços. Em 1938, mais dois Dispensários foram instituídos, também noutros concelhos da Província: n.º 7, com a participação da Associação de Beneficência e Socorros «Amadeu Duarte», na Parede, e n.º 8, em Cascais, com a participação da Câmara Municipal, Mocidade Portuguesa Feminina e Obra das Mães pela Educação Nacional.

Finalmente, em 1939, surgiu um acontecimento que, além de honrar sobremaneira a J. P. E., deveria dar imediata satisfação ao desejo manifestado por um dos mais importantes concelhos do sul da Província — Azeilão. Por coincidência, a sr.ª Embaixatriz de Inglaterra, na intenção de associar-se às festas centenárias com uma obra de beneficência de sua iniciativa, manifestou desejo de visitar os serviços de puericultura da J. P. E., o que fez na companhia de mrs. Bucknall, da sr.ª Condessa de Rilvas e de outras entidades, conforme noutro lugar registamos.

Do interesse desenvolvido ao redor da iniciativa da sr.ª Embaixatriz, saiu a constituição duma comissão composta de senhoras inglesas e americanas e, no número destas últimas, mrs. Orlena Z. Scoville, que ofereceu patrocinar a instituição dum Dispensário de Puericultura em Azeilão.

Já porque estava dentro do plano levar ao distrito de Setúbal, como ao distrito do norte, os serviços da assistência da J. P. E., já porque não se podia deixar de corresponder à gentileza da senhora que tão caritativamente se prestava a coadjuvar a obra dos Dispensários, a J. P. E. resolveu fundar ali mais um desses estabelecimentos — o 9.º — e o facto constituiu um verdadeiro acontecimento local, conforme noutro lugar temos ocasião de relatar.

Não ficou por aqui a acção da J. P. E., no que respeita aos serviços de Puericultura, durante 1939. Neste ano foi resolvido instituir e dotar mais os seguintes Dispensários: n.º 10, em Setúbal; n.º 11, em Peniche; e n.º 12, em Lisboa, na sede da «Liga 28 de Maio», rua



Lady Selby, ilustre Embaixatriz de Inglaterra, brincando com os protegidos do Jardim-Infantil do Dispensário n.º 4 da J. P. E.

das Gaivotas. Estes três últimos Dispensários foram inaugurados em 1940.

Com o funcionamento dos doze Dispensários, podemos registar, embora em números aproximados (os exactos constarão das respectivas estatísticas) as seguintes verbas, relativas ao movimento desde a fundação dos serviços (1930 a 1939): importância gasta, 6.870.658\$45 e, mais, para serviços afiliados, 68.000\$; receitas, 69.198\$.

Também não deixa de ser interessante dar nota glo-



O sr. Eng.º Santos Pedroso, presidente da J. P. E. discursando na inauguração do Dispensário n.º 9, de Azeitão

bal do número de crianças beneficiadas e dos serviços prestados pelos dispensários, desde a fundação. Os números são, até ao fim de 1938, os seguintes:

Crianças inscritas desde a fundação até ao fim de 1934, 13.944; observações clínicas, 277.202; tratamentos pelos agentes físicos, 56.364; idem anti-sifilíticos, 5.848; vacinações, 5.141; tratamentos diversos, 12.924; banhos de limpeza, 11.835; consultas, 59.221; mensurações, 220.347; visitas domiciliárias, 88.931; pesagens, 220.347; refeições distribuídas, 12.172.448 quilos; leite em pó, 121.130 quilos.

Foram ainda distribuídos, neste mesmo período, roupas e enxovais a 7.173 crianças.

O ano de 1940 verá aumentar a obra com mais dispensários, cujo número se aproximará ou atingirá o de 20. Assim, no primeiro trimestre de 1940, ficou decidida a fundação de dispensários na «Fundação Júlia Moreira» no Alto do Varejão; em Almada e em Sobral do Monte Agraço.

A Casa dos Pescadores de Lisboa, corporação entusiasticamente animada pela vibrante mocidade do sr. comandante Tenreiro, solicitou da J. P. E. o seu patrocínio para a instituição dum Dispensário privativo para os filhos dos pescadores.

O novo Dispensário foi inaugurado já em 1940 e tomou o n.º 16, visto que os de Almada e Sobral do Monte Agraço terão os números 14 e 15, respectivamente.

O êxito alcançado pela acção dos Dispensários que, com a instituição do 16.º, elevará a cerca de 7.000 a quantidade de crianças protegidas, suscitou grande interesse de toda a Província da Estremadura, cujos concelhos aguardam confiadamente a sua vez de receberem os benefícios da obra da J. P. E.



Em cima: mrs. Orlena Z. Scoville, protectora do Dispensário de Puericultura n.º 9, de Azeitão.

A' esquerda: o interessante edificio onde está instalado o referido dispensário.



A abertura do Dispensário

n.º 9

em Azeitão

DOIS factos, além de outros já referidos, constituíram acontecimentos de evidência na vida dos Serviços de Puericultura da J. P. E.: a visita dos srs. Presidente da República e Ministro da Educação Nacional ao Dispensário n.º 4, do Lumiar, e a inauguração do Dispensário n.º 9, de Azeitão. Não queremos deixar de arquivar o discurso que o director daqueles serviços ali pronunciou e que traduz bem, não só a eficiência dos Dispensários, como a possibilidade de alargar esta assistência de tão grande alcance social.

O discurso do Sr. Dr. Xavier da Silva é o seguinte:

Minhas Senhoras
Meus Senhores:

Viver para a vida da criança, para o seu bem estar, para a fortalecer e tornar bela, é cumprir um dos mais nobres deveres; é realizar uma das mais gratas aspirações dos nossos corações.

Trabalhando pelo robustecimento e perfeição da raça, damos largas aos nossos sentimentos patrióticos, porque, antecipadamente, sabemos que cuidamos de valorizar a Nação.

Côncios da verdade de que o valor dum País reside no mais elevado expoente do valor das suas gerações, viemos presurosos animar e aplaudir este acto solene. Viemos como portugueses, que não desdenham nem se esquivam a pagar a magra contribuição do seu auxilio para o engrandecimento da Pátria; viemos, com acendrada fé e intenção piedosa, emprestando o mais forte calor do nosso entusiasmo e a mais pura manifestação do nosso incitamento, ajudar a erguer mais um padrão de bondade e de ternura, em homenagem à beleza moral e física, à saúde e à vida dos filhos da nossa gente.

Abrindo as portas do seu Dispensário n.º 9, perdido neste recinto encantador, alcandorado num laborioso e ubérrimo retalho da sua risonha Província, a Junta da Estremadura mais uma vez nos afirma a decisão inabalável de seguir o programa que traçou no vasto assunto e plano da assistência infantil.

Fraco arauto sou eu para vir aqui proclamar os feitos e descrever a tenacidade e virtudes desse Corpo Administrativo; mas, em boa verdade, fracos observadores sois também vós, arredios como andais do conhecimento perfeito dos ditames científicos, para aquilatar por completo e abranger no seu conjunto os méritos desta nova instituição, sóbria de linhas e de mimos arquitectónicos, modesta em demasia na aparência e na riqueza.

Mas, se, efectivamente, a escassez do dom da palavra me inibe de tecer o elogio a que tem jus a actuação desinteressada e benemérita desse grupo de cidadãos a que preside o major sr. Santos Pedroso, permite-me, no entanto, explicar e demons-



O presidente da J. P. E. e seus vogais; autoridades civis de Setúbal, director dos Serviços de Puericultura, pessoal e convidados, junto da porta principal do Dispensário n.º 9 de Azeitão

trar-vos a utilidade e alcance da sua magnífica obra de protecção à criança.

Para tanto, começarei por dizer que a Puericultura, ciência relativamente moderna na sua emancipação, nasceu dum grito de alma, lancinante e forte, que reboou célere em todo o mundo culto. E, porque tinha a fortalecê-lo o marulhar dum imenso caudal de lágrimas de Mãe, teve o raro condão de se fazer ouvir em todo esse mundo, que, confrangido de pavor, o escutou. Esse clamor do sentimento humano foi o sinal de alarme e prevenção contra a mortalidade infantil, autêntico cataclismo do primeiro ano da vida, factor dos mais valiosos para o decréscimo das populações.

A implacável ceifa do alfôbre das raças devia-se, especialmente, à enterite e à gastro-enterite, doenças mais mortíferas que a soma das restantes que dão o largo contingente para a devastação da criança. Para lhe opôr um dique, aquela nova ciência imaginou maravilhas; propagou doutrinas e operou prodígios.

Estes Dispensários são uma das suas múltiplas idealizações. São um dos vigorosos travões que a Puericultura maneja a tempo e horas, para impedir a marcha vertiginosa desse infinito comboio de crianças, que a Morte, na sua faina incansável, impele e arranca para o abismo fatal. Garantindo que nestas casas está a salvação de mais da metade das crianças, que, fora delas, seriam inexoravelmente condenadas à morte, dou-vos a noção exacta do préstimo dum Dispensário.

Salvar e valorizar vidas, criar corpos sãos e almas sãs, são, pois, os lemas benditos da Puericultura. Para que eles se convertam em realidades, não se torna necessária a interferência de milagres. Basta, apenas, que, especialmente, se realizem as seguintes condições: competência, zelo e visão clínica do médico puericultor; trabalho, inteligência e dedicação das visitadoras sanitárias; educação, disciplina, abnegação e amor da mãe, na mais elevada expressão desta admirável palavra.

A intervenção, os cuidados e a conduta das mães para com os seus pequeninos filhos são uma das mais potentes alavancas de que o puericultor dispõe para a remoção dos perigos. Mãe que não cumpra à risca as prescrições médicas; que der ao desprezo a higiene e uma meliculosa e assídua assistência ao seu filho, não espere vê-lo progredir e viver, porque não há ciência capaz de lho salvar da morte.

Muito longe alcança a utilidade destes Dispensários, que se vos apresentam sóbrios de linhas e modestos na riqueza.

Múltiplos e bem diversos são os papéis que desempenham: Têm a missão de vigiar cautelosamente e de medicar e fortalecer as futuras mãis, para que o produto da concepção seja belo e perfeito; a de estimular e incitar, com prêmios, a amamentação materna; a de ensinar à mãe tôdas as regras e cautelas a haver com o filho; a higiene do lar, a asseada e escrupulosa preparação dos alimentos, a rigorosa pontualidade nas refeições; a inculir-lhe, enfim, tôda a coragem, a paciência e a boa vontade que são preciosos atributos da mulher que bem sabe dignificar o santo nome de Mãe.

Nos dispensários de puericultura fornece-se, também, a alimentação à criança, sempre que o leite materno é insuficiente ou escasseia por completo.

Fiscalizar a criação de cada pequenito; vigiar as suas curvas do pêso e do crescimento; acudir-lhe no momento perigoso, medicá-lo a tempo e vaciná-lo contra as doenças que assallam a infância; regularizar-lhe ou modificar-lhe a alimentação, na devida oportunidade; cuidar-lhe da higiene, do agasalho do corpo e do conforto do berço são outros tantos preceitos e deveres deslas casas de assistência infantil.

Exposto este rol extenso de benefícios, ficavos, agora, a compreensão nítida do vastíssimo e humanitário serviço destinado ao Dispensário n.º 9, instituição que, ainda há bem

pouco, se vos afigurava humilde nos seus moldes, por demais insignificante em virtudes e acção.

Pois bem. Juntai aos préstimos deste, os de mais oito Dispensários e de um Jardim Infantil, e, assim elucidados, imaginareis, perfeitamente, qual o valor intrínseco que representam já, para a Nação, os Serviços de Puericultura da Junta de Província da Estremadura, por onde passam, alegres e sãdas, milhares de crianças.

Mas melhor ajuizareis ainda se, em números redondos, eu traduzir os benefícios prestados, durante os nove anos da existência destes Dispensários da Junta de Província:

As mãis cuidadosas, asseadas e cumpridoras, que amamentaram os seus filhos foram contempladas com 20.218 prêmios de incitamento ou de amamentação, da importância de cinco escudos por semana. A's crianças inscritas, concederam-se 8.328 enxovais e distribuíram-se doze milhões e duzentas mil refeições.

Estes algarismos, quasi astronómicos, mais extraordinários vos parecerão ainda, se, aqui à puridade, confessar que os ten-

ros e exíguos estômagos dos nossos pequeninos clientes ingeriram cento e quinze toneladas e setenta e cinco quilos de farinhas e cento e vinte e uma toneladas e cento e trinta e cinco quilos de leite em pó, o que equivale, aproximadamente, a novecentas e setenta toneladas de leite líquido.

Minhas Senhoras,
Meus Senhores:

O perfeito conhecimento da vastidão desta cruzada de protecção à criança, obra nascida em 1930, por iniciativa do eng.º Carlos Santos, deve ter satisfeito a vossa natural curiosidade, enchido de orgulho o vosso amor próprio de cidadãos portugueses e actuado como bálsamo suavizante e consolador nas vossas almas bem formadas.

Isso vos será bastante e, talvez, sobejo. Adivinho que nada

mais vos interessa já saber. No entanto, eu tenho obrigação de prosseguir. O meu silêncio seria grave acusação a pesar-me na consciência. Traíria as funções do meu cargo, era a infidelidade da minha missão. Com êle ocultaria outra faceta, não menos refulgente, desta obra humanitária, cerceando assim, o aplauso e o louvor de que vos é credora a Junta de Província da Estremadura. Quero, portanto, concluir o meu

dever, denunciando a honestidade e a economia desta sua administração.

A'queles cifras, apelidadas de quasi astronómicas, não corresponde, por sua vez, uma despesa fantástica.

Com a instalação e reparações dos seus Dispensários, vencimentos dos funcionários, rendas de casa, água e iluminação, aquisição de móveis, aparelhos de electromedicina, instrumental cirúrgico, medicamentos, enxovais, prêmios de amamentação, alimentação das crianças e transportes, dispendeu aquêlê Corpo Administrativo, em nove anos, a importância relativamente diminuta de quatro mil seiscientos e cinquenta contos.

Se dividirmos esta despesa pelo número total das crianças beneficiadas, verificamos que, com cada uma, em cada dia, se gastou a inapreciável quantia de um escudo e dois centavos. Nesta citação da importância de um escudo e dois centavos diários, para salvar da morte uma criança, presta-se a melhor justiça, vai o mais rasgado elogio, encerra-se o maior galardão a tributar, como merecida recompensa, à gerência d'esses administradores.

Após estas declarações, dou por finda a ofensiva que desen-



Estudantes de hoje, futuras mãis, aprendem a cuidar dos bebês, no Dispensário n.º 5

cadeei contra a vossa inesgotável paciência. Sintetizei e enalteci os intuítos e merecimentos da puericultura, que, proficientemente explanados, dariam motivo e assunto para uma dúzia de conferências. Mas, longe de mim ficam as pretensões de conferente. Venho associar-me de todo o coração a uma festa em honra e para a felicidade da criança. Vim trazer parabéns ao sr. dr. António Soares Franco Júnior, à Misericórdia e à Casa do Povo de Azeitão, que, neste acto, assistem à realização duma das suas mais nobres, belas e justas aspirações. Touxe-me a idea de render pública homenagem de respeito e admiração à generosidade de mrs. Scoville, alma duma enorme grandeza, cativante pela gentileza e formosura dos seus dotes, afeita ao prazer e aos encantos que sempre traz a prática do Bem.

Estou aqui, finalmente, como Director dos Serviços de Puericultura, para a todos expressar a minha gratidão e afirmar que a bondade dos seus corações desabrochará em flores e frutificará em sorrisos de crianças, que são a graça de Deus e a adorável esperança desta nossa amada Pátria.

A Mocidade Portuguesa Feminina e a Puericultura

A «Mocidade Portuguesa Feminina», desejando dar às suas filiadas uma educação completa, que seja verdadeira preparação para a vida, não poderia desprezar o ensino de puericultura, pois na visão do futuro em que se projecta a vida da rapariga, o «filho» aparece como o mais lindo dos sonhos, a esperança que mais alegrias traz consigo, mas também que mais graves deveres impõe.

Dar às raparigas noções da higiene infantil, prepará-las para a sua missão de futuras mãis, é cumprir, para com elas e para com a Nação, o mais alto dos deveres.

Não têm conta as crianças que morrem por ignorância das mãis. É essa mortalidade, que é a maior dor do lar, é também um mal para a Pátria que, diminuído o número dos seus filhos, fica mais fraca e mais pobre. E quantas crianças, entre aquelas que escapam, nunca atingem o desenvolvimento físico que se poderia esperar, porque as mãis não sabem defendê-las de certas doenças nem contribuir com os seus cuidados para que possuam uma saúde perfeita! E quando a saúde falta, falta tudo!

Uma criança débil, fraca, doente, é uma criança triste



Primeiro mandamento: muita limpeza



O sr. dr. Rodolfo Xavier da Silva, director do Dispensário Policlínico e dos Serviços de Puericultura da J. P. E.

e sujeita a mil defeitos que têm a sua causa especial na falta de saúde. E será, amanhã, um homem sem força de vontade nem capacidade de trabalho.

A saúde é necessária «para bem preencher o seu destino, cumprir os seus deveres, ser um homem na completa acepção da palavra», escreveu alguém. Pensando nisto tudo, a «Mocidade Portuguesa Feminina» incluiu no seu programa o ensino de puericultura. Não basta adquirir estes conhecimentos depois dos filhos nascerem. O que a experiência ensina, já chega quasi sempre tarde. As noções de puericultura devem ser dadas a tempo para serem aproveitadas no momento preciso.

Mas, para que o ensino de puericultura seja verdadeiramente proveitoso, não deve limitar-se a rudimentos teóricos. A M. P. F. sempre que isso lhe é possível, procura completar o ensino teórico com a aprendizagem prática. E, neste campo, muito deve à Junta de Província da Estremadura, pela valiosa colaboração que lhe tem prestado, subsidiando o Dispensário de Puericultura do Liceu Maria Amália Vaz de Carvalho e pondo ainda à disposição da M. P. F. os seus outros Dispensários para que a «Mocidade» se utilize deles e o ensino de higiene infantil possa, assim, tomar uma forma prática que faça compreender melhor os cuidados a prestar às crianças.

Sinceramente grata a essa colaboração generosa, a «Mocidade Portuguesa Feminina» não pode deixar de re-dobrar, ainda, os seus agradecimentos pelos serviços de análises e radiografias feitos gratuitamente às filiadas pobres e a um preço mínimo àquelas a quem a modéstia dos seus haveres não permite grandes despesas.



Os centenários

A ESTREMADURA e as suas festas

NA CIDADE DAS CALDAS DA RAÍNHA

SERIA inútil enaltecermos nas páginas do nosso Boletim tóda a grandeza e alcance moral da magnífica realização nacionalista que são as Comemorações Centenárias que decorrem em pleno êxito e dignas da admiração de nacionais e de estrangeiros. Seja-nos permitido a nós, portugueses, que poderemos vir a ser vítimas inocentes da onda de insânia que vai pelo mundo, consolar nossos corações de cristãos com os regozijos legítimos de quem tão bem soube viver um passado de glória e de humanidade e tão sãbiamente sabe, não só defender e gozar a Paz, mas dar dela um pouco aos que, espavoridos, fogem do inferno da guerra e da crueldade.

A Exposição do Mundo Português, a cuja organização e direcção preside o espírito do fulgurante jornalista e diplomata sr. dr. Augusto de Castro, é uma das mais grandiosas e expressivas manifestações de vitalidade nacional, restaurada e renovada pela política de reconstrução levada a efeito, em poucos anos, pela vontade férrea e superior inteligência do notável estadista que é o ilustre Presidente do Conselho, Sr. Dr. Oliveira Salazar.

O nosso Boletim aparece no momento, por assim dizer, culminante das festas comemorativas do Duplo Centenário na-

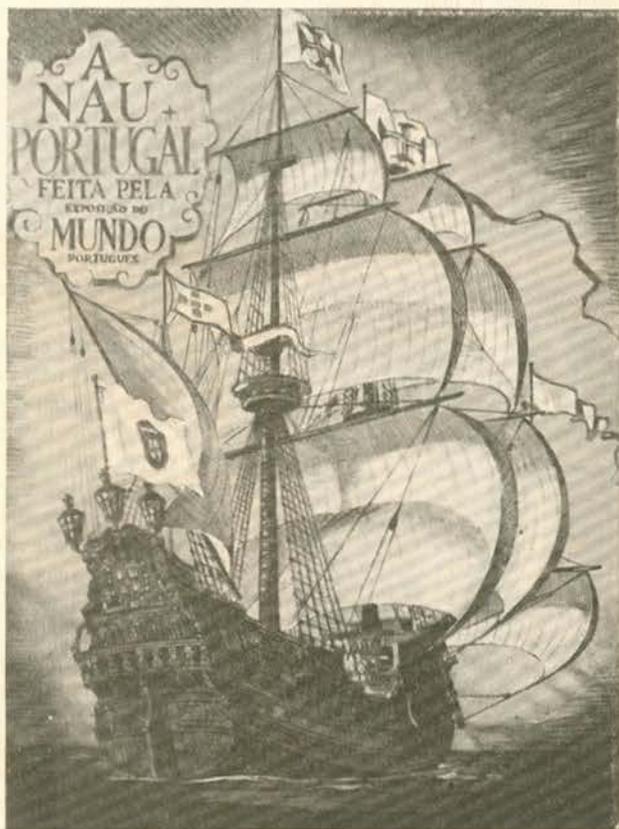
cional. E porque da *Estremadura*, no seu número presente, diz respeito ao exercício da Junta de Província da Estremadura no ano de 1939, apenas nos podemos referir levemente à magnífica demonstração de actividade estremenha que, nesta data, com tanto esplendor se patenteia aos olhos da Nação, na linda e acolhedora cidadezinha das Caldas da Rainha. No próximo número re-

lataremos mais pormenorizadamente o que foi a valiosa exibição que a Junta de Província da Estremadura, a convite da Comissão de Festas Centenárias, de acôrdo com ela e com a cooperação de todos os municípios da Província, com tanta felicidade pôde levar a efeito.

Cabe aqui dar a palavra a um brilhante crítico dêsse trabalho que tão bem soube traduzir á impressão causada no espirito público e cuja apreciação constitue para todos nós — Junta, cidade das Caldas e restantes concelhos da Província — a maior compensação de tão grande esforço. E' do *Diário de Noticias* pela pena do seu ilustre chefe de redacção sr. Aprigio Mafra, a bela crónica que se segue:

Quando a gente se lembra de que por esse Mundo além andam os povos a destruir-se em sanhas de ferocidade inelmente, a guerra a espalhar a intranquilidade, o luto e a fome por todos os recantos da Terra, chega a parecer-nos ilusdo de sonho esta vida de paz que se vive em Portugal e de que as Caldas da Rainha são sintese perfeita.

Os estrangeiros, de todas as raças e de todas as linguas, que se encontram aqui, mal refeitos ainda das provações que sofreram, passam suas horas de lazer a admirar, estupefactos, o viver tranqüilo do povo e as montras fartas da



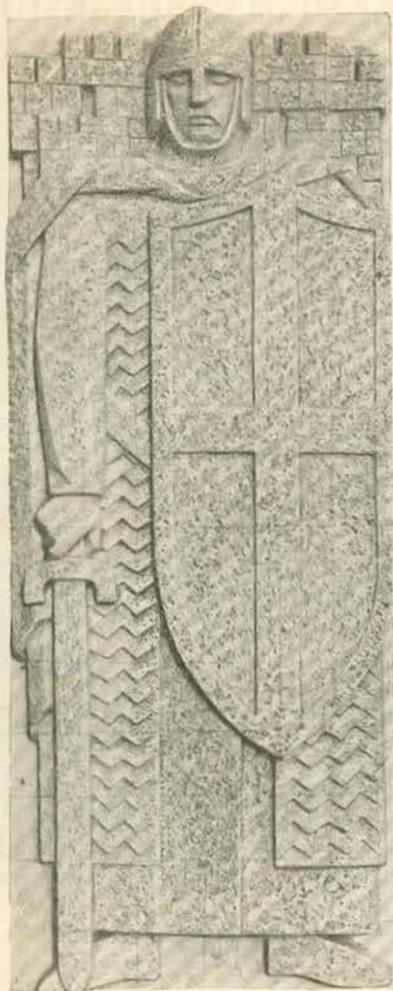


Figura de guerreiro da época do começo da nacionalidade, talhada na grande porta da Fundação

cidade. O pão que se exhibe em porfias de réclamo nas lojas dos padeiros, os tecidos que se desfraldam em tentações de cobiça às portas das casas de modas, os géneros alimentícios que inundam mercados e mercearias, são para eles, pelo contraste do que viram e do que vêem, autênticas materializações do impossível.

Tudo é relativo, evidentemente. Mas é precisamente dentro da relatividade das circunstâncias actuais que importa salientar, para compensação do pessimismo indígena a excepção de bem-estar que nós somos nesta hora angustiada do Mundo.

... Olha!... Pão!... — exclamavam, há dias, duas senhoras belgas ao deparar-se-lhes, logo após a chegada, o balcão bem fornido duma padaria, como se tivessem descoberto a mais inesperada das raridades.

E' que lá fora já se vai tornando inu-

tilidade o dinheiro para as exigências tormentosas da fome e à quem fronteiras ainda se vice com a normalidade e com o desabafo de que as Caldas da Rainha são documento impressionante.

O seu mercado, por exemplo, que diariamente abarrota de frutas e de legumes, sem outro que o suplante em abundância, em frescura e até em vibrações de vida e em bizarras de cor, é, por si só, um mostruário enorme de riquezas, parada monstro de coisas apetitosas que, a um tempo, nos delicia os olhos e o paladar.

* * *

Um judeu holandês que se refugiou com a família no «Lisbonense» e que vai à capital dia sim dia não, por causa dum passaporte ou coisa parecida, garantia ontem numa roda de foragidos, a elogiar merecidamente as Caldas, que nesta cidade nem pobres havia.

Enganava-se, já se deixa ver. Mas a observação tinha sua razão de ser: primeiro, porque não há cidade mais farta; segundo, porque é fenómeno muito raro aqui a pedincha dos mendigos, tão humana e inteligentemente souberam os caldenses resolver o seu problema de assistência.

Nas Caldas da Rainha não são os pobres que pedem esmola; são os remediados que a pedem uns aos outros e que a si próprios se sacrificam para acudir aos desherdados da fortuna.

A Misericórdia, o Albergue, o Lactário-Creche, a Sopa dos Pobres, a Casa de Repouso e a Associação Rainha D. Leonor, entre outras, são obras de assistência privada que honram a cidade, porque são modelares na sua eficiência e no seu altíssimo espírito de humanidade.

* * *

Tudo isto e o muito mais que faz de Caldas da Rainha um recanto notável de Portugal vai revelá-lo dentro de dias a

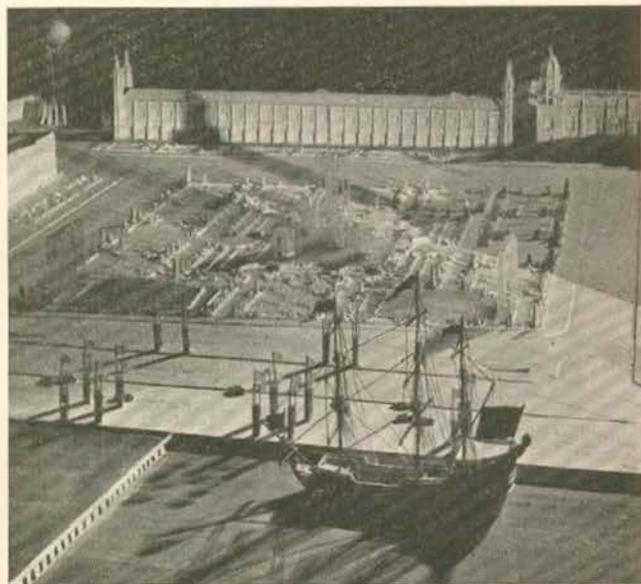


O magnífico cartaz da Festa Medieval em Óbidos

Exposição da Estremadura a quantos tenham cometido até agora o pecado grave de não a conhecer.

E ver-se-á então a evidência desta verdade que se repete para que se fixe bem: Caldas da Rainha é excepcional em tudo; em belezas naturais, em originalidades de pitoresco e de arte, em doçuras de clima e de paisagem, em ensinamentos de vida social e até em garantias de tranqüilidade e de puz.

«Se um dia Portugal fôr feito em torresmos por um sol de rachar — disse algures Pinheiro Chagas — será nas Caldas da Rainha que escaparão os raros sobreviventes destinados a levar ao futuro a noticia de que



Esplendorosa perspectiva do Jardim da Praça do Império

Comemorações Centenárias

NA

Província da Estremadura

CALDAS DA RAÍNHA

11 de Agosto — 15 de Setembro

PROGRAMA

11 de Agosto

A's 12 horas — Inauguração da Exposição da Estremadura, seguida da inauguração do "Museu Provincial José Malhoa", do Edifício dos Correios, Telégrafos e Telefones e das novas instalações do Hospital Rainha D. Leonor, com assistência do elemento oficial.

A's 22 horas — Concertos no recinto da Exposição por bandas de música. Fogo de artifício.

15 de Agosto

Dia dedicado a Santo Isidro Lavrador.

A's 9 horas — Inauguração da tradicional Feira das Caldes.

A's 12 horas — Missa campal.

A's 15 horas — Procissão.

A's 17,30 horas — Tourada com colaboração dos melhores toureiros portugueses.

A's 21 horas — Concerto pela Banda da Guarda Nacional Republicana, no recinto da Exposição.

17 de Agosto

Chegada às Caldas da Rainha dos concorrentes do Rallye organizado pelo Automóvel Club de Portugal e realização das provas complementares.

A's 22 horas — Baile de gala no Club de Recreio, em honra dos sócios do Automóvel Club de Portugal.

18 de Agosto

Festa medieval em Obidos, com o desfile das tropas de D. Afonso Henriques.

A's 22 horas — Representação do auto de Silva Tavares dentro das muralhas do castelo de D. Afonso Henriques.

25 de Agosto

Dia do Império.

A's 12 horas — Homenagem da

COMEMORAÇÕES CENTENÁRIAS NA PROVÍNCIA DA ESTREMADURA



CALDAS DA RAÍNHA 11 AGOSTO - 15 SETEMBRO 1940

Cartaz anunciador das comemorações oficiais do Duplo Centenário, na Província da Estremadura

Província da Estremadura aos povos de Além-Mar. Inauguração da Avenida do Império.

A's 22 horas — Festa nocturna no recinto da Exposição, na qual colaboram as representações indígenas da Secção Colonial da Exposição do Mundo Português.

6 de Setembro

Cortejo da Gente do Mar, com a representação dos pescadores da Vieira de Leiria, Nazaré, Cascais, Peniche, Foz do Arelho, Barreiro, Seixal, Montijo e Sezimbra; Descarregadores de Setúbal e Salineiros de Alcochete; Pescadores e Varinas de Lisboa, Caparica e Trafaria.

7 de Setembro

Festa do Vinho. Concurso de Quadras Populares alusivas ao Vinho

A's 22 horas — Entrega de prémios. Cortejo do Vinho da Estremadura.

15 de Setembro

Encerramento oficial da Exposição da Estremadura.

A's 22 horas — Exibição das Marchas Populares de Lisboa.

No período que vai de 11 de Agosto a 15 de Setembro, realiza-se a visita às Caldas da Rainha dos vários concelhos da Estremadura. — No recinto da Exposição funcionará uma aparelhagem sonora, com a qual se fará a propoganda das actividades estremenhas. — A Exposição compreende os pavilhões de Turismo, Estado Novo, Indústrias, Casa do Pescador, do Vinho, Mercado de Frutas, Cervejaria, Hospedaria Regional, Casal Estremenho, etc.

O recinto da Exposição encontra-se profusamente iluminado. Concertos por bandas de música. Descantes populares. Parque de diversões.

A Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses estabelece bilhetes com a redução de 45 % aos domingos, de 11 de Agosto a 15 de Setembro.

COMEMORAÇÕES CENTENÁRIAS DA PROVÍNCIA DA ESTREMADURA



HOMENAGEM AOS POVOS D'ALÉM-MAR

DIA DO IMPÉRIO
25 • AGOSTO • 1940
CALDAS DA RAÍNHA

Um cartaz do «Dia do Império»

existiu neste mundo uma raça que se chamou portuguesa.»

* * *

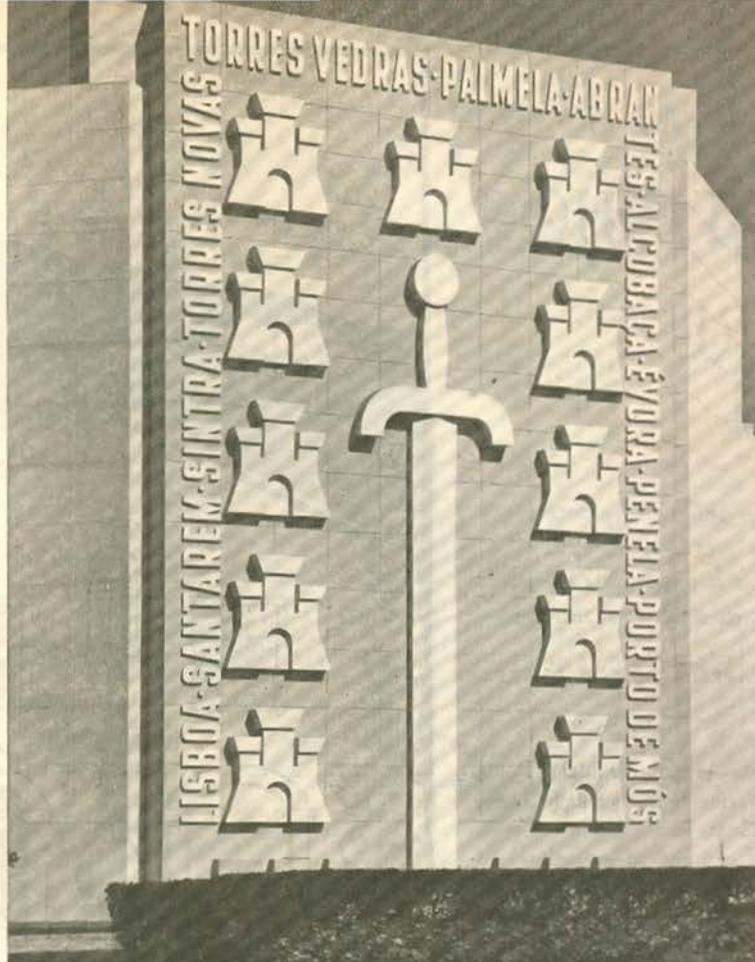
Nada falta aqui. Nem sequer boa vontade de mais e de melhor.

E se a nossa curiosidade se puser a circunvagiar, cresce o interesse à medida que novos horizontes surgem.

Andam-se cinco quilómetros e está-se em Óbidos, a Avila portuguesa, documento vivo do antanho da Pátria, com seu castelo e suas muralhas a evocarem séculos longos de história.

Percorrem-se dez quilómetros e está-se na Foz do Arelho, deslumbramento panorâmico que nossos olhos não se cansam de ver e cuja beleza, aproveitada por estranhos, seria, por si só, motivo de orgulho grande e fonte de riquezas maior ainda.

Percorreram-se quinze quilómetros e está-se em S. Martinho do Pôrto, a praia famosa dos pequeninos, sem igual em toda a costa portuguesa e em todo o



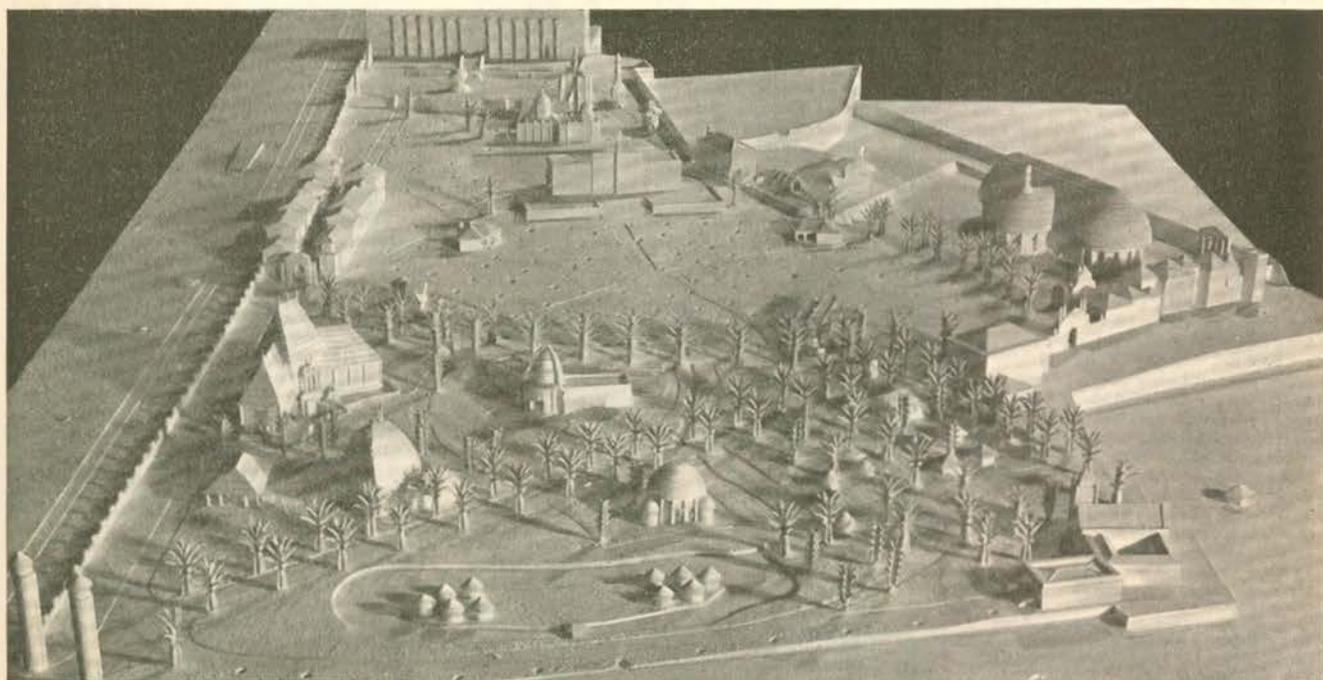
A Exposição do Mundo Português dedica um padrão aos Castelos de Portugal, bastiões históricos da nacionalidade. Dos doze que figuram no monumental relêvo, seis são estremenhos, a saber: Lisboa, Sintra, Tórres Vedras, Palmela, Alcobaça e Pôrto de Mós

recorte geográfico da península.

E Alcobaça, com seu mosteiro majestoso e com sua grandiosidade de vegetação e de arte; e Peniche, com seu pitoresco lindo, com sua indústria notável, com as suas Berlengas famosas e com os seus arredores sem igual; e a Nazaré, outro panorama de maravilha, milagres de lenda e milagres de côr a inebriarem-nos de encantamento; e a Batalha, a do monumento grande da Pátria; e Fátima; e Leiria, a capital do distrito, tão justamente orgulhosa dos seus pergaminhos de antiguidade, das suas belezas naturais e das suas riquezas de arte.

E tudo isto «à mão de semear», a dois passos duma cidade que está, por sua vez, a dois passos da capital do país!

Não seria possível, de facto, encontrar centro turístico mais completo e mais naturalmente indicado para cenário da Exposição da Estremadura.



Maquette do Recinto Colonial da Exposição do Mundo Português

FREI AGOSTINHO DA CRUZ

Puz em tamanha altura o pensamento,
Que o perde já de vista a confiança,
Cansado de o seguir minha esperança
Parou em descobrir meu atrevimento.

FREI AGOSTINHO DA CRUZ.

NASCIDO, embora, no Minho, na nobre e fidalga Ponte da Barca, junto do ridente e encantado Lima, Frei Agostinho da Cruz, lidima glória nacional, porque toda a beleza, toda a grandeza inegalável da sua poesia chega para encher de honra e orgulho uma pátria, é, principalmente, uma glória estremenha.

E' que, se o Minho foi o seu bérço aconchegado, a Estremadura foi a terra de largo horizonte onde a sua vida se criou, desenvolveu e subiu mais alto para Deus. Diz o Dr. Frei António da Piedade, o insigne cronista de Santa Maria da Arrábida, a quem se deve a melhor biografia do grande eremita-poeta:

* Apenas principiava Agostinho a contar os anos da puerícia, o acomodaram seus pais no serviço do Infante D. Duarte, filho do Infante D. Duarte e da Senhora D. Isabel, fundadora do Convento de Santa Catarina de Riba-Mar.

* Com esta assistência aproveitou, tanto na política que via observada dos mais companheiros que soube conciliar particulares estimações não só daqueles príncipes a quem servia, como, também, dos mais senhores que tinham experiência da graça e viveza do seu entendimento.

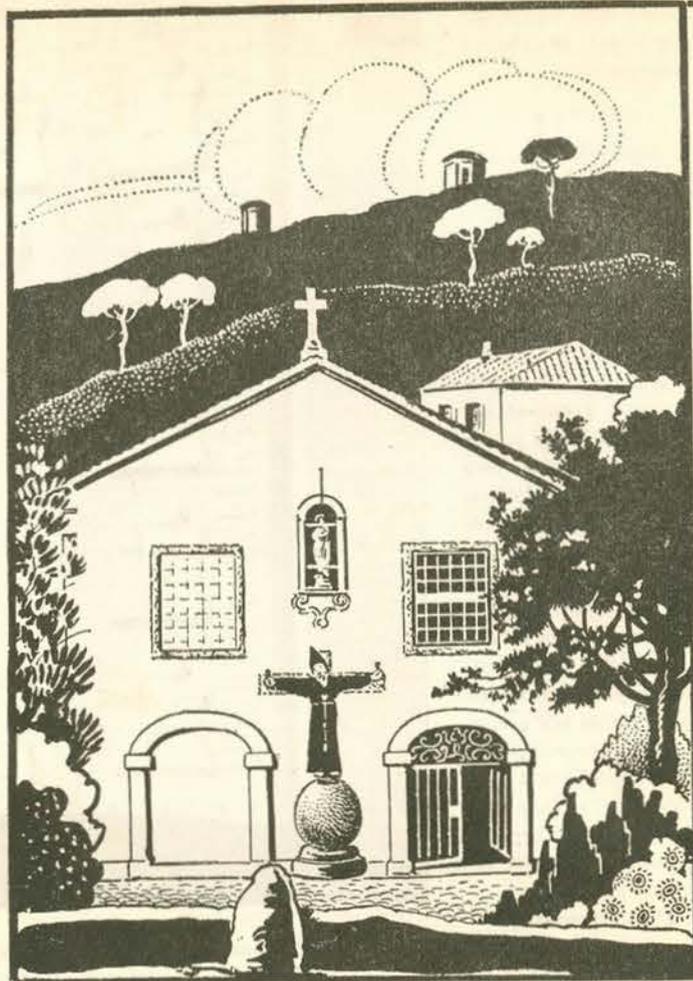
* Nestes aplausos que lograva, lhe prometia o Mundo largas esperanças aos seus luzidos aumentos, mas como conhecesse que nesses aumentos padecia a alma diminuições dos afectos para com Deus, desprezou o ver-se aumentado para não viver tão diminuto.

Ora o Infante D. Duarte, neto de D. Manuel I, 2.º Duque de Guimarães e Condestável do Reino, tinha então seus Paços em Lisboa, junto do côrte de seu tio e Rei, o Senhor D. João III.

Foi, pois, em Lisboa que Frei Agostinho da Cruz, ao tempo o simples moço-fidalgo Agostinho Pimenta, viveu os anos da sua Juventude; foi aqui que, no dizer do cronista, soube conciliar particulares estimações, não só dos príncipes a quem servia, como também dos mais senhores que tinham experiência da graça e viveza do seu entendimento.

Deve ter sido ainda em Lisboa, pela certa, que o grande lirico, aquêl que seria o nosso primeiro poeta-místico, desferiu da sua lira de bardo os primeiros versos — os mesmos que mais tarde o levariam a dizer, no alegria de quem acha novo caminho de glória:

* Os versos que cantei importunado
Da mocidade cega a quem seguia,
* Queimei (como vergonha me peida)
* Chorando por haver tão mal cantado...



Convento da Arrábida, onde viveu Frei Agostinho da Cruz

(Desenho de E. Simonetti)

Foi do Palácio dos Duques de Guimarães que Agostinho Pimenta saiu para se ajoelhar aos pés de Frei Jácome Peregrino, provincial da Arrábida, a fim de lhe pedir o hábito de Copucho da regular e mais estreita observância da Ordem do Seráfico Patriarca S. Francisco.

Admitido na Ordem do «Povorello», foi em Sintra, no Convento de Santa Cruz, o mais pobre e de mais dura penitência da Província da Arrábida, que Frei Agostinho tomou o hábito e foi fazer o ano de noviciado.

Era o dia 3 de Maio de 1560, dia em que a Igreja celebra a festa de Santa Cruz. O novo frade chegava, então, à idade de oito dos 20 anos, pois nascera em 5 de Maio de 1540 — completa-se este ano o quarto centenário. Iria festejar o aniversário natalício nos esponsais místicos com o burel.

E este facto levava-o a dizer com o infável contentamento dos que definitivamente acham a Deus:

* Nasci e renasci na Casa em dia
de Santa Cruz, da Cruz o nome tenho;
* pelo que nela fui morto por gula;
* nas entranhas abertas me sustenho;
* que não pode cerrar quem as abriu,
* e quando nesse passo me detenho;
* gemendo e suspirando, não duvido
* que me fere quem foi por mim ferido.

Desde então não mais Frei Agostinho saiu da Estremadura, porque não mais se apartou da sua querida Província da Arrábida que só nas paragens estremenhas tinha residência.

* Passou dum extremo ao outro maior, não só em trocar as galas pelo burel e os alinhos pelos desprezos; mas por se ver recolhido em uma cela que mais parecia sepultura pelo seu apêrto e falta de claridade. Estes despertadores o obrigavam a considerar-se morto e sómente lhe lembrava que era

vivo, quando para nela se recolher lhe era preciso encolher-se.

* Via, também, a maioria no extremo de lhe mudarem os manjares delicados a que naturalmente era inclinado, em grosseiros viandas e ainda destas sentia a falta pelo rigorosa abstinência que no convento se guardava, passando-se muitas semanas em que se não acendia fogo para aquecer o comer. Nenhuma destas asperezas lhe surgiu o mínimo arrependimento. A sua resolução antes nelas perseverou constantemente, merecendo as atenções dos frades que, com reciprocos gostos, lhe deram os votos para professor.

* Foram sempre os seus procedimentos muito exemplares e, suposto se aproveitasse da liberdade que de algum modo se permite ao estado do sacerdotio, procurando correspondência das pessoas e estimando as ocasiões de alguns jantares esplendidos, nem por isso a modestia se ofendia e menos a religião se escandalizava. Nunca quis aceitar guardanias, sendo alguma vez eleito para elas. Porém, quando já contava 43 anos de hábito, sobre 20 de idade, a rogos do Provincial, Frei António da Assunção, aceitou a do Convento de S. José de Ribamar.

Não fez esta aceitação com o intuito que lhe servisse de degrau para subir a maiores honras, como os frades presumiam e o Provincial intentava; mas, sim, para lhe facilitar a vontade ao despacho da petição que intentava fazer-lhe. Consistia ela em lhe houvesse de dar licença para ir viver como eremita no Serra da Arrábida, retirado de toda a comunicação humana.

Já por várias vezes havia morado no Convento e, suposto lhe não fosse a habitação violenta, mais agradável lhe era a dos outros conventos — como acentua Frei António da Piedade.

Quere dizer: ao fim de quarenta anos de vida

NA VIDA E NA OBRA DO MÍSTICO DA ARRÁBIDA A ESTREMADURA

monástica, passados entre Santa Cruz de Sintra e a Arrábida, Frei Agostinho volta às vizinhanças da Côrte, porque o Convento de S. José de Ribamar, onde veio ser Guardião, era cêrca do Dafundo, nas cercanias da Capital.

Pouco tempo, apenas cinco anos, se demorou neste seu novo officio, porque, após reiterados e insistentes súplicas ao Frei Provincial, logrou que este lhe desse autorização, no dia de S. José de 1605, para ir viver eremiticamente na Arrábida que não visitava desde que tomara conta da Guardiania de S. José de Ribamar.

De passagem para a nova morada visitou, em Azeitão, o Duque de Aveiro, D. Alvaro de Lencastre, padroeiro do Convento da Arrábida. Conta ainda Frei António da Piedade, que, vendo-o, o Duque lhe disse, saudando-o amistosamente e admirando-se da visita, após tão longa ausência:

* «Deo Gratias, Padre Frei Agostinho, como se esqueceu da nossa Arrábida tanto que se viu vizinho das fidalguias da Côrte!»

* Referia-se à estadia em S. José de Ribamar. Frei Agostinho, respondeu:

* «Pode ser, Senhor, que hoje, mais do que nunca, dela esteja lembrado, pois a venho procurar para minha assistência até acabar a vida.»

* E mostrou-lhe a licença do Provincial que o Duque não pôde acabar de ler sem que as lágrimas nos olhos fossem as melhores panegiristas da grande alegria que sentia no coração, nos braços o levou do jardim onde estavam para o Palácio e, após longa conversa, perguntou-lhe:

* «Como pode, Padre Frei Agostinho acabar consigo em tomar esta resolução, se naturalmente é inclinado à conversação e a festejar uma boa merenda quando se lhe oferece a ocasião?»

* Imediatamente o frade-poeta retorquiu: «— Senhor, fiz meus discursos e ochei que tudo havia dado a Deus. Só isso me fallava para lhe oferecer e sacrificar; e, assim, me resolvi a lhe fazer este novo serviço.»

Para o novo eremita poder viver como era seu desejo, não tinha acomodação na Serra da Arrábida, visto que a cela que havia sido de S. Pedro de Alcântara e estava contigua à ermida da Memória, servia de habitação a Frei Diogo dos Inocentes. Por isso pediu ao Duque que quisesse mandar fazer-lhe um pobre e pequeno aposento para nêle se resguardar das inclemências do tempo. Prometeu-lhe o fidalgo satisfazer o pedido e, fiado em tal, se partiu o novo anacoreta para a solidão da sua querida Arrábida, onde, no entanto, era, de tempos a tempos, procurado por pessoas que queriam escutar os seus virtuosos conselhos.

Querendo, porém, viver longe de toda a comunicação humana, só na contemplação de Deus e na convivência com os animais silvestres encontrava alegria.

Todos os dias, à hora do jantar e, algumas vezes, também à tarde, iam assistir-lhe uma cerva e uma gineta, com as quais repartia do pão que se sustentava e algumas vezes que uma queria preferir a outra no pasto e queriam mostrar a opposição dos naturais, êle as compunha mandando-lhes se sossegassem e depois de comerem se despediam e retiravam obedientes.

Costumava o Servo de Deus, nos dias mais solenes, ir para o Convento assistir a Matinas e mais actos da Comunidade, e estando nêle numa noite de Natal, veio a gineta procurá-lo ao seu aposento e não o achando seguiu-lhe os pisados pelo faro, até entrar dentro da clausura. Foi sentida pelos galos, os quais amuando-se contra ela a metoram; o que ao

saber ao outro dia, deu ao santo frade grande desgosto por lhe ir faltar convivência tão aplecida e estimada.

Estando, também, muitas vezes sentado fora da cela, vinham, várias espécies de pássaros ao seu encontro. E, qual outro S. Francisco de Assis, uns se lhe punham no colo, outros nos ombros, e todos à portia se empenhavam em diverti-lo, como diz o Cronista, com a alternada melodia das suas músicas.

Foi neste ambiente de Paz, todo absorto no amor de Deus e da natureza, que Frei Agostinho da Cruz compôs a maior parte da sua notabilíssima obra,

convento a todos pedindo lhe encomendassem a alma a Deus em seus sacrificios e orações, porque naquela doença se lhe terminava a vida corporal. Nesta disposição de se marchar para a Paz do Senhor, entrou na enfermaria onde o foi logo visitar o Duque de Tôres Novas, que então estava com seus pais e mulher nos Paços que, ao tempo, tinha na vila sadina.

Trelado com o maior corinho logo os médicos virom, dada a escassez das melhoras, que pouco havia a esperar. Foi então que o grave estado do illustre e santo enfermo foi participado no Guardião do Convento de Alferrara, Frei Matias da Madre de Deus, que tomou a si o encargo doloroso de o comunicar ao doente. Depois do Guardião alferrense lhe fazer ver a gravidade do estado em que se encontrava, respondeu-lhe o glorioso arrábido:

* «Muito estimo, meu amado irmão, o desengano que me dá, porque tudo é necessário para o perigoso conflito que me espera; do amor que sempre lhe tive não duvidava que me desse nova, para mim, de tanta consolação. Sempre me preparei para esta hora e muito mais a tive presente na memória, desde que me retirei à solidão do êrmo da Arrábida. Não deixo, contudo, de lembrar aos mortos, as angústias desta hora e lhes peço não guardem para ela os ajustes das suas contas, porque se expõem a perigo de as errarem pelo desassossego que padece a alma. A minha parte desta vida muito consolado, não pelo confiança que tenho em merecimentos próprios, mas nos do meu Senhor Jesus Cristo e na intercessão de Maria Santíssima, que sempre implorei propicia. E espero que o meu padre S. Francisco me conheça por seu verdadeiro filho, não me negando a sua bênção e se a minha ignorância me impede o reconhecimento dos delictos que cometi, na pura observância da sua Regra, uma e muitas vezes lhe peço humildemente o perdão e confio que, como piedoso pai, me concederá e rogará a Deus por mim.»

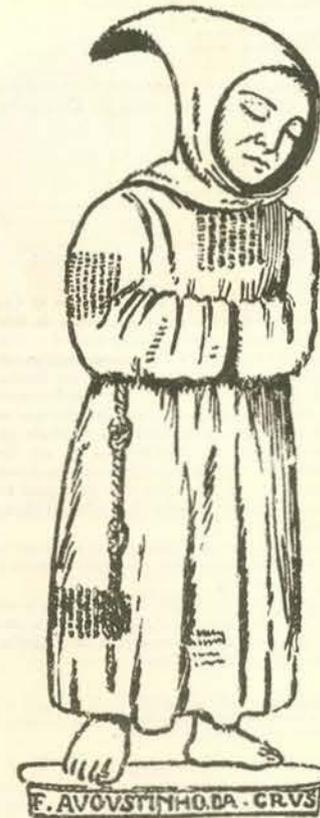
Recebeu, depois, dos mãos do Guardião, com muita devoção e lágrimas, os sacramentos, rogando ainda a Frei Matias que lhe desse por esmola um hábito para a sua mortalha.

Após pedir a todos os presentes lhe perdoassem os agravos e acções com que o houvesse escandalizado, pondo os olhos no Crucifixo que lhe ficava defronte, reclinou a cabeça no travessiro e entregou a alma ao Senhor. Era tal a fama de virtude que aureolava Frei Agostinho que, logo que a noticia da sua morte foi conhecido, accorreu à enfermaria do Hospicio quasi toda a Setúbal. De tal modo todos queriam guardar recordações suas, cortando-lhe bocadinhos do hábito, que foi preciso que os frades de Alferrara o vestissem em novo hábito para que a decência e a compostura fossem defendidas.

Ao outro dia, com grande acompanhamento de clérigos, nobres e povo, seguiu o corpo de Frei Agostinho, Sado acima, a caminho da sua querida Arrábida, indo dormir o sono derradeiro no seio daquela solidão que tanto amara e à qual de alma e vida se entregara. Lisboa, Sintra, Ribamar, Arrábida, Setúbal são, pois, as etopias principais da vida de Frei Agostinho.

Quere dizer, a Estremadura é o cenário desse verdadeiro milagre de amor que foi a passagem pela Terra de Frei Agostinho da Cruz.

Vejamos agora como vive a nossa Província na poesia de Frei Agostinho, êsses versos que, no dizer de Mendes dos Remedios, «têm alma e fazem sonhar, alcançando-nos até onde se não sente o



Desenho transportado dum painel de azulejo do convento

páginas das melhores e mais belas do encantador e inegalável lirismo português.

Tendo adoecido e sentido os frades que no Convento da Arrábida serviam a Deus que se aproximava a derradeira hora do santo anacoreta, não porque êle se queixasse, mas porque lhe viam o estado da saúde, providenciaram no sentido de lhe serem dispensados os socorros humanos a que a sua idade avançada e a sua doença faziam jus.

E assim foi conduzido à enfermaria de Nossa Senhora da Anunciada, que os frades arrábidos possuíam em Setúbal. Despediu-se dos religiosos do

rugir da fera humana, como se nos fosse dado mergulhar naquele indefinido descanso a que tanto aspirou o autor que os escreveu com o seu grande espírito de poeta e de crente.

É com amoroso carinho que o grande poeta-monge se refere ao Tejo a que, na frase também do eminente catedrático coimbrão atrás citado, « parece ligar recordações de ternura e saúde ».

Na ecloga II, composta no ano do Noviciado, portanto sob as asperezas da vida conventual, em Santa Cruz de Sintra, que « é notabilíssima como sugestão autobiográfica » e na qual, figuram Mincio e Flávio, na fala do primeiro que representa indiscutivelmente o autor, lê-se:

• Que me dá a mim que nunca tenha quanto
• Eu desejo de ler, pois que te vejo
• Tão triste com te ver ter outro tanto?

• Depois que vim pastar junto do Tejo,
• E vi que tanto gado não bastava
• Para malar a fome do desejo.

Trata-se duma evidente e claríssima alusão à vida que levou em Lisboa, nos Paços do Infante D. Duarte, essa vida que por tanto o aborreceda nele determinou a fuga para o Convento.

A seguir, na ecloga III, cujo sentido enigmático não deixa, nem ao de leve, transparecer a intenção do poeta, como muito bem acentua o autor dos *Subsídios para a História da Literatura*, lê-se na fala de Rodrigo, no diálogo entre este e Silvestre:

• Aquêlle que mais serve e mais atura
Pagam-lhe só depois de ser desfeito
Com lhe dizer que foi sua feitura...

• Na requia esteja a alma de Bieijo
Que fugiu para pastar junto do Tejo
Que era homem que queria andar direito.

Na ecloga IV « em que se queixa dum amigo », alguns de imaginação mais fértil em conclusões fáceis do que em amor e apêgo à verdade, têm querido ver a causa da ida de Agostinho para o Convento, esquecidos, talvez propositadamente, que, como dizia um seu biógrafo, « das suas eclogas de positivo nada se pode afirmar », porque « por toda a parte existe aquêlle tom de vago e de impreciso que tanto se presta a divagações tentadoras. Inútil é o trabalho de procurar, sempre, sob os criptónios dos pastores, personagens históricas e autênticas para servirem às hipóteses que formulamos.

É bastante lembrar que os nomes de alguns foram sugeridos ao poeta por designações locais ou sítios que êle conhecia da vida da Serra, tais os de Galapo e Alportuxo.

Na ecloga IV, iam os nós dizendo, voltam a aparecer, de novo, referências ao Tejo, na fala de Lima-beu a Mincio, quando lhe diz:

• Quero morrer de fome calma e frio
Nesta Serra deserta onde não vejo
Quem cuida mal de mim, se zombo ou rio

• Não faço força não ao meu desejo
Por ver que se acaram quantas flores
Como lágrimas reguei junto do Tejo.

Mas adiante e ainda na mesma ecloga onde há esta lamentação das ilusões perdidas, Limabeu em nova fala evoca amoravelmente o grande rio de Lisboa e diz:

• Verdes campos do Tejo, claras águas
Se para chorar mágoas me lembrais,
Quanto sentirei mais neste meu peito
Um tamanho defeito dum amigo
Que pastava comigo tão seguro!
Triste de mim! Quão puro se mostrava
Mas si! Quão longe estava da pureza,
Que a minha natureza merecia!

Limabeu, que muitos querem que seja um nome pastoril escolhido pelo grande lírico para si próprio e que aparece em quasi todas as eclogas dialogando com Mincio que não poucos pretendem que seja o irmão de Frei Agostinho, o grande Diogo Bernardes não perde ocasião de se referir ao nosso rio.

É, assim, na ecloga XII, volta a dizer:

• Enfim lá se ficaram, cá me estou
Numa lapa, da qual o mar oceano,
Depois de a ter lavrada, se afastou.

• Agora julga tu qual feito humano
Me quisera largar sei aposento
Do Tejo natural, ou Limiano? »

Mas o que se verifica nas eclogas encontra-se, também nas elegias. Dêste modo, na V, em que fala da « Ingratidão », a certa altura desabafa:

• Quem tão mal empregou a confiança
Não se espante da dor, que assim lastima,
Antes de haver no mal tanta herdança.

• Primeiro me queizei junto do Lima
Agora muito mais junto do Tejo.
Pouco me aproveitou mudar o clima.

É na elegia seguinte « Estando no Arrábida »

• Com mais quietação, livre desejo,
Nela quero cavar a sepultura,
Que não junto do Lima nem do Tejo.

• Aqui com mais suave compostura
Menos contradição, mais clara vista
Verei o Criador na criatura.

Quando conta o fim da vida numa outra elegia, de novo não esquece de referir o nosso rio, para êle motivo sempre da mais amorosa ternura:

• Eu do Lima me vim pastar ao Tejo;
Depois detrás da Serra nas salgadas
Águas, que para muitos doces vejo.

A seguir ainda na Ode I, quando fala « Das mudanças do tempo », de novo o grande rio estremeño é citado em louvor:

• Largos campos do Tejo
A cuja vista cresceu
Tristes queixumes de cruéis lembranças;
As flores que em vós vejo
Alegres me entristecem,
Por ver que são sujeitas a mudanças.

Finalmente, numa elegia que se vê deve ser das últimas que compôs, Frei Agostinho da Cruz volta a referir:

• Na ribeira do Lima fui nascido,
Na do Mondego e Tejo fui criado,
E na Serra em que vivo envelhecido.

• Onde esperando estou o desejado
Fim dos meus longos anos
Mais vizinho quanto de cada vez mais alongado;

Se nos recordarmos que Frei Agostinho da Cruz deu fim, queimando-os, a todos os versos da mocidade, teremos que — e como é aliás natural — todas as composições evocando o Tejo foram escritas entre o Noviciado, em Sintra, e a morte, em Setúbal. O que é igual a dizer que o glorioso Frei-poeta guardou, sempre, ao nosso rio uma devoção que tem o seu quê de eternecimento amoroso. Contudo, nem só o Tejo mereceu os desferimentos da sua lira. À Arrábida, essa admirável Arrábida que êle durante anos e anos buscou para alim viver nela quasi três lustros, inspiraram-lhe alguns dos melhores páginas da sua notabilíssima obra.

Arquivá-las-emos aqui, porque elas são ainda um hino de louvor e graça a um dos belos recantos da linda terra estremeña.

Começaremos pela Elegia VI, precisamente uma das que Frei António da Piedade escolheu para ilustrar a biografia do insigne místico na biografia e inserta na Crónica da Arrábida.

• Agora que de todo despedido
Nesta Serra da Arrábida me vejo
De tudo quanto mal tinha entendido.

Com mais quietação, livre desejo,
Nela quero cavar a sepultura,
Que não junto do Lima nem do Tejo.

Aqui com mais suave compostura
Menos contradição, mais clara vista
Verei o Criador na criatura.

As forças cresceram com que resistia
A dizer-vos humanos pensamentos
Para que dos divinos só me vista.

Naqueles mais formosos aposentos
Reposou buscarei acompanhado
Doutros mais saudáveis sentimentos.

De plantas de penedos rodeado,
Que não perdem verdura, nem firmeza
Por tempo em tempo mais destemperado,

Renovarei motivos de tristeza,
Para mais suspirar, considerando
A sujeição da fraca natureza.

Dum vale noutra vale vaguando
Um lugar buscarei, medonho, escuro,
Donde comigo só me está queixando.

Quão triste ficarei e quão confuso!
De ver aves, e feras desculpadas
De culpas, que não sei como me acuso!

Por meio dos rochedos semeadas
Verei dependurar silvestres plantas
Verdes em pedras duras sustentadas.

Quantas cousas verei, maiores quantas
De cuja criação, de cujo objecto
Resultam confusão tantas e tantas?

Se aqui não derreter neste meu peito
A congelada neve em que me esfrio,
Mal a que já de longe estou sujeito,

Em qualquer outra parte desconfo
Da minha pretensão; pois qualquer leve
Coisa cortar-me deve o fraco fio.

Que fruto colher pode nesta breve
Vida quem para a morte vai correndo
Sem nunca descansar que mais releve?

Se pelo largo mar olhos estendo,
Se nestas penedias os penduro,
Ora subindo o sol ora descendo,

Certificado mais, muito mais puro,
De todo se resolve o pensamento,
Que quanto mais deserto, mais seguro.

Discorrendo dum noutra fundamento,
Uma vez me perturbo outra m'indigno;
Outra com puras mágoas me arrebento.

Poderoso Senhor, manso, benino,
Quem pode penetrar mercês laranhas,
Recebidas de Vós desde menino!

Que campos, que ribeiras, que montanhas,
Pastei, passei, subi, com vossa ajuda
Por terras naturais, e por estranhas!

Oh! como se converte, rende e muda
Aquela alma ditosa que trespassa
De amor celestial a seta ajuda!

Quão leve, quão ligeira; voo, e passa
Pelos laços sutis da vida humana;
E como na divina se compassa!

Na doce perenal fonte que mana
Do Céu, toda banhada se recreia
Segura de tocar noutra profana.

O que nos largos campos se passeio,
Subindo nesta Serra se caminha
Atalhando o que nêles se rodeio.

Oh! Serra das estrelas tão vizinha
Que nunca de ti, Serra, se apartara!
Ou quando se partira esta alma minha
Da terra nesta tua me enterrara? »

Poema admirável que chegará para fazer a glória de qualquer grande poeta, êle tem por eloquente nesta outra elegia não menos bela, não menos expressiva e grandiloqua, que Frei António da Piedade entendeu por bem publicar entre as poucas que seleccionou para a sua nunca demais enaltecida Crónica:

DA ARRÁBIDA

Alta Serra deserta, donde vejo
As águas do Oceano duma banda,
E doutras já salgadas as do Tejo:

Aquela saúde, que me manda
Lágrimas derramar em toda a parte,
Que fará nesta saudável e branda?

Daqui mais saudável o sol se parte;
Daqui muito mais claro, mais dourado,
Pelos montes, nascendo se reparte.

Aqui sobelo mar dependurado
Um penedo sobre outro me ameaça
Das infortunas ondas solapado.

Duvido poder ser que se desfaça
Como água clara e branla a pedra dura
Como quem assi se beija assi se abraça.

Max ouço queisar dentro a lapa escura,
Ruidas as entranhas aparecem,
Daquela rouca voz que lá murmura.

Eis por cima da rocha decem
Os troncos meio-secos encurvados,
Eis sobem os que nêles enverdecem.

Os olhos meos dali despertados,
Pregunto ó mar, ás plantas, ós penedos,
Como, quando, por quem foram criados?

Respondem-me em segredo mil segredos,
Cujas primeiras letras vos cortando,
Nos pés doutros mais verdes arvoredos.

Assi com coisas mudas conversando,
Com mais quietação delas aprendo
Que outras que ha, ensinar querem falando.

Se pejejo, se grito, se contendo,
Com armas, com razão, com argumentos,
Elas só com o calar ficam vencendo.

Ferido de tamanhos sentimentos
Fico fora de mim, fico corrido
De ver sobre que fiz meus fundamentos.

Ali me chamo cego, ali perdido,
Ai por tantos nomes me nomeio,
Quantos por culpas tenho merecido.

Ali gemo, e suspiro, ali pranteio;
Ali geme e suspira, ali pranteio
O monte e vai de meus suspiros cheio.

Ali me faz pasmar, ali me enleia
Quanto colhendo estou da saudade,
Que por tôda esta terra se semeia.

Ora me ponho a rir da vaidade,
Ora a triste a chorar com pranto estudo
Erros solicitei da mocidade.

Tudo se muda enfim, muda-se tudo
Tudo vejo mudar cada momento:
Eu de mal em pior tambem me mudo.

Soia levantar meu pensamento
Assentado sobre estas penedias
Duras ou duro mais nelas me assento.

Dunha-me a ver correr os águas frias,
Por cima de alvos seixos repartidas,
Que faziam tremer ervas sombrias.

As flores que levava já colhidas,
Passando pelas vales enfeitava
Por outras doutra nova côr vestidas.

O livre passarinho, que voava,
Cantando para o Céu deixando a terra,
Da terra para o Céu me encaminhava.

Cuidei que se esquecesse nesta Serra
A dura imiga minha natureza;
Mas donde quer que vou lá me fez guerra.

Oh! quem viva naquela fortaleza
Rodeada de fogo de amor puro,
Daquelle amor divino est' alma acêsa!

Quão firme e quão quieto e quão seguro,
No campo se pusera em desalio!
E quão brando sentira o ferro duro!

Mas se agora de mim me não confio,
Se fujo, se me escondo, se me temo,
E' porque sinto fraco o peito frio.

Alevantam-se os mares, pasmo, e tremo:
Vejo vento contrário, desfaleço,
A corrente das mãos me leva o rêmo.

Confesso minha culpa, bem conheço
Que por mais graves males que padieço
Menos padecerei do que mereço.

Mandaí Senhor, que busque, bafa, e peça,
Eu busco, bafio, e peço-vos, Senhor,
Sem haver coisa em mim que vos mereça.

Com os braços na Cruz, meu Redentor,
Abertos me esperai, c'o lado aberto
Manifestos sinais do vosso amor.

Ah! quem chegasse um dia de mais perto
A ver c'os olhos d'alma essa ferida,
Que esse coração mostra descoberto!

Esse que por salvar gente perdida
De tanta piedade quis usar,
Que deu nas suas mãos a própria vida.

A sangue nos quizesse regular
De tão cruel, e duro cativoiro,
Vendido fostes vós por nos comprar.

Padecesse por nós, manso cordeiro,
Pisado, prôso, e nu entre ladrões
Ardendo o fogo pôsto no madeiro:
Arçam postos no fogo os corações.

Poesia do mais puro sabor místico, só um grande amor de Deus, melhor revelado e sentido na beleza, sem par, da Serra, a podia inspirar e ditar. De resto, talvez nos seja licito afirmar que, sem

a Arrábida, sem a Musa inspiradora de tantas e tão belas páginas, é muito possível que a obra de Frei Agostinho não tivesse sido tamanha, não ressumasse tanta e tão imortal grandeza.

Porque em tôdas as suas poesias, do melhor período da sua vida, a Arrábida toma lugar de proeminente relevo.

E' isso mesmo que, por exemplo, ainda se verifica no seguinte soneto:

Do meio desta Serra derramando
A saudosa vista nas saigadas
Águas humildes, quando e quando inchadas,
Conforme a qual o tempo vai soprando,

Estou comigo só considerando,
Onde foram parar coisas passadas,
E donde irão presentes mal-lindadas,
Que pelos mesmos passos vão passando.

Oh! qual se representa nesta parte
Aquela derradeira hora da vida
Tão devida, tão certa e tão incerta!

Em quantas tristes partes se reporte,
Dentro nesta alma minha entristecida
A dor, que em tais extremos me desperta!

E' a Arrábida, repetimos, a Musa inspiradora duma grande parte, diremos mesmo, da melhor parte da sua obra. Cita-a quando a canta na sua graça sem par; cita-a, quando ergue hinos de louvor ao Senhor, a cujo serviço se devotou de alma e coração.

E em tôdas as suas poesias perpassa o amor entranhado à solidão na qual melhor encontrou a Deus.



O Convento dos Arrábidos, onde viveu Frei Agostinho

Quando celebra a sua ida para a vida eremítica, accentua:

Tempo foi que pastava neste prado
Bem fora de cuidar que poderia
Tornar a ver-me nêle inda algum dia,
De tantos mil cuidados descuidado.

O Senhor que me trouxe a tal estado,
Quando castigos graves merecia,
Dando-me muito mais do que pedia,
Para sempre ja mais seja louvado!

Estas águas correntes, estas flores,
Estes bosques cobertos de verdura,
Os passarinhos nêles escondidos,

Aqui lhe dem comigo mil louvores,
Sem fim o louve tôda a criatura,
Não sintam outra coisa menos sentidos.

E' na Serra que o glorioso e santo frade-poeta encontra consolação para tôdas as agruras que lhe povoraram a vida, até nela encontrar repouso.

E' pelo menos isso o que se depreende da elegia em que se refere a uma tribulação duma pessoa amigo:

Quero chorar-me agora aqui cercado
De plantas, e penedos, nesta Serra;
Pois não tenho de quem seja chorado.

Cruel me foi a mim a própria terra
Em que nasci; cruel e deshumano
O sangue meu que nela me fêz guerra

Movido de claro desengano,
Desconfiado vim de nunca mais
Tornar a confiar em peito humano.

Mas o que me faltou nos naturais,
No peito que busquei, ah! verdes plantas!
Que tal ouvis contar, que não secais!

O Senhor me quis dar além de tantas
Graças numa alma só em terra alheia
Nascida doutras mais enranhas santas.

Por isso se esta minha aqui pranteia
Com tão estranha dor, tão soltos gritos,
E' pela ver de tantas mágoas cheias.

Não me lembram meus males infinitos,
Desgostos nenhuns já neste meu peito
Trago, senão os seus agora escritos.

Oh! Virgem, se não fôr meu rôgo aceito
A Vós para aliviar de tantas dores,
Das lágrimas, que choro, havei respeito!

Se Vós, servos fazeis dos pecadores,
Como não cuidarei que me fareis
Vosso, pôsto que seja o môr dos môres.

Vós sois a que por mim oferecis
A quem vistes morrer por me dar vida
Quantos dos meus suspiros compreendeis.

Já vo-lo tenho, Virgem, oferecida;
Peço-vos que tenhais dela lembrança,
Pois não pode de mim ser esquecida.

Em Vós tenho, Senhora, a confiança
Que tudo lhe dareis quanto deseje;
Que quem em Vós confia tudo alcança.

Não é justo, Senhora, que lhe seja
Menos firme, fiel, menos leal,
Por mais longe que dela agora esteja.

Que bem pouco aproveita, pouco vale
Não podermos ver olhos o que queremos,
Para deminuir firmeza tal.

Façam, desfaçam tudo o que quiserem;
Que tolher se não podem saúdaes,
De amor, que por amor divino ferem.

As justas bem fundadas amizades,
Que só Cristo Jesus tomam por guias,
Não se desfazem, não, com novidades.

Mudanças de tristeza, ou de alegria
De tempo, de lugar, longe, nem perto,
Nunca, mudaram ser do que soia.

Quantas lágrimas cá neste deserto
Tenho por tua causa derramadas
Por te encerrar naquele peito aberto?

Naqueles pés, e mãos na Cruz pregadas,
Naquelas cinco Chagas do Senhor,
De quem tantas mercês tens alcançadas;

Que não podes teus olhos nela pôr,
Que não fique tua alma consolada,
Seja atribulação quamanha fôr.

Enfim se viver queres descansada,
Da lança, cravos, Cruz e da Corôa
D'espinhos sempre vive trespassada.

Outra coisa na vida te não dôa;
Doutra não vás buscar contentamento,
Confuso donde quer que esta não sôa.

Não faças doutra coisa fundamento,
Não deixes passar nunca levemente
Outra nenhuma pelo pensamento.

Qualquer pequena dor do mal presente
Não vos deixa sentir quamanho bem
E' sofrer por Deus tudo alegremente.

Bem cegos são os olhos que não vêem
Quanto podem durar gostos humanos,
Com tantas quantos seus desgostos têm.

Passam dias e meses, passam anos,
A vida com o tempo vai fugindo,
E nós dos seus, ou nossos desenganos.

Aqui se nos vai tudo consumindo;
Assi de mal em mal imos cavando
À negra terra que nos vai cobrindo.

Quantas vezes me deixo ir suspirando
Aqui por esta Serra só contigo,
E quantas tu comigo só chorando!

E' muito pouco tudo quanto digo;
E' muito mais do que poder cuidar,
Se sabes estimar tamanho amigo.

Bem pode falecer água no mar,
Bem podem deixar pedras de ser duras,
Mas tu não deixares de me lembrar.

As amizades d'alma são seguras!
No Céu não pode haver senão pureza
De coisas mui claras, muito puras.

A rocha, que de sua natureza
Em todo o tempo está firme e segura,
Não me faz vantagem na firmeza.

Nascem algumas plantas na espessura
Do bosque, que por calma, nem por frio,
Nunca perdem já mais sua verdura.

Não deixa de correr o claro rio
Por encontrar com duras pedras,
Antes nelas se faz mais corredio.

O Senhor te dê tantas alegrias
Quantas aqui lhe peço de continuo:
Eis nos faça arder noites e dias
No seu divino amor, amor divino.

Onde, porém, os seus hinos adquirem melho-
res tons em graça e louvor da sua sempre querida
Arrábida, é na elegia que especialmente lhe dedico,
quando conta:

Convoaco e dentro em vós, Serra batida
Mais das ondas humanas que marinhas,
Cantarei, como cisne, a despedida.

Testemunha sois vós das queixas minhas,
E porque quero, mais antes que gente,
As feras e serpentes por vizinhas.

Tanto, que nem de amigo, nem parente,
Inlã agora não faço diferença,
Se seu amor do meu fôr diferente.

A nenhum dêles nisto faço ofensa,
Se algum seu interesse só pretende
Pois nêles só consiste a desavença.

Experiência tenho do que rende
A palavra sem obras confirmada
Que em vão para comigo se despende.

Resposta, que mil vezes tenho dada
A quem já sei que nada dar-me quer,
Que pois nada quer dar, não quero nada.

Nem êle de mim deve de querer
Levar-me sem nenhum merecimento,
O que me doe a si sem lhe doer.

O descanso do doce pensamento,
O repouso do livre coração,
Não se deve perder um só momento.

Qual deve ser a minha pretensão
Antre os bosques desertos, velho e enfermo,
Se não não ver em mim um só senão?

Os juizes rasteiros dos do termo
Que todo o qual mais me perseguia,
Já por mercê de Deus fixaram termo.

Que quem dos seus ardis me defendia,
Ordenou redundar em meu proveito,
Quanto mais encontrá-lo parecia.

Finalmente, qua nunca fôra feito,
O menos do que a mim mais me importava,
Se entortar não quiseram o direito.

Tanto na paixão sua se cegava
O que mais trabalhou por me lançar,
Que não viu que de muro me cercava.

Ora já que me deixam descansar,
Trabalharei de novo descansado,
Por nada já da terra me cansar.

De todo em todo tão desapagado,
Que não me lembre viva criatura
Nem queira de nenhuma ser lembrado.

Passando os olhos meus pela verdura
Das plantas que plantou a natureza,
Me mostraram ao Céu nova pintura.

Onde a minha alma em puro fogo acesa
Não sintia nem consistia outro desejo,
Senão ficar de amor divino presa.

Em cuja clara luz mais claro vejo
Por onde caminhar posso seguro,
Enquanto agora a terra não despejo.

Não vejo Job lançado no monturo,
Queixoso de amigos carregosos
E como assi dos meus mais me asseguro.

Não vejo de são mais cubiçosos,
Que pretendo do mundo falso e cego,
Por passos de caminhos perigosos?

Mas porque brado em vão, ou a quem prego,
Se não a mim, de mim tão esquecido,
que do meu próprio bem me despeço?

Quantos em menos tempo tem colhido
O fruto que se colhe trabalhando,
Que por não trabalhar tenho perdido

O que daqui me fica magoando,
Determino emendas pelo mais certo
E mais breve caminho, caminhando.

Sem me desviar já neste deserto,
Por alho nenhum, nenhum rodado,
Senão pelo que fôr do Céu mais perto.

Não me venha turbar o gosto alheio
Que menos penitência diz que basta
Porque a virtude, diz, consiste em meio.

Em vão para comigo o tempo gasta
Quem mais quer alongar meus longos dias,
Que a morte, inda que tarda, não se afasta.

Venha quando quiser, por quaisquer vias,
Que por nenhuma já pode vir cedo
Despir as enrugadas carnes frias.

Deixe-me o coração arder um Credo
Naquele amor divino a quem me dei
Enquanto vivo aqui neste degredo.

No meu Deus em quem só me confiei,
Porque por mim pregado fôri na Cruz
Confiado só nêle acabarei.
Chamado por Maria e por Jesus.

É em sonetos cheios da mais sentida unção,
Frei Agostinho celebra, em verdadeiros arroubos
amorosos, a sua Serra:

·No meio desta Serra onde se cria
Aquela saúde de alma pura,
Que no duro penedo acha brandura,
Ardente fogo dentro a agonia fria,

Ouçõ no passarinho a melodia
Vejo vestir o bosque de verdura,
Variar-se no Céu outra pintura
Que em vários sentimentos me varia.

Pasmado de quão mal se gasta a vida
De quem da terra quer subir ao Céu,
Pois caminhar ensin ninguém duvida,

Menos da vida estreita que escolheu.
Dos seus mais escolhidos, mais seguida,
Cristo Jesus que numa Cruz morreu.

E esfoúlro:

Dos solitários bosques a verdura,
Nas duras pedras sustentada,
Nesta Serra, do mar largo cercada,
Me move a contemplar mais fermosura.

Que tem quem tem na terra mor venturo,
Nos mais alhos estrados arriscada,
Se não tem a vontade registada
Nas mãos do Criador da criatura?

A fôlha que no bosque verde estava
Em breve espaço cai perdida a flor,
Que tantas esperanças sustentava.

Por isso considere o pecador,
Se quando na pintura se enlevava
Não se enlevava mais no seu pintor.

E ainda:

As cabres que inda guardo nesta Serra,
São lágrimas a chorar por meus pecados
Na lembrança dos tempos mal gastados
Vendo quem mais acerta ou quem mais erra

Triste vida se vive sôbre a terra,
E triste muito mais nos povoados,
Dos meus e dos alheios semeados,
Por cima d'ervas más da mesma terra

Quão pouco dura a vida, bem se entende,
E bem opera que foi concedida,
E quanto bem ou mal no fim nos rende.

Ora seja mais breve, ou mais comprida,
A nenhum outro bem maior se estende,
Que a ganhar como mortal imortal vida.

Mas porque a celebração da Arrábida não esta-
ria completa sem que a Virgem Nossa Senhora apa-
recida ao mercador Hildebrando fôsse celebrada, o
Santo anacoreta não A esquece. E festeja as suas
graças e belezas nalgumas das suas mais notáveis
poesias:

Aqui Senhora minha onde zoia
Cantar na minha leve mocidade
O muito que de vossa solidade
Desejei acender nesta alma fria:

Aqui torno, outra vez Virgem Maria,
Desenganado já, mais de verdade,
Pois me mostrou do Mundo a falsidade,
Que a lágrimas comprei quem me vendia.

Conselham-me tão claros desenganos
Que comece de novo nova vida
Nesta Serra deserta, alla e fragosa;

Mas são conselhos vãos, leves, humanos,
Que vós nunca quistes ser servida,
Se não por puro amor Virgem fermosa.

Mais adiante volta a cantar a Senhora da Arrá-
bida:

O' Virgem Mãe de Deus, Senhora minha,
A quem me socorri, por quem chamava,
A quem servir minha alma desejava
Nesta Serra do Céu vossa vizinha.

Tornar-me à saúde que me vinha,
Quando mais docemente contemplava,
Como em favor vosso caminhava
Daqui donde mais livre se caminha

Esta terceira vez que determino
(Se vós assim também determinais)
Sem maíança fazer a sepultura,

Mostrai-vos liberal de amor divino,
Arça neste meu peito tanto mais,
Quanto mais vos dotou de fermosura.

E também:

Se vós não me deixais, Senhora minha,
Seguro estou de nunca vos deixar,
Porque se em mim não há que segurar,
Assegura-me ter-vos por vizinha.

Fal-se-me o companheiro que aqui tinha,
Entêrmo sem poder mais alzar;
E pois doença e morte hão-de chegar
Fazei que a morte chegue mais asinha

Segura-me, Senhora, a confiança
Da vossa piedosa condição
Tão liberal comigo aqui neste ermo,

Para não recear qualquer mudança
Que quem de mim se serve quando são,
Não me lançará fora quando entêrmo.

Por último, citaremos ainda uma linda redondi-
lha devida ao estro de Frei Agostinho, em louvor da
sua Senhora da Arrábida:

Nesta Serra,
Onde me não falta guerra,
Servindo na vossa ermida
Gostarei, Senhora, a vida
Até me cobrir a terra.

Poderíamos citar muitas outras poesias, porque
poucas são as devidas ao estro do grande lírico, sem
dúvida o maior de todos, depois de Camões, que
não evocam a Arrábida, que não cantem a sua tão
amada solidão, que não sejam uma oração murmu-
rada à Virgem Nossa Senhora sua padroeira e vi-
zinha.

Pensamos, porém, ter feito uma, tanto quanto
possível completa, antologia dos versos em que Frei
Agostinho canta a Estremadura.

E supomos, também, ter demonstrado, suficiente-
mente, que entre quantos têm exaltado a nossa linda
provincia, Frei Agostinho da Cruz toma lugar de
primeira plana. Por isso mesmo êle é, antes de tudo,
primeiro que tudo, uma grande glória estremenha.

PEDRO DE ALFERRARA.

Bibliografia deste artigo:

Crônica da Arrábida, de Frei António da Pie-
dade.
Frei Agostinho da Cruz, de Hemeterio Arantes.
Obras de Frei Agostinho da Cruz, do dr. Men-
dos Remédios.



CASTELLOS

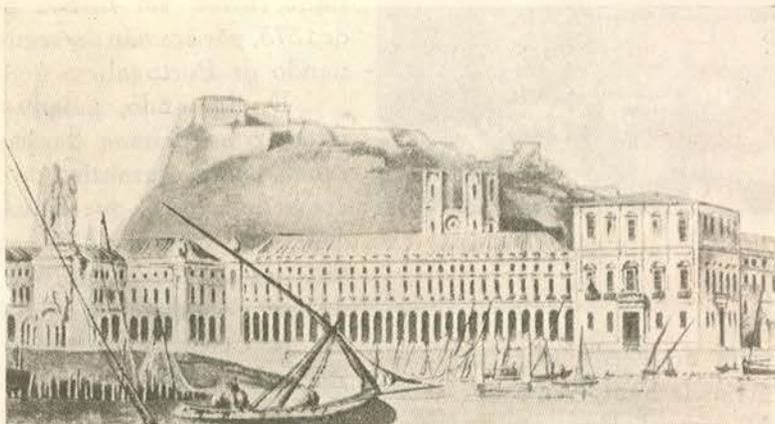
da ESTREMADURA



É presumível que no cimo do monte onde assenta o Castelo de S. Jorge, houvesse um castro dos Lusitanos. O nome de *Olisipo* ou *Olisippo* é de origem ibérica (1).

Os Romanos ocuparam *Olisipo*, que honorificamente denominaram *Felicitas Júlia* (séc. I A.C.). Povoação à beira da água, na entrada do Tejo, perto do mar, era talvez a segunda capital da Lusitânia (*Mérida — Emerita Augusta*, — a primeira cidade da Província) (2). Haviam de fortificá-la, para a guardar.

Supõe Júlio de Castilho que as fortificações fôsem apenas constituídas por tórres isoladas (3). Como a cidade, a ver pela situação dos edifícios públicos, identificados, nas vertentes ocidental e meridional do monte (4), se estendia até ao Tejo e ao esteiro que alargava



O Castelo de Lisboa em 1790

(Desenho de Noe)

pela Baixa, as tórres e outros elementos de fortificações, que as ligassem, disseminar-se-iam nas encostas. Não é ilícito julgar-se que o núcleo populacional coincidissem, no alto, com o vetusto castro dos Lusitanos, como depois foi ali sucessivamente o núcleo visigótico, mouro e português.

Neste critério, as fortificações principais dos Romanos estabeleceriam no alto à maneira de acrópole, a defesa principal. Já se compreendia que, na parte exterior, a *urbs*, foragida do *oppidum* cimeiro tivesse, apenas, por garantia militar, algumas tórres.

Discute-se: o sistema defensivo das muralhas da «cêrca velha» de Lisboa é visigótico ou é mouro? O tipo militar, com encerramento da cidade na cinta dos mouros, tanto se encontra nas povoações visigóticas como nas árabes de Marrocos e

da Espanha; já o fêz sentir o sr. coronel de Engenharia Vieira da Silva, que, todavia, encontra mais verosímil a hipótese de serem mouros os architectos da praça (5). Chama-lhe, por isso, *Cêrca Moura*.

O alto do monte era a cidadela, a alcáçova, com suas muralhas e tórres. Continuava

(1) Leite de Vasconcellos, *Etnografia Portuguesa*, vol. II, pág. 358, n.º 1.

(2) Hubner, *La Arqueología*, pág. 163.

(3) Júlio de Castilho, *Lisboa Antiga, Bairros Orientais*, vol. I, pág. 164.

(4) Vieira da Silva, *A Cêrca Moura de Lisboa*, 2.ª ed., pág. 8 e seg.

(5) Vieira da Silva, *idem*, págs. 40 e 41.

e defendia o centro ou núcleo de origem da cidade. Partiam daí as muralhas da Cêrca, a principal na muralha da Praça de Armas.

Desciam à Rua do Milagre de Santo António, onde as portas de Alfôfa corriam em direcção ao Sul, junto das escadinhas de S. Crispim e, ao dobrar a Poente, havia uma tôrre, ainda hoje visível. Seguiam a direito até à confluência da Rua de S. Mamede (ao Caldas) com a Calçada do Correio Vêlho; dobravam para Sul e tinham aí uma tôrre; ao fundo de uma reen-

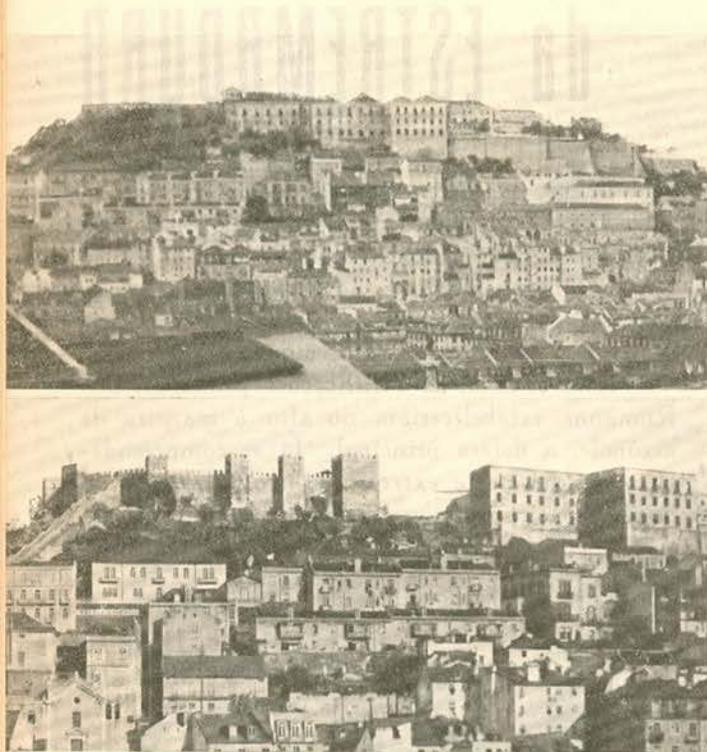
gulo recto, para o Norte, ia cortar a actual Rua de S. João da Praça, com o cubelo da Rua da Judiaria, a Tôrre do Largo de S. Rafael e Porta de Alfama ou de S. Pedro de Alfama. Subia ao longo da Calçada de S. João da Praça, correspondente à Rua da Adiça antiga, passando junto do Limoeiro, até às Portas do Sol, e daí a uma tôrre pentagonal, hoje incorporada no prédio da Casa de Belmonte, a-par do Pátio de D. Fradique. Ligava-se então à tôrre do Castelo, que lhe fica em frente, encerrando assim o circuito da Cêrca.

A cidade compreendia o que lhe chamamos hoje o «Castelo» ou Bairro do Castelo, a parte essencialmente militar e política; e, para além dêste recinto, abrangia tôda a zona de Alfama, o bairro aristocrático e mundano. Chegou a conter 150.000 homens, excluidas as mulheres e as crianças, e havia nela e seus subúrbios 60.000 famílias tributárias, à vinda dos Cruzados (!).

«Quando, porém, no século XIII, a população cristã, alargando-se para Ocidente, veio expulsar os Judeus do seu bairro primitivo, situado na actual Cidade baixa, e os encantou para a parte Sul da Cathedral, a Alfama foi perdendo gradualmente a sua importância, e convertendo-se afinal num bairro de gente miúda, e, sobretudo, de pescadores». (Alexandre Herculano em *O Monge de Cister*). O Rei de Castela D. Henrique entrou em Lisboa no dia 23 de Fevereiro de 1373, por ocasião da segunda guerra com D. Fernando de Portugal.

D. Fernando, guiado pelo exemplo, decidiu reforçar as defesas da capital com uma *Cêrca Nova*, para garantia de não se repetirem os actos de guerra, que trouxeram as ruínas à Cidade. De 1373 a 1375, estavam de pé as muralhas novas; envolviam os bairros exteriores que tinham surtido da *Cêrca Velha*.

A *Cêrca Nova* tinha 7.000 passos de perímetro, com 38 portas e postigos e 77 tôrres. Descia do Castelo às Portas do Marquês de Alegrete, subia ao cômodo, onde está o hospital de S. José, descia às Portas de Santo Antão, e de Valverde, com o postigo das Estrebarias de El-Rei, guinava a N. das Escadinhas do Duque o seu Postigo do Condestabre, e, lá em cima, quando atingia o actual Largo de S. Roque, dobrava ao Sul. Ficava no ângulo a Tôrre de Alvaro Pais.



O Castelo de S. Jorge, antes e depois das obras, visto do lado norte do Rossio

trância, ficava a Porta do Ferro, mais ou menos em frente da igreja de Santo António. Partiam paralelamente à actual Rua da Padaria, antiga Rua dos Hasteeiros ou das Hastes, e terminavam em grande tôrre, junto do rio, à esquina aproximadamente da Rua da Padaria com a dos Bacalhoeiros.

Corriam ao longo do rio, com algumas portas e postigos, correspondentes, em parte, a arcos hoje existentes, como as Portas do Mar, e tôrres, até atingir o Chafariz de El-Rei (!), que ficava entre duas tôrres. Aqui dobrava, em ân-

(1) *Conquista de Lisboa aos Mouros (1147)*, 2.^a ed., pág. 60, e dr. José Augusto de Oliveira, *O Cêrco de Lisboa em 1147*, Lisboa, 1938, pág. 30.

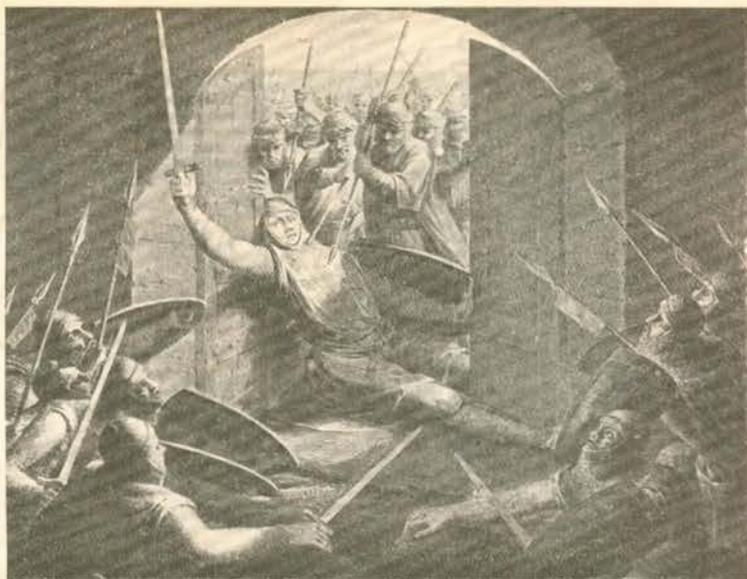
(1) Vieira da Silva, *As Muralhas da Ribeira de Lisboa*, 1900.

Corria às Portas de Santa Catarina, pouco mais ou menos na altura do Largo das Duas Igrejas. Continuava a descer ao Cataquefarás, Corpo Santo, e ligava, aolongodorio, com a *Cêrca Velha*, que a prolongava para Nascente.

Era enorme a área defendida. São mais os vestígios da *Cêrca Velha* do que os da *Cêrca Nova*, o que se justifica pelas maiores transformações dos Bairros de fóra daquela, e pelos terramotos que principalmente arruinaram a Baixa.

De 8 de Fevereiro de 1384 e 3 de Setembro imediato, a *cêrca fernandina* resiste ao sítio de D. João I de Castela. O Mestre de Aviz, depois D. João I de Portugal, é a flama ardente da resistência heróica.

No alto, as tórreres erectas no cimo do monte rotundo, diante do rio, marcam os seus reforços angulares e defesas da cidadela. O «Castelêjo», no recanto de N. O., era o centro ou vértice da



Martim Moniz atravessando-se na porta do Castelo

(Grav. de Sendim)

defesa, primeiro e último sector militar.

Desde 25 de Outubro de 1147, em que D. Afonso Henriques toma posse de Lisboa, conquistada aos Mouros ao fim de um *cêrco* difícil de 5 meses, com o auxílio de cruzados ingleses, flamengos e germanos, até à actualidade, sucessivas foram as transformações e adaptações. Uma exigiu-as o progresso da técnica militar.

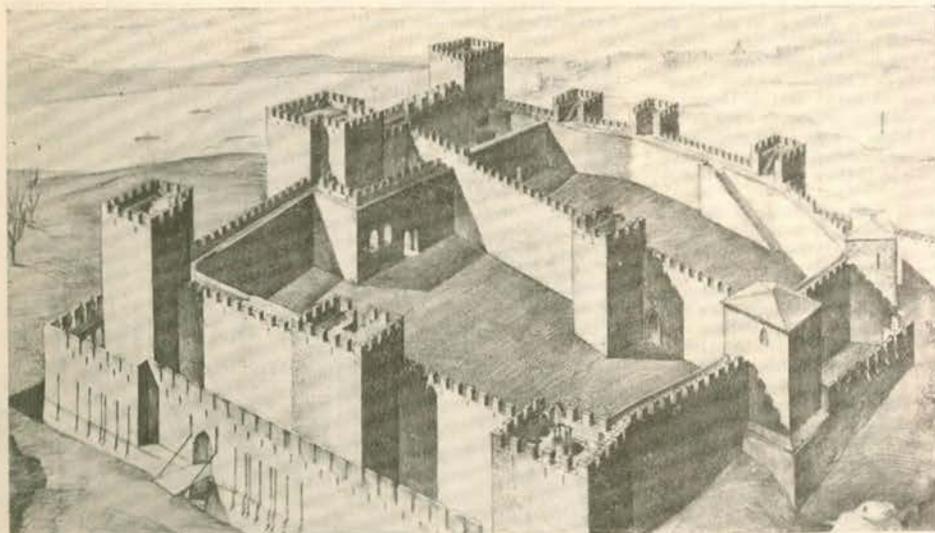
Outras provocaram-nas as necessidades de serviço público, alargamento de instalações, a residência da cõrte, com duradouras permanências dos monarcas, até que D. Manuel se instalou no Paço de Santos-o-Velho e daí foi para o da Ribeira, obra sua.

Muitas seriam as páginas reclamadas para descrever os acontecimentos de que foi teatro o Castelo de Lisboa. Júlio de Castilho e o sr. Vieira da Silva descreveram o monumento; os drs. Alfredo Pimenta e José Augusto de Oliveira interpretaram os textos referentes ao *Cêrco* de Lisboa; investigadores, historiadores, romancistas e artistas ennobreceram a velha cidade, que, por alargamento e urbanismo se transformou na Lisboa de hoje, capital desde D. Afonso III.

A reconstituição do Castelo faz dèle o monumento primeiro da cidade na hora e na glória.

LUIZ CHAVES.

(Segue-se «O Castelo de Palmela».)



«Croquis» do Castelo na sua perspectiva geral



II

De tôdas as terras estrementhas, como aliás de tôdas as terras portuguesas, aquela que indiscutivelmente maior papel teve na Revolução Restauradora foi Lisboa. Foi aqui, principalmente, na urbe gloriosa de muitos e notáveis feitos, como de muitos e variadas gentes, que Clero, Nobreza e Povo, como lídimos representantes de tôda a Nação, souberam, na mais belo e magnífica arrancada, entre quantos a História regista, acudir, de vez, o domínio exercendo da Espanha, o avilamento em que, durante sessenta longos anos, havíamos vivido. Por isso, compreender-se-á, certamente, que neste estudo em que pretendemos — permita Deus que o consigamos — pôr em relêvo a acção da Estremadura e dos estrementhos na Restauração, comecemos por recordar, embora sem algumas minúcias, que muitos acharão de falta, quanto, nesse tempo já recuando, mas sempre glorioso, fizeram os que souberam operar a feliz Restauração.

Desde sempre que tôda a nobreza tivera seus olhos postos no Duque de Bragança para ocupar o trono que pertencera a seus avós. As constantes e tirânicas perseguições do Conde-Duque de Olivares, que tinha no miserável e no genito Miguel de Vasconcelos o mais repugnante laccio, haviam exacerbado, ao máximo, os ânimos. Por tôda a parte se respirava uma atmosfera de revolta, de intolerável mal-estar.

Quando em 1639 o Duque de Bragança veio a Almada e daqui passou a Lisboa a Nobreza dispensou-lhe um acolhimento em que facilmente se via a decisão de alçar ao trono no trinetto de D. Manuel I.

Desta feita foi o Monteiro-mór Francisco de Melo, que viera propositadamente de Santarém, onde residia, para cumprimentar o Duque e ao mesmo tempo dar-lhe conta das intenções e desejos dos nobres. E de tal modo êstes se houveram, durante os cumprimentos ao Senhor de Vila Viçosa, tão sem temores, tão sem respeito pelas mais elementares conveniências, fazendo frente a todos os perigos e a tôdas as conseqüências dos seus gestos e altitudes se não fôra a tão inteligente e cautelosa prudência de D. João IV é muito possível que tudo se tivesse perdido desde logo.

A maneira, porém, que o tempo decorria, longe de diminuir, mais aumentava o ardor dos fidalgos em pôr termo à dominação estrangeira, verdadeiro estiveiro de almas e de corpos. E a Jorge de Melo, irmão do Monteiro-mór da illustre casa dos Marquizes de Ferreira, que pertence a glória de ter sabido, de início, disciplinar e bem conduzir as ansiedades dos nobres.

Nomeado, pelo Olivares, mestre de Campo dum dos terços recrutados na Beira e que se destinavam a ir servir na Guerra da Catalunha, o futuro Conde de Guerra de D. João IV, aquêlle que na manhã de 1 de Dezembro de 1640 havia de ser dos mais decididos e corajosos assaltantes do Paço da Ribeira, começou logo a desenvolver entre os fidalgos a mais activa propaganda contra o acalamento às ordens do Olivares e, como conseqüência lógica, lançou logo mãos à patriótica tarefa de congregor tôdas as forças e energias no sentido de pôr termo ao reinado dos Filipes.

Já havia começado esse glorioso ano, de 1640 quando Jorge de Melo resolveu reunir no seu palácio de Xabregas a primeira Junta de Nobres. Assistiram à reunião inicial, além do dono da casa, apenas D. Antão Vaz de Almada, D. António de Mascarenhas, D. Miguel de Almeida e Pedro de Medonça Furtado. O Monteiro-mór, Francisco de Melo, porque residia em Santarém, como atrás dizemos, entendeu que não devia deixar esta cidade para que a sua viagem não causasse surpresas nem desconfianças. Apesar disso, o glorioso militar, informado por seu irmão, esteve sempre ao par de tudo quanto se passava.

Logo no primeiro reunião ficou assente, nas suas linhas gerais, o programa revolucionário: expulsar o rei estrangeiro e aclamar como soberano D. João IV. Durante algum tempo, ainda, continuaram as reuniões em Xabregas. Mas, depois, talvez porque se fizesse levantar suspeitas, talvez pelo facto da Casa dos Melos ser bastante arredada da Cidade, assentou-se que as reuniões se passariam a realizar no palácio de D. Antão Vaz de Almada, no largo de S. Domingos, o que depois aconteceu. As sessões conspiratórias realizavam-se no jardim do palácio, num pavilhão junto a uma fonte e escondido, quasi completamente, pelo arvoredado. Este pavilhão tinha ainda a vantagem de possuir rápida e immediata comunicação com uma escada que terminava numa porta escusa para a Calçada de São'Ana, em frente da cerca das comendadeiras do Encorçamento. A medida que as reuniões prosseguiam, ia aumentando o número dos conjurados.

Dentro de pouco tempo, estava compromettida na conjura quasi tôda a fidalguia portuguesa.

Na sexta-feira, 12 de Outubro, realizou-se uma reunião a que assistiram, além de D. Miguel de Almeida, chefe da conspiração, D. Antão de Almada, Francisco de Melo, Jorge de Melo, Pedro de Mendonça, António de Saldanha e João Pinto Ribeiro, agente da Casa de Bragança em Lisboa. Resolveu-se mandar

convidar, pela última vez, o Duque de Bragança a aceitar a coroa de Portugal.

Queixavam-se, então, os fidalgos da maneira irresoluta como se conduzia o neto da Infanta D. Catarina. E, no seu patriótico entusiasmo, os decididos conspiradores só viram temores e tibezos onde apenas havia inteligente, equilibrada e patriótica cautela. E porque de tal estalavam convencidos e porque de tôdas as maneiras queriam expulsar o castelhano, chegou a pôr-se a hipótese de implantar a República, no caso do Duque de Bragança se recusar a aceitar a coroa.

Convidou-se, então, João Pinto Ribeiro a ir a Vila Viçosa pôr o problema a D. João IV. Escusou-se aquêlle com o argumento razoável de que sendo pessoa obrigada ao Duque fácil seria a êste não atender suas razões nem se vencer com mais instâncias. Por último, aceitou o encargo Pedro de Mendonça, ao tempo alcaide-mór de Mourão, que ouviu de D. João IV o mais pleno e entusiástico assentimento aos projectos dos nobres. Como, porém, quisesse ser informado por pessoa da sua inteira confiança, mandou o Senhor de Vila Viçosa chamar a seus Paços João Pinto Ribeiro, a fim de que êste lhe desse conta, com as maiores minúcias, de quanto se passava.

Assente na resolução a tomar, mandou D. João IV que o Movimento eclodisse em Lisboa — por ser aqui a capital onde estava o Governo da Duquesa de Mântua e, portanto, onde seria mais categorizada a vitória e a repercussão do acontecimento. No entanto, se os fidalgos o não quisessem fazer, êle Duque — declarou — se levantaria em armas com todo o Alentejo.

João Pinto Ribeiro immediatamente regressou a Lisboa e, na noite do próprio dia da chegada, 21 de Novembro, reuniu em sua casa, no Palácio dos Duques de Bragança, que se erguia no local onde se vêem hoje os escritórios das Companhias Reunidas de Gás e Electricidade e prédios contíguos, os principais conjurados. O grande patriota, que seria um dos vultos mais illustres da Restauração, deu conta das determinações de D. João IV, que ordenava se alistasse o maior número possível de conjurados e tudo se preparasse para que a ecllosão do Movimento se fizesse sem a menor dilacção, não fôsse o demora constituir-se no pior e mais invencível inimigo.

Presume-se, facilmente, o verdadeiro alvoroço com que todos os conspiradores receberam semelhante recado.



A Casa dos Melos, em Xabregas

Lisboa e a Revolução

Prolongaram-se, depois, as reuniões até à segunda-feira, dia em que foi definitivamente assente que a Revolução se fizesse no sábado, 1 de Dezembro. Imediatamente, aproveitando-se o melhor possível o escasso lapso de tempo que ia de 26 de Novembro a 1 de Dezembro, se começou a pôr de pé o plano completo da gloriosa façanha. Assentou-se, por fim, que todos e com o menor rumor que fosse possível, se juntassem nos seus coches, no Terreiro do Paço, em frente do Paço da Ribeira, para que logo que o relógio desse as nove horas se assaltasse a residência da vice-Rainha e aclamasse D. João IV.

Resolvido tal, todos os conjurados no dia 30 de Novembro se confessaram e comungaram, a fim de conseguir do Céu o auxílio para tão arriscado feito. No mesmo dia, à noite, alguns representantes de grupos populares foram ao palácio de D. Antão de Almada e fizeram saber aos conjurados a sua decisão de, por fôdas as formas, os ajudarem em tão glorioso cometimento. No dia seguinte, que apareceu banhado do mais radioso e magnífico sol, logo a manhã rompeu, foi um criado de confiança acordar, um por um, todos os fidalgos. Estes dirigiram-se para o Terreiro do Paço, aguardando com a maior impaciência que soassem as tão ansiedades badaladas das nove horas. Logo que a primeira destas se ouviu, todos, sem mais tardança, saíram dos seus coches e avançaram sobre o paço. Jorge de Melo, António Melo de Castro e Estevão da Cunha, seguidos de alguns populares, cujos nomes a história não guardou, embora não esquecesse seus feitos, avançaram sobre o Paço e prenderam os soldados castelhanos que lhe estavam de guarda.

D. Miguel de Almeida, o valoroso Chefe da conjura, subia, entretanto, à sala dos Tudescos e daqui disparava um tiro de pistola, sinal que se havia combinado, como aviso, para que todos tomassem, acto continuo, os seus postos. Quasi simultaneamente, Luiz de Melo, porteiro-mór e João Saldanha de Sousa, chegaram de improviso ao sítio onde se arrumavam as alabardas dos soldados que D. Afonso de Meneses, Gaspar de Brito Freire e Marco António de Azevedo lançaram por terra, impedindo ao mesmo tempo que os castelhanos a elas se chegassem, como alguns tentaram fazer, para poderem defender a porta que levava aos aposentos habitados pelo traidor Miguel de Vasconcelos.

Não resistiram, porém, os castelhanos ao impulso de Tomé de Sousa e Pedro Mendonça que, conseguindo desalojá-los, ganharam rapidamente uma porta que dava para o quarto da Duquesa de Mântua, achando-a, no entanto, já ocupada pelo conjurado Luiz Godinho Benavente, criado do Duque de Bragança, que, acompanhado de outros revolucionários, ali se havia instalado, depois de ter morto um tudesco e ferido outro. E, enquanto tudo isto se passava com a quasi rapidez dum relâmpago, os conjurados de espada em punho gritavam pelo corredor do Paço: Liberdade! Liberdade! Liberdade portuguesa! Viva El-Rei D. João IV.

Este mesmo grido repetiu o velho e glorioso fidalgo D. Miguel de Almeida das janelas do Paço, chamando assim às armas os populares que, atraídos por tão estranho acontecimento, tinham acorrido ao Terreiro do Paço.

Foi então que, movidos da mais patriótica ira, entraram por um corredor, em busca da residência de Miguel de Vasconcelos, D. António Telo, D. João de Sá Meneses, camareiro-mór de El-Rei, António Teles, o Conde de Atouguia, seu irmão, D. Francisco Coutinho, D. Alvaro de Abranches, Aires de Saldanha, D. António Álvares da Cunha, João de Saldanha de Sousa, D. Gastão Coutinho, Sancho Dias de Saldanha, João de Saldanha da Gama e seus irmãos, António e Bartolomeu de Saldanha, Tristão da Cunha de Ataíde, seus filhos Luiz e Nuno da Cunha, e seu genro D. Manuel de Childe de Rolim. No fim do corredor por onde caminhavam em procura do Secretário de Estado, encontraram Francisco Soares de Albergaria, corregedor do Civil da Cidade, que saía da Secretaria de Estado. Disseram-lhe todos, com igual e patriótica veemência:

— Viva El-Rei D. João!

Soares de Albergaria, tirando imprudentemente a espada, respondeu:

— Viva El-Rei D. Filipe!

Tão miserável atitude pagou-a merecidamente com a vida, porque um dos fidalgos, não tendo mão em si, disparou-lhe quasi à queima-roupa um tiro na garganta, que lhe causou a morte.

Chegados à Secretaria encontraram nela o oficial maior António Correia que, a pesar de não ter esboçado qualquer sorte de resistência fora, no entanto, duramente ferido por D. António Telo, ao que parece por rixas antigas e pessoais entre ambos havidas. Prosseguindo na caça — outro não é o termo — do Secretário de Estado, foram ter à sala onde Miguel de Vasconcelos despachava, tendo de arrombar a porta, visto o traidor a haver trancado por dentro.

Uma vez esta destruída, foi com espanto que verificaram que o ignóbil serventário de Castela ali não estava. Chegaram a pensar que tivesse conseguido alcançar a Casa da Índia, com a qual a Secretaria de Estado tinha comunicação e de cuja guarda os revolucionários se tinham esquecido.

Quando, porém, se dispunham a continuar em sua perseguição, uma escrava fez-lhe sinal de que o traidor cobardemente se escondera num armário de papéis que havia no aposento. Imediatamente abrem o móvel e nele encontram, de facto, o Secretário de Estado Miguel de Vasconcelos que saía, então, do armário, pretendendo resistir. Recebeu vários golpes, acabando por cair mortalmente ferido. Foi, porém, ainda vivo que por uma das janelas o lançaram à rua para que a multidão também pudesse cevar nele seus ódios, o que fez sem qualquer respeito ou decôr. Foi preciso que o P.^o Gaspar de Faria Severim viesse como escrivão da Misericórdia reclamar o cadáver mutilado do traidor, para que tivesse sepultura e a sanha popular deixasse de exercer nele os seus excessos.

Ao mesmo tempo que isto se passava na Secretaria de Estado, nos aposentos da Duquesa de Mântua ocorria outra cena não menos digna de registro.

Ao quarto da Princesa Margarida haviam subido D. Miguel de Almeida, Fernão Teles de Meneses, D. João da Costa, Tomé de Sousa, Pedro de Mendonça, D. Antão de

Almada, D. Luiz, seu filho, D. António Luiz de Meneses, D. Rodrigo de Menezes, seu irmão, D. Carlos de Noronha, António de Saldanha, D. António da Costa, D. António de Alcáçova, João Rodrigues de Sá, Marfim Afonso de Melo, Francisco de Melo, Luiz de Melo, Manuel de Melo, seu filho, Tristão de Mendonça, Luiz de Mendonça, D. Francisco de Sousa, D. Tomaz de Noronha, D. Francisco de Noronha, D. António de Mascarenhas, D. Fernandes Teles de Faro, Rodrigo de Figueiredo, Luiz Gomes, seu irmão Francisco de Sampaio, Gomes Freire de Andrade, seu filho Gil Vaz Lobo, e, depois de abrirem pela força algumas portas que estavam fechadas, chegaram todos à sala da Golé, onde acharam a Duquesa de Mântua a uma janela das que davam para a porta da capela-real, pedindo, em altas vozes, ao povo que a favorecesse e livresse de tão perigoso lance. Obrigaram-na, respeitosamente, a sair da janela, o que fez, pretendendo, no entanto, descer ao Terreiro do Paço, não lhe sendo, porém, tal consentido. Como visse que lhe embargavam o passo, dirigiu-se aos revoltosos, com ânimo valoroso e disse-lhes:

— Basta, senhores, já o monstro culpado pagou os delitos cometidos: não passe adiante o furor que não é digno de entrar em peitos tão nobres e eu me obrigo a que El-Rei Católico não só perdõe, mas agradeça a livramento dos excessos do Secretário.

Quando a Duquesa de Mântua acabava de pronunciar estas palavras, chegou o Arcebispo de Braga, D. Sebastião de Matos Noronha, cuja dedicação a Castela de todos era conhecida, corroborando as palavras da vice-Rainha.

No entanto, o respeito que com esta houvera não foi usado com o Arcebispo Primaz. Mal lhe escutando o arrazoado, D. Miguel de Almeida dirigiu-lhe



Azulejo existente no palácio Almada, do Largo de S. Domingos, em Lisboa, representando uma reunião de conjurados de 1640

a palavra, pedindo-lhe que se colasse, porque já bastava o trabalho que o seu nome lhe dera na noite anterior para conseguir fazê-lo desaparecer da lista dos que com justiça deveriam ser mortos.

Ao ver o perigo que corria, o espanholizado Prelado retirou-se sem apêlos para um dos aposentos interiores. Mais forte de ânimo, porém, a Princesa Margarida de Austria continuou a sua arenga, pretendendo convencer e conduzir os fidalgos à subordinação, assegurando-lhes o perdão de El-Rei de Castela. Responderam-lhe que já não conheciam mais Reis que o Duque de Bragança, a quem haviam aclamado.

Ao escutar tais palavras excedeu-se, de tal forma, no seu furor, a Duquesa, que foi preciso que D. Carlos de Noronha se lhe dirigisse pedindo-lhe, por obsequio, que se retirasse se não queria que lhe faltassem ao respeito.

— A mim? Como? — Gritou fôra de si a vice-Rainha.

— Obrigando V. Alteza a que se não quiser entrar por esta porta saia por aquela janela — respondeu-lhe, desabridamente, D. Carlos de Noronha.

Ante as disposições dos revolucionários, a Princesa teve por mais prudente retirar-se a continuar insistindo com homens que estavam dispostos a tudo jogar para realizar o seu intento.

E tomou o caminho do seu oratório. Antes, porém, assinou, conforme lhe ditaram, a ordem para que D. Luiz del Campo, o oficial que governava o Castelo, se rendesse sem fazer qualquer opposição à Revolução, como aliás aconteceu.

Tendo ficado de guarda à Duquesa D. Antão Vaz de Almada, todos os demais fidalgos saíram para o Terreiro do Paço, gritando: Liberdade! Liberdade! Liberdade! Viva El-Rei D. João IV.

No entanto, chegados que foram à vasta praça, tiveram os conjurados uma grande desilusão: poucos eram os populares que ali haviam ocorrido. Por momentos, chegaram a pensar que o povo de Lisboa não tivesse correspondido como devia ao seu gesto. Nada menos verdadeiro; no final, simplesmente os decididos revolucionários tinham-se esquecido de que naquele momento nem só o Paço da Ribeira estava sendo teatro de grandes e históricos acontecimentos. Noutros pontos da cidade, o povo alfacinha levantava e aclamava por Rei de Portugal o Duque de Bragança.

Assim, muito povo, guiado pela oratória entusiasmada e patriótica do P.^o Nicolau da Maia que, de alange numa das mãos e crucifixo na outra, incitava à revolta o povo contra os espanhóis, dirigiu-se para as bandas da Sé, para defronte da Casa da Câmara, a fim-de ali secundar o gesto decidido dos fidalgos.

Mal, porém, chegou à Sé a notícia de tudo quanto se tinha passado no Terreiro do Paço, D. Rodrigo da Cunha, o venerando prelado lisboense que, desde manhã, rodeado dos seus cônegos, se reunira em oração pelo feliz êxito da magnífica aventura, resolveu sair para a rua em procissão de acção de graças. Ao chegar o cortejo religioso ao adro, encontrou-se com o Conde de Cantanhede, D. Pedro de Meneses, presidente da Câmara Municipal que, a pesar-de dedicado a Castela, a instâncias de seus filhos, metidos na conjura, aderira à Revolução e abriu as portas dos Paços do Concelho, consentindo que D. Alvaro Abranches, rodeado de imensos populares, empunhasse o estandarte da cidade e saísse para a rua, a caminho da Sé, aclamando Rei de Portugal o Duque de Bragança.

Encorporado o estandarte na procissão, continuou esta seu caminho. Ao chegar em frente da igreja de Santo António, levantou-se grande borborinho entre o povo, havendo muitas pessoas que se prostavam por terra, afirmando estarem perante um milagre, visto que do crucifixo de prata que seguia à frente do Arcebispo, conduzido por um capelão da Sé, se despregara o braço direito em jeito de abençoar o povo. Transformou este um facto natural em misterioso e logo o tomou como um sinal evidente da aprovação do céu a quanto se acabava de passar.

Terminada a procissão, dirigiram-se alguns fidalgos à Casa da Supplicação que encontraram fechada. Foi então que Aires de Saldanha pediu aos desembargadores que a mandassem abrir, responsabilizando-se pelo povo, que nenhum desacato cometeria. Ao saberem a causa de tal alvorço, imediatamente os magistrados o aprovaram, lavrando, acto contínuo, assento da aclamação de D. João IV. Aires de Saldanha querendo que todos os portugueses gozassem a glória de tão grande dia, mandou soltar todos os presos que se encontravam detidos na Casa da Supplicação e fez, também, com que os juizes desta pudessem seguir para as suas moradas ao abrigo de qualquer inconveniência ou vingança, que aliás poderia parecer natural em hora de tal perturbação.

Entretanto, o Arcebispo de Lisboa, logo que se despojava dos paramentos com que presidira à procissão, dirigiu-se ao Paço. Aproveitaram os fidalgos que ali se encontravam e os que na sua companhia de novo tinham regressado a presença do ilustre Chefe da igreja ulissiponense para elegerem os Governadores que deviam reger o Reino, enquanto D. João IV não chegava de Vila Viçosa.

Recou a escolha nos Arcebispos de Lisboa e Braga — este a instâncias de D. Rodrigo da Cunha, que assim o queria livrar das justas iras dos fidalgos e povo que não lhe perdoavam a sua insuportável simpatia por Castela — e D. Francisco de Castro que conseguiu que o dispensassem de tão pesado tarefa, sendo substituído por D. Lourenço de Lima.

Acto contínuo, os Governadores trataram de expedir correios às cidades e vilas de maior importância, comunicando-lhes quanto se passara em Lisboa e exortando-as a que seguissem o partido do Rei de Portugal contra o de Castela e, também, que se prevenissem contra qualquer tentativa de invasão por parte dos espanhóis.

Tudo isto recorreu em breves e rápidas horas, porque pouco passava do meio dia e já toda a cidade estava em completo sossego, vendo-se apenas de extraordinário, nas ruas, as Companhias da Ordenança que patrulhavam a capital, a fim-de defender a vida e a segurança dos muitos castelhanos que aqui viviam.

A medida que a notícia da Revolução ia sendo conhecida, todas as fortalezas e navios em poder dos espanhóis se iam rendendo, sem o minimo gesto de hostilidade para os portugueses. Logo que os Governadores entenderam dever instalar-se no Paço da Ribeira enquanto não chegava El-Rei, foi a Vice-rainha espanhola que ali se encontrava presa transferida com toda a sua corte para o Paço de Xabregos.

Os restauradores, querendo ser generosos para com o parente do Filipe e na preocupação de a tratar com a maior atenção, longe de a fazerem escoltar, nesta mudança apenas lhe deram como guarda o Arcebispo de Braga, que era dos Governadores do Reino e fôra Ministro da Duquesa até à manhã de 1 de

Dezembro. A força que a acompanhou foi apenas para prevenir qualquer desacato de que pudesse ser alvo por parte do povo.

Em companhia da Princesa Margarida de Austria seguiram, também presos D. Diogo de Cardenas, Mestre de Campo General, Tomaz Hibio Calderon, Conselheiro da Fazenda, D. Diogo da Rocha, Juiz do Contrabando, e D. Fernando de Albia e Castro, também Conselheiro da Fazenda. O último grande acontecimento ainda verificado no dia 1 de Dezembro foi a partida para Vila Viçosa de Pedro de Mendonça Furtado e Jorge de Melo, a fim-de dar conta a El-Rei do que se tinha passado.

Dias decorridos, a 6 de Dezembro, chegou a Lisboa inesperadamente El-Rei D. João IV, que foi recebido no Paço da Ribeira pelos Governadores do Reino. Como quer que o soberano não fosse esperado tão cedo, não havia no Terreiro do Paço nenhuma concorrência de povo. Logo, porém, que se espalhou a nova e a pesar-de chover torrencialmente, começou a juntar-se na vasta Praça tanta e tanta gente aclamando El-Rei que foi preciso D. João IV chegar repetidas vezes à janela do palácio-real, para agradecer tão grandes e entusiásticas manifestações dos seus vassallos. Naquela mesma tarde, beijaram a mão ao monarca todos os fidalgos, tribunaes e clero.

A noite, espontaneamente e sem atender ao vendeval que caía sobre Lisboa, toda a cidade apareceu adornada de iluminárias. E o contentamento e entusiasmo dos lisboetas ia aumentando com as notícias que constantemente iam chegando da adesão das várias terras do Reino onde já havia chegado a notícia de gloriosa Restauração.

Assim que D. João IV chegou a Lisboa, começou-se logo preparando a cerimônia da coroação e juramento, que se realizou em 15 de Dezembro. Para tal cerimônia, armou-se no Terreiro do Paço uma grande tribuna, à altura das janelas do Palácio, ricamente adornada. Desceu El-Rei do Paço com todas as insignias reais. Vestia uma roçagante opa de brocado forrada de prata, com mangas de tela branca bordadas a ouro e prata, por cima dum rico traje de rico pardo bordado a ouro com bolões de pedraria. Ao pescoço, trazia num lindo colar a insignia da Ordem de Cristo, rodeada de diamantes. A espada que cingia era doirada.

Precedendo o soberano, caminhavam o Marquês de Ferreira, D. Francisco de Melo, no officio de Condestável; o Marquês de Gouveia, D. Manrique da Silva no de Mordomo-mór; o Conde de Penaguão, João Rodrigues de Sá no de Camareiro-mór; Luiz de Miranda Henriques, no de Estribeiro-mór; D. Pedro de Mascarenhas, filho mais velho do Marquês de Montalvão, no de Veador; D. João de Castelo Branco, por seu irmão, que havia ficado em Madrid, no de Meirinho-mór.

A seguir vinham os grandes do reino, os Arcebispos, Bispos e demais alto clero, fidalgos e titulares, todos descobertos, e em trajos de gala; por ultimo os reis de armas, arautos e passavantes e os porteiros da Casa Real com as respectivos maças de prata. Junto ao soberano, caminhava o Secretário de Estado, Francisco de Lucena.

Logo que o monarca entrou na tribuna e tomou lugar no trono sob um doce, ouviram-se os meneastes e charamelas, trombetas e alabales, anunciando a coroação. Entretanto e quasi simultaneamente o reposteiro-mór descobriu a cadeira aonde El-Rei, empunhando o cetro real de ouro, tomou assento; foram-se repartindo pelos vários bancos e lugares, os prelados, fidalgos e titulares. De pé ficaram junto do trono, do lado direito, o Condestável Marquês de Ferreira; no esquerdo estavam o alferes-mór D. Fernão Teles de Meneses, segurando o estandarte Real; atrás o Secretário de Estado Francisco Lucena. Perlo do soberano, logo no primeiro estrado, ficaram o Guarda-mór Pedro de Mendonça Furtado e os Bispos. Depois seguiram-se os demais fidalgos e nobres.

D. João IV tomou assento no trono, o rei de armas bradou: *Manda El-Rei Nosso Senhor que neste acto vão beijar a mão os grandes títulos seculares e eclesiásticos e mais pessoas da nobreza, assim como os que se acharem sem precedência nem prejuizo de alguns.

Seguidamente subiu ao estrado do canto do lado esquerdo o Dr. Francisco de Andrade Leitão. E de novo sou a voz do rei de armas:

— Ouvide! Ouvide! Ouvide! Estoi atentos!

Todo o mundo prestou a maior atenção e o Dr. Francisco de Andrade começou o seu discurso, dizendo das muitas razões porque a coroa pertencia a El-Rei D. João IV, neto da Serenissima Infanta a Duquesa D. Catarina, a quem fôra usurpada. Terminado o discurso, subiu junto do trono o reposteiro-mór de Sua Magestade, que colocou diante do soberano uma cadeira tapada com um pano do brocado, sobre a qual estava rica almofada igual a outra que foi posta aos pés de El-Rei.

Foi então que o Capelão-mór, D. Alvaro da Costa, pôs sobre a almofada da cadeira o missal no qual D. João IV jurou segundo o que o Secretário de Estado lhe ia ditando.

Seguidamente, efectuou-se o juramento dos nobres, que foi iniciado pelo Duque de Caminha, D. Miguel de Noronha, e Marquês de Ferreira. Depois, seguiram-se os eclesiásticos e demais personalidades. Por fim o Alferes-mór desfraldando o estandarte real, bradou:

— Real! Real! Real!, por El-Rei D. João IV, Rei de Portugal.

Neste momento, o povo que enchia literalmente o velho Terreiro do Paço, numa consagração sobremodo significativa, aclamou em delirio o soberano que, sob as mais espontâneas e indescriveis ovacões, desceu do trono, montou o cavallo e, debaixo dum pálio, acompanhado de toda a Nobreza, a pé, e de cabeça descoberta, levando-o de rédea D. Pedro Fernandes de Castro, na ausência do Conde de Monsanto, alcaide-mór de Lisboa, tomou o caminho da praça do Pelourinho. Foi a custo que o vereador da Câmara, Francisco Rebelo Homem, impôs silencio às aclamações, para soáid o monarca e afirmar-lhe a resolução da cidade de Lisboa de tudo fazer para lhe defender o trono, tão felizmente restaurado.

A seguir, o Conde de Cantanhede, Presidente do Senado da Câmara, entregou a El-Rei as chaves da Cidade, depois do que o Soberano seguiu a caminho da Sé, onde se apeou e entrou para dar graças a Deus, sendo recebido pelo Arcebispo acompanhado de todos os cônegos e demais clérigos.

Dias depois, em 26 de Dezembro, chegou a Lisboa a Rainha D. Luiza de Gusmão, acompanhada de seus filhos o Príncipe Real D. Teodósio



Uma traineira açoutada pelas ondas, momentos antes de naufragar

A PESCA

e os Pescadores

UMA das maiores indústrias portuguesas na província da Estremadura — indústria genuinamente portuguesa — das que movimentam mais capitais e empregam mais braços, é, sem dúvida, a da pesca. Toda a costa, desde Setúbal a Vieira de Leiria, está bordada de inúmeros portos de pesca, uns mais importantes do que outros, mas todos lugares de habitação e armamento das «campanhas» que tiram do mar, à custa de mil sacrifícios e heroísmos, o pão de seus filhos, ao mesmo tempo que contribuem para a riqueza nacional com

o seu esforço e, tantas vezes, com a própria vida.

Descrever a vida humilde dos bravos pescadores de Sezimbra, da Costa da Caparica, do Seixal, da Atalaia, de Cascais, de Ribamar, de Santa Cruz, do Assento, da Ericeira, de Peniche, da Foz do Arelho, de S. Martinho do Pôrto, da Nazaré, de Vieira de Leiria — pois em todos estes lugares a pesca é uma das principais artes das respectivas populações — a sua luta com o mar indômito em frágeis bateis; a sua história tantas vezes pitoresca e tão cheia de

virtudes; a sua fé em que, por vezes, a religião se mescla em laivos de paganismo; os variadíssimos processos de pescar; as suas ansiedades e, por vezes, as suas desilusões; as suas tristezas e a sua alegria de viver; os seus hábitos de vida tão diferentes que nem sempre os compreendem os homens da cidade, é levantar um hino de justo louvor a esses honrados e ignorados trabalhadores; é aclamar as suas virtudes, estimar o seu exemplo, apontar a sua resignação, glorificar a sua sobriedade e a sua fé.

E' aí, junto ao mar, onde o ho-

mem se sente pequeno ante a natureza, que se encontram os melhores portugueses, as mais sãs virtudes — aquelas que afirmam e dão carácter a uma raça. E' junto ao litoral, como em escrípio sagrado, que se encontram guardadas as tradições nacionais.

Interessante estudo, o da vida dos pescadores e da pesca, deverá ser longo, pois muita é a matéria a versar. São numerosos os portos de pesca em tôda a costa à volta de Lisboa; algumas milhas para o norte e para o sul, há buracos e angras — refúgios onde a vaga se espraia e as areias parecem oiro.

Todos êsses lugares são povoados; homens de braços nus e pernas nuas, carão tostado pelo sol e característico barrete, que do mar tiram o pão de cada dia. No litoral, à volta da capital, o homem vive tanto do mar como da terra e, muitas vezes, é simultâneamente lavrador e pescador, guiando os bois ou arado com a mesma segurança e mão firme com que, em dias de procela, empunha a cana do leme — nos lábios a mesma invocação a Deus.

Por viverem constantemente os mesmos perigos, os homens do mar conhecem-se melhor e amam-se mais. Algumas regiões, como Sezimbra, mantêm ainda as velhas e tradicionais usanças das corporações antigas. O espírito das irmandades do tempo da «Casa dos Vinte e Quatro» estava ainda dentro dêles, embora modificado pela prática e pelo tempo e subordinado às realidades da vida

presente. Por isso, o regime corporativo, ao criar as Casas dos Pescadores, idea generosa e magnífica, nada lhes impôs. Simplesmente ordenou e codificou o que entre todos, ou quasi todos, era uso e tradição, trazendo para aqui os ensinamentos colhidos além; tornando mais efectivo e seguro o principio da solidariedade que entre todos os pescadores portugueses sempre existiu e é artigo de fé, indiscutível.

Nalguns pontos, por falta de industrialização, a arte da pesca é ainda bem rudimentar e tem passado de pais para filhos, como dos avós passou para os pais. O pescador de Sezimbra, que vai às vezes muito longe, não conhece a agulha de marear. Regula-se pelas estrêlas e pela malha encarnada da serra.

São simples, ingénuos e bondosos os pescadores portugueses. Nós conhecêmo-los, assim, na Madragoa, bairro refinto da gente sãdia do mar, no coração de Lisboa, onde os jornais não registam uma desordem ou um crime. Borbulhante de vida, gritos que cortam o ar, rapazio que se embebeda de sol, é a miniatura duma aldeia de pescadores, a que só falta o azul do mar a dar realidade ao ambiente, embora seja freqüente verem-se ali rêdes a secar a um sol que, por vezes, se mostra esquivo.

Tão diferente do saloio, para o pescador da nossa costa a vida resume-se na casa, na igreja, sempre modesta e muito branca, e no mar — principalmente no mar. Conhece-o a palmas e, com êle, tôda a costa.

Deram aos locais em que costumam pescar e que nenhum marco separa de outros locais semelhantes — a toalha líquida imensa e sem fim — nomes que não vêm nas cartas de navegação, nomenclatura especial que só êles conhecem, mantida pela tradição.

A flotilha empregada na pesca e na cabotagem é cheia de pitoresco e de graça; proas arrogantes, grandes olhos pintados no costado e as «siglas», que são como que brasões de famílias antiqüíssimas.

A Nazaré, tão cheia de religiosidade e pitoresco; a Ericeira com as suas procissões de pescadores, tão ricas quanto os seus promotores são tão pobres; S. Martinho do Pôrto com os seus costumes característicos; Ribamar e Atalaia, quasi dentro da cidade e os seus trabalhadores do mar com uma vida tão rica de tradições; Setúbal, vítima trágica de tantas crises; Caparica e Seixal, com métodos de pesca tão primitivos e rudimentares, e as suas *mulelas*, *bateis* e *fragatas*; as *focinheiras de porco*, característicos barcos da Ericeira; os *registos* da Nazaré, de tanta graça, ingenuidade quasi infantil e a permanente e justíssima reclamação dos seus laboriosos pescadores, pedindo um pôrto de pesca, caso de vida ou de morte como para os de Sezimbra, e que tantas vezes tem sido um caso de morte; Vieira de Leiria, com os seus pitorescos *palheiros* ou *barracas*, utilizados para a salga da sardinha e, quantas vezes, para habitação, serão outros tantos motivos a embelezar as páginas dêste estudo.

Serão por nós focados os vários problemas que se prendem com a pesca e os pescadores, nos seus aspectos económico e profissional, a sua maneira de ser, o seu pitoresco e a sua bondade, a sua grande fé e o seu patriotismo. Êsses estudos ficarão, a um tempo, inquérito e descrição de belezas e maravilhas.

Em paisagem marítima, será difícil encontrar maior beleza do que aquela com que o viajante depara ao atravessar, junto da costa, do Tejo ao Sado, a península da Outra Banda, suficiente só ela para, terra e mar, alimentar duas ou três vezes a população da capital, se mar e terra fôsem convenientemente cultivados.



Choupanas de pescadores em demolição para lhes serem dadas as casas higiénicas da Organização Corporativa

Júlio de Castilho

ESTREMENHO ILUSTRE

NASCEU EM 1840

OCORREU, há pouco, um facto do maior interesse para a vida e história de Lisboa, cabeça e mãe da nossa Província: a passagem do 1.º Centenário do nascimento de Júlio de Castilho, o mais lisboeta de todos os nascidos à sombra das colinas desta urbe de muitas e várias gentes, sem dúvida aquêle que mais a amou, que melhor soube erguer em hinos de glória imortal tôda a grandeza magnífica da sua história sem par, e que, tendo visto a luz da vida em 30 de Abril de 1840, junto a ela morreu no seu quieto e apaziguado recanto do Lumiar, em 8 de Fevereiro de 1919.

Ninguém, nem antes, nem depois d'êlo, soube levantar em seus braços, qual sacerdote piedoso que erguesse o cibório sagrado, com mais amor, com mais ternura, a pátria heróica de tantos e tão gloriosos feitos.

Estremenho de alma e coração, votado ao amor da sua Província, foi precisamente Lisboa que mais lhe mereceu do seu carinho amoroso.

A sua obra monumental *Lisboa Antiga* é bem a obra dum «arqueólogo, dum erudito, profundo conhecedor das Bibliotecas e Arquivos, e, principalmente, dum artista sensível, como poucos, ao espírito do tempo que passou, dum poeta que em cada pedra antiga encontra motivos permanentes de evocação e beleza — livro dum lisboeta puro para todos os lisboetas que amam sinceramente Lisboa, no seu passado de grandeza, na sua tradição de pitoresco, na sua legenda cheia de piedade e de fé».

Mas se é — e principalmente para nós — êste o seu melhor e mais belo título de glória, nem só como grande historiador da sua querida Lisboa Júlio de Castilho vale e tem direito à admiração unânime. Escritor de grandes e aprimorados recursos, d'êlo escreveu, e com razão, um dos seus mais eminentes contemporâneos, o grande, embora tão esquecido, Cândido de Figueiredo:

«Educado à sombra dos melhores exemplos, Júlio de Castilho estreou-se pela poesia na carreira literária e publicava, aos catorze anos, correctíssimos versos. Trabalhador e desambicioso, a maior parte dos seus livros têm sido publicados no Brasil e em

Paris, esquivando-se êle sempre aos aplausos dos seus contemporâneos, afastando-se sistematicamente de todos os bandos literários e escondendo-se, com os seus li-

vros, em recessos aonde não chega o falar das praças, nem a declaração da comédia social.

«E assim escreveu a Inez de Castro, *Os Estudos sobre António Ferreira, As Memórias de Castilho*; e assim tem trabalhado e trabalha como um mineiro obscuro para trazer à luz a mais interessante história da cidade do Tejo.»

Apreciação admirável até pela sua sintese, ela constitui uma expressiva e rápida biografia do grande escritor.

Mas, nem só isto foi Júlio de Castilho. Se Deus quis honrá-lo fazendo-o um grande e ilustre arqueólogo, um notável artista, um poeta de peregrina beleza, um escritor de grande envergadura, o primogénito de António Feliciano — o cego que via — pagou a Deus as prendas que Ele lhe deu, sendo um grande cidadão, um católico de vida exemplar e pura, um crente na aceção gloriosa e magnífica da palavra.

A sua vida foi, tôda ela, uma legenda admirável de virtude a que não faltou o esmalte do mais porfiado trabalho e um amor filial nunca esmorecido, mas antes sempre afirmado, na mais acendrada devoção pelo grande poeta que lhe deu o ser.

Artista no mais completo significado do termo Júlio de Castilho foi, também, um pintor de primorosas qualidades. Era, por isso mesmo, que êle não poucas vezes confessava aos seus amigos

(Continua na página seguinte).



Júlio de Castilho
Um dos seus últimos retratos



Monumento a Rosa Araújo, em Lisboa

O CENTENÁRIO DE

Rosa Araújo

o reformador de Lisboa

O ano de 1840 foi para Lisboa, pode dizer-se, um ano feliz. Durante êle, e apenas com diferença de meses, nasceram nem mais nem menos que os dois lisboetas mais ilustres dos últimos tempos, aquêles que maior dedicação, mais entranhado amor dispensaram ao berço natal: Júlio de Castilho, de quem falamos acima, e José Gregório da Rosa Araújo, êste, depois do Marquês de Pombal, o melhor vereador que se sentou nas cadeiras do nosso primeiro município.

De família humilde, mas honestíssima, Rosa Araújo nasceu em Lisboa, no dia 17 de Novembro de 1840, filho do confei-

teiro Manuel José da Silva Araújo e de sua mulher D. Eulália Rosa da Silva Araújo. Reservado por seu pai para mais brilhante futuro que o da carreira comercial, aos seis anos de idade foi internado no Colégio de Santo Agostinho, um dos melhores de Lisboa daquele tempo. Cedendo, porém, resolveu trocar o estudo pela vida do comércio, seguindo o estêira do progenitor. Foi assim que, aos 15 anos, logo que terminou a instrução primária, abandonou o Colégio e veio empregar-se na confeitaria de seu pai.

Esta, um estabelecimento ainda hoje existente na rua de S. Nicolau era, então, um concorrido centro de cavaco político. Manuel José da Silva Araújo fôra sempre um grande entusiasta da política, na qual como liberal decidido tomava parte activa. Soldado das lutas entre D. Miguel e D. Pedro, cujo partido tomara, andou também na Revolução da Maria da Fonte, como «pauleira» entusiasta. Neste ambiente, Rosa Araújo tornou-se como era natural, um interessado pelos assuntos políticos.

Dotado de viva inteligência, participava das discussões políticas entre os amigos e correligionários de seu pai, evidenciando, muito cedo, uma forte e acentuada personalidade. No entanto, a política não o distraía das suas occupações de homem de comércio e pessoa de coração.

Possuidor de grande fortuna, quando, em 1857, Lisboa foi assolada pela epidemia da febre amarela o jovem Rosa Araújo, que apenas contava 17 anos, logo se distinguiu como um grande benemérito, ajudando as classes populares e principalmente as associações de socorros mútuos, de muitas das quais, embora sem nenhuma necessidade pessoal, se fez sócio auxiliar.

Aos 31 anos, era gerente da casa comercial do pai.

Foi com esta idade, portanto em 1871, que foi convidado, pela primeira vez, para fazer parte da vereação da Câmara Municipal de Lisboa. Dirigiu-lhe o convite o então Governador Civil da capital António César Cau da Costa.

Rosa Araújo recusou, como mais tarde recusaria ainda a António Rodrigues de Sampaio, o célebre estadista, a quem chegara fama das suas qualidades, idêntico convite.

Finalmente foram as instâncias paternas que o demoveram da obstinação. Silva Araújo quasi obrigou o filho a que consentisse na inclusão do seu nome na lista da vereação camarária. Este, obedecendo à vontade do autor dos seus dias accedeu em apresentar-se ao sufrágio do eleitorado da capital.

Eleito para o biénio 1872-73, a sua presença nas cadeiras municipais fez-se imediatamente sentir pela forma como resolveu o problema dos transportes, conseguindo o então vantajoso contrato com a Companhia Carris. Lisboa, graças a Rosa Araújo, ficava sendo a Capital europeia de melhor e mais completa rede de transportes. Como quer, porém, que o Município lutasse com grandes dificuldades, financeiras, mercê da exiguidade do seu orçamento, o novo vereador conseguiu que o ministro da Fazenda António de Serpa levasse o Parlamento a votar o aumento para 15 contos do orçamento municipal. Lisboa ficava com os meios necessários para poder realizar as muitas e grandes obras de que a capital carecia, graças ao seu novo e admirável governante.

Quando se realizaram as eleições municipais para o biénio 1874-75, Rosa Araújo foi de novo eleito. Desta vez, porém, pouco se demorou no Governo da nossa primeira cidade.

Uma funda divergência com alguns dos seus colegas, a propósito da decoração da fachada dos Paços do Concelho leva-o a abandonar a edilidade, attitude em que foi seguido pelos vereadores Barros Gomes, dr. Alves e Simões Carneiro.

A população da capital estava com os demitidos. Só a muito custo Sampaio, então ministro do Reino, evita que se realizem comícios e outras manifestações de aplauso aos demitidos e de censura à parte da vereação causadora do incidente. Era o prestígio de Rosa Araújo a reunir à sua volta a cidade inteira.

Pouco tempo depois, a morte de sua mãe lança-o no mais profundo desgosto. O extraordinário homem de acção abandona toda a actividade politica. Fica apenas a viver para a sua vida particular: para os seus muitos negócios, para a sua família...

Lisboa, porém, é que não se resignava a vê-lo longe da administração municipal. Em 1875 é de novo eleito para o biénio 1876-77. Escolhem-no para vice-presidente da Câmara, ocupando a presidência o insigne dr. Luiz de Almeida e Albuquerque. Chegando ao poder municipal, o seu primeiro acto foi enfrentar o magno problema do saneamento cittadino. Um outro assunto importante se alevantava, também como dos mais valiosos para o tempo: o da administração da Praça da Figueira. Havia os que se inclinavam a que a mesma fôsse trespassada a particularidades e os que queriam que fôsse o municipio o seu administrador. A frente dos últimos está Rosa Araújo. Animado apenas pela preocupação de defender os interesses da cidade, faz vencer o seu ponto de vista.

Homem de coração, alligia-se com a grande chusma de crianças que já então viviam ao Deus-dará, entregues à pior e mais alitiva miséria. E idealiza um plano admirável ao qual lança mãos: criar um grande asilo municipal.

Chega para isso a alugar uma casa: o Palácio Redondo, a Santa Marta.

Enquanto, porém, o novo edificio não está a funcionar como deve, toma uma medida provisória: interna as crianças pobres da capital no asilo Maria Pia pagando-lhes o municipio a respectiva mensalidade.

Quando no fim do biénio abandonou o municipio, a sua utilissima iniciativa não é continuada. A Câmara que succedeu àquela de que fazia parte pôs escritos no Palácio Redondo e deixou de pagar as mensalidades ao asilo Maria Pia.

Só em 1879, Rosa Araújo volta à Câmara Municipal, mas desta vez para ocupar a Presidência.

Correndo os maiores riscos, porque foi insultado, caluniado e denegrido, o grande vereador lança ombros ao grande e benemérito empreendimento da construção da Avenida da Liberdade. Para tanto, porém, leve de acabar com o Passeio Público, ponto de reunião agradável e obrigatório de toda a Lisboa do tempo. Mas o progresso da nossa primeira cidade tanto o impunha, e Rosa Araújo homem de vistas largas, não teve dúvida em arrostar com todas as dificuldades, e realizar o notável melhoramento. Tal, porém, ia-lhe custando a perda completa de toda a sua sólida popularidade. Coisa alguma, no entanto, o fez vacilar. Estava decidido a dotar Lisboa de tão grande melhoramento e fê-lo sem temores nem receios.

A cidade de então — os últimos peraltas e as derradeiras sécias, — enfureceu-se e quasi se revoltou. Correram pasquins contra Rosa Araújo, pediu-se a sua demissão ao Governo, enfim, fez-se tudo quanto era possível para evitar tão importante e necessária obra.

Esta, porém, começou em 20 de Julho de 1879 e foi levada a cabo no mais curto espaço de tempo possível. Algumas vezes, o erário municipal estava esgotado. Rosa Araújo, que se votara de alma e coração à sua grande obra, chegou a emprestar dinheiro do seu bolso particular. Por fim, conseguiu realizar completamente o grande melhoramento de que hoje Lisboa tão justamente se orgulha. Todavia, nem só as obras da Avenida lhe mereciam atenção.

Ao mesmo tempo que estas prosseguiam, o insigne edil lançava os alicerces da cidade nova, abrindo a rua de D. Estefânia e construindo o respectivo bairro. Estavam iniciadas as avenidas novas.

Voltando a acarinhar a sua velha idea, criou os asilos municipais e as escolas da Câmara dotadas da respectiva creche. A primeira destas instituições montou-a no largo da Graça, inteiramente à sua custa, e intitulou-a «Creche de Santa Eulália», em memória de sua mãe.

A construção do Bairro Camões pode dizer-se que é quasi obra sua, como a ele se deve a criação dos talhos municipais, grande e admirável melhoramento cittadino. Tendo feito parte de vários Paramentos, visto que várias vezes foi eleito deputado, El-Rei D. Luiz deu-lhe os arminhos de Par do Reino, nomeando-o para a Câmara Alta. Foi um grande lisboeta e um grande cidadão que pelo trabalho e pela honesta linha de conduta fez jus à geral consideração.

Lisboa deve-lhe todos os grandes melhoramentos feitos no último século.

Quando, em 26 de Janeiro de 1893, Rosa Araújo morreu, a capital chorou sentidamente a sua perda. O seu enterro foi uma das grandes manifestações a que Lisboa, em todos os tempos, tem assistido.

Quando foi a enterrar, aquêllo homem que fora político e senhor duma das maiores fortunas do seu tempo era pobre, vivia quasi com dificuldades. E na verificação d'êste facto tão eloquente e elucidativo está o melhor elogio de Rosa Araújo: da sua honra e da sua obra.

JÚLIO DE CASTILHO

(Continuação)

íntimos ser a pintura a única arte para que tinha verdadeira bossa e, portanto, sentir-se completamente deslocado na literatura — êle que era um cultor exímio das letras, um literato da melhor água, comendo versos e trabalhando a prosa com os mais apurados requintes de artista. Como pintor-amador, se nos não deixou obras de génio, legou-nos, pelo menos, um admirável retrato de seu pai, onde perpassa um espirito cheio da mais viva e sensibilizadora ternura. Poeta, a sua obra é batida toda elle pela mais sentida e portuguesa inspiração. Como poucos elle soube cantar a saudade, essa tão portuguesa e tão expressiva saudade que adeja em toda a sua obra. Por isso, outro poeta seu contemporâneo, Fernandes Costa, ao proferir o seu elogio na Academia das Ciências a que Júlio de Castilho pertenceu, pôde dizer:

«A saudade foi, na arte d'êste poeta, a musa melancólica que suavemente o inspirou; foi na sua arte de prosador a força criadora, que lhe deu energias e estímulos para a produção e que lhe verteu na paleta as côres esmaecidas das figuras por êle evocadas, que nos passam ante os olhares serênas e fugazes como sombras.»

Homem de bem, tanto quanto é possível ser-se, Júlio de Castilho viveu sempre para o culto dos mais rígidos e austeros princípios, edificando quantos dêles e aproximavam. Era duma humildade cristã que os tempos de hoje mal entendem e que, então, na época em que êle viveu, nesse irreverente e demolidor século XIX, quasi era motivo de troça e escárnio. A-pesar disso, pela humildade a que o 2.º Visconde de Castilho se impôs, mereceu sempre o respeito e a devoção de quantos um dia o conheceram.

A sua casa simples e modesta do Lumiar, tebaída admirável que encantava os poucos que tinham a sorte de nela ser admitidos, era um verdadeiro templo de simplicidade. Despedado dos bens terrenos, desprezador de todas as honrarias, passou na politica, mais meteoricamente. E êsse homem que era grande pelo sangue, pelo carácter, pela virtude e pela intelligência, que podia ter sido ministro, grande também na politica e no mando, só uma vez consentiu exercer, por quatro breves e escassos meses — de Outubro de 1877 a Fevereiro de 1878 — o lugar de Governador Civil da Horta. Quando tempos depois o Governo o nomeou para o mesmo cargo em Ponta Delgada, Júlio de Castilho nem sequer tomou posse, exigindo a todos os seus amigos — que eram muitos — que na politica pontificavam, que nunca mais se lembrassem do seu nome para tais andanças.

Antes, quando em 1873 El-Rei D. Luiz lhe concedera o titulo de Visconde, que três anos antes o mesmo soberano dera a António Feliciano em duas vidas, Júlio de Castilho ficou terrissimo à mercê régia por ela ser ainda uma lembrança da homenagem prestada a seu pai. Raras vezes, porém, usou o titulo, como raras vezes consentiu que lhe lembrassem a qualidade herdada de seus maiores de moço fidalgo da Casa Real.

E' que os titulos nobiliárquicos não se casavam com a sua modestia. Preferia ser, como era, o sr. Júlio de Castilho, homem de letras, do que o fidalgo sr. Visconde de Castilho, áulico do Paço e da Corte que nunca frequentou.

Quando nesse dia 8 de Fevereiro de 1919 a morte entrou na velha e modesta casa do Lumiar e nos roubou para sempre um dos mais nobres e gentis espiritos dos últimos tempos, Portugal e, principalmente, Lisboa, perdeu uma das suas mais illustres e notáveis figuras.

Mas ainda neste transe, sobremaneira triste, Portugal ganhou um grande e admirável exemplo de humildade. Júlio de Castilho determinava, e a sua vontade era cumprida, que o seu funeral se realizasse sem pompa, sem anúncios nos jornais, nem artigos necrológicos, sem coroas nem flores, nem discursos, nem estadão de turnos. Queria ir de corpo à terra, envolto num simples lençol, enterrado num pobre coval. E lá está assim, no pequeno e aldeão cemitério do Lumiar, dormindo o último sono aquêllo que foi dos maiores entre os grandes.

Lisboa já pagou, em parte, a dívida de gratidão que tinha para com tão illustre filho. Ergueu-lhe um pequeno e simples monumento no jardim do Miradouro de Santa Luzia. Ainda, porém, não é tudo. Júlio de Castilho continua a aguardar a suprema consagração só há pouco começada louvavelmente pela Câmara Municipal de Lisboa, consagração que será o justo e merecido preito de agradecimento da cidade que êle tanto e tão eternamente amou: a divulgação em edições populares da sua admirável obra.

Depois da reedição duma parte da *Lisboa Antiga*, já realizada pelo Municipio, impõe-se, de facto, a continuação de tão meritória obra, de forma a que o labor esforçado e magnifico do insigne escritor de todos possa ser conhecido, por todos possa ser apreciado.

P. A.

Estremadura artística e folclórica

○ traje regional estremenho

○ estudo iconográfico do nosso Povo tem particular interesse pela riqueza e variedade dos trajos, designadamente nas zonas mais afastadas dos grandes centros urbanos, onde o vendaval do transformismo não alcançou ainda profaná-los, aristocratizando-os.

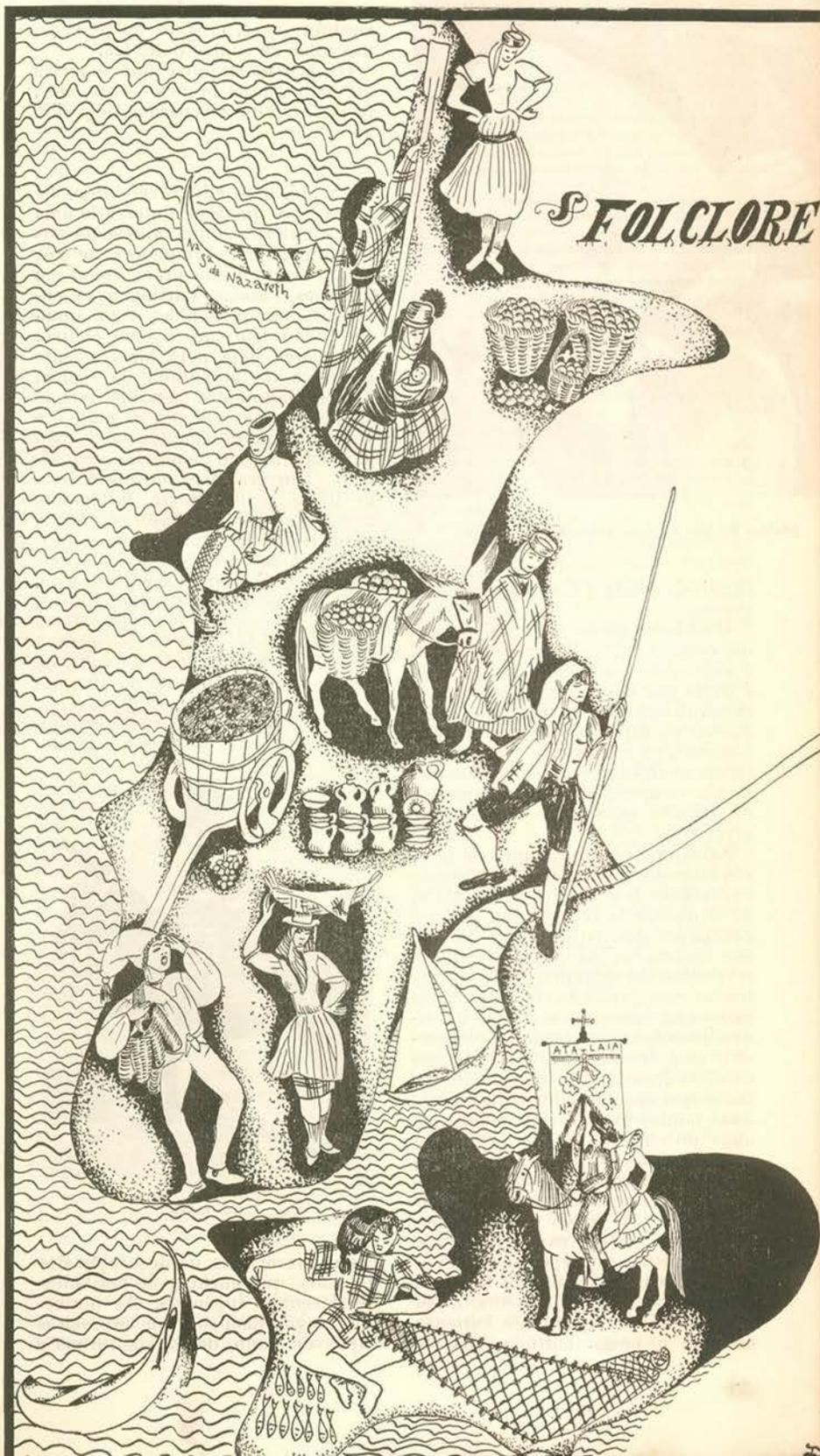
Os hábitos de vestir das populações aldeãs subordinam-se, dum modo mais ou menos acentuado, ao carácter dos naturais, sua vida social, seus processos de trabalho e ainda à situação topográfica e feições geológicas, orográficas e climáticas da região.

A indumentária caracteriza, até certo ponto, as províncias. Nas sâdias e verdejantes veigas miñotas, os vestidos das camponesas são deslumbradores, garridos de côres. Nas lombas hirsutas das serranias, as mulheres quási se amortalmam em anáguas de tomentos e sombrias capuchas de burel.

Ainda nas regiões nortenhas — onde o sol nos espreita de soslaio, numa blandícia clara e os arraiais se repetem prazenteiros e rumorosos — os chapéus da mulher rústica são rudimentares, guarnecidos de adornos tafuis, tendo como motivos ornamentais... fitas, borlas, plumas tingidas de côres alacres, contas de vidro, espelhos e penachos de fio de sêda. Ao sul — onde o calor é esbraseante e a paisagem soalhenta — os chapéus são mais despretenhosos e têm amplas abas, para ensombrarem a pele morena das aldeãs.

O espírito de originalidade, a necessidade dos camponeses se reconhecerem e diferenciarem dos confinantes, de evidenciarem os méritos respectivos, seus arroubos de imaginação, explicam até certo ponto a origem desta fertilidade de criações suntuárias, chãs e singelas, e, por isso mesmo, nimbadas de saudável beleza.

Começemos pelo Norte da província estremenha: Ao aproximarmos das praias de Vieira de Leiria e de S. Pedro de Muel, o traje da mulher torna-se incon-





Mulher do mar da costa estremenha do norte

fundível, sendo pitorescamente sugestivo.

O chapéu, como em grande parte da costa marítima portuguesa, faz o enlévo da vestimenta feminil. Ele é como que o seu complemento gracioso, divergindo de terra para terra apenas no capricho dos ornatos, que são mais ou menos arrebicados, conforme se destinam a ser usados nas fainas campestres ou marítimas, ou no frémito estrepitoso das feiras e arraiais.

Sabedoras da graça que os airo-sos chapelinhos, de abas totalmente encostadas à copa, lhes emprestam, as mulheres da região põem-nos na cabeça por ostentação e louçania. São confeccionados de feltro grosseiro, revestidos de veludilho preto e afestoados com penas de côr amarela ou carmesim, laçarotes e contas de vidro, doiradas ou prateadas. Colocam-nos com donaire, a calçar os lenços de côres frescas, que tombam soltos. Os lenços são dobrados em bico e as duas pontas laterais entalam-se nas abas do chapéu, ou dão laçada na nuca, lembrando a maneira alsaciana.

A blusa é, na generalidade, de côres alacres, estrangulando-se as mangas a meio do braço e terminando num fôlho ou em canhão. A saia, rodada e curta, sobrepõe-se ao chambre, e é confeccionada de lã, chita ou riscado. Tem do lado direito um rasgo longitudinal, onde a leiriense esconde a bolsa, entre a saia de

dentro e a exterior. Para altear as saias, empregam cordões ou faixas negras, que lhes modelam o talhe esbelto das ancas.

O avental é de percal, com bôlso, terminando atrás em laçada, como asas de moínho. Aos ombros, saias, nos dias invernosos. Como motivos de adôrno e de enfeite, ostentam nas orelhas moedas ou brincos de ouro, cordiformes e, cingido ao pescoço, um colar de contas doiradas.

Os pés mostram-se nus e meias de malha, de lã branca — «canos» —, resguardam-lhes as pernas, do joelho ao artelho.

* * *

Nazaré, êsse admirável burgo de pescadores que tem a nimbá-lo uma lenda enternecedora, apresenta-nos inconfundíveis pormenores de côr local. Tanto nesta praia, como em Fanhões, Pataias, Martingança e povoações circunvizinhas, está ainda em pleno uso um vistoso chapéu que marca uma nota bizarramente pitoresca na etnografia da região. É designado entre os industriais de chapelaria, por «chapéu de prato», e vem sendo confeccionado em S. João da Madeira, pelo menos há meio século. Tão gracioso adôrno é feito de feltro, muito grosso, fortemente gomado e portanto muito resistente, sendo difícil de amolgar, pela sua extraordinária rijeza. A aba cinge-se totalmente à copa, excedendo esta, aquela, uns dois a três centímetros. Como guarnições, tem uma farta borla de sêda — «catita» — presa à parte anterior da aba. A' volta da copa e em revestimento da aba, fita de linha.

As saias têm ampla roda; as blusas são cingidas ao busto e as mo-



Um saloio

çoilas fazem gala na decoração dos aventais, que enchem de bordados, de desenhos ingênuos. As mulheres resguardam-se com grosseiras capas de pano, de tons soturnos e

sombrios, designadas por «capas de baeta».

Os pescadores da Nazaré, de rostos tostados pelo sol e pelas rijas lufadas dos ventos mareiros, usam camisas e ceroulas de castorina enxadrezada, de padrões variados; barretes negros. Os pés descalços.

* * *

Em Alcobaça, são dignos de nota os garridos lenços, floridos em fundos amarelo, encarnado, ou azul ferrete e os trajos brancos das «fogaceiras», cujo uso tradicional, nos dias festivos, se vem repetindo imutável, de lustro em lustro, de século em século.

A marcha vertiginosa do tempo apagou há muito, em Obidos, o uso velado do «biôco», curioso pelo halo enternecedor da sua humildade.

Na região torrejana, os campônios simplórios e espadaúdos, de matacões arcaicos, usam calças justas que lhes desenhm as barrigas das pernas e se alargam junto ao calçado, em garganta de bacamarte. Enterram até às orelhas tafuis capapuços de felpa e nos pés calçam saporros de cabedal, de salto de prateleira.

Não longe das lezírias, nas redondezas de Cadaval e Arruda dos Vinhos, a paisagem é manchada, embora já muito parcamente, com o trajar do campino, de tão alegre visualidade e equilibrado sentido estético: calção e jaleca de pano azul com os bolsos forrados de riscado; colete encarnado de flanela e os respectivos botões de metal branco; meias de algodão, feitas à mão, e atadas por cima do joelho com fitas vermelhas. Barrete verde com carapinha encarnada e borla. Sapatos de couro bezerrum e esporas à maneira da Borda-de-Agua. Pampilho.

Infelizmente, estes trajos estão em manifesta decadência. Hoje, os campinos quási só os envergam nas feiras de gado, nos redondéis e nas festanças em que se procura reviver os usos tradicionais.

* * *

Internando-nos em Lisboa, breve somos surpreendidos pela agitada colmeia de vendedores ambulantes, originais nos pregões e hábitos de vestir.

No meio da voragem cosmopolita que tudo perverte e descaracteriza, as «varinas» conseguem manter bem vivo o espírito tradicional, o tipo presumivelmente fenício ou celta, afirmando com altivez a sua sôbrevivência, a sua individualidade. Fazem parte íntima da vida da capital. A nota decorativa que emprestam a Lisboa provém não só da rudeza nativa que as envolve, como também da garridice das vestimentas.

Por um excedente demográfico,

deixaram o pacato logradouro da Murtosa, que trocaram, na cidade, pelos bairros que lhes são predilectos: Mocambo e Madragôa.

E' vê-las coleantes e palmeiras, sacrocoteando as ancas, correndo açodadas e enchendo as ruelas com seus pregões:

"Salpicadinha da co...asta!
"Irózes pr'a tijelada!"
"Pescada do alto!"

A canastra é o símbolo da ovarina e tanto lhes serve de estabelecimento e balcão, para a venda do pescado, como de berço onde adormecem os filhos, embalando-os muitas vezes ao sussurro das ondas.

Coloridos e originaes os oleados pintalgados, com ingênuos sarapantões, que as defendem das escorrências do peixe e lhes adornam as gigas.

O traje que usam e lhes dá personalidade inconfundível, vem de tempos longínquos, embora se não conserve já em tôda a primitiva pureza: saias enxadrezadas, de castorina, alteadas pelas cintas de franjas; blusas de riscado de côres vistosas, moldando o busto; grandes lenços de ramagens; avental de riscado, com algibeira, atado em laço. Nos pés as clássicas chinelinhas agudas, arrebitadas como proas de saveiros e que lhes vão brincando nos pés.

Gozam do conceito de esbeltas e finamente musculadas, pela desenvoltura e pujança adquiridas na ligeireza alucinante das carreiras, e ainda na verticalidade que procuram manter, conservando os torsos erectos, para o equilíbrio das canastras. Formam uma classe à parte, com seus hábitos, suas leis e sua hierarquia, enfeitando inovações adventícias e defendendo com denodado bairrismo a sua terra natal.

Os típicos chapelinhos circulares que usam, popularmente classificados de *chapéus à vareira*, são de feltro grosso, fortemente gomado, próprios para auxiliarem a condução de cargas, por permitirem a estabilidade da rodilha. As abas vão aumentando de diâmetro da base para o bôrdo e são guarnecidas, na orla, com fita de setim. A copa, que é levemente achatada, tem de três a quatro centímetros de altura; é circundada também por fita do mesmo tecido que remata num laçarote, cujas pontas caem graciosamente sôbre a aba. Como guarnições têm, além da fita e do debrum, fôrro de algodão de

côres vivas e tira de carneira ou de oleado.

Além d'êste chapéu, constitue o orgulho da população ovarina, um outro, usado mais restritamente por causa do preço elevado, chapéu êsse que as peixeiras denominam *à marinhôa*. Trata-se dum gracioso chapelinho redondo, de feltro preto, com a aba cingida inteiramente ao casco e conservando em tôda a altura o mesmo diâmetro. O conjunto toma a forma dum aro cilíndrico e a aba, que é debruada a fita larga de veludo, ultrapassa em altura a copa, cêrca de dois centímetros. A copa é rasa no lôpo, sendo na parte mais alta ornada de veludilho pregueado, onde se implantam, além de uma palma feita de pequenas pontas de plumas de avestruz, uma conta de vidro, doirada, atravessada a meio



Damaia — Ida para o mercado em 1820

(Aquarela de Roque Gameiro)

por encrespada pena de galináceo, tingida de côr garrida, geralmente verde ou escarlata.

* * *

Lisboa, em consequência dum natural evoluir civilizador, foi-se descaracterizando lentamente, imprimindo à sua população urbana uma uniformidade igualitária. Muitos dos vestuários íntegros e inconfundíveis que, ainda nos séculos XVIII e XIX davam colorido à cidade, desapareceram na onda niveladora do progresso. Foram-se as capas de *rebuçar* e os *josêzinhos*, capotes vermelhos, de pouca roda, com cabeção, acanhoados de preto, que tão gratos eram a Laura Permon, duquesa de Abrantes.

Desapareceram os cegos das sanfonas, os mariolas da Ribeira, as calhandreiras, as pretas do mexilhão, os farricocos da tumba da Misericórdia,

as regateiras com os rostos emmol durados em toalhas soqueixadas, os andadores das almas, os calções de folhos dos lavradores estremenhos, os lenços de bretonha branca, engomados em bico, das alcoviteiras, a calça abuzinada do fadista alfaiçinha, os pretos caiadores e os boleeiros das seges, com suas nizas, botas de cano, chapéus altos e chicotes de pita pendurados do braço.

Em quatro traços, Júlio de Castilho descreveu o tipo e a indumentária dessa figura há muito desaparecida:

O boleiro vive nas crônicas de Lisboa... hoje (1903) tornou-se mais primitivo do que os mastodontes. Era um filho das ervas, com loquela sua muito especial, useiro e vezeiro no embaçar passageiros, tido e havido, não raro, nas desordens do bairro, perito em correrias a Sintra, ou em esperas de toiros.

Chapéu de forma antiquada, niza, calção, bota com espora de correia de polimento a assentar no rebordo do salto de prateleira; eis aí o traje líró dos fadistões das seges estacionadas ao Loreto, ao Corpo Santo ou ao Terreiro do Paço. Algumas vezes cobriam-se com capote de camêlão.

* * *

Aí por 1618, segundo refere Frei Nicolau de Oliveira, no *Livro das Grandezas de Lisboa*, havia às terças-feiras na larga praça do Rossio, uma feira semanal de gado, indústrias caseiras e das mais heterogêneas mercadorias.

Esse amplo centro comercial, onde nesses dias da semana se notava farta afluência de colarejas, regateiras e roupavilheiros, era rodeado de lojas abarracadas, tendas e botequins. Sob as amplas

arcadas do Hospital de Todos os Santos, concentrava-se o ajuntamento espesso dos mercadores, vendendo ao povo *tôda a sorte de pano de linho, canequim, cassa e holandã, linhos, rendas, tranças, franjas e outras coisas semelhantes, além de artigos de calçado e estôpa.*

Os grupos de alquiladores e vendedores de cavalgadas, estacionavam no largo de S. Domingos e aí vendiam ou trocavam as alimárias, numa algarviada de impreações e de arremetidas audaciosas.

Na *Lisboa Antiga*, Júlio de Castilho, comentando o caso, diz que por essa época devia notar-se no terreiro do Rossio, às terças-feiras, rumorejante e tumultuoso fervilhar de actividades, sendo êsse ajuntamento principalmente curioso *pela variedade dos trajos dos saloios, ribatejanos e alentejanos, dos lisboetas, dos negros, assim como dos forasteiros* (que os houve então por cá em grande número e já

de tempo antigo), e finalmente dos *escravos turcos, chinas, chingalas, abexins, cafres e maracatas*.

O Rossio era então o local favorito para os ossos antepassados luzirem seus trajes, assistindo às lides de toiros, justas e torneios.

* * *

Das cercanias de Lisboa, afluem ainda à cidade as saloias enroupadas numa indumentária fresca e florida, pretenciosamente garrida, sem aquela graciosidade de outrora que ressaltava em todos os pormenores: carapuças de veludo negro, lenços vermelhos, vasquinhas debruadas de côres vistosas, saias sofraldadas, mantéus de parrilha e altos borzequins mouriscos de coiro cru. Os saloios, por transigência com a civilização hodierna, quando a sua faina os chama a Lisboa, já não trazem os chapéus altos de pêlo de castor, que resistiram até aos princípios do

instalação da moirama. Daí a ideia fixa que têm muitos fisionomistas, procurando descobrir traços do tipo árabe, na pigmentação morena destes rústicos.

De facto, aparentemente mantêm na rudeza dos costumes, no feitio astucioso, sovina e interesseiro e até mesmo na etnologia, fortes ressaibos moiriscos.

As afinidades com a raça de que descendem transparecem no modo como regateiam, com arteirice, razoáveis somas, a trôco da hortaliça, do casal de perus, dos tremoços e do cabaz de morangos, como que a tirarem desforra da tirania dos *almotacés* que, em recuados tempos, lhes tributavam os produtos agrícolas.

Encontram-se tradições do povo muçulmano no extenso vale de Loures, onde, num encantamento de Natureza fecunda, verdejam *almunhas*, nutrindo frescas e viçosas hortaliças — e nas noras que revoltiam preguiçosamente seus rosários de *alcruzés*. As *almácegas* e canais

que tôda se ruboriza ao engalanar-se de flores e as amendoeiras que, no começo do Inverno, nos acenam do Algarve com a poalha branquejante das suas roupagens de noivas.

O *almocreve*, que conduz a vilanagem hípica, representada na rédua de *azémulas* de carga, ou o saloio que arreja o jumento — o orelhudo dromedário europeu — cingem-se ainda ao gosto e aos usos desses antigos colonos, empregando, como outrora, cabeçadas enfeitadas a côres garridas, grosseiros albardões, alforques de esparto e vistosos *atafais*.

Nas terras luminosas do Sul, onde os moiros mais se concentraram, revelam-se através da vida rústica e do léxico, tradições que constantemente nos fazem acudir à lembrança, o domínio sarraceno: os *alavões* e *alfeires* que se apascoam nas *almargens*; os *alguergues* e *alfarjas*, em uso nos arcáicos lagares de azeite; as *alquitarras*, empregadas na vinificação; a secagem dos figos, nos *almanxares*; a *almoseira* que sangra da tulla da azeitona; o *almece* que escorre da coalhada, no fabrico do queijo cabreiro, e ainda os *adufes*, tangidos dolentemente nas feiras.

* * *



As peixeiras de Lisboa

(Fragante fotográfico de Tallicsa)

século XIX; a substituição fez-se pelos barretes de côres flamantes (verdes, com carapinha vermelha) ou inteiramente negros, o que é mais frequente. Usam jalecas, calças cingidas à perna, cintas e sapatos de bezerra branca.

Freqüentam a zona de Loures e Mafra aproximadamente aquela que, em época remota, foi delimitada, por uma complacente tolerância, para

que se vêem dispersos pelas várzeas e courelas de regadio, dos subúrbios de Lisboa, denunciando o interesse que àquele povo mereceu o aproveitamento das águas e a irrigação dos terrenos agricultáveis.

Foram os árabes que introduziram na Península a alface, tufosa e repolhuda, as saborosas e doiradas laranjas, os limões, as tangerinas, o arroz, a alfarrobeira, a romanzeira,

As tortuosas congostas de Alfama, Mouraria e Bairro Alto são acentuadamente populares. E' nas lôbregas alfurjas desses bairros que se evoca a vida boémia do velho burgo lisboês, através do *fado*, canção oriunda de xácaras e *modinhas* brasileiras, adulteradas pelo nomadismo mourisco que persiste nas veias de muitos dos seus cultores. O *faia* da nossa época, se não pranteia a morte da Severa, continua a lamuriar em mórbidos choradinhos, dum erotismo melancólico, a sorte dos desgraçados *z'ai...* e a inclemência do destino. E' um rufião vulgar, macilento, de farta melena escorrida, mas sem indumentária característica. Renegou quasi por completo a jaleca de almares, a calça de bôca de sino, a bota afiamburada e o largo chapeirão atirado para a nuca em trejeitos canhalhas.

Conforme elucida Mário de Almeida, na *Lisboa do Romantismo*, as baixas cortesãs de hoje pouco diferem na forma de trajar e forma de acolhimento, das suas congêneres de há meio século.

* * *

Claramente que a indumentária evoluciona e não pode manter-se, primitiva e bárbara, fiel aos usos dos séculos transcorridos. As estradas de rodagem, as linhas férreas e os veículos motorizados, aproximando as cidades das terreolas serranas e distantes, introduziram con-

seqüentemente inovações na maneira de vestir dos sertanejos.

Seria anacrónico, nesta época caracterizada pelo dinamismo, que os homens de baixa condição usassem ainda cabelo à pagem, bragas e saio com capelo, como no século XI, ou gibões de burel e borzeguins de peles grosseiras, como no século XV.

O pulsar da vida transmuda sem cessar os usos e os costumes. Se ainda se ouve nos boqueirões de Alfama o pregão estridente e mal extinto dos broncos aguadeiros, nos seus sintetizados á... ú... ú... ú... ú... devemos reconhecer que os cidadãos de Tui não se acham bem integrados na vida célere de hoje, a-pesar-de não serem exaltados como «bravos heróis da bomba» nem usarem, como em 1840, chancas e «calções de abanante orelha».

* * *

Seria necessário uma opulenta biblioteca, constituída por centenaes de volumes, para acompanhar cronologicamente a evolução do traje regional e reconstituir sem omissões as fases primordiais da nossa suntuária. Uma investigação dessa amplitude não se ajustaria aos nossos lazeres e muito menos seria empreendimento para nossas minguadas forças. Acresce que alguns dos vestuários populares nacionais, anteriores ao quinhentismo, são ainda incógnitas obscuras, outros acham-se um tanto envoltos por nublados véus de mistério.

O que há de retrospectivo na indumentária, a partir do século XVI, foi criteriosamente arrancado ao pó dos arquivos, pelo artista Alberto de Sousa, a quem os estudiosos ficaram devendo o bem documentado álbum iconográfico *O Trajo Popular em Portugal*, que se folheia sem o menor enfado para o espírito. Contribuíram igualmente para esses estudos, com devoção e cultura, Rocha Peixoto e Roque Gameiro e, mais recentemente, Matos Sequeira, Cláudio Basto, António Ferro, Francisco Lage, Alvaro de Lacerda e o coronel Henrique Ferreira Lima, reunindo este último numa valiosa colectânea biblio-iconográfica, estampas de costumes portugueses de Murphy, Machphail, Manuel de Macedo, Joubert e Kinsey.

* * *

O vestuário popular português, ingénuo e bizarro, excitou sempre a admiração e o entusiasmo do viandante culto, amador do pitoresco e foi sempre motivo de desvanecimento espiritual para o lusiada curioso, que não seja de mentalidade obtusa.

Infelizmente, a desnacionalização de costumes alastra avassaladoramente, corrompendo e abastardando tudo o que tinha uma feição origi-

nal, um cunho próprio e um clássico sabor português. Modificam-se dia a dia os trajes canhestros das populações rurais, para ceder o lugar a enfatuadas e aberrantes inovações, sem côr local e cheias de exotismo, com que a gente dos campos e da beira-mar pretende imitar o trajar dos peralvilhos das cidades mundanas, onde a vida se encara apenas pelo lado material e transitório.

Dutra Faria, num bem redigido artigo sobre *As Tradições e o Progresso*, lança este avisado conselho:

«Os trajes populares, tão diversos de província para província, por vezes até de aldeia para aldeia, e tão ricos de graça, de côr, de pitoresco, vão desaparecendo — e não tardará muito o dia, se depressa não se acode ao mal, em que todos os nossos campônios vistam como o «farmer» da Califórnia ou da Irlanda, em que tôdas as raparigas e tôdas as mulheres dos nossos montes e das nossas terras usem os mesmos chales, os mesmos lenços e as mesmas blusas de chita que usam as camponesas da Dinamarca, da Bélgica ou da modernizada Turquia.»

E Celestino David, numa análise ao *Trajo Regional*, foca igualmente êsse tema, que alvoroça o nosso brio nacionalista:

«A beleza de certos exemplares do nosso traço popular, do Norte e Sul do País, da campina rasteira à montanha arrogante, traço de maiorais e pastores, lavadeiras e campaniças, abastarda-se dia-a-dia, cai no esquecimento e tem-se a impressão bem penosa, de que a próxima geração, porventura, a não encontra, para a bendizer e admirar.»

«O que fazia o encanto da minhota em dia de festa — o seu garrido traço à vianeza — o que era a graça da tricana coimbrã — o pôr do lenço e o traçar do chale — assim como o que dá um certo ar ao nosso lavrador ou à nossa managuia — calça esticada e jaleca de alamares, saia de estamemha ou lenço de rebuço — não deve ser, em breve, assim pensam alguns, mais do que peças de museu, se houver quem as aprecie em termos de as guardar e não esquecer.»

E, por último, Raúl do Rêgo, numa local epigrafada *Pelos Trajos Regionais*, advoga apaixonadamente a tradição do nosso vestuário popular:

«... a conservação dos trajes regionais em toda a sua pureza, em que muita gente se empenha, não é uma mania de reagir contra inovações, nem tão-pouco se inspira num exclusivismo estreito e miope. Não é a



Pescadores da Nazaré

adoração do trambolho do passado, tão querida e cultivada por aqueles que se sentem incapazes de construir um presente. O desejo de restaurar o traço regionalista é somente o culto da harmonia; harmonia entre o clima, a paisagem, o carácter dos habitantes e a sua maneira de vestir.»

* * *

E' de saudável e puro regionalismo tentar revivescer tudo o que é curioso e típico na indumentária popular, não só como valor tradicional e iconográfico, como também pela fisionomia e carácter que ela imprime a uma aldeia, ou, com mais latitude corográfica, a uma província.

Êsse estímulo necessita porém ser persuasivo e audaz, evitando-se a deletéria invasão do «folclore acatado», traduzido em festarolas com carácter regional, onde por vezes se exibem ranchos com trajes, músicas e bailados incaracterísticos, que afrontam as tradições populares.

O Conselho Nacional de Turismo e a Junta de Província de Estremadura são os organismos a quem está confiada, e muito bem, a ressurreição do folclore, na sua maior pureza, isto é, liberto de sugestões estranheiras. Encontram-se felizmente vigilantes nessa missão depuradora e disciplinadora, velando pelo culto da beleza, ou seja procurando evitar tôrpes profanações nos nossos hábitos e costumes.

E' indiscutivelmente a gente simples, com seus trajes encantadores e peculiares, com sua personificação rude e com seus hábitos característicos que dá ao nosso País uma expressiva feição original, fazendo a tradição, a pureza clássica e o encanto artístico e etnológico dêste rincão de maravilha.

GUILHERME FELGUEIRAS,
da Associação dos Arqueólogos Portugueses.

O problema das comunicações

DEPOIS de nos termos referido, no número anterior deste Boletim, à acção dos caminhos de ferro no nosso País, vamos agora ocupar-nos dos serviços automóveis.

Trataremos do assunto sem que nos mova a intenção de exaltar qualquer daqueles sistemas de transporte, em detrimento do outro, pois tanto consideramos a camionagem imprescindível ao progresso da Nação como o caminho de ferro. Resumiremos, porém, as nossas considerações, porque a escassez do espaço de que dispõe esta publicação nos força a dar lugar a outros assuntos também de grande interesse para a Província da Estremadura.

O aparecimento do automóvel

No propósito de se aperfeiçoar, o homem procura pôr a sua inteligência ao serviço dos interesses da colectividade, no desejo de promover novas descobertas no campo das realizações. E só assim se explica que, a par do grande desenvolvimento que se nota em todos os outros ramos de actividade humana, a indústria dos transportes terrestres tenha assumido tão grande incremento.

Não satisfeito com o valioso elemento de condução que já existia — o comboio — o homem tratou de criar um outro não menos importante — o automóvel. As modificações que lhe foram sucessivamente introduzidas colocaram-no em condições de prestar relevantes serviços na Grande Guerra, quer conduzindo tropas e mantimentos, quer transportando material bélico. E foi depois de ter terminado essa monstruosa luta que ensangüentou o Mundo que o automóvel começou a ter maior aplicação no transporte de passageiros e mercadorias.

Não foi o automóvel construído para andar, praticamente, a 150 ou 200 quilómetros à hora, mas essas e outras velocidades superiores têm já sido atingidas em provas desportivas. Esse facto constitue, sem dúvida, a mais bela demonstração de quanto vale tão admirável engenho de transporte que o século XIX fez aparecer e o nosso tempo resolveu consagrar, tornando-o um simbolo duma época já distante.

A-pesar das grandes transformações porque tem passado, o automóvel pode ainda, pelas suas condições, vir a atingir um grau de maior aperfeiçoamento. E são precisamente essas transformações, feitas pelas várias casas construtoras, aliadas às qualidades de um bom condutor, que têm contribuído para o desenvolvimento da viação, cujo progresso tem sido e continuará a ser factor primordial na vida económica do País.

Em Portugal, só por volta de 1930 começou a ter incremento tal meio de condução. Ao principio estabeleceram-se carreiras de camionagem, de preferência no transporte de passageiros, mas sem que obedecessem a qualquer plano previamente delineado, e a sua exploração era feita por forma atribiliária. Mais tarde, porém, generalizaram-se essas carreiras ao tráfego de mercadorias.

Para se evitar a continuação de tão desordenados e deficientes serviços, foi depois regulamentado o transporte em automóveis pesados. Actualmente, os transportes

por via ordinária estão regulados pelo Código da Estrada, aprovado pelo decreto n.º 18.406, de 31 de Maio de 1930, estando a sua execução a cargo do Conselho Superior de Viação, conforme o estabelecido no decreto n.º 19.545, de 31 de Março de 1931. Por esse Código está o país, incluindo as ilhas adjacentes, dividido em cinco circunscrições, em cada uma das quais funciona uma Comissão Técnica de Automobilismo, mas unicamente para efeitos de registo de inspecção de viaturas automóveis e exame dos respectivos condutores.

A camionagem e sua classificação

Os transportes automóveis pesados estão classificados em duas categorias: particulares e públicos. Transportes particulares con-

sideram-se aquêles em que os automóveis não são utilizados na exploração comercial e se destinam, simplesmente, à condução dos respectivos proprietários e de suas famílias, ou de carga que lhes pertença. São transportes públicos os que se effectuam com automóveis utilizados por qualquer pessoa, ou postos ao seu serviço, mediante o pagamento de remuneração estabelecida em tarifa ou ajuste particular.

Os transportes podem ser colectivos ou de aluguer. Têm a designação de colectivos os transportes em que os veículos são utilizados por lugar da sua lotação ou por fracção da sua carga para condução, segundo itinerários próprios, de passageiros ou de mercadorias. São considerados de aluguer os transportes em que os veículos são alugados no conjunto da sua lotação ou da sua carga para transporte de passageiros, bagagens ou mercadorias, segundo itinerários da escolha das pessoas que os alugaram e unicamente para seu serviço. São classificados como colectivos, embora



Um dos magníficos auto-carros que correm as estradas do Sul da Estremadura

explorados em regime de aluguer, os transportes de mercadorias por conta de qualquer entidade que os tenha recebido de terceiros. Consideram-se de aluguer, mesmo explorados em regime de transporte colectivo, os transportes em automóveis de carga.

Têm a designação de carreiras as comunicações estabelecidas para transportes colectivos e estão sujeitas, como os comboios, a horários e tarifas. As carreiras são de duas espécies: regulares e eventuais.

Consideram-se carreiras regulares as que se efectuam repetida e periodicamente no mesmo percurso, por efeito de concessão permanente. São eventuais as carreiras organizadas, como a sua designação indica, entre locais não servidos por carreiras regulares ou entre pontos servidos por estas carreiras e outros que o não sejam, e excepcionalmente entre locais servidos por carreiras regulares, quando estas sejam julgadas insuficientes para assegurar o tráfego e não seja afectada a sua exploração.

Sob o aspecto da sua conjugação com os transportes ferroviários, as carreiras regulares têm duas categorias: independentes e interferentes. São consideradas independentes as carreiras que não interferem economicamente com o caminho de ferro, estabelecendo comunicações entre localidades não servidas pela via férrea, ou por ela servida, com maiores percursos efectivos, quando indirectamente, e com percursos que excedam em mais de cem por cento os das carreiras, quando directamente (em estações próprias ou a distância não superior a um quilómetro). Carreiras interferentes são aquelas cuja exploração afecta economicamente e comercialmente o caminho de ferro, exercendo, tanto uma função concorrente, como adjuvante. São sempre classificadas como independentes as carreiras que servem povoações situadas fora de uma zona de vinte quilómetros, ao longo de qualquer linha férrea, marcada a dez quilómetros para um e outro lado da via. Todas as carreiras cujo percurso seja superior a cem quilómetros classificam-se sempre como interferentes.

As carreiras interferentes classificam-se assim: afluentes, complementares e concorrentes. Chamam-se afluentes as carreiras que partem de localidades não servidas por linha férrea e afluem à estação do caminho de ferro mais próxima, com serviço completo, exercendo assim, pela drenagem de passageiros e mercadorias através da via férrea, uma função adjuvante do caminho de ferro, quer tenham ou não serviço combinado com as respectivas empresas ferroviárias. Poderá, excepcionalmente ser autorizado, depois de ouvidas as empresas ferroviárias interessadas, que as carreiras afluentes sejam ligadas a outras estações, desde que a estação terminus escolhida seja mais importante que a mais próxima e não esteja distante da localidade servida mais do dobro da distância desta à estação mais próxima, contada a linha recta.

São carreiras complementares as estabelecidas por iniciativa de uma empresa ferroviária, directamente ou por contrato com empresas de automóveis pesados, para assegurar o tráfego, por estrada, de passageiros ou mercadorias de qualquer natureza, no percurso compreendido entre os extremos de um tróço de via férrea da sua concessão, onde a empresa tenha suspendido completamente o serviço ferroviário ou reduzido, pelo menos vinte por cento, o número de comboios normalmente realizados na mesma época do último ano.

O facto de se dar uma redução ou suspensão dos serviços ferroviários num tróço de linha onde tenha sido estabelecida uma carreira complementar não implica a caducidade da respectiva concessão e é atribuído indispensável para que a carreira mantenha essa classificação. Têm a designação de concorrentes as carreiras que ligam localidades servidas directamente por caminho de ferro, quando o percurso neste não seja mais do dobro do das carreiras, as que, ligando embora localidades não servidas directamente por via férrea, estabelecem comunicações de mais extenso percurso do que o caminho de ferro e, de um modo geral, todas as carreiras que não sejam independentes, afluentes ou complementares.

São autorizadas carreiras regulares desde que os camionistas se obriguem a caucionar a manutenção das carreiras pelo prazo de validade da respectiva concessão, que será sempre de cinco anos, renovável por igual período, isto além do cumprimento de outras condições impostas.

O intervalo entre a partida de dois veículos de empresas diversas ou da mesma empresa, em igual carreira não é inferior a 15 minutos para percursos até 20 quilómetros; 30 para percursos até 50; uma hora para percursos até 100; duas horas para percursos superiores a 100.

Em qualquer caso as velocidades, instantânea e média, de marcha dos automóveis pesados empregados nas carreiras, não poderão exceder, respectivamente, 50 e 30 quilómetros por hora.

Os preços das tarifas mínimas, por quilómetro-passageiro, são iguais aos das tarifas gerais aplicáveis por quilómetro, aos passageiros de 3.ª classe, nos caminhos de ferro, para os mesmos percursos, acrescidos de vinte e cinco por cento. As tarifas máximas são, nas mesmas condições, as de 1.ª classe, nos caminhos de ferro.

O desenvolvimento dos transportes por via ordinária

Em algumas nações, nomeadamente nos Estados Unidos da América do Norte, devido ao extraordinário desenvolvimento dos transportes por via ordinária, chegou a dar-se o facto dos capitais empregados no automóvel se tor-

narem equivalentes aos utilizados nas linhas férreas. Também as importâncias dispendidas anualmente para a utilização do serviço automóvel atingiram quasi o dobro das receitas dos caminhos de ferro e o pessoal empregado naquele serviço era em número superior ao de todos os empregados ferroviários.

Em face disso, e para proteger os capitais empregados no caminho de ferro, criou-se naquele país um organismo denominado Conselho Coordenador, do qual ficaram dependendo todos os serviços de transportes, não podendo actualmente nenhuma empresa explorar quaisquer carreiras sem autorização daquele organismo que só faz concessões em número reduzido.

Uma das empresas ferroviárias americanas mais duramente castigada pela concorrência da camionagem foi a «Chicago North Shore Milwaukee».

Em França, num ano, o automóvel transporta 25 bilhões de passageiros-quilómetros — tanto como o caminho de ferro!

Pelo que fica exposto, verifica-se que a organização dos transportes automóveis representa uma das mais importantes modificações introduzidas na estrutura da vida económica das várias nações e que éles são, sem dúvida, um elemento fundamental na administração de qualquer país.

Sob o ponto de vista de desenvolvimento de automobilismo. Portugal está, ainda, numa situação de inferioridade em relação a outros países que se encontram, mais ou menos, em paridade com o nosso, pois que, enquanto possuíamos ainda há bem pouco tempo, no continente, 47.474 viaturas automóveis (ligeiros, pesados de carga e de passageiros e motocicletas) a Bélgica, a Suécia, a Suíça, a Irlanda-Norte e a Finlândia, tinham, respectivamente, 226.907, 215.000, 94.850, 48.134 e 47.737 veículos da mesma espécie. Contudo, de um ano para o outro, tem-se notado grande desenvolvimento nos transportes colectivos em automóveis pesados, sendo também, constantes os melhoramentos introduzidos nos veículos utilizados nesses transportes.

As estradas e o movimento de carreiras de passageiros e mercadorias

Ultimamente têm sido extraordinários os trabalhos de construção e reparação de estradas, com os quais se têm dispendido, anualmente, somas avultadas. Ligadas por uma já magnífica rede de estradas, as várias regiões do País, tornam-se ainda mais ricas logo que a viação atinja maior desenvolvimento.

O número de carreiras efectuadas no Continente, no ano de 1938, foi de 770, como a seguir se discrimina: de passageiros, 663; de mercadorias, 44; e mistas, 63. Es-

tas carreiras foram exploradas por 324 concessionários.

Comparemos, agora, a diferença existente entre o número de passageiros transportados em caminho de ferro e o das camionetas. A totalidade de passageiros em toda a rede ferroviária do País foi de 25.625.161; em carreiras automóveis regulares de serviço público, foram transportados 19.877.722, sendo 4.654.262 no Norte; 10.030.316 na região do Centro; e 5.193.144 no Sul.

Nota-se, portanto, que houve uma diferença de 5.747.439 a favor do caminho de ferro, tendo, no entanto, sido considerável o aumento no número de passageiros transportados em carreiras, pois a percentagem foi muito superior em relação a 1937.

As receitas arrecadadas pelo Estado, por motivo da circulação nas vias de comunicação foi de 117.291.066\$24.

No princípio do ano de 1939, as carreiras regulares percorreram 13.882 quilómetros, como a seguir se indica: de passageiros (11.044.800 quilómetros); em estradas nacionais de 1.ª classe, 4.026,9 quilómetros; em estradas nacionais de 2.ª classe, 5.820,200; em estradas municipais 1.197,700. Carreiras de mercadorias (2.837,200 quilómetros); em estradas nacionais de 1.ª classe, 1.113,500; em estradas nacionais de 2.ª classe, 1.631,600; em estradas municipais, 92,100.

E' ao distrito de Lisboa que pertence a maior extensão de estradas em que se efectua o transporte colectivo de passageiros e é o distrito da Guarda que tem maior rede de estradas em que se realiza o transporte colectivo de mercadorias.

Verifica-se um maior desenvolvimento das carreiras de passageiros em estradas nacionais de 1.ª classe e em estradas camarárias, ao passo que o tráfego de mercadorias se desenvolve nas estradas nacionais de 1.ª e 2.ª classe.

Tem sido diminuta a utilização das estradas municipais por várias carreiras e reduzido o tráfego na maioria dos percursos em que são estabelecidos os transportes de mercadorias, o que não permite que sejam organizadas carreiras com as quais possam concorrer com vantagem os veículos de aluguer. Também tem diminuído, embora ligeiramente, a tonelagem total dos veículos autorizados a efectuar transportes de mercadorias em percursos superiores a 100 quilómetros, assim como o número de licenças concedidas para os transportes de aluguer. Porém, o número de licenças para excursionistas aumentou, o que denota um manifesto desejo de conhecer-se o País.

A cooperação do automóvel e do caminho de ferro

Os transportes automóveis em comum constituem o prolongamento dos caminhos de ferro,

pois que animam por toda a parte a vida económica e trazem aos centros ferroviários os passageiros e as mercadorias de localidades ou de regiões que, pela sua insignificante importância, não justificam o estabelecimento de uma linha férrea. A propósito, vale a pena citar que nos tempos calamitosos que vão correndo, a construção de um quilómetro de via larga deve importar, em média, na quantia de 800 contos.

As várias modalidades dêsses transportes, a que correspondem outras tantas situações diferentes, entre o caminho de ferro e o automóvel deram, ao princípio, motivo a que se criasse um ambiente de luta entre êsses dois valiosos instrumentos do progresso. Actualmente, a situação é diversa, pois o problema está sendo encarado por outro modo, isto é, o da cooperação recíproca, sempre que isso é possível, continuando, porém, o estudo sobre a concorrência entre o caminho de ferro e o automóvel a ser motivo de conferências, congressos, artigos de jornais, etc.

Como os caminhos de ferro e a camionagem são elementos de engrandecimento da Nação e servem-na sob o ponto de vista económico, é natural que se completem e mutuamente se auxiliem, pois que êsse facto só daria como resultado uma completa harmonia entre os dois meios de transportes. E tanto mais razoável é êste modo de encarar a questão, quanto é certo que já num Congresso Internacional de Automóvel, realizado em Itália, como em outros mais, se preconizou a conveniência de em todos os países se congregarem esforços no sentido de ser assegurada a colaboração do automóvel com o carril e por forma mais consentânea com os interesses gerais. Neste sentido, e com o fim de prestar a sua colaboração aos serviços de transportes por via ordinária, a Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses, assim como outras empresas congêneres, estabeleceu, desde há anos, vários contratos de serviço combinado com diversas carreiras de camionagem. Em consequência de tais contratos, realizaram-se, no ano de 1938, 80 carreiras em vários percursos, no total de 1.673 quilómetros. Também existiam, no mesmo ano, 26 contratos de serviço combinado com os caminhos de ferro para transporte de mercadorias, nos termos do Regulamento aprovado pelo decreto-lei n.º 23.499, tendo os veículos utilizados nesse serviço percorrido 459 quilómetros.

Pela sua própria natureza, as viaturas particulares destinadas a transportes fogem de cooperar com o caminho de ferro, a não ser em casos especiais e, por isso, as companhias de transportes inglesas, francesas e alemãs adoptaram várias e interessantes medidas para recuperarem parte do tráfego de veículos particulares. Contudo há casos em que o aumento de meios de ligação entre determinados pontos pelo estabelecimento de carreiras particulares dá lugar a uma intensificação de relações comerciais de que beneficiam os próprios caminhos de ferro.

As vantagens dos dois meios de condução

As principais vantagens oferecidas pelas camionetas consistem, precisamente, no facto de atravessarem, geralmente, as povoações e conduzirem os passageiros ao centro das mesmas e de transportarem as mercadorias da casa do expedidor à do consignatário, ao contrário do que quasi sempre sucede com os caminhos de ferro, por algumas das suas estações não se encontrarem dentro das localidades que servem. Há, também, a ponderar a economia que resulta para as mercadorias, da supressão, pelo menos, de duas operações de carga e descarga, pelos menores cuidados que é necessário ter com as embalagens e pelo minimo risco de avarias que as remessas correm e, ainda, as razões de ordem subjectiva que levam o passageiro a gozar da liberdade de partir do ponto que mais lhe convenha e quando quiser, visto que em quasi todas as regiões as carreiras são constantes e as suas paragens frequentes. Outros mais são os motivos que dão lugar à preferência do público pelos transportes automóveis para distâncias não excessivamente grandes e para percursos muito maiores, quando se trate de mercadorias. Para distâncias relativamente curtas, o caminho de ferro está em piores condições do que o automóvel, para efectuar transportes económicos, por a respectiva exploração ser mais onerosa, salvo o devido respeito pelas opiniões contrárias, pois há quem mantenha o ponto de vista de ser a exploração automóvel mais dispendiosa. Também as insuperáveis dificuldades do terreno colocam, muitas vezes, o caminho de ferro em condições desfavoráveis para lutar com o automóvel, pois êste desloca-se para toda a parte com maior facilidade e, como já dissemos, as despesas de exploração de uma linha serem muito mais elevadas e os passageiros fugirem, em regra, àquele meio de condução, não só por as estações se encontrarem muitas vezes distantes das povoações como, também, por não quererem sujeitar-se a outros incómodos e considerarem a viagem pela estrada mais alegre e poderem apreciar as localidades que atravessam, assim como as incomparáveis belezas e paisagens encantadoras da nossa terra.

O automóvel, que tem a vantagem de circular por qualquer estrada, sem estar adstrito a nenhuma, e de parar onde quiser, oferece, efectivamente, condições de economia de tempo, de comodidade e até de dinheiro, muito superiores, por vezes, aos caminhos de ferro. Estes não têm possibilidade de adaptar-se às condições do transporte automóvel, sendo estas que se têm de acomodar às que são próprias do caminho de ferro. Em contra-partida, as comodidades oferecidas pelo combóio, principalmente nos grandes percursos, são indiscutivelmente superiores às do automóvel. Enquanto no automóvel o passageiro vai, durante a viagem, mal sentado, apertado e até impossibilitado de se levantar, no combóio sucede o contrário, pois o desa-

fogo é outro e a liberdade de movimentos não é tão facilmente tolhida. Enfim, a comodidade é diferente e há ainda a atender que a relação de capacidade entre um automóvel e um combóio é de, aproximadamente, 1/20 no que diz respeito a passageiros, e de 1/75 no que se refere a mercadorias.

A propósito da importante redução de receitas que se vem notando nas linhas férreas, não deixa de ser curioso frisar uma situação idêntica, embora motivada por outras razões, que se fez sentir no ano de 1893. Nos 2.334 quilómetros de linha então em exploração, foram transportados apenas 6.241.551 passageiros e 1.482.391 toneladas de mercadorias.

O rendimento do tráfego foi de 5.312.300\$817 réis, correspondendo 2.2763050 réis por quilómetro. E só dois anos depois, isto é, em 1895, começou a acentuar-se o crescimento das receitas, o que se verificou durante 15 anos seguidos.

Os transportes e suas receitas

O caminho de ferro é forçado a transportar todas as remessas que são submetidas a despacho nas estações e o maior número de mercadorias apresentadas são de género pobre e que não podem satisfazer tarifas vantajosas. Muitas vezes essas mercadorias são transportadas com prejuizo que é, em parte, coberto com o agravamento das tarifas applicadas às mercadorias ricas. Por outro lado, a camioneta, que não é obrigada a transportar o que se lhe apresenta, prefere, como é natural, a mercadoria considerada rica. A pesar disso, é de presumir que, em muitos casos, tenha prejuizo.

As repercussões da crise económica geral que afflige, mais ou menos, todos os países e os efeitos da concorrência de outros meios de transporte têm affectado, em muitos casos, a situação financeira das carreiras de ferro, não só em Portugal, como nas outras nações. Ainda não há quatro anos a receita por passageiro variava de 1,51 na Checo-Eslaváquia a 4,71 na Suíça e a de mercadorias de 1,91 na Filândia a 10,71 na Suíça. Em Portugal era de 1,91 e 2,4, respectivamente. E a confirmar êstes factos está ainda a circunstância das receitas do tráfego da C. P., que foram de 281.631 contos em 1929, terem baixado para 274.376, em 1930; 249.983 contos, em 1931; e 248.298, em 1932. Em 1937, atingiram o máximo de decréscimo, com 240.719 contos, isto é uma baixa de 41.000 contos em relação às receitas de 1929. Desde 1929 que o número de passageiros que se utilizavam das carruagens de 1.ª e 2.ª classes, diminuiu sensivelmente, tendo-se elevado a percentagem das pessoas que preferem viajar em 3.ª classe.

A concorrência automóvel

Em face da concorrência automóvel, o caminho de ferro tem vantagem em trabalhar em condi-

ções que se assemelhem às do seu competidor, sempre que isso seja possível, e conseguir que o automóvel se transforme em seu auxiliar, porque temos de admitir que os transportes por camionagem devem ainda assumir mais largo desenvolvimento, se atendermos a que, com o fim de serem reduzidos os encargos de exploração dos transportes por estrada, continua a ser utilizado um combustível mais barato que a gasolina e, para isso, procede-se constantemente à substituição dos motores a gasolina por motores a gasogéneo ou a óleos pesados, por serem de mais económico funcionamento.

Não obstante a concorrência ao carril, a verdade é que o caminho de ferro, bem como a camionagem, continuarão, como até agora, a ser um elemento indispensável à economia e à defesa da Nação.

O estabelecimento da camionagem pelas empresas ferroviárias, como instrumento de defesa económica, é absolutamente legítimo, mas só se nos affigura conveniente com carreiras de longo curso, como aquelas que a Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses organizou entre Barreiro e Portimão, ou em concorrência com carreiras em condições deficientes.

Não foi sem o mais escrupuloso cuidado que em alguns países os respectivos Governos intervieram no sentido de que se não desorganizasse a economia da nação, em virtude da concorrência que estava a ser estabelecida entre a estrada e carril, tendo essa intervenção sido sempre orientada com o fim de conciliar os interesses dos dois sistemas de transportes, visto os caminhos de ferro se destinarem a contribuir para o desenvolvimento do comércio e da indústria nacionais e a promover o transporte de passageiros e a camionagem, além de ter idêntica missão, servir, ainda, para ir aos pontos mais recônditos e onde o carril não pode chegar.

Damos, assim, por concluído o simples estudo a que nos propuzemos sobre a organização dos meios de transportes e cuja acção tem contribuído, em parte, para que se justifique a esperança de um futuro melhor e se mantenha a fé inabalável nos destinos da nacionalidade portuguesa, que tem, ainda, uma longa missão a cumprir em prol da civilização, acrescentando páginas honrosas aos seus gloriosos feitos.

No próximo número, começaremos a análise das condições de transporte em cada um dos concelhos da Província da Estremadura.

PITEIRA DE ALMEIDA.



Novas instalações da Junta de Província da Estremadura

Numa das suas primeiras reuniões extraordinárias de 1940, o Conselho Provincial da Junta de Província da Estremadura resolveu, por proposta do seu Presidente, sr. eng.º Santos Pedroso, instalar a sede deste Corpo Administrativo num edificio condigno e, para tal, adquirir edificio conveniente. A Junta, sabendo que se encontrava à venda o palacete n.º 25 da rua Pascoal de Melo, tornejando para o Jardim Constantino, apressou-se a encetar as negociações necessárias para que a magnífica propriedade fosse incorporada nos bens do Estado.

De situação excelente e boa disposição interior, a nova sede da J. P. E. presta-se admiravelmente ao fim em vista, dispondo de salas apropriadas a tôdas as secções deste organismo provincial. E como o seu preço, em relação ao valor de construção, se oferecia bastante baixo, foi a proposta de compra, depois de aprovada, submetida às instâncias superiores que deram, imediatamente, as autorizações devidas. Para essa operação, bem como para as despesas de instalação, o Conselho Provincial e o Governo autorizaram um empréstimo na Caixa Geral dos Depósitos e Previdência.

A mudança da sede da J. P. E. fez-se no fim do mês de Julho, seguindo-se-lhe, algum tempo depois, a solene inauguração oficial, acontecimento a que nos referiremos mais de espaço no próximo número.



O edificio adquirido pela Junta de Província da Estremadura, para sua sede

OS NOSSOS COLABORADORES

O presente número de *da Estremadura* tem a honra de incluir mais alguns nomes de distintos colaboradores, além dos que ilustraram as páginas do número anterior e quiseram continuar a dispensar o favor da sua valiosa colaboração.



Coronel Henrique Ferreira de Lima, distinto arqueólogo e investigador militar, autor da monografia sobre Cascais que se publicou no Boletim de 1938

A parte dedicada ao Sr. Dr. Oliveira Salazar, ilustre Presidente do Conselho, é da autoria do brilhante jornalista e biógrafo do Chefe, sr. Luiz Teixeira. Prosador elegante e delicado, e profissional escrupuloso e completo, Luiz Teixeira serve na Imprensa um dos

primeiros jornais do País—o *Diário de Notícias*. Guilherme Felgueiras, arqueólogo esmerado, prossegue a obra que iniciou no primeiro número, sobre o folclore estremenho, de que temos um terceiro trabalho de grande valor.

O sr. dr. Luiz Chaves Lopes, que com tanta distinção iniciou uma nova série de monografias sobre Castelos, fala-nos, agora, do Castelo de Lisboa, tema inesgotável de tantas e tão belas páginas da nossa História.

Seguindo os seus apontamentos sobre a Restauração de Portugal e

a Província da Estremadura, o jornalista Oscar Paxeco, em segundo artigo, trata, com certa largueza, do movimento lisboeta para o resgate da Nação, e dá-nos uma admirável página sobre Frei Agostinho da Cruz, o místico da Arrábida.

Costa Júnior começa a nossa nova secção sobre «A Pesca e os Pescadores» e Jorge Simões foca o Movimento Corporativo de 1939. Piteira de Almeida dá-nos, num segundo artigo de preparação para a enunciação do tema «Comunicações», uma resenha sobre os transportes automóveis.



Oscar Paxeco, crónista de da Estremadura e biógrafo do Sr. Presidente da República



Piteira de Almeida, autor do excelente estudo sobre o Problema das Comunicações

Tôda a Imprensa diária se referiu elogiosa e amavelmente ao aparecimento do Boletim da Estremadura. O Diário da Manhã, órgão da União Nacional, assinala o aparecimento da nova publicação, dizendo:

«Com magníficas ilustrações e com verdadeiro interesse a todos os respeitos, lê-se com o maior agrado e arquiva-se como excelente elemento de consulta a respeito de muitos assuntos que são versados nas suas páginas».

O Diário de Notícias, depois de encarecer o valor do trabalho redactorial e gráfico, tem palavras amáveis para o nosso director, sr. dr. Botelho Moniz; destaca a excelente tetracromia do retrato do sr. Presidente da República e transcreve, pormenorizadamente, o sumário, citando os nomes dos colaboradores.

Todos os jornais diários, em fim, se referiram em termos lisonjeiros ao aparecimento do nosso Boletim, e o excelente semanário 1.º de Maio, órgão dos trabalhadores, observa que da Estremadura «procura uma finalidade cultural, social e económica, dando-nos a conhecer problemas interessantíssimos». E dá do sumário o que julgou de maior interesse.

Além de outras publicações registaram também o aparecimento do nosso Boletim a magnífica revista Ocidente e a Revista de Marinha, que se nos referem com palavras de muito carinho.

Também alguns dos Corpos Administrativos, aos quais enviámos o nosso Boletim, tiveram a amabilidade de nos dirigir palavras lisonjeiras que muito agradecemos. E' cedo, ainda, para tirar da publicação de da Estremadura, o proveito que visionámos ao resolver a sua saída. Em boa verdade, o nosso Boletim pode vir a ter grande projecção na solução dos problemas que interessam os concelhos da

e as infantas D. Joana e D. Catarina, que também foi recebida no meio das maiores aclamações e festivas demonstrações de fidelidade e vassalagem.

Lisboa nesse dia acabava de escrever um dos mais belos capítulos da imorredoura e gloriosa História de Portugal. Com Pinheiro Chagas, também nós podemos dizer:

«E foi a iniciativa de Lisboa que proclamou, no primeiro impeto, a independência da Pátria, que o povo apontou o seu chefe legítimo, que tornou possível, para assim dizermos, a autonomia de Portugal, sensível e palpável na pessoa do Duque de Bragança, monarca português; foi essa iniciativa destemida que entusiasmou electricamente o País durante sessento annos prostrado e oprimido.

«Na aclamação unisona com que essa idea foi acolhida, traduziu-se claramente o pensamento patriótico adormecido, mas vivo sempre no coração do povo!

«Põe então a Europa reconhecer que a espada do Duque de Alba riscara do mapa geográfico um território independente, mas não pudera, igualmente, fazer desaparecer uma nação; pôde ver neste movimento espantoso e sublime que não fôra só o acaso da politica, a fortuna dos campos de batalha que erguera no extremo occidental da Espanha, uma autonomia diversa; que Aljubarrota dera a essa autonomia a sanção gloriosa da vitória, mas que as próprias derrotas não fariam senão robustecê-la; que no cativo os laços nacionais, afrouxados, talvez, pelo abuso da fortuna, se apertariam como os laços da familia se robustecem no infortúnio. Havia de-certo uma união íntima entre todos os portugueses, pois que todos se levantaram a um tempo quando a bandeira das quinas se desfaldava à brisa de Dezembro, símbolo glorioso da Restauração da Pátria.»

OSCAR PAXECO.

PUBLICAÇÕES RECEBIDAS

Durante o ano de 1939 recebemos, dirigidas a da Estremadura e à Junta de Província da Estremadura, numerosas publicações que estão a ser devidamente arquivadas, segundo as novas disposições do respectivo serviço na nova sede. Podemos

nossa linda Província. É essencial, porém, que as Câmaras nos acompanhem nas nossas intenções e objectivos.

Um dos papéis do Boletim da Junta de Província da Estremadura, é agitar esses problemas e registar, cuidadosamente, as legítimas aspirações dos povos da Província. Por êste motivo aceitamos como boas as palavras de regozijo que nos foram dirigidas. As felicitações, porém, devolvemo-las, porque essas cabem às Câmaras estremenhas que contam já com um Boletim onde os seus interesses podem ser convenientemente debatidos.

Além das Câmaras Municipais que nos cumprimentaram, também recebemos felicitações das Juntas de Província do Baixo Alentejo e da Beira Baixa.

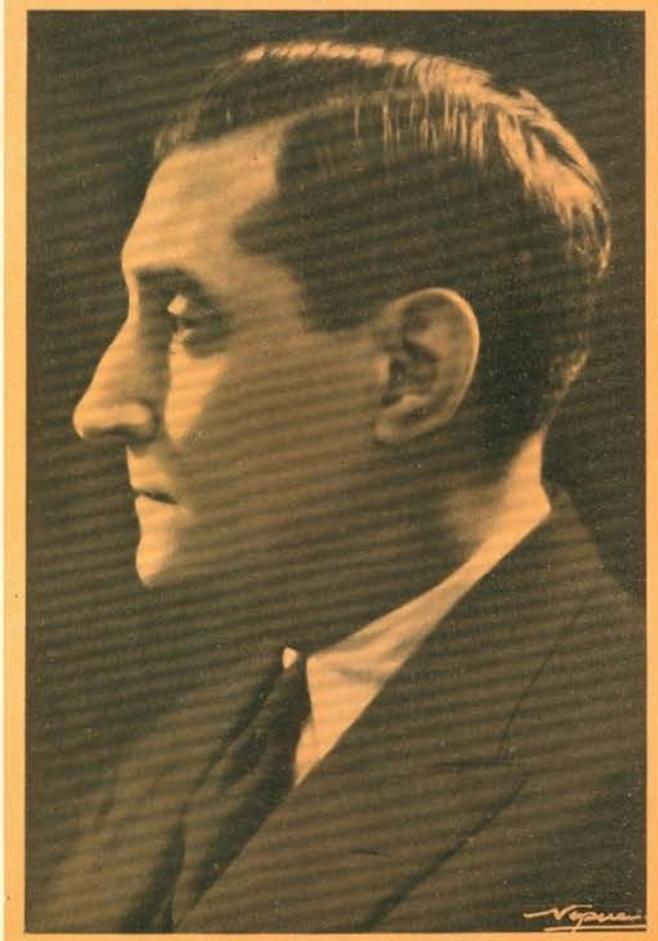
A todos, muito obrigado.

tomar a devida nota das seguintes publicações:

Diário Municipal, Presse Medicale, Ribatejo Histórico e Monumental (Junta de Província do Alentejo), Revista dos Centenários, Boletim do Instituto Português de Oncologia, Boletim da Assistência Nacional aos Tuberculosos, Defesa Nacional, Boletim da Junta de Província do Douro Litoral, Boletim Oficial das Juntas de Freguesia de Lisboa, Boletim do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência, Boletim da Associação Comercial dos Logistas de Lisboa, Relatório da Caixa de Previdência, Boletim Pecuário, Relatório da Câmara Municipal de Lisboa, Relatório da Junta de Província da Beira Alta, Boletim Geral de Legislação.

Qualquer lapso na enumeração das publicações recebidas, é devida apenas à reorganização dos serviços porque passou a Junta de Província da Estremadura durante a segunda metade do ano de 1939, e à nova arrematção dos serviços na nova sede.

da Estremadura tem, contudo, o seu arquivo especial, e nêle se guardam tôdas as publicações que nos forem enviadas directamente.



S

Doutor Antonio de Oliveira

SALAZAR

PRESIDENTE DO CONSELHO 



GENERAL CARMONA

James White & Co. No. 10

General

Historic Building

Maple Avenue

City of Chicago
Illinois

Chicago

SALAZAR



última metade do Século XIX põe, perante a expectativa da Humanidade e ao sabor das interrogações do Futuro, o Socialismo revolucionário como uma força dominante para a resolução do problema social. Mas não só o Socialismo. Às violentas explosões da doutrina que pretende desgastar os alicerces da Sociedade, à excitação illusória e destruidora que Marx e os seus companheiros agitam sobre a alarmada consciência do proletariado mundial, opõe-se, nitidamente, não só a filosofia da Igreja, mas todo o notável conjunto de princípios morais que fundamentam, esclarecem e consagram, como um sistema vivo e apto ao vigor de tôdas as campanhas, a doutrina social católica.

Ela cresce, engrandece-se e conquista horizontes, sempre num sentido de reacção tenaz ao espírito ameaçador do Socialismo militante, inspirado por uma utopia, animado por novos e estranhos dogmas, aspirando ao extremismo catastrófico e total. Alarga-se no combate das ideias especulativas, contraria a tendência materialista da época, favorecida pela propaganda atraente que floresce nos Estados que se entregam ao critério duma tolerância de condescendência e de complacência suicidas. E define-se e impõe-se como um programa de acção, «acção directa de Deus», como lhe chamou um doutrinador do tempo.

Léon Harmel publica o seu *Manual da corporação cristã*; funda-se a Obra dos círculos católicos de operários, com o fim de restabelecer a harmonia entre as classes produtoras, pela associação dos patrões com os operários; dignifica-se o conceito da família, o sentimento cristão da vida, a legítima aspiração e a justa defesa e limite da propriedade. Já anteriormente Pio IX se entregara às primeiras tentativas de restituição dos benefícios corporativistas, mas, antes do desmembramento e da transformação histórica do Socialismo, um grande Papa — Leão XIII — surge a robustecer a doutrina social da Igreja com a palavra de orientação precisa. A êle se deve o sensacional depoimento duma definição concreta, a clareza de pensamento indispensável, o rigor objectivo de crítica e a realidade de profunda convicção que dá ao esforço combativo e oposicionista dos



SALAZAR

(Escultura de Francisco Franco)

Universidade de Coimbra
Faculdade de Direito

No dia dez de maio de mil novecentos e dezete, a
Assembleia da Faculdade de Direito da Universidade de
Coimbra, usando da atribuição concedida pelo Decreto
de 22 de agosto de 1878, e de quizer de outubro de
mil novecentos e dezete, conferiu a grau de Doutor em
Direito ao Sr. António de Oliveira Salazar, licenciado
em Ciências de Medicina Salazar.

De que para constar se fez este termo em qua-
nto do dia dez de maio de mil novecentos e dezete e foi
qual assinado pelo Sr. Director da Faculdade,
Doutor José Alberto dos Reis, e que ao
depois do Sr. Salazar, Presidente da
Assembleia da Faculdade de Direito

Certificado do doutoramento de Salazar

que entra no Seminário de Viseu o aluno António de Oliveira Salazar, rapaz de dez anos, filho dum modesto agricultor do Vimieiro, concelho de Santa Comba Dão. O curso teológico, de que começa em 1900 os preparatórios, desenvolve os seus trabalhos sob a natural influência das ideias do grande humanista Leão XIII. Salazar deixa o Seminário em 1908. Domina-o a ambição de mais amplos estudos, a ânsia de mais completos conhecimentos. Coimbra e a sua velha Universidade fixam-se no seu espírito em pretensão definida. Ainda em Viseu, conclue, em dois anos, o curso dos liceus, ao mesmo tempo que exerce as funções de prefeito no Colégio da Via Sacra. Lê *La Science Sociale*, interessa-se pelas fórmulas de Le Play e E. Demolins e pelos processos pedagógicos das escolas britânicas, introduzidos em França na École des Roches. A sua mocidade apaixonou-se pela ideia dum obra de educação no sentido do desenvolvimento integral e harmónico de todas as faculdades individuais. São dêsse tempo — ainda não tem vinte anos — as suas primeiras conferências públicas. Duas frases extraídas dessas palestras que definem os seus objectivos e as preocupações do seu espírito e parece envolverem já um sabor profético: «O problema nacional é um problema de educação e, portanto, de pouco valerá mudar regimes ou governos se não se tratar, primeiramente, de mudar os homens». «Nós, o País de amanhã, nós os deputados, nós os ministros, nós os funcionários públicos, os advogados, os médicos, os professores, nós que frequentamos escolas e que havemos de constituir a parte dirigente, a parte mental dêsse País, nós que talvez já tenhamos escrito o nosso artigo contra o mal estar das finanças e a desvergonha da política, que fazemos para fazer a prosperidade desta pátria portuguesa?» Portugal atravessava então — 1909 — um desvairado período de verbalismo e de arrebatamentos declamatórios. Mas Salazar dá amostra solene dum consciência forte e iluminada pelo sentido exacto de realidades indiscutíveis, justo no juízo de comentário, elevado no exame das causas, perfeito na expressão, rigoroso e calmo no discernimento e na indicação das soluções. Acentua a missão da mocidade: «construir o glorioso Portugal de amanhã, um Portugal forte, um Portugal instruído, um Portugal moralizado, um Portugal trabalhador e progressivo».

católicos a lei dum corpo de doutrina destinado a fornecer as possibilidades dum intervenção fecunda dentro do quadro da vida política das nacionalidades — quasi uma teoria do Estado — para resolver a questão social já em pleno primado nas preocupações angustiosas dos povos. A evolução política e social da Igreja romana deve ser considerada — acentuou Eugène Spuller, em 1893 — como o acontecimento capital do fim do Século XIX.

PRIMEIROS TEMPOS

É precisamente no primeiro ano do nosso Século, quando as notáveis encíclicas interessam vivamente o Mundo,

ESTUDANTE

A Monarquia acaba em 1910, no mês em que Salazar se matricula na Universidade de Coimbra. Ele permanece indiferente ao estrondo das convulsões políticas. Estuda. Consegue as mais altas classificações. Tem o fervor da autoridade culta e esclarecida e



Doutor António de Oliveira Salazar, Ilustre Presidente do Conselho

a ideia de que é necessário integrar os interesses económicos com os interesses morais e de pôr quanto possível de acôrdo o interesse de cada um com o interesse de todos. Define-se: «Tenho a convicção de que a política por si nos não pode resolver os grandes problemas que nos



O Presidente do Conselho e o Ministro do Interior, dr. Mário Pais de Sousa

asoberbam e que é um êrro grave tudo esperar da sua evolução ou alteração arbitrária da sua marcha normal. A solução está mais em cada um de nós que na côr política dos ministros». A sua sólida estrutura moral defende-o de contágios fáceis. No entanto, o estudante Salazar freqüenta um Centro, pronuncia discursos, assina artigos de jornal. A academia coimbrã respeita-o. Os mestres consideram-no. É uma das principais figuras do Centro Académico de Democracia Cristã, que tem por legenda estas palavras: «Piedade, Estudo e Acção». Fundado no alvorecer do Século, a sua actividade desenvolve-se sob a claridade impressionante da *Rerum Novarum*, no ansioso estudo dos ensinamentos da

encíclica e na entusiástica expansão dos vigorosos princípios da escola social católica. O C. A. D. C. sofre a perseguição violenta dos novos senhores, excitados na confusão de anti-clericalismo e República, mas prossegue a sua missão liberto de correntes e de influências partidárias, lutando contra os êrros e preconceitos da época, propondo-se disciplinar e formar catolicamente as gerações que passam pela Universidade. A sua divisa: «A Igreja e a Nação fora e acima de regime e de partidos» algumas vezes foi defendida ardorosamente na rua, contra as hostes da incompreensão e do sectarismo faccioso. Maurras e Valois são autores discutidos nos estudos e reuniões do Centro. Salazar, director do C. A. D. C., está em plena concretização das suas tendências em matéria social. Revelam-se surpreendentemente as qualidades extraordinárias do seu espírito. O seu pensamento, já denunciado anteriormente, alarga-se em mais amplas concepções. Não há, porém, qualquer desvio dos fundamentos essenciais da sua formação. Continua a sua acção de doutrinador. Em Maio de 1914, pronuncia no Pôrto uma conferência célebre e de franco sentido combativo: «A Democracia e a Igreja». A conferência desenvolve-se sôbre estas três ideias fundamentais: «a importância secundária das formas de governo; a Democracia como um facto histórico, uma corrente insuperável, uma conquista legítima, perfeitamente conciliável com o catolicismo; a necessidade de influir sôbre a democracia



Os srs. Presidente da República e Presidente do Conselho nas manobras militares do Alentejo, em 1938



Amistoso encontro dos dois Chefes

nos termos em que o problema foi apresentado pelo próprio Toquevillê:—instruí-la, regular-lhe os movimentos e adaptar o seu govêrno às épocas e aos lugares». Uma frase: «Uma democracia não pode subsistir quando conceda privilégios a uma classe em detrimento das outras. Isso terá o nome de demagogia, que é incompatível com a Igreja, com a história, com a política e com a razão humana». Um jornal portuense da época acentua, na sua reportagem: «Há muito não pisa os estrados dos nossos salões um orador tão distinto e impecável na forma, tão soberbo e belo na idea. É uma grande inteligência e uma das mais poderosas cerebrações da geração nova». O acontecimento produziu escândalo. Houve tumultos. O edifício foi apedrejado e muitos auditores receberam tratamento nos hospitais.

PROFESSOR

Professor da Universidade de Coimbra desde 1914, Salazar começa nesse ano a sua notável série de crónicas sobre economia e finanças, no jornal católico *Liberdade*, editado no Pôrto. Publica numerosos ensaios sobre problemas nacionais ligados às predilecções do seu espírito e à sua actividade de professor de Finanças e de Economia Política. O Govêrno democrático, com o pretexto do saneamento do professorado e da republicanação do ensino, atinge a Faculdade de Direito de Coimbra. Salazar e outros «lentes» do famoso centro de cultura são suspensos do exercício das suas funções. Uma sindicância restabelece-o na cátedra que tanto honrou. O antigo aluno do Seminário de Viseu escrevia então, com absoluta verdade: «Tenho dado à Faculdade de Direito de Coimbra tôda a minha inteligência, todo o meu trabalho, todo o meu entusiasmo pela educação de uma tão bela parte da mocidade portugêsa».

VIDA POLÍTICA

A vida pública portugêsa inquieta-se em alucinações de desordem. Os ódios exteriorizam-se freqüentemente na rua, em espectáculos sangrentos. Naquele ano de 1921, Portugal está tão enfraquecido de esterilidade administrativa como cansado de agitações revolucionárias. Não há coragem para encarar em profundidade o problema nacional. O *déficit* persiste e avoluma-se nas contas públicas; o desânimo cresce nas consciências; o desequilíbrio da balança de pagamentos provoca a assustadora desvalorização da moeda; a falta de continuidade governativa é já um sistema estabelecido. Nesse ano, foram eleitos três deputados católicos. Um dêles, porém, só compareceu a uma sessão da Câmara. Chama-se António de Oliveira Salazar. Desiludido e amargurado com o parlamentarismo retórico, regressa à sua cátedra de Coimbra. No ano seguinte, em Abril, reúne-se o Congresso Católico em Lisboa. Salazar tem trinta e três anos. Forte de prestígio, inatacável pela solidez moral da sua organização de pensador e respeitado pelas qualidades admiráveis do seu espírito e pelas manifestações da sua inteligência excepcional, é êle quem, com absoluto poder de lógica sem sofismas e numa lucidez sem distrações, define a verdadeira orientação do Centro Católico



O Chefe numa festa da M. P.

Português perante as solicitações da vida pública. Fixa os princípios do direito político cristão; define a verdadeira política da Igreja, a sua finalidade, as suas bases e as suas relações com os Estados. Nessa notável mensagem, mostra a inutilidade duma reforma política que não resulte de uma reforma moral. Um conceito: «Vamos numa altura da evolução política e social em que um partido político assente na individualidade — o cidadão ou o eleitor, não têm suficiente razão de ser. O homem isolado é uma abstracção — uma ficção criada sobretudo sob a influência dominante de princípios errados, mas correntes no último século.» 1923. No Congresso das Associações Comerciais e Industriais de Portugal, a tese do Professor Salazar sobre «Redução das despesas públicas» é saudada como utilíssima intervenção, na discussão dos problemas nacionais, dos homens novos, trabalhadores de gabinete, inteligentes e eruditos, cheios de patriotismo e de fé, que hão-de desempenhar na missão de salvar a Pátria um brilhantíssimo papel. Há em Lisboa mais um movimento revolucionário. Apela-se para o Exército. Espera-se a Ditadura como uma necessidade inadiável. Salazar continua em Coimbra, mas, na Imprensa da capital, o seu nome é invocado como o duma alta figura do movimento para o ressurgimento nacional. Colaborador assíduo do diário *Novidades*, pronuncia em Braga, no mês de Julho de 1924, uma conferência que teria, mais tarde, larga projecção doutrinária na vida e no futuro do País: «Paz do Mundo e Paz de Cristo». Dirige-se aos trabalhadores. Analisa as ilusões em que assenta a sonhada paz do mundo na classe operária e, com lógica impressionante, esclarece os conceitos do Cristianismo sobre o Trabalho, a Riqueza e o Poder, estabelecendo as bases morais da «revolução social» católica.

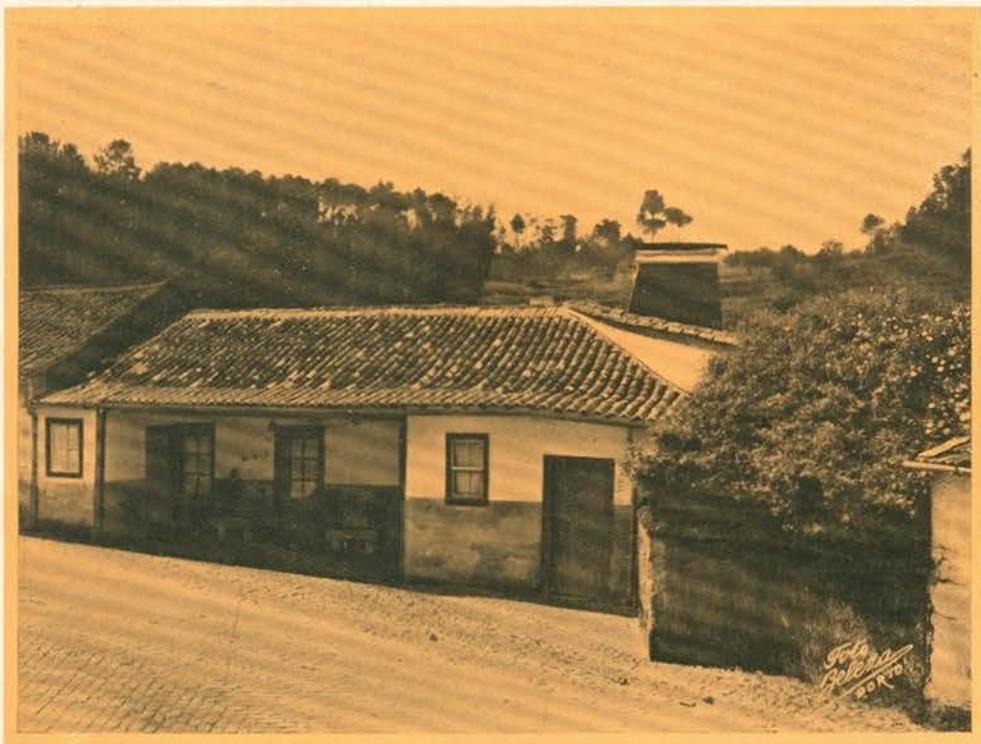
Em 1925, prossegue, com as conferências «Laicismo e liberdades» e «O bolchevismo e a Congregação», a sua actividade de doutrinador que prepara os espíritos para a revolução próxima. Salazar inaugura, no mesmo ano, a Secção de Ciências Sociais do Congresso Luso Espanhol para o Progresso das Ciências, com a conferência «Aconfessionalismo do Estado» — estudo completo sobre um problema difícil e eterno. A sua campanha jornalística intensifica-se. A sua missão de educador social e político não pára. Intitula-se «Duas economias» a sua última conferência dirigida aos operários, antes da chegada ao Poder. Em 27 de Abril de 1928, quando toma posse da pasta das Finanças, a base doutrinária do sistema de ideas que deu a Portugal os rumos de acção do seu feliz ressurgimento, a nova ordem que conduz o País, a arquitectura política do Estado Novo estão explicadas, completamente esclarecidas, impostas à consciência nacional como o grande recurso salvador. Salazar, homem de Estado de formação católica, deu a Portugal um mais altivo e nobre sentido de Nação. O seu nome



O Presidente do Conselho trabalhando



Salazar e o Embaixador de Inglaterra



Casa do Vimieiro, Santa Comba, onde nasceu Salazar

ganhou projecção universal de verdadeiro cidadão do Mundo. Restauradas sòlidamente as finanças, revigorada a economia do País, consolidada a República Corporativa como uma realização palpável e frutuosa, em benefício completo de Portugal, que encontrou novamente a sua posição de alto prestígio externo e a tranquillidade no in-

terior, podemos escolher as seguintes palavras de Salazar para uma definição exacta da aplicação do seu génio político: «Nenhuma experiência alheia, nenhum conjunto de factos sucedidos onde quer que seja deixa de ser considerado, com o fim de tirar dêles quaisquer lições úteis. Mas a fonte principal dos nossos ensinamentos, a fonte de inspiração das grandes linhas da nossa construção política tem sido a nossa história, a tradição, o temperamento, a *realidade portuguesa*, em suma.»

Ao fim de doze anos de actividade governativa intensa, contínua, esgotante, êste homem que parece trazer consigo a mensagem dos portugueses antigos que dedicaram a vida aos cuidados da independência e aos esforços do engrandecimento da nacionalidade, podia dirigir à consciência do nosso povo estas palavras exactas: «A poucos homens públicos terá sido dado, como a mim, tocar mais fundo múltiplas manifestações de uma decadência nacional, sentir mais vivamente o que pode chamar-se a desordem, o nada, o zero das cousas de que geralmente se fala com exactidão, mas sem a consciência plena dessa triste realidade. Muitos anos à frente dos negócios do Estado, tendo passado por vários sectores da Administração, onde melhor me podia aperceber das deficiências, das necessidades, das misérias materiais e morais da Nação; onde melhor podia auscultar os seus anseios e revoltas contra o imerecido abatimento; sem paixões, compromissos ou responsabilidades no passado; sem vaidade ou ambições pessoais a satisfazer, agora ou no futuro — êsses muitos anos de govêrno, cheios de dificuldades e perigos, mas, também, de prestígio e vitalidade nacional, criaram em mim a consciência da utilidade do esforço realizado em prol da Pátria Portuguesa.»

Luiz Teixeira.

(Copyright by Luiz Teixeira)

Consultados: *Perfil de Salazar*, 1938, por Luiz Teixeira; *Socialismo e Catolicismo*, 1881, pelo dr. Augusto Eduardo Nunes.

Figuras & Factos

1939

O que o Chefe do Estado disse aos portugueses no dia de Ano Bom de 1939

DIRMO neste dia de Ano Bom duas palavras de saudação aos portugueses. Do coração as dirijo a todos, sem distinção de classes, meios de fortuna ou convicções, quer vivam no Continente, nas Ilhas, em qualquer parte do Império Colonial ou, ainda, sob a hospitalidade amiga de países estrangeiros. De-certo cada qual formula, no mais íntimo da sua alma, votos por que o novo ano traga, aos entes mais queridos, a saúde, a Paz, tôdas as prosperidades materiais ou morais. Pela situação que ocupo igualmente as desejo a cada um, as desejo no seu conjunto à Nação, cuja grandeza faz parte da herança temporal e moral dos que nos orgulhamos de ser portugueses.

Será em grande parte o novo ano aquilo que dêle fizermos pelo nosso trabalho, disciplina e dedicação patriótica; mas porque alguma coisa escapa, por superior, à nossa vontade ou aos nossos próprios actos, que a Providência se digne de inspirar os

Chefes e Governos de todo o Mundo no sentimento da Justiça e no Amor dos homens, para que seja encontrada solução para os problemas que afligem as nações, sem ferir a Paz e a dignidade de cada um.

O ambiente de Ordem e de Paz que para nós ambicionamos, melhor, de que absolutamente precisamos, para a nossa obra de restauração nacional, desejamo-la sinceramente a todos os povos, especialmente àqueles a quem mais estreitamente nos prendem afinidades de raça, de língua, de cultura e de especiais interesses materiais ou morais; recordações históricas e vínculos políticos.

Que 1939 marque, para nós e para eles, mais um passo no entendimento, na cordealidade de relações e na prosperidade comum.



Administração modelar

ANUNCIA-SE no primeiro dia do ano o envio para o *Diário do Governo* das contas da gerência do Estado, relativas a 1937, feito dentro do prazo estabelecido pela lei.

O facto nada teria de notável, se não se tivesse verificado pela primeira vez, depois de se ter faltado a este dever de contabilidade pública durante muitas dezenas de anos.

E' interessante recortar o comentário que o acontecimento ofereceu ao *Diário de Notícias*:

Preparar o orçamento do ano futuro, encerrar as contas do ano findo e publicá-las dentro do prazo estabelecido na lei, tendo, além disso, completamente em dia as contas mensais provisórias do ano corrente, eis o que sempre se julgou impossível conseguir e agora se regista, pela primeira vez, em Portugal.

A história da conta geral do Estado foi, durante anos e anos, uma aventura alegre, uma vida de angústias do País.

Aos seus dois volumes se referiu um dia o ministro das Finanças nesta definição: «Costum um conto, pesam oito quilos, têm duas mil páginas e ninguém as lê.»

Em principio de 1928, quando Salazar tomou posse da pasta das Finanças, as contas organizadas e publicadas, que datavam de 1832-1833 e se tinham arrastado até 1907 em desequilíbrios de interrupções frequentes e em incompleto cumprimento do seu regime jurídico, estavam em atraso e desorganização lamentáveis. Desde aquela data, algumas se tinham publicado e seguiram o destino legal; outras não chegaram a tomar o mesmo caminho; outras, ainda, não se publicaram, ou não foram organizadas.

Em qualquer caso, as que se mandaram imprimir foram sempre depois dos prazos. Não havia notícias na Imprensa Nacional das contas posteriores à gerência de 1919-1920.

O aperfeiçoamento dos serviços e a ordem e a regularidade tomados como preocupações fundamentais do titular daquela pasta permitiram a realização dum esforço extraordinário. Em 1936 publicaram-se as de 1928-29; 1929-30; 1930-31; 1931-32.

Em 1937, as de 1924-25 a 1927-28 e 1932-33 a 1934-35. Finalmente, em 1938, publicaram-se as de 1923-24, 1936 e 1937.

O que se diz na notícia que acima inserimos, é, pois, um caso novo entre nós. E é a expressão eloquente e séria dum obra admirável de reconstrução — o máximo que em qualquer parte e em qualquer época se pode exigir como indicação indiscutível dum administração financeira modelar.

Esta pequena notícia contém, assim, todo o interesse e toda a importância dum verdadeiro acontecimento nacional do maior relevo.

Melhoramentos de Lisboa

DÃO os jornais grande desenvolvimento, também no dia 1 de Janeiro, às reclamações apresentadas pelas juntas de freguesia de Lisboa, junto da presidência da Câmara Municipal. Mais ou menos, todos aqueles corpos administrativos tiveram de reclamar, a bem da higiene, da estética, dos interesses, em suma, dos seus fregueses. Da entrevista, que, pode afirmar-se, constituiu não só um acontecimento de importância na vida da capital, mas, também, uma interessante manifestação de actividade administrativa jamais observada naqueles organismos, resultou um estudo profundo das necessidades cidadinas, com um consequente plano de realizações, parte das quais foram incluídas no programa de melhoramentos para inaugurar no ano das comemorações centenárias — 1940.

Dentre as juntas que se fizeram representar, uma, a de S. Julião — é curioso notar — declarou não ter reclamações a fazer.

A Malária em Portugal e a Fundação Rockefeller

NA povoação de Águas de Moura, um dos pontos centrais do campo orezicola do sul, foi, no dia 6 de Janeiro de 1939, entregue ao Estado, com toda a solenidade, o edificio do Instituto de Malariologia, construído a expensas da Fundação Rockefeller. Representou o Estado na cerimónia o sr. dr. Mário Pais de Sousa, ilustre ministro do Interior, que

ali foi acompanhado pelos seus secretários e chefe do gabinete. Assistiram ao acto, também, os representantes da Direcção Geral de Saúde Pública, do Hospital de Marinha, do comando militar de Setúbal, e outras autoridades militares; Direcção Geral dos Serviços Agrícolas, Comissão Reguladora do Comércio do Arroz, Juntas de freguesias e outras autoridades civis e administrativas; a Legião Portuguesa, que prestou as honras ao visitante, etc.

O sr. ministro da Agricultura foi representado pelo sr. engenheiro Pessoa Lopes, tendo feito a recepção oficial os srs. engenheiro Manito Tórres, governador civil substituto; major Perestrelo Conceição, presidente da Câmara Municipal de Setúbal, e capitão José de Almeida, substituto desta última autoridade administrativa.

A cerimónia foi simples. Cumprimentos, a continência devida, prestada pela L. P., visita ao edificio, durante a qual o sr. dr. José Alberto de Faria, director geral de Saúde, apresentou ao sr. ministro os srs. dr. Rolla Hill, director da Fundação Rockefeller em Portugal, e dr. Hacket, director da mesma Fundação em Roma, que veio ao nosso País especialmente para assistir ao acto e que proferiu algumas palavras alusivas ao acontecimento, à obra de reconstrução económica de Portugal e de homenagem aos nossos Chefes.

A inauguração deste importante melhoramento deu ocasião a valiosas e interessantes declarações, por parte dos srs. drs. Mário Pais de Sousa e José Alberto de Faria, dos quais ressaltou a importância da actividade desenvolvida no sentido de combater o sezonismo e de defender principalmente a saúde dos camponeses que trabalham na cultura do arroz.

A magnífica jornada terminou com um almôço no Club Naval de Setúbal, que deu pretexto a que se fizessem entusiásticas saúdes aos srs. Presidentes da República e do Conselho.

Dr. Sebastião Costa Santos

UM dos mais valiosos colaboradores da obra desenvolvida pelo Dispensário Clínico da J. P. E., o sr. dr. Sebastião da Costa Santos, faleceu no dia 8 de Janeiro. Distinto oftalmologista, o finado prestou à Sociedade Portuguesa inestimáveis serviços, tendo sempre, na sua vida activa de estudioso da especialidade a que se dedicou, tempo bastante para socorrer os pobres que apelavam para a sua reconhecida competência.

Tinha 57 anos e, com tão curta existência, o distinto clinico contava um lisonjeiro activo de trabalho útil e deveras notável. Fêz o seu curso na Faculdade de Medicina de Lisboa, com altas classificações, e seguiu para a Alemanha onde se especializou, revelando-se então verdadeira sumidade na oftalmologia.

Da sua vasta obra bibliográfica, destacam-se valiosos estudos, entre os quais «Uma estatística oftalmológica», «Higiene Ocular», «A cegueira em Portugal», «O tratamento das boubas no Hospital Real de Todos-os-Santos, em principios do Século XVI», «Primeira noticia sobre tratamento de alienados em Portugal», «A Escola de Cirurgia do Hospital Real de Todos-os-Santos (1565-1775)», «Pinel», «Laënnec», etc.

O sr. dr. Costa Santos que, além de outras condecorações, possuía a Gran-Cruz de Isabel a Católica e o grau de Cavaleiro da Legião de Honra, militou, também, na politica da Nação, tendo sido presidente da Câmara Municipal de Lisboa e da Junta Geral do Distrito de Lisboa.



Dr. Sebastião Costa Santos

A cultura do trigo

UMA nota publicada na Imprensa revelou que, na Província da Estremadura, foi apreciável a actividade do departamento oficial especial para o fomento da cultura do trigo. A Brigada Técnica da IX Região, com sede nas Caldas da Rainha, que actua em numerosos concelhos da Província da Estremadura, ultimou no fim do mês passado (Dezembro de 1938) as sementeiras de diversos campos de demonstração da cultura intensiva do trigo, distribuídas pelos concelhos de Vila Nova de Ourém, Nazaré, Alcobaça, Batalha, Pôrto de Mós, Tomar, Tôres Novas, Alcanena, Caldas da Rainha, Peniche, Obidos, Bombarral, Rio Maior, Lourinhã, Cadaval, Tôres Vedras, Mafra, Sobral do Monte Agraço, Arruda dos Vinhos, Sintra, Loures e Oeiras.

Nalguns dêles adoptou-se o método de «Gibertini», tendo já beneficiado da segunda aplicação de nitrato do Chile. Noutros estabelecidos, em terrenos calcários ou argilosos, além da adubação usual fosfo-azotada, empregou-se na sementeira, conjuntamente àquela, o cloreto ou o sulfato de potássio, com o fim de procurar demonstrar a eficiência das adubações completas (azoto, ácido fosfórico e potassa) em terrenos desta natureza.

As variedades de trigo utilizadas foram, além da regional, «Massarôco» para a maior parte da zona, bem como os «Quaderna», «Mentaria» e «Rielli» ou sejam as que no passado ano alcançaram maiores produções, compreendidas entre 30 a 40 hectolitros por hectare.

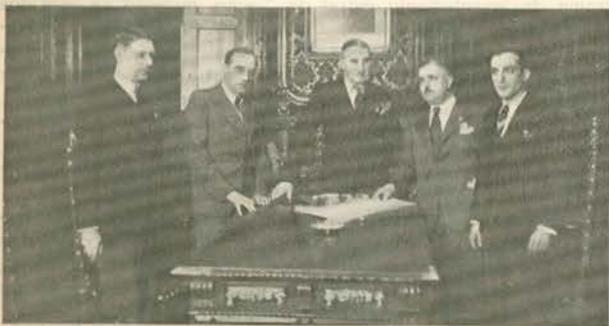
Semearam-se, ainda, dois campos para ensaio de adaptação de dez variedades italianas de recente importação, em comparação com o trigo «Massarôco».

Prémios aos produtores de trigo

A Federação Nacional dos Produtores de Trigo instituiu prémios para os produtores de trigo que, no ano de 1939, apresentassem a «Melhor Seara». A iniciativa, que teve por motivo a comemoração do XII ano da Revolução Nacional, ofereceu aos produtores duas classes de prémios de três cada, a saber: Prémios Nacionais, grande propriedade, prémio «General Carmona», 30.000\$00; média propriedade, prémio «Dr. Oliveira Salazar», 20.000\$00; pequena propriedade, prémio «Ministro da Agricultura», 10.000\$00. Prémios distritais, (três por cada um dos dezóito distritos do Continente), grande propriedade, 10.000\$00; média propriedade, 5.000\$00; pequena propriedade, 3.000\$00.

Conselho Central das Juntas de Freguesia de Lisboa

SOB a presidência do sr. coronel Lôbo da Costa, governador civil de Lisboa e presidente do Conselho Central das Juntas de Freguesias de Lisboa, reuniu-se este organismo administrativo no dia 24 de Janeiro de 1938, para apreciar o relatório e contas da gerência de 1939. O sr. engenheiro Carlos Santos, então vogal-tesoureiro da referida Comissão, fez a lei-



Conselho Central das Juntas de Freguesia, 1939

tura do relatório, exprimiu vários votos, entre os quais o de que o Conselho se instalasse em edificio próprio, propôs um voto de agradecimento à Imprensa, pelo apoio dispensado às Juntas de Freguesia, salientou o facto da gerência ter fechado com um saldo de 61.869\$66 e, por fim, agradeceu ao sr. governador civil a sua atenciosa colaboração. Procedeu-se, depois, à eleição dos quatro vogais para a gerência de 1933, cuja escolha recaiu nos srs. engenheiro Carlos Santos, dr. Formozinho Sanches, Sousa Rêgo e Albertino Henriques, respectivamente, das juntas de freguesia do Campo 28 de Maio, Santiago, S. Sebastião e Graça. A respectiva posse foi-lhes dada no dia 14 do mês seguinte.

O resgate da Torre de Belém

NO dia 25 de Janeiro foi, finalmente, enviado para o *Diário do Governo*, um decreto, subscrito pelo sr. ministro das Obras Públicas e Comunicações, determinando a remoção das afrontosas instalações das Companhias Reunidas Gás e Electricidade junto da primorosa jóia de arquitectura quinhentista que é a Torre de Belém. Por esse diploma, fica a Câmara Municipal de Lisboa incumbida de realizar a limpeza, dentro do plano das comemorações centenárias. As obras desenvolvem-se progressivamente, de maneira que, quando o presente volume sair à luz da publicidade, é possível que tenhamos, finalmente, livre de estorvos e limpo o primeiro monumento do pôrto de Lisboa.

A Câmara Municipal de Lisboa e a Inglaterra

EM homenagem aos esforços do primeiro ministro inglês pela Paz, a Câmara Municipal de Lisboa, depois de numa das suas reuniões mensais se lhe ter referido, resolveu dar o nome de «Neville Chamberlain» a uma das nossas principais avenidas. Conhecedor do facto, aquêlê homem de Estado inglês endereçou à C. M. L. a seguinte carta:

10 — Dowing Street

... Sr.

Deu-me o maior prazer conhecer, por intermédio do Embaixador de S. Magestade em Lisboa, a decisão da Câmara Municipal de Lisboa, de designar uma das mais importantes das novas avenidas da sua grande capital em minha honra.

Não preciso quasi de dizer que uma amabilidade de tal natureza me é particularmente grata, não só como tributo aos meus esforços pessoais pela causa da Paz, mas também como mais uma evidência dos laços de simpatia que existem entre os nossos países aliados, e da nossa comum determinação de alcançar o apaziguamento geral entre as nações do mundo.

Permita-me, pois, que lhe peça que comunique à Câmara Municipal o meu cordial apreço por tal gesto mais que cortês, e os meus melhores votos pelo êxito dos planos que tem entre mãos, para a extensão da cidade.

Sinceramente, seu

Neville Chamberlain.



Neville Chamberlain

C. A. P. I.

COMO nos anos anteriores, a «Campanha de Auxilio aos Pobres no Inverno», de cuja comissão faz parte o presidente da Junta de Província da Estremadura, sr. engenheiro António Rodrigues dos Santos Pedroso, fez, no principio do ano de 1939, uma larga distribuição de roupas, gêneros e dinheiro a milhares de pobres de todo o país continental e insular.

Obra de grande alcance social, ela completa outras organizações oficiais de assistência, também de grande importância, tais como a «Obra das Mães pela Educação Nacional», a «De-

fesa da Família» e, por último, a Assistência Pública, cuja estrutura se está aperfeiçoando de dia para dia, graças à cuidadosa atenção que o sr. dr. Mário Pais de Sousa, ilustre ministro do Interior, lhe dispensa.

A nossa Província tem beneficiado, na sua cota parte, dos auxílios da C. A. P. I., que não esquece as humildes condições de vida em que vivem os trabalhadores do mar e do campo da região estremenha.

Os jornais de 2 de Março anunciaram a abertura, pelo ministério das Finanças, de um crédito de 2.500 contos, a favor do ministério do Interior, para este subsidiar a Campanha de Auxílio aos Pobres no Inverno, quantia concedida em duas prestações, a primeira entregue na data referida, e a segunda no fim do Verão.

Carta Geológica dos arredores de Lisboa

A direcção geral de Minas e Serviços Geológicos publicou as folhas de Cascais e Sintra, relativas à Carta Geológica dos Arredores de Lisboa, na escala 1/20.000. Seguiram-se as de Lisboa e Loures.

Estes documentos constituem valiosos elementos para os estudos das coisas da nossa Província.

O Castelo de Palmela

O Instituto Português de Arqueologia, numa das suas sessões do princípio do ano de 1939, aprovou a seguinte moção, relativa à posição documental e monumental do vetusto Castelo de Palmela:

O Instituto Português de Arqueologia, História e Etnografia, reunido em assembleia geral, no dia 29 de Janeiro de 1939, considerando que o castelo de Palmela é um monumento de primeira grandeza, e aproveitando a oportunidade de a Câmara Municipal desta vila, que deve a sua história ao castelo sobranceiro, pedir a restauração dos edifícios militares, religiosos e civis do castelo, decide apoiar a pretensão da sobredita Câmara, tanto mais que ela propõe que o monumento restaurado venha a servir de sede à Ordem Militar de Santiago da Espada, como já o foi, efectivamente, até a extinção das ordens religiosas em Portugal, e venha a servir, também, de Museu das reliquias, memórias e bibliografia da mesma Ordem.

Posteriormente, o governo tomou na devida consideração a justíssima e patriótica aspiração da Câmara Municipal de



Castelo de Palmela

Palmela e a moção do Instituto Português de Arqueologia, pelo que o Castelo de Palmela será elevado à sua antiga dignidade.

Satisfazendo instantes solicitações dos amigos e defensores de Palmela e de outros monumentos igualmente valiosos da Província da Estremadura, o Governo aprovou a verba de 1.500 contos para a reparação de alguns castelos, entre os quais os seguintes: Palmela, Obidos, Pôrto de Mós, Sesimbra e Sintra (Mouros).

Mais 1.269.581\$25 para melhoramentos públicos

EM Fevereiro de 1939, o sr. eng.º Duarte Pacheco, ilustre ministro das Obras Públicas e Comunicações, autorizou a verba de 1.269.581\$25 para participações de obras e melhoramentos públicos, a realizar em vários distritos do País. A província da Estremadura coube a importância de 288.137\$00, assim distribuída:

No distrito de Lisboa — Mafra: para calcetamento de várias ruas da Ericeira, (ruas 5 de Outubro e de Luiz Quaresma; largo do Pelourinho e Travessa da Esperança) 17.050\$00. **Oeiras:** para construção e reparação das ruas da Boa Vista e Mirante, em Algés, 8.242\$00; empedramento de quatro ruas do bairro das Antas, em Santo Amaro de Oeiras, 35.604\$00; e prolongamento do bêco do Feitor, entre a rua Heliodoro Salgado e o largo 5 de Outubro, em Oeiras, 13.684\$00. **Sintra:** para reparação das ruas dos Luziadas e Bocage, em Queluz, 9.624\$00.

No distrito de Leiria — Caldas da Rainha: para pavimentação da rua das Figueiras, e à Santa Casa da Misericórdia (reforço) para a construção do seu edifício, 180.000\$00. **Peniche:** para a execução de trabalhos adicionais na obra de pavimentação da rua do Vale e construção dum colector na mesma rua, em Alouguia da Baleia, 8.613\$00. **Pôrto de Mós:** para a construção de calçadas na vila de Mira de Aire, 15.320\$00.

Moradias para pobres

NO dia 5 de Fevereiro, foi oficialmente inaugurado pelos srs. Presidentes da República e do Conselho, o Bairro da Quinta da Calçada — quinhentas habitações de duas, três e quatro divisões, totalmente construídas em «lusalite» — um dos primeiros que se estão edificando para acabar com o vergonhoso espectáculo dos numerosos «bairros da lata» e «das minhocas», que enodoavam a Capital do País.

Mais de 3.000 almas vivem, agora, em condições de higiene física e moral nunca sonhadas, tendo cada uma das famílias recebido uma habitação independente, confortável, com tantas dependências quantas necessitava, além da cozinha e quarto de banho, com água encanada e luz eléctrica.

A experiência de quasi um ano de existência do novo e populoso bairro demonstra que a miséria física e moral em que se deixam cair ou, por força do infortúnio, caem algumas famílias, é remediável e encontra, na alma dos próprios indigentes, terreno para um completo resgate. As relações sociais e de boa vizinhança decorrem, no «Bairro da Quinta da Calçada», com lisura, ordem e compreensão deveras notáveis e a tal ponto que causou, nas estações oficiais, a maior e mais justificada surpresa.

Este resultado, no qual influiu, de-certo, muito da consciente boa-vontade dos beneficiados, deve-se, em grande parte, justo é afirmá-lo, à corajosa e dedicada actuação do sr. major Eduardo Galhardo, comandante da Polícia Municipal, que, um dia, recebeu ordem para terminar, pura e simplesmente, com os imundos monturos de espécie humana.

O seu coração de pai e alto espírito cristão fez que interpretasse a ordem a seu modo — isto é, de acordo com o programa de levantamento moral da Nação, incluído na lista dos objectivos do Estado Novo: em lugar de proceder pura e simplesmente ao despejo e destruição dos infectos bairros clandestinos de pau e lata, deu-se ao paciente trabalho de classificar e numerar as barracas e cadastrar os respectivos ocupantes. Depois, foi procurando desalojar os inquilinos que, por melhores condições pecuniárias, poderiam procurar melhor pousada. E barraca vazia era logo apeada, com proibição absoluta de se levantarem outras.

A-pesar desta trabalhosa política de saneamento, o sr. major Galhardo sabia bem que, com tal expediente, não conseguiria fazer mudar de situação, pelo menos com a rapidez necessária, mais de dez mil famílias que viviam em condições que só um socorro eficaz poderia fazer sair dos tugúrios.

Foi nessa altura que o sr. engenheiro Duarte Pacheco, então presidente da Câmara, propôs, sendo aprovado, a cons-

trução de bairros de quinhentas casas, construídos com materiais leves e económicos, sem deixar de oferecer as necessárias condições de conforto e higiene.

Depois de aceite o material «lusalite» como o melhor para o objectivo em vista, procedeu-se à planificação e trabalhos de construção, e com tal rapidez que o primeiro funciona há um ano, com uma população que ultrapassa três mil almas, e o segundo, da Bela Vista, ao Calhariz de Benfica, está também concluído, faltando, no momento em que escrevemos, fazer-se a sua inauguração. A estes dois bairros, outros se seguirão, devendo, dentro de pouco tempo ficar decente e confortavelmente alojadas as quinze mil pessoas que necessitam de tais habitações.

No «Bairro da Quinta da Calçada», já funcionam quatro escolas, uma capela, um «serviço social» perfeito, mercado, lavadouro, posto médico e policial — este quasi sem intervenção por ser desnecessária.

Além dos dois Chefes da Nação, estiveram presentes na cerimónia da inauguração os srs. ministros do Interior e das Obras Públicas e Comunicações; general Eduardo Marques, presidente da Câmara Corporativa; engenheiro Rodrigues de Carvalho, actual presidente da Câmara Municipal de Lisboa; António Ferro, director do Secretariado da Propaganda Nacional, além de outras entidades oficiais.

Instrução primária obrigatória

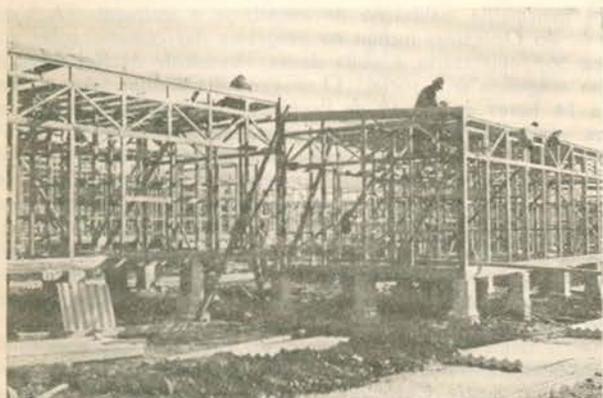
DURANTE a inauguração da magnífica escola primária da Rinchoa, concelho de Sintra, cerimónia que foi ilustrada com a presença do Chefe do Estado e do sr. ministro da Educação Nacional, num pequeno discurso que proferiu, o sr. dr. Carneiro Pacheco afirmou que o ensino primário elementar ia ser levado a todo o País, tornando-se obrigatória a frequência das escolas, não se admitindo a trabalhar quem não soubesse ler. Seriam até criadas contribuições para os pais que não mandassem os seus filhos à escola.

E' esta uma medida dignificadora que cabe perfeitamente nas intenções do Movimento de 28 de Maio.

Novo bairro económico

EM 9 de Fevereiro, foi anunciada, entre outros melhoramentos a introduzir pela Câmara Municipal, em Lisboa, a construção de um novo bairro económico, este em Chelas, entre a linha do caminho de ferro e a estrada de Marvila.

Os bairros para as classes de poucos recursos vão, assim, surgindo em vários pontos da cidade, atingindo directamente dois dos mais graves problemas citadinos — um resultante do outro: o da falta e carestia das casas e o da promiscuidade que os pobres, que são, no fim de contas, as chamadas classes médias, eram forçados a admitir, deixando entrar nos seus lares



Um aspecto da construção das casas económicas

gente estranha. Na maioria dos casos, esta medida de economia caseira punha em grave risco a integridade moral da família portuguesa.

Depois dos bonitos e arejados bairros do Alto da Ajuda, Boa-Hora, Belém, Estranjera e do Arco do Cego — para operários e empregados de rendimentos médios — surgiram o da Quinta da Calçada, o da Bela Vista e agora o que se anuncia, em Chelas, representando todos apenas um princípio, visto que o plano é muito mais vasto.

Os particulares, em face desta medida do Estado Novo, resolveram-se a encarar a sua indústria de forma menos comercial, e, por isso, grande parte das novas construções, erguidas em esplêndidas e novas artérias, a-pesar-de terem já tódas as comodidades modernas, oferecem preços mais acessíveis e quasi em conformidade com o nível geral da vida portuguesa.

Obra de amor

ASSIM chama o *Diário de Notícias* à «colónia infantil» que o Grémio dos Industriais de Conservas, de Setúbal, instalou na Quinta das Palmeiras, ao Parque do Bonfim.

A «colónia infantil», que admite cerca de duzentas crianças em cada turno de férias, além do parque apropriado aos divertimentos das pequenas idades, está dotada de instalações de higiene, cozinha, refeitório, recreio fechado e coberto, salão cinematográfico, etc. Uma visita oficial, realizada no dia 9 de Fevereiro de 1939, deu cunho solene à inauguração desta verdadeira obra de amor. Entre outras entidades, estiveram ali os srs. engenheiro Carlos Manito Tórrès, governador civil substituto da cidade; vereador Manuel Lourenço Carqueijeiro, representando a Câmara Municipal; capitão Emilio Rêgo, comandante distrital da Legião Portuguesa; dr. Macedo e Castro, provedor da Misericórdia; drs. Chancelle de Machete, Miguel Tórrès, Eduardo Albarsou e Soveral Rodrigues, médicos do referido Grémio. Estas entidades foram recebidas pelos srs. Mário Ledo, Jorge Salgado e Vitor Costa, directores da «Colónia».

Os visitantes assistiram ao almoço e, durante algum tempo, ao recreio da pequenada. Além destes benefícios, as crianças recebem camisolos, boinas, agasalhos, peúgas e sandálias.

A senhora Embaixatriz de Inglaterra e a J. P. E.

NO dia 10 de Fevereiro de 1939, foi a Junta de Província da Estremadura surpreendida com o subido e honroso interesse de Mrs. Walford Selby, ilustre Embaixatriz de Inglaterra, pelos serviços de puericultura deste Corpo Administrativo. E três dos nossos dispensários receberam a visita daquela senhora, que declarou desejar conhecer o que se fazia em Portugal, em matéria de assistência infantil, principalmente no que diz respeito à primeira infância, modalidade que, no seu grande país, é tratada com um carinho especial. Para não tirar o sabor ao acontecimento, preferimos transcrever o que, no dia seguinte, o *Diário de Notícias* diz, em referência à visita e seu objectivo:

A razão deste interesse de Mrs. Walford Selby pelas organizações de protecção aos pequeninos filia-se no seu desejo de colaborar nas festas das comemorações dos centenários, dotando a assistência infantil com o valioso auxilio da distinta colónia britânica, idea que já está sendo perflhada por outras colónias estrangeiras, nomeadamente a americana. Ao desejar ver o que faz em matéria de puericultura a Junta de Província da Estremadura, a ilustre dama quis escolher, também, um organismo de categoria, com o qual pudesse colaborar eficazmente e poupar, assim, longos trabalhos de organização.

De facto, a sr.^a Embaixatriz não podia ter escolhido melhor, pois que os serviços de puericultura da Junta de Província da Estremadura, talhados nos moldes das melhores organizações estrangeiras, têm desempenhado, cabalmente, a sua meritória tarefa, espalhando os seus benefícios no seio das classes pobres e indigentes, nos lares dos quais penetra, salvando dum morte certa centenas e centenas de crianças.



A sr.^a Embaixatriz de Inglaterra, Mrs. Bucknall e outras senhoras visitando o Dispensário n.º 4 de Puericultura

A sr.^a Embaixatriz de Inglaterra visitou, em primeiro lugar o Dispensário n.º 4, instalado num edifício da Azinhaga da Torre, ao Lumiar, onde recebem tratamento, alimento e subsídios de vária espécie cerca de um milhar de crianças. A visitante chegou ali às 11 horas, na companhia de Mrs. Bucknall, senhora que se encontra em Portugal há cerca de 40 anos; Condessa de Almoester, miss Maria Inez Stiwel e D. Maria Filomena de Andrade e Sousa. Foram recebidas pelos srs. eng.^o Santos Pedroso, presidente da Junta; por sua esposa, sr.^a D. Marta Santos Pedroso; pelo director do Dispensário, sr. dr. José Júlio Feio Terenas Champalimaud, senhoras assistentes e pessoal do estabelecimento.

As visitantes assistiram ao carinhoso trabalho que ali se realiza, em favor das crianças, demorando-se a observar os pormenores de todos os serviços, outro tanto acontecendo no Jardim-Infantil, anexo ao Dispensário, que causou, no espírito da sr.^a Embaixatriz e das suas companheiras, a melhor das impressões. Mrs. Walford Selby assegurou então que, em matéria de organização, não conhece melhor no seu país, onde, aliás, se trata do problema da infância com certo cuidado.

Dali seguiram as visitantes para o «Dispensário n.º 5», instalado no Liceu Maria Amália Vaz de Carvalho, onde, acompanhadas pela Reitora, sr.^a D. Maria Guardiola; presidente da J. P. E. e pessoal do estabelecimento, assistiram ao tratamento das crianças, feito pelas alunas que ali aprendem a difícil arte da puericultura.

O dia benéfico da sr.^a Embaixatriz terminou com uma visita ao «Centro Maternal Infantil D. Júlia Moreira», ao Alto do Varejão, onde funciona, também, um Dispensário da Junta, de colaboração com aquela Casa. Como era de esperar, a ilustre visitante ficou ótимальmente impressionada com as instalações do «Centro Maternal» e Dispensário, não regateando elogios aos srs. dr. José Vicente Moreira, director da instituição, e eng.^o Santos Pedroso, o iniciador da interessante assistência puerícola em Lisboa.

Mais tarde, no dia 3 de Março, a sr.^a Embaixatriz de Inglaterra, desta vez acompanhada pela honourable Mrs. Charles Tufton, Mrs. Bucknall e sua filha, miss Margareth Bucknall, visitou os Dispensários n.ºs 7 e 8, respectivamente, da Parede e de Cascais. Como das primeiras visitas, a sr.^a Embaixatriz colheu ali as melhores impressões, e, decidindo-se a levar por diante a sua iniciativa, visitou, entre outras instituições de assistência de Cascais, o Hospital da Misericórdia e o novo edifício para esta Casa, onde manifestou desejo de criar uma enfermaria para crianças.

Milhares de contos para estradas

ANUNCIOU-SE, em 10 de Fevereiro, que o Governo concedia 10.000.000\$00 para a reparação de estradas de turismo em todo o País. A provincia da Estremadura coube, na respectiva distribuição, a reparação das seguintes estradas:

Para o sítio da Nazaré e farol; de S. Martinho do Pôrto ao Facho; proximidades de Alcabideche, por Alcoitão, ao Estoril; de Linhó a E. N. 11 de 1.^a; estrada saindo da E. N. 91, de 2.^a, pelo Convento da Arrábida a Outão e Setúbal, passando pelo Forte e Portinho da Arrábida e entroncando novamente no ramal nas proximidades do Sanatório do Outão.

No mesmo mês, no dia 15, publicava-se um plano para, desta vez por intermédio da Junta Autónoma de Estradas, se proceder a reparações e construção de estradas e pontes, na importância total de 71.750.000\$00. Coube à nossa Provincia, as seguintes:

Lisboa — R. 11, praia do Guincho à Malveira da Serra, 4.000 metros, 500.000\$00; Setúbal — 98 de 2.^a da E. N. 21-1.^a (Ermidas) a Alvalade, 7.000 metros, 600.000\$00; Setúbal — 19-1.^a Variante de Setúbal, 1.700 metros, prevista a pavimentação completa, 600.000\$00; Leiria, com alguns benefícios para a nossa Provincia, 750.000\$00, e mais 100.000\$00; Lisboa — 10, 11 e 72-1.^a e 77 e 78-2.^a, vários troços dentro do distrito, beneficiação do percurso turístico (decreto 29.224), 400.000\$00; Setúbal — 19 e 20-1.^a, e 80, 81 e 82-2.^a, vários troços dentro do distrito, beneficiação do percurso turístico, 100.000\$00; e R. 81-2.^a, entre Aldeia de Irmãos e Outão, (mesma beneficiação) 20.000 metros extensão, 400.000\$00; Lisboa — 10-1.^a, Carriche a Loures, reperfilamento, penetração, calçadas, 5.000 metros, 1.000.000\$00; Leiria, 16-1.^a, Peniche a Dagarda, vários troços em semi-penetração, drenagens, calçadas, 21.000 metros, 1.000.000\$00.

Tôres Vedras e Ericeira

ACOMPANHADA pelo sr. coronel Lôbo da Costa, governador civil de Lisboa, avistou-se, no dia 10 de Fevereiro, com o sr. ministro das Obras Públicas e Comunicações, uma comissão de autoridades administrativas dos concelhos de Tôres Vedras e de Mafra, para lhe pedir, além de participações para várias obras, a construção duma estrada marginal entre a Ericeira e Tôres Vedras, e de um pôrto de abrigo naquela vila costeira.

A comissão era constituída pelos srs. José de Tarouca e Neves Matinha, presidentes das Câmaras de Tôres Vedras e de Mafra; António Henriques Franco, José Gomes Salvador, e Henrique Bernardino Silva, respectivamente, presidente, secretário e tesoureiro da Junta de Freguesia da Ericeira; dr. Bento Franco, Luiz Maria Rodrigues, António Franco Caiado, e José Maria Andrade, da Junta de Turismo da Ericeira; e numerosos comerciantes e industriais de ambos os concelhos.

A comissão foi recebida pelo sr. engenheiro Espregueira Mendes, que tomou conta da pretensão apresentada e prometeu transmiti-la ao sr. ministro.

O Chefe do Estado e as instituições populares

A benemérita instituição de assistência e instrução «A Voz do Operário» incluiu no programa das comemorações do seu 56.^o aniversário a visita do sr. Presidente da República à sua magnífica sede social. O sr. general Carmona foi recebido às 14 horas do dia 12 de Fevereiro, tendo ali encontrado os srs. general Eduardo Marques, presidente da Câmara Corporativa; dr. Mário Pais de Sousa, ilustre ministro do Interior, e várias outras entidades, entre as quais os srs. dr. Cristiano de Sousa e Luso Soares, que representavam os srs. ministros da Educação Nacional e da Justiça; Alberto Mira Mendes, director geral da Assistência Pública; coronel Lôbo da Costa, governador civil de Lisboa; dr. Lopes Dias, representando a Câmara Municipal de Lisboa; e coronel Cameira, comandante geral da P. S. P.

A frente da respectiva direcção, fez a recepção e os cumprimentos da entrada o sr. Raúl Esteves dos Santos, que acompanhou o ilustre Chefe do Estado numa visita às numerosas dependências da «Voz do Operário».

Depois, o sr. Presidente da República assistiu ao desfile



O Chefe do Estado à porta da «Voz do Operário»

de 5.000 crianças das que frequentam as escolas privativas da «Voz» e que, em seguida, foram prestar homenagem aos Mortos da Grande Guerra, no monumento da Avenida da Liberdade.

O sr. general Carmona retirou-se da popular instituição vivamente impressionado, tanto pela grandeza da obra social ali realizada, como pela demonstração de carinhosa simpatia de que foi alvo.

Obras!... Obras!...

PELA Direcção Geral dos Serviços Hidráulicos, foi resolvido dispendir, durante o ano de 1939, a importante quantia de 15.025.657\$40 em obras de reparação e construção hidráulicas.

No plano geral elaborado, que abrange obras marítimas e fluviais, dragagens, barragens, pontes, comportas, defesas contra as cheias, etc., figuram numerosos trabalhos na nossa Província, nomeadamente na Praia do Rosário, Moita; na esplanada do Monte-Estoril a Cascais e praia do Estoril; conclusão do molhe de Peniche, nas praias da Ericeira, do Baleal e de Carcavelos; na estrada do pôrto de Sesimbra, no rio Alcoa, da Nazaré; ribas de S. Pedro de Muel, no rio de Colares, e nas Caldas da Rainha.

Estes trabalhos atingem a importante soma de cerca de 1.490.500\$00.

Gago Coutinho

FIGURA das mais ilustres da nossa época, honra e glória do Portugal de hoje, Gago Coutinho sofreu, certamente, o desgosto de ver no ano de 1939 o do limite da sua idade de trabalhador oficial pela causa da Pátria. Mas o grande patriota não votou, por isso, ao abandono os estudos e investigações que são a sua paixão e um dos penhões do engrandecimento da nossa terra. Geógrafo notável, ele continua os seus trabalhos, sem repouso e com uma resistência física e lucidez de espírito admiráveis, de forma a não desmentir o conceito que dele fazem, muito justamente, não só as mais ilustres personalidades do nosso País, como as de todo o mundo científico de além fronteiras.



Almirante Gago Coutinho, caricaturado por Pargana

Estabilidade governamental

AO registar a passagem do 4.º aniversário da reeleição do sr. General Carmona para a suprema magistratura da Nação, o *Diário da Manhã* recordou, no dia 17 de Fevereiro, as palavras proferidas a propósito por Salazar, na União Nacional:

A estabilidade que, desde 1926, houve na suprema direcção do Estado, depois da instabilidade que nela tinha havido desde 1910, é devida tanto às qualidades eminentes, ao equilíbrio de espírito e ao prestígio pessoal do sr. Presidente da República como à essência disciplinadora do 28 de Maio que o ilustre militar interpretou com fidelidade só igual ao seu aprumo. Essa estabilidade sintetiza diante dos portugueses a vitória máxima do ideal reorganizador que se implantou em Portugal.

Palavras que de ano para ano se confirmam, a bem da Nação, do seu prestígio e da sua prosperidade.

A auto-estrada Lisboa-Cascais

NO dia 19 de Fevereiro de 1939, foi adjudicada a uma firma de empreitadas de obras públicas, a construção do viaduto que está sendo lançado sobre o vale de Alcântara, entre os Sete Moínhos e a fronteira encosta de Monsanto e que servirá para lançar a entrada de acesso à auto-estrada Lisboa-Cascais.



Um aspecto dos trabalhos da ponte sobre o vale de Alcântara para passagem da auto-estrada

A obra foi adjudicada por 9.796 contos e, para se fazer uma ideia do que será o notável viaduto, bastará tomar-se conhecimento dos seguintes pormenores: tem cerca de 450 metros de extensão; totalmente construído em cimento armado, terá a largura de vinte e quatro metros, nos quais estão incluídos dois passeios laterais de três metros cada; duas pilastras gigantes, com nove pavimentos interiores e escadas e elevadores de acesso, suportarão o magnífico viaduto; toda a ponte e interior das pilastras serão iluminados profusamente; a ponte, que passa sobre a futura grande avenida de Ceuta, terá por fundo a magnífica obra dos Arcos das Águas Livres, o que dará o contraste de duas épocas diferentes em arquitectura e constituirá um espectáculo digno de ver-se.

É, para se ter ainda uma ideia da grandeza da iniciativa, damos, a seguir, o cálculo de materiais a empregar na obra; areia, 12.500 m³; brita, 22.500 m³; cimento, 8.500 toneladas; pedra para alvenaria, 6.500 m³; madeiras, 6.500 m³ (cerca de 5.500 pinheiros); varão de aço para betão armado, 1.100 toneladas; e aço vasado e forjado, 62 toneladas.

Cerca de quatrocentos operários encontram ali trabalho durante o ano de 1939 e encontrá-lo-ão por todo o de 1940. O projecto é da autoria do engenheiro João Alberto Barbosa

Carmona, e, na sua organização definitiva, trabalharam, durante seis meses, além de outro pessoal, todos os engenheiros da Divisão de Pontes da Junta Autónoma de Estradas.

A construção do lanço da auto-estrada compreendida entre o viaduto e as proximidades de Linda-a-Velha, numa extensão de 6.423 metros, incluindo cerca de dois quilómetros para estabelecer a completa ligação de Lisboa com o projectado Estádio Nacional, foi igualmente adjudicada a uma firma portuguesa. A largura desta auto-estrada será de vinte e dois metros, compreendendo duas faixas de rolagem, de sete metros e meio de largura, cada uma, separadas por uma faixa arrelvada de três metros. O prazo de execução da obra é de quatrocentos e cinquenta dias, devendo, portanto, ficar concluída em meados de 1940.

O Dr. Luiz Chaves e os Castelos de Portugal

O nosso ilustre colaborador sr. dr. Luiz Chaves, distinto etnólogo e arqueólogo de mérito absoluto, publicou, no *Diário de Lisboa* do dia 19 de Fevereiro, um interessante artigo monográfico, sobre o Castelo de Palmela, a-propósito da recente dotação concedida pelo sr. ministro das Obras Públicas e Comunicações para arranjos nos Castelos.

Na secção que o sr. dr. Luiz Chaves quis ter a amabilidade de conceder a *da Estremadura*, intitulada «Castelos da Estremadura», dará o brilhante cronista desenvolvida e completa nota do velusto monumento, remetido já hoje à sua grandeza moral, com a restituição à sede da mui nobre Ordem de Santiago da Espada.

Freguesia de S. João da Talha do concelho de Loures

NOTICIOU-SE em Fevereiro que o sr. ministro do Interior assinou um decreto que restabelece a freguesia de S. João da Talha, do concelho de Loures, anexada à de Santa Iria da Azoia, por alvará de 28 de Julho de 1896, do governador civil de Lisboa, a qual ficará com a sede e área que tinha anteriormente à referida anexação.

A deliberação foi tomada a pedido da população daquela freguesia, com pareceres favoráveis da Câmara Municipal de Loures, da Junta de Província da Estremadura e do sr. governador civil de Lisboa e em virtude de ambas as freguesias terem condições de vida própria e satisfazerem as exigências do novo Código Administrativo.

O Estado Novo vai, assim, pouco-a-pouco, mas seguramente, dando satisfação às aspirações populares — resultado nunca conseguido através das vãs promessas eleitorais doutros tempos, felizmente já distantes.

Alguns dias depois deste acontecimento de tão grande importância administrativa para a laboriosa povoação, uma comissão local exprimiu os seus agradecimentos aos srs. coronel Lôbo da Costa, deputado engenheiro Botelho Neves; Dario Canas, e dr. Madeira Pinto, da Junta de Província da Estremadura; à própria Junta, aos membros da Junta de freguesia de Santa Iria da Azoia e a outras entidades oficiais. A referida comissão prestou também homenagem à memória do falecido governador civil de Lisboa, tenente-coronel João Luiz de Moura, a quem o povo de S. João da Talha deve muito da realização ambicionada.

O problema da pesca e os pescadores

AS *Novidades* voltaram a focar a grave questão da crise da pesca, num excelente artigo, assinado por «Vindex». Como não podia deixar de ser, Setúbal está incluída na argumentação de «Vindex», que rebate um outro articulista que se dá à defesa de determinados princípios comerciais perigosos,

com os quais se resolveria mal a crise que fez acumular — segundo o articulista — cerca de 180.000 caixas de «peixe de inverno», produto inferior, com o qual se pretendia — é ainda o articulista que o diz — combater a concorrência do baixo preço.

O expediente não deu, segundo parece, os resultados desejados. «Crise de escoamento ou de colocação?» pergunta «Vindex» em título. Seja o que for, a verdade é que a numerosa e honrada classe dos pescadores é a vítima mais directa de tais anormalidades e, por isso, as entidades a quem interessa a vida dos trabalhadores procura, cada vez mais e melhor, atender a estas circunstâncias que, noutros tempos, teriam os mais desagradáveis efeitos.

E' complexo o problema da pesca e ele será devidamente tratado neste Boletim, por quem de direito, depois de nos referirmos sob o aspecto por assim dizer panorâmico.

Queremos, contudo, terminar esta pequena nota com uma observação de «Vindex», parte integrante do referido artigo e que pode considerar-se uma interessante apreciação a um dos aspectos do difícil problema.

«... Não só os países concorrentes — escreve — e entre eles o Japão, procuram lançar nos mercados produtos cada vez mais perfeitos, com os quais, portanto, só produtos de qualidade poderão ter possibilidades de lutar com êxito; mas também porque a produção das marcas de fraca categoria, que enlatam o chamado «peixe de inverno», consegue realizar este paradoxo desorganizador de toda a economia da indústria: empregar matéria prima de qualidade inferior, mas de custo igual ou superior, porque a pesca de inverno é mais difícil e, por isso, mais dispendiosa em carvão e em redes. E, no entanto, esta mercadoria fabricada com matéria prima inferior e mais cara destina-se a ser vendida a preços de combate! Acontece, porém, que os mercados rejeitam a mercadoria, por ser inferior em qualidade, mas aceitam o preço baixo, para lhes servir de coação para as boas marcas...»

A vila da Moita

O jornal *O Século* publicou, em 23 de Fevereiro 1939, um dos habituais artigos de propaganda regionalista, referente à vila e interesses da Moita, concelho do distrito de Setúbal e da província da Estremadura e um dos mais activos e importantes da margem sul do Tejo.

Em nome dos referidos interesses falou a *O Século* o presidente da Câmara da laboriosa vila, afirmando a sua vontade firme de resolver alguns dos mais instantes problemas que assoberbam a Moita, e o seu regozijo pela obra ali realizada, desde o advento do «28 de Maio». Dentre os primeiros, o sr. João Francisco Angelo distinguiu o da montureira, proveniente de Lisboa, e que constitui um perigo para a saúde pública daquela vila. Outro problema é o dos transportes, cuja deficiência agrava, de forma muito sensível, o preço dos produtos que ali são necessários. Sobre este assunto, de grande importância para o concelho, *O Século* escreve:

Concelho essencialmente agrícola, a região da Moita sofre a crise geral que allige outras terras ribatejanas. (Classificação imprópria, pois que, pela nova divisão administrativa, a vila da Moita passou a fazer parte da província da Estremadura). As sementes e adubos aumentaram de preço, porque os impostos allandegários, quando aquêles produtos são estrangeiros, aumentaram também, e os preços de venda não os acompanharam, porque o público não comporta essa evolução. Daí o agravamento da crise do produtor e do trabalhador do campo, para cuja situação é necessário olhar com o maior carinho. Há ainda outro factor de capital importância, que mais agrava a vida campestre. O grande centro consumidor dos produtos hortícolas é, como se calcula, a cidade de Lisboa e é a capital que os agricultores têm de trazer a sua produção. Os transportes, porém, são caríssimos, porque entre a Moita e Lisboa se estende a larga fita prateada do Tejo e é por isso necessário atravessá-la de barco, o que honera extraordinariamente o preço do produto. Assim, os agricultores da Moita vêm-se impossibilitados de concorrer com os das outras terras limítrofes de



Uma espera de touros na Moita

Lisboa, para aquém do Tejo — e este facto mais agrava a já penosa situação.

Depois de se referir a vários melhoramentos introduzidos no concelho, graças à inteligente e acertada administração municipal, a entrevista termina com o seguinte período das declarações do presidente da Câmara Municipal:

— Esta Câmara está muito grata ao sr. governador civil, dr. António Barreiros, pela forma atenciosa e interessado carinhoso que dispensa aos vários concelhos do distrito, especialmente ao da Moita.

O Estado e a Assistência privada

PARA os meses de Janeiro e Fevereiro, foi aprovada pelo sr. ministro do Interior uma distribuição de subsídios para as instituições da assistência particular, cabendo às da provincia da Estremadura as seguintes:

Obras de Protecção a Raparigas, 13.333\$30; Associação Protectora dos Diabéticos Pobres, 10.000\$00; Instituto Médico Pedagógico, 8.333\$30; Albergaria de Lisboa, 31.660\$60; Instituto de Santa Madalena, 18.000\$00; Asilo das Velhinhas de Palhavã, 3.000\$00; Associação Protectora da Infância de Santo António de Lisboa, 9.000\$00; Albergue das Crianças Abandonadas, 8.333\$30; Associação Protectora Florinhas da Rua, 2.000\$00; Associação Resgate Conde de Agrolongo, 3.000\$00; Asilo de Espie de Miranda, 1.833\$30; Asilo D. Pedro V, 9.000\$00; Asilo da Infância Desvalida e dos Pobres do Lumiar, 7.000\$00; Asilo da Freguesia de Santa Catarina, 8.000\$00; Orfanato Escola de Santa Isabel, 10.000\$00; Patronato da Infância, 9.333\$30; Escolas Profissionais Officiais de S. José, 5.000\$00; Asilo de S. João, 1.000\$00; Associação dos Albergues Nocturnos, 13.333\$30; Asilo de Cegos de N.ª S.ª da Saúde, 1.000\$00; Asilo de N.ª S.ª do Carmo da Lapa, 1.000\$00; Assistência Infantil da Freguesia de Santa Isabel, 5.000\$00; Grupo de Beneficiencia «A Caridade», 2.000\$00.

Uma manifestação apoteótica

NO dia 27 de Fevereiro, realizou-se em Lisboa a maior manifestação popular de que há memória. O povo trabalhador de todo o País, formando multidão compacta de centenas de milhares de pessoas, aclamou com verdadeiro delírio o sr. dr. Oliveira Salazar, nêle consagrando a obra do Estado Novo. Foi uma manifestação brilhante de fé, ordem e patriotismo, a que se associaram operários, camponeses, pescadores — tôdas as classes sociais. Os manifestantes concentraram-se no largo Dr. Afonso Pena, desfilando depois pelas Avenidas, Rossio, Rua do Ouro, até à Praça do Comércio, em cortejo compacto, que levou muitas horas a passar. Na Praça do Comércio, o Chefe do Governo recebeu as homenagens da multidão, comparecendo a uma das janelas do ministério das Obras Públicas, de onde pronunciou um vibrante discurso, dirigido aos «trabalhadores, aos homens dos Sindicatos, das Casas do Povo, das Casas dos Pescadores, aos dirigentes do Trabalho Nacional, aos homens de pensamento e de acção», a todos os portugueses, enfim. A multidão que enchia a vasta praça ouviu em religioso silêncio o prestigioso estadista, cuja voz era ampliada por numerosos alto-falantes, espalhados pelo recinto.

Desse notável discurso, transcrevemos alguns períodos. Disse o sr. Presidente do Conselho:

«Eu não deminuirei com apagado e inútil discurso a beleza desta hora magnifica; se digo brevissimas palavras, é só para vincar o alto sentido da vossa manifestação. Nem tomarei para mim, transitório representante duma idea e deficiente realizador duma politica, excedendo uma e outra a estatura e a vida de um homem — não tomarei para mim nem os aplausos, nem os louvores, nem as aclamações: quero que sejam para vós mesmos, os que pudestes erguer ante os olhos da cidade, com optimismo, com devoção, com fé, a antecipada imagem do que há-de ser a nossa revolução na paz. Não, não é ainda a hora triumphal, o sol a pino do meio-dia, mas é já, depois das indecisões do alvorecer, a alegria e a saudável frescura da manhã.

«Fomos nados e criados a maior parte de nós em concepções diferentes das que inspiram hoje a nossa vida colectiva: era a divisão na politica, a luta nas classes, a desordem na economia, o egoismo nas relações sociais, a elegância da ociosidade, o cansaço de viver. Muitos disseram: abandonemos a coisa pública à inspiração das paixões e aos movimentos e caprichos da multidão — e foi o predomínio da politica sobre a vida, com a *democracia*. Outros afirmaram: criemos sem preocupação e sem método as riquezas, elas chegarão com abundância a cada um — e foi o predomínio do económico sobre o social, com o *liberalismo*. Ainda outros defenderam: distribuamos pelos que somos as riquezas criadas e a criar segundo a razão suprema dos nossos appetites — e foi o predomínio do social sobre o económico, pelo *socialismo*. Mas se, na desordem politica, nas injustiças da economia liberal, na devastação operada pelo socialismo estavam as lógicas consequências dos sistemas, estava também aí o germe da ruina colectiva. Nem eu sei como a Pátria podia ser nas almas mais que imagem literária ou velha tradição de heróicos feitos a que ia faltando a vida profunda, a consciencia de uma unidade essencial. Pois que unidade resiste à divisão? Que solidariedade ao ódio? Que comunidade à falta de disciplina e de organização?

«E nasceu o *corporativismo* — que, elevado a regra constitucional da ordem nova, a principio informador da comunidade nacional, caldeia a Nação no Estado e é como a consciencia activa da nossa solidariedade na terra, no trabalho e na vida, isto é, na Pátria — a nossa familia que não morre.

... «Podíamos não ter feito mais nada — podíamos não ter melhorado os salários, nem feito contratos colectivos, nem estabelecido caixas de previdencia, nem assistido ao desemprego, nem construido casas para operários e jardins para os filhos dos pobres, nem aumentado as exportações, nem defendido os preços — podíamos nada ter feito que beneficiasse a economia ou melhorasse materialmente a condição dos portugueses, e teríamos realizado uma obra imensa, só com dar aos trabalhadores a consciencia e o respeito da sua dignidade, só com ter criado o ambiente de paz social, só com ter feito compreender, feito viver a solidariedade existente entre os que estudam as soluções e os que organizam e dirigem o trabalho ou o

executam, e convencido a todos a trabalhar cada vez mais para benefício comum. — Era isto, sem dúvida, o que impunham a razão e a justiça, e é também isto que impõem as superiores necessidades da Nação.»

A eleição de Pio XII

NO dia 2 de Março, após uma rápida sessão do Sacro Colégio, o cardinal Eugénio Pacelli, que desempenhara as funções de secretário de Estado do Vaticano, durante o pontificado de Pio XI, foi eleito papa, tomando o nome de Pio XII.

O problema da Assistência em Setúbal

POR iniciativa do governador civil de Setúbal, sr. dr. Barreiros Cardoso, e com a colaboração da Santa Casa da Misericórdia, iniciou-se em 3 de Março, no edifício do Asilo Bóage, daquela cidade, a distribuição de uma refeição diária a 100 crianças pobres, constando de café com pão, às 8,30, e um prato de sopa e pão às 15 horas. Trata-se de uma realização que, embora modesta, permite que algumas crianças se alimentem, sem precisar recorrer à caridade particular, bastante mais incerta e deficiente.

Bombeiros condecorados

POR ocasião das cheias do Inverno de 1938, 12 bombeiros voluntários de S. Pedro de Sintra salvaram, com risco da própria vida, no lugar da Rinchoa, alguns animais que estavam em perigo de morrer afogados.

A Liga Nacional de Defesa dos Animais, em recordação desse gesto abnegado, condecorou aquêles bombeiros com a sua medalha de prata, numa simples cerimónia, que se realizou no dia 5 de Março de 1939.

Instituto de Cegos Branco Rodrigues

DOIS alunos do Instituto de Cegos Branco Rodrigues, humanitário estabelecimento de beneficência dependente da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, receberam, pelos méritos revelados nos estudos musicais, os prémios «António José de Sousa» e «José Augusto da Silva Queiroz». Os alunos premiados foram, respectivamente, o sr. António Mimoso da Encarnação, que cursou, com altas classificações, as aulas de composição do Conservatório Nacional de Música, e o sr. António Patrício Nunes, aluno distinto do sexto ano de piano e do curso superior de violino e de canto, daquele mesmo estabelecimento.

A cerimónia da entrega dos prémios, que foi feita pelo sr. Bartolomeu Graça, chefe da repartição de Assistência, em nome da administração da Misericórdia, assistiram vários funcionários superiores desta instituição, o professor de música do Conservatório, sr. Abílio Meireles, e o pessoal do Instituto. Ao conferir os prémios, o sr. Bartolomeu Graça congratulou-se pela distinção feita a dois artistas de futuro, tendo palavras elogiosas para a obra que estão a realizar a regente do Instituto, sr.^a D. Isabel Pontes, e o seu corpo docente.

Casas para as famílias das vítimas do naufrágio do «Tonecas»

NO dia 19 de Dezembro de 1938, naufragou no Tejo, em consequência de abaloamento, um barco das carreiras entre Lisboa e Cacilhas. No naufrágio, perderam a vida algu-

mas pessoas de humilde condição, que eram o único amparo de suas famílias e regressavam a casa, depois do seu trabalho, na capital. A Câmara Municipal de Almada, a-fim-de contribuir para minorar os sofrimentos daqueles que tão trágicamente ficaram privados de recursos, resolveu oferecer casas às quatro famílias que, naquele concelho, o desastre privou de recursos. A cerimónia do lançamento da primeira pedra dessas casas, efectuada em 5 de Março de 1939, presidiu o sr. dr. Mário Pais de Sousa, ilustre ministro do Interior, que, num pequeno discurso, enalteceu o heroísmo, a bondade e o espírito cristão da gente portuguesa, tendo para a humanitária resolução da Câmara de Almada palavras de caloroso elogio.

Na mesma ocasião, o sr. ministro do Interior condecorou com a medalha do concelho de Almada o fareleiro de Cacilhas, sr. José Rodrigues Palma, e sua filha Maria Antonieta, que, com raro sangue frio, salvaram sua esposa e mãe, e entregou um diploma público de louvor ao menor Bartolomeu Alves Lourenço, pela coragem que revelou, salvando o naufrago Diamantino Dias Martins.

Leprosaria Nacional Rovisco Pais

NO dia 8 de Março, tomou posse, no ministério do Interior, a comissão constituída pelos srs. drs. Bissaia Barreto, Alberto de Faria e Isaac Jaime Anahory, engenheiro Mário Bisques Pereira e arquitecto Chambers Ramos, encarregada de estudar o programa que servirá de base à elaboração dos projectos de instalação da Leprosaria Nacional Rovisco Pais, a levar a efeito pelo ministério das Obras Públicas.

Ao conferir a posse, o sr. dr. Mário Pais de Sousa proferiu algumas palavras alusivas ao facto, declarando esperar que depressa o País poderá assistir a um dos mais notáveis empreendimentos do Estado Novo.

Uma cantina escolar na Trafaria

A Câmara Municipal de Almada levou a efeito uma obra interessante de Assistência social, inaugurando, na escola primária da Trafaria, a primeira cantina escolar do Concelho, fundada e a manter pelo Município, em colaboração com a Misericórdia e a Junta daquela freguesia.

A cerimónia inaugural, assistiram o sr. tenente-coronel Baptista de Carvalho, ilustre presidente da Câmara Municipal de Almada, numerosas autoridades do Concelho e pessoas de representação. O presidente da Junta de freguesia, sr. José Mendes Lima Júnior, agradeceu, em nome do povo da Trafaria, o auxílio que a Câmara tem prestado àquela praia.

No mesmo dia, foi lançada a primeira pedra, em Dôrto Brandão, para um grupo de casas destinadas às famílias dos pescadores vítimas de naufrágio nos molhes do Bugio.

A quinta da Duquesa de Palmela

NO edifício dos Paços do Concelho, foi assinada, no dia 14 de Março, a escritura de venda, à Câmara Municipal de Lisboa, por 1.467 contos, da parte rústica e urbana da quinta da sr.^a duquesa de Palmela, ao Rato, propriedade de 33.600 metros quadrados, que será convertida em arruamentos.

A Avenida de acesso a Lisboa pela Encarnação e o Aeroporto

NA Câmara Municipal de Lisboa, procedeu-se, no dia 9 de Março, ao concurso público para a construção da Avenida de acesso a Lisboa, pela Encarnação, sendo aceitas duas



Aspecto dos trabalhos da estrada de acesso a Lisboa pela Encarnação, junto do aeroporto da Portela de Sacavém

propostas, uma no valor de 4.268 contos e outra no de 4.444.900 escudos.

Na mesma ocasião, procedeu-se também à abertura das propostas, em número de nove, para o prolongamento da rua Alexandre Herculano até Santa Marta, obra orçamentada em cerca de quinhentos contos.

No dia 22 de Março, foi assinada, na Câmara Municipal de Lisboa, a escritura de adjudicação das obras de terraplanagem do Aeroporto de Lisboa, na Portela de Sacavém. Este importante melhoramento que deve custar cerca de quinze mil contos, dará trabalho a mais de mil operários, durante muitos meses.

Exposição de porcelanas da Sèvres

A famosa indústria nacional francesa de Sèvres realizou, no Museu das Janelas Verdes, uma brilhante exposição comemorativa do seu bi-centenário, que foi inaugurada a 17 de Março, pelo sr. dr. João Manuel da Costa, chefe de gabinete do sr. ministro de Educação Nacional, com a assistência do sr. ministro de França em Lisboa e de numerosas entidades em destaque nos nossos meios artísticos, membros da Academia de Ciências, individualidades marcantes na Colónia francesa de Lisboa, etc. A exposição, que reuniu mais de trezentas peças raras das célebres manufacturas, a maioria delas do século XVIII, deu ensejo a cordiais afirmações de amizade luso-francesa.

Ao governo português, ofereceu a direcção da fábrica de Sèvres um riquíssimo jarrão de arte moderna, executado para a Exposição Internacional de Paris, em 1937, e composto pelo artista Menu, sobre um trabalho de Rapin, «Les grandes découvertes», onde são glorificados os grandes descobridores portugueses Vasco da Gama e Fernão de Magalhães. As Academias portuguesas de Ciências e de Belas Artes, foram também feitas valiosas ofertas.

Tratado de Amizade e Não Agressão entre Portugal e Espanha

UM notável acontecimento de grande repercussão internacional assinalou o mês de Março: a assinatura, em Lisboa, do Tratado de Amizade e Não Agressão entre Portugal e Espanha, importante documento cujas cláusulas transcrevemos:

*Animados do desejo de consignar em documento solene a sincera amizade entre Portugal e Espanha, baseada na comunidade de sentimentos e nos interesses derivados de realidades geográficas e históricas; desejosos também de cercar as boas

relações dos dois países e a sua manutenção de tôdas as possíveis garantias; convencidos de que tudo quanto contribua para manter e assegurar a paz entre Portugal e Espanha é factor importante de paz europeia; verificando que nenhuma obrigação até agora assumidas por cada uma das Partes em relação a terceiras potências se opõem ao desenvolvimento e estreitamento das suas relações reciprocas nem estão em contradição com os intuitos e cláusulas deste Tratado, que as não altera, resolveram concluir o seguinte Tratado de Amizade e Não Agressão e para êste fim nomearam por seus Plenipotenciários a saber: o Presidente da República Portuguesa o Senhor Doutor António de Oliveira Salazar, Presidente do Conselho de Ministros e Ministro dos Negócios Estrangeiros; O Chefe do Estado Espanhol o Senhor Don Nicolas Franco Bahamonde, seu Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário em Lisboa.

Artigo I — As duas Partes contratantes obrigam-se uma para com a outra ao absoluto respeito das suas fronteiras e territórios e a não praticar qualquer acto de agressão ou de invasão contra a outra Parte.

Será tido por contrário ao estipulado neste artigo todo o acto violento contra a integridade e a inviolabilidade do território, ainda mesmo que não seja precedido de declaração de guerra.

Artigo II — As Altas Partes contratantes obrigam-se a não prestar auxílio ou assistência ao eventual agressor ou agressores da outra Parte, e designadamente não consentirão que do território de cada uma delas seja dirigida qualquer agressão ou ataque contra os territórios da outra, tanto por terra como por mar ou pelo ar.

Artigo III — Cada uma das Partes contratantes obriga-se a não entrar em pacto ou aliança contra a outra Parte ou que tenha por fim agressão contra o respectivo território.

Artigo IV — Qualquer pacto ou tratado de aliança de futuro concertado entre uma das Partes contratantes e terceiros Estados, ressalvará sempre os compromissos definidos neste Tratado.

Artigo V — O presente Tratado terá a duração de dez anos e considerar-se-á tácitamente prorrogado enquanto não for denunciado com seis meses de antecedência por uma das Partes.



General Franco, Chefe do Estado Espanhol

O Estádio de Lisboa

A construção de um Estádio em Lisboa é um dos números do grandioso programa comemorativo da fundação e da restauração da Independência nacional. Tal obra foi solenemente prometida aos desportistas portugueses, pelo sr. presidente do Conselho, por ocasião de uma parada que evidenciou a necessidade desse melhoramento.

Como o primeiro projecto elaborado não correspondesse às previsões, o architecto alemão Conrad-Wissener, em colaboração com o engenheiro Caldeira Cöbral, apresentou novo plano, que foi adoptado. Trata-se de uma construção monumental, com capacidade para 45.000 espectadores, campo principal para as grandes competições desportivas e campos especiais para as diversas modalidades, tudo obedecendo aos mais modernos preceitos architectónicos. O custo total da obra, que foi adjudicada à Sociedade de Construções Hidráulicas, está calculado em cerca de 31.000 contos.

Uma oferta do govêrno italiano à Biblioteca Nacional de Lisboa

O govêrno italiano ofereceu à Biblioteca Nacional de Lisboa os trinta e seis volumes da monumental *Enciclopédia Italiana*, obra notabilíssima a todos os respeito, que acaba de concluir a sua publicação. O sr. ministro de Itália fêz pessoalmente a entrega dos preciosos volumes na Biblioteca Nacional, onde foi recebido pelo sr. Dr. Júlio Dantas, inspector dos edificios bibliotecários nacionais, e pelo sr. coronel Costa Veiga, director daquele estabelecimento. O sr. Dr. Júlio Dantas agradeceu a valiosa oferta, afirmando que a *Enciclopédia Italiana* é uma eloqüente expressão da cultura italiana, mãe do espirito latino. O sr. ministro de Itália desejou que a oferta do govêrno do seu país seja útil aos estudiosos portugueses e sirva também para estreitar os laços de amizade que unem as duas nações.

A amizade luso-britânica

A Câmara do Comércio Britânica em Portugal ofereceu, no dia 22 de Março, um banquete, no Clube Inglês, ao sr. ministro do Comércio, que, não podendo comparecer, por haver sido forçado a ausentar-se de Lisboa, foi representado pelo secretário geral do ministério, sr. dr. Pena e Silva.

A festa, a que assistiram mais de quarenta convidados, portugueses e ingleses, deu ensejo a eloqüentes afirmações de amizade, enaltecendo o significado das relações comerciais e espirituais entre Portugal e a Gran-Bretanha.

No dia 4 de Maio, o sr. embaixador de Inglaterra ofereceu um banquete ao Chefe de Estado, durante o qual foram trocadas saudações, tendo o representante diplomático da Gran-Bretanha acentuado a 'feliz continuação das relações sólidas e inquebráveis que ligam os dois países'.

Por outro lado, o embaixador de Portugal em Londres, sr. dr. Armindo Monteiro, entregou, em nome do sr. general Carmona, as insignias da banda das três ordens — Cristo, Aviz e Santiago — a S. M. o rei Jorge VI, cerimónia que serviu também para realfirmar os laços de amizade entre as duas nações.

Artigo VI — Este Tratado será ratificado e entrará em vigor a partir da data da troca das ratificações, que será efectuada no mais curto prazo possível. »

Este importantíssimo documento foi assinado pelos plenipotenciários referidos, srs. Dr. Oliveira Salazar e Don Nicolas Franco, em 17 de Março de 1939, e a Imprensa mundial comentou-o largamente, nos mais elogiosos termos.

Mercado mensal em Aqualva-Cacém

A Câmara Municipal de Sintra resolveu criar um mercado mensal no lugar da Aqualva, Cacém, cuja importância comercial havia revelado justificar tal melhoramento, que foi inaugurado pelo sr. capitão João Soares, presidente do Município de Sintra, no dia 19 de Março.

O novo mercado, que se realizará nos terceiros domingos de cada mês, destina-se a transacções sobre gado de tôdas as espécies, frutas, cereais, produtos agrícolas e hortícolas, louças, calçado, roupas, etc.

Associação Católica Internacional para obras de protecção às raparigas

A Associação Católica Internacional para obras de protecção às raparigas comemorou as suas 'bodas de prata' com brilhantes festas, na sua sede. Vários oradores e oradoras descreveram a obra realizada pela benemérita instituição, durante

os vinte e cinco anos que conta de existência. As sessões e conferências tiveram grande concorrência, especialmente de senhoras.

O Jardim Escola João de Deus

A-FIM-DE conhecer de perto o funcionamento de uma das mais interessantes obras de assistência infantil da capital, o ilustre governador civil do distrito de Lisboa, sr. coronel Lôbo da Costa, visitou demoradamente o Jardim Escola João de Deus, cujas dependências percorreu, na companhia do director pedagógico, sr. dr. João de Deus Ramos, e restantes membros da direcção e da comissão de assistência da simpática instituição.

As crianças fizeram ao chefe do distrito uma carinhosa manifestação de simpatia, que muito comoveu aquela alta autoridade.

O Jardim Escola João de Deus conta mais de uma centena de educandos, entre os quais trinta crianças pobres, a quem é fornecida educação e alimentação gratuitas, em nada as distinguindo, segundo a regra escrupulosamente respeitada no estabelecimento, dos filhos de pessoas abastadas ou de posição social que igualmente freqüentam o Jardim Escola.

O X aniversário do Dispensário Clínico da Junta de Província da Estremadura

PASSOU, no dia 26 de Março, o décimo aniversário da fundação do Dispensário Clínico da Junta de Província da Estremadura, cuja obra tem sido descrita a largos traços nas páginas deste Boletim.

O Chefe de Estado dignou-se honrar com sua presença a pequena festa comemorativa, durante a qual foram inaugurados vários melhoramentos naquele estabelecimento clínico. O sr. general Oscar Carmona chegou às 15 horas à sede do Dispensário, onde era aguardado pelos srs. ministro do Interior, governador civil de Lisboa, director geral da Assistência Pública, presidente da Junta de Província da Estremadura e outras entidades. O chefe de Estado dirigiu-se para a sala das sessões, passando por entre alas de médicos e empregados, postados ao longo das escadarias. Durante a sessão solene, presidida pelo sr. general Carmona, falou o sr. major Santos Pedroso, que saudou o Chefe de Estado, agradecendo a sua presença, bem como a das restantes autoridades. O sr. dr. Rodolfo Xavier da Silva, director do Dispensário Policlínico, historiou a vida daquele organismo e a sua evolução, precisando, com números eloquentes, o que tem sido a obra de assistência e oferecendo, por fim, ao venerando Chefe de Estado, uma pasta com uma placa de prata, contendo um gráfico do movimento clínico do Dispensário. Em seguida, o sr. ministro do Interior pôs em evidência o que tem sido a obra do Estado Novo, nos domínios da saúde pública, e congratulou-se por aquela festa de alto significado social.

Encerrou a sessão o sr. Presidente da República que disse a satisfação que sentia pelo conhecimento exacto da obra do Dispensário. Verificava-se — prosseguiu — que, enquanto os homens envelheciam, o Dispensário rejuvenescia, pois sempre ali encontrava melhoramentos. Salientou o carinho e devoção que o Dispensário tem merecido ao seu director e restante pessoal, e concluiu, exclamando:

«Que grande obra num espaço tão pequeno!»

Após a sessão solene, o Chefe de Estado e demais entidades oficiais visitaram os gabinetes de Raios X, de agentes físicos e de oftalmologia, etc., onde foram introduzidos importantes melhoramentos.

Ao retirar-se, o sr. general Carmona informou o director do Dispensário de que ia conceder a comenda da Ordem de Benemerência aos srs. drs. António Dias da Silva e Castelo Branco Saraiva, médicos do Dispensário.

Ao fim da tarde, os médicos, pessoal do Dispensário e representantes da Junta de Província da Estremadura reuni-



O Chefe de Estado presidindo à sessão solene. À esquerda, o sr. dr. Xavier da Silva lendo o relatório de dez anos de bons serviços do Dispensário Policlínico

ram-se num lanche de confraternização, durante o qual o sr. major Santos Pedroso felicitou o sr. dr. Xavier da Silva pela obra realizada a bem da Nação, e o sr. dr. Soares Franco saudou a direcção do Dispensário, pelo muito que tem feito em benefício da Assistência social.

Exposição do Livro Português em Berlim

O dia 1 de Abril foi assinalado pela inauguração, em Berlim, de uma Exposição do Livro Português, acto que teve grande solenidade e despertou verdadeiro interesse na capital do III Reich.

O ministro alemão da Educação Nacional, dr. Rust, discursou no acto inaugural, pondo em relevo as relações culturais luso-alemãs. O sr. dr. Gustavo Cordeiro Ramos, grande impulsionador do intercâmbio intelectual germano-português, descreveu o significado da Exposição, documentário da História de Portugal através dos séculos, e entregou ao dr. Rust um rico exemplar dos *Lusíadas*, em caixa de prata, oferta do governo português ao «Fuhrer».

Festa de beneficência na cantina escolar da Sé e S. João da Praça, de Lisboa

POR motivo da inauguração da sua nova bandeira, realizou-se uma simpática festa de beneficência, na Cantina Escolar da freguesia da Sé e S. João da Praça, com distribuição de vestuário a quarenta e três crianças pobres. Ao acto, assistiu o governador civil do distrito de Lisboa, sr. tenente-coronel Lôbo da Costa, que, num breve discurso, se congratulou pelo êxito da festa, aproveitando o ensejo para descrever o que tem sido a obra do Estado Novo sobre o grande problema da assistência pública.

Ao fim da tarde, foi distribuído jantar às crianças protegidas pela Cantina, terminando a festa por um baile oferecido aos sócios e suas famílias.

A construção naval em Portugal

TEM feito notáveis progressos, a construção naval, de tão brilhantes tradições no nosso país. A Companhia União Fabril lançou à água, no dia 5 de Abril, dois belos barcos bachelhoiros de cerca de 1.700 toneladas cada, construídos simultâ-

neamente nos estaleiros da Rocha do Conde de Obidos, e equipados com os últimos aperfeiçoamentos desse gênero de navios.

Ao acto assistiram os srs. ministros da Marinha e do Comércio e Indústria. Os dois barcos, que são o «Santa Maria Magdalena» e o «São Rui», entraram na água com perfeito equilíbrio, revelando excelentes qualidades náuticas. Foram equipados com motores «Diesel» de 500 H. P., desenvolvendo uma velocidade de dez milhas horárias. Os seus tanques de combustível, com capacidade para cento e vinte toneladas de óleo, asseguram-lhes um raio de acção de 12.000 milhas. Dispõem de porões especiais para peixe, aquecimento central e outros aperfeiçoamentos. Foram construídos para a Empresa de Pesca de Viana do Castelo.

O Dispensário n.º 4 dos Serviços de Puericultura da J. P. E.

O sr. Presidente da República honrou com a sua presença a interessante festa com que o Dispensário n.º 4 dos Serviços de Puericultura da J. P. E., instalado na estrada da Torre, comemorou o nono aniversário da sua fundação.

O sr. general Carmona visitou as instalações do Dispensário, acompanhado pelo sr. ministro da Educação Nacional, sendo guiado, nessa visita, pelos srs. engenheiro Santos Pedroso, presidente da J. P. E.; drs. Xavier da Silva e Rodrigues dos Santos, director e sub-director, respectivamente, dos Serviços de Puericultura e do Dispensário Policlínico da Junta; dr. Champalimaud, director do Dispensário n.º 4; pessoal deste e vários altos funcionários deste corpo administrativo. O vene-



As freguesias Lisboa, cumprimentando o sr. general Carmona

mado no seu alto cargo. Por tal motivo, o venerando Chefe de Estado recebeu, no Palácio de Belém, as felicitações do governo, corpo diplomático, altas autoridades civis e militares e numerosas personalidades em destaque em todos os meios. Foi um dia de festa, na residência presidencial, pois o Chefe da Nação teve mais uma vez ensejo de verificar o profundo e respeitoso carinho que a todos inspira a sua nobre figura de estadista e patriota.

A «Semana das Colónias»

A Sociedade de Geografia de Lisboa teve a patriótica iniciativa da realização de uma «Semana das Colónias», destinada a, por meio de conferências sobre os vastos domínios portugueses do Ultramar, vulgarizar as enormes riquezas, as possibilidades infinitas, as desconhecidas belezas desses imensos territórios que são, por si só, o maior padrão da História lusitana.

A «Semana das Colónias» iniciou-se por uma sessão solene, presidida pelo sr. general Carmona, e foi coadjuvada por numerosas entidades, que promoveram, por essa ocasião, conferências e sessões de propaganda colonial, assim como a Emissora Nacional, que incluiu nos seus programas desses dias interessantes alocações sobre os nossos domínios ultramarinos.

Melhoramentos no Hospital da Marinha

COM a assistência das mais representativas figuras da nossa Armada, entre as quais os srs. almirantes Mata e Oliveira e Botelho de Sousa, respectivamente, major-general da Armada e chefe do Estado Maior Naval, foram inauguradas, em 20 de Abril, novas enfermarias e outros melhoramentos no Hospital de Marinha. Trata-se de uma notável obra, em que se procura adaptar o velho Hospital aos modernos requisitos da Medicina.

Entre os melhoramentos inaugurados, figura um moderno laboratório de análises, instalado em pavilhão especial e dotado com salas para pesquisas químicas, bacteriológicas, parasitológicas e de anatomia-patologia. Outras obras estão em curso, entre elas a construção de um pavilhão especial para doenças infecciosas.

Os cinquenta anos de Salazar

QUASI coincidindo como undécimo aniversário da sua entrada para o ministério das Finanças, onde tem realizado uma obra digna da admiração da Europa, festejou o sr. Dr. Oliveira Salazar o quinquagésimo aniversário. A 27 de Abril, completaram-se onze anos que, após uma época de deplorável incerteza financeira, o ilustre estadista acedeu a encarregar-se da pasta das Finanças, iniciando um empreendimento de largo fôlego, verdadeira revolução pacífica, que se estendeu a todos os ramos da acti-



O sr. Presidente da República, na visita ao Dispensário n.º 4

rando Chefe do Estado dedicou carinhosa atenção às instalações do Dispensário, especialmente o Jardim Infantil. Seguidamente, procedeu-se à distribuição de trezentos enxovais a outras tantas crianças.

Depois de haver assistido à refeição da tarde das crianças, o sr. Presidente da República, o sr. ministro da Educação Nacional e mais pessoas dos seus séquitos reliraram-se, tendo expressado ao sr. major Santos Pedroso a agradável impressão colhida durante a visita.

Um aniversário

COMPLETARAM-SE onze anos, no dia 15 de Abril de 1939 que o sr. general Oscar Fragoso Carmona, que exerce, desde Julho de 1926, a suprema magistratura da nação, foi confir-

vidade nacional, seleccionando competências, eliminando imoralidades, saneando a administração pública em todos os sectores. O dia não passou despercebido, pois milhares de pessoas de todas as categorias sociais foram à residência do chefe do Governo, na calçada da Estrêla, deixar cartões de cumprimentos e ramos de flores. Nos liceus de Lisboa, realizaram-se sessões comemorativas, durante as quais foram explicadas aos alunos as directrizes do Estado Novo e o alto pensamento construtivo que anima a obra de Salazar.

O chefe do governo ofereceu, em sua casa, um almôço aos ministros, festa íntima que decorreu com grande animação, tendo o chefe do Governo brindado pelo sr. general Carmona e o sr. dr. Mário Pais de Sousa, ilustre ministro do Interior, pelo sr. Presidente do Conselho.

No dia seguinte, 28 de Abril, completou o sr. dr. António de Oliveira Salazar cinqüenta anos, confundindo-se, assim, as saudações pelo duplo aniversário do grande estadista.

Finanças antigas e novas finanças

AINDA a-propósito do aniversário do sr. presidente do Conselho, os jornais puseram em relêvo a obra financeira do ilustre estadista, publicando números demonstrativos do que tem sido a administração de Salazar, em confronto com a dos anos anteriores. Assim, verifica-se que, em 30 de Junho de 1928, os compromissos da Dívida flutuante, deduzidas as disponibilidades do Tesouro, atingiam 2.046.000 contos; em 31 de Dezembro de 1937, desaparecera a Dívida flutuante e as disponibilidades livres totalizavam 857.000 contos. Durante os nove anos que antecederam a gerência do sr. dr. Oliveira Salazar, de 1919 a 1928, os saldos negativos das finanças públicas ascenderam a 2.372.000 contos; nos nove anos da sua administração, os saldos positivos das suas contas elevaram-se a 1.587.000 contos.

Tais são os números que exprimem a obra de Salazar, nas Finanças públicas.

O parque infantil de Setúbal

O Grémio dos Industriais de Conservas do distrito de Setúbal mantém, durante os quatro meses de defeso de fabrico, um Parque infantil para os filhos dos seus operários, dos cinco aos sete anos, em turmas mensais de aproximadamente trezentas crianças. Este Parque, estabelecido na antiga quinta das Palmeiras, propriedade do Grémio, foi visitado, no dia 17 de Abril, pelo governador civil do distrito de Setúbal, sr. dr. Barreiros Cardoso, que quis verificar pessoalmente as instalações de tão notável obra de assistência social.

Aquela alta autoridade percorreu, na companhia do presidente do Grémio sr. Mário Ledo, e de várias autoridades do distrito, todas as dependências do Parque, que compreende refeitórios, casas de banho, etc., todas se notabilizando pelo mais escrupuloso asseio. Os visitantes assistiram também a uma refeição das crianças, abundante e salutar, felicitando calorosamente, à saída, o sr. Mário Ledo, pela iniciativa de largo alcance social que o Grémio mantém exclusivamente à sua custa.

O Arsenal do Alfeite

O Dia da Marinha foi, este ano, assinalado pela inauguração do Arsenal do Alfeite, obra notabilíssima, que realiza uma das maiores aspirações da nossa Armada. O acontecimento teve o mais alto significado nacionalista, que culminou pelo início da construção de três barcos de guerra, cujos primeiros rebites foram cravados, simbolicamente, pelo sr. presidente da República, pelo sr. dr. Oliveira Salazar e pelo sr. ministro da Marinha.

As festas inaugurais tiveram imponente e brilhantismo notáveis. A elas presidiu o Chefe do Estado, com a assistência do sr. presidente do Conselho, membros do Governo e altas patentes



Os srs. Presidentes da República e do Conselho, visitando o novo arsenal de Marinha no Alfeite

do Exército e da Armada. O sr. general Carmona, acompanhado de sua esposa e outras pessoas da sua família, embarcou no velho Arsenal, com o sr. ministro da Marinha e pessoal da sua casa militar, sendo saudado pelo navio-chefe da esquadra portuguesa, a fragata «D. Fernando», com as salvas protocolares, o mesmo fazendo os couraçados da esquadra francesa que nessa ocasião se encontravam no Tejo, e cuja oficialidade esteve representada na cerimónia pelo almirante Gensoul e os comandantes dos navios — o «Dunquerque» e o «Strasbourg». Formou-se um brilhante cortejo fluvial, em que se incorporaram barcos de recreio e de transporte, yoles da Mocidade Portuguesa e muitas outras embarcações, vistosamente engalanadas.

O Chefe de Estado era aguardado, na ponte do Arsenal do Alfeite, pelo sr. presidente do Conselho, pelo sr. almirante Mendes Cabeçadas e pelo sr. engenheiro Perestrelo de Vasconcelos, intendente e administrador, respectivamente, do novo estabelecimento naval. O sr. general Carmona seguiu de automóvel para o local da inauguração, cerimónia a que assistiram milhares de pessoas, pois só a Direcção do Arsenal distribuiu, à sua parte, mais de seis mil convites.

Cravados os rebites que simbolizaram o início da actividade do novo estabelecimento, o chefe do Estado visitou demonstradamente, acompanhado pelos membros do Governo, as magníficas instalações do Arsenal, que compreendem oficinas equipadas com material moderno e completíssimo, refeitórios e vestiários para o pessoal, etc.

O Dia da Marinha, que tão notável inauguração comemorou dignamente, terminou por uma festa de confraternização do pessoal do Arsenal, que decorreu animada. A noite, os barcos de guerra ostentaram as suas iluminações de grande gala, havendo conferências a bordo dos navios, que estiveram patentes ao público, sendo muito visitados.

Correio aéreo entre a América do Norte e a Europa

O êxito obtido pelos vôos experimentais realizados pelos aparelhos da Companhia «Pan American Airways» determinou o estabelecimento de uma carreira regular entre Nova York e Lisboa, com escala pela ilha do Fayal (Açores).

A inauguração oficial da carreira realizou-se no dia 21 de Maio. O «Yankee Clipper» trouxe da América, nesse dia trezentas mil cartas, cifra que se manteve nas viagens posteriores. As carreiras são bi-semanais.

Dispensário de Puericultura de Azeitão

Em alguns concelhos da Província, a J. P. E. mantém já dispensários onde às crianças são ministrados tratamentos e as futuras mães recebem instruções para bem cumprirem a sua missão.



O sr. Governador Civil e outras autoridades de Setúbal, aplaudindo as primeiras pobres beneficiadas pelo Dispensário de Paericultura de Azeitão

No dia 22 de Maio, conforme noutra lugar referimos, com a presença dos srs. major Santos Pedroso, dr. António Soares Franco Júnior, Carlos Farinha e Victor Tôres, respectivamente, presidente e vogais da Junta de Província da Estremadura, engenheiro Manitto Tôres, governador civil de Setúbal e representantes de organismos e autoridades locais, foi inaugurado em Azeitão um dispensário da Junta. Ao acto, que se revestiu de solenidade, assistiu também a sr.^{ta} de Scoville, que, em colaboração com a Misericórdia, muito contribuiu, com os seus donativos, para o acabamento desta interessante obra. No terreiro fronteiro ao edifício do Dispensário, onde se realizou uma sessão solene, falaram os srs. major Santos Pedroso, que descreveu a obra realizada pelo organismo a que preside; dr. Soares Franco, dr. Xavier da Silva e engenheiro Manitto Tôres.

Câmara Municipal de Setúbal

FOI entregue à Câmara Municipal de Setúbal, em 6 de Maio, o antigo edifício dos Paços do Concelho, que, incendiado criminosamente em 1910, o Governo do Estado Novo recons-



O edifício da Câmara Municipal de Setúbal, restaurado

truiu, mantendo-lhe a grandeza antiga e introduzindo-lhe importantes melhoramentos que muito beneficiaram os serviços municipais.

Portugal em face dos problemas Internacionais

PERANTE a Assembleia Nacional, convocada extraordinariamente, no dia 23 de Maio, a fim de conceder o seu constitucional assentimento à visita do Chefe de Estado à União Sul Africana, o sr. Presidente do Conselho proferiu um discurso, em que marcou a posição do País em presença dos problemas internacionais. Neste discurso de acentuado carácter político, o chefe do Governo traçou o ambiente que premia a Europa, antes da conflagração europeia. A economia do Velho continente, nesse período, mereceu ao estadista detida análise. Também a orientação da nossa política externa mereceu ao sr. Presidente do Conselho largas considerações, principalmente no tocante ao apoio concedido pelo Governo Português ao governo nacionalista do general Franco, e à Aliança Luso-Britânica. Sobre a guerra de Espanha, o sr. dr. Oliveira Salazar declarou: «Dispendemos esforços, perdemos vidas, corremos riscos, compartilhamos sofrimentos e não temos nada a pedir, nem contas a apresentar. Vencemos, eis tudo.» Acerca do Tratado de Amizade concluído entre o governo nacionalista de Espanha e o de Portugal, «pedra angular de uma política», o sr. dr. Oliveira Salazar declarou: «quem quer que haja reflectido na política tradicional inglesa e no sentido essencialmente defensivo da sua actuação internacional, terá podido compreender quanto a Inglaterra deve apreciar a criação desta verdadeira zona de Paz, na Península, desde que um dos Estados é seu velho aliado e o outro foi sempre seu amigo; mas eu não receio ir mais longe. Assim como a vitória «vermelha» em Espanha poria constantemente em risco de colisão os interesses franceses e ingleses em relação à Península, pelo conflito ideológico, de um lado, e pela aliança anglo-portuguesa, do outro, assim é evidente que só através da Espanha nacionalista, irremediavelmente ligada a Portugal, a França e a Inglaterra podem trabalhar pela segurança dos seus interesses ou fronteiras, e melhorar das suas relações.

«A Aliança Luso-Britânica será mantida com fidelidade e sem aviltamento» declarou ainda o sr. Presidente do Conselho. E esclareceu: «Enquanto a guerra civil se arrastava, com a péssima ajuda da Europa e da América, e se mantinha em cer-

tos sectores da opinião inglesa manifesta incompreensão do significado da luta e da nossa posição nela, os governos Português e Britânico aprofundavam os problemas da aliança e estudavam em amigosa colaboração as questões relacionadas com a defesa dos dois países, por meio da missão militar vinda a Portugal. Não caíram no olvido os estudos, e, apesar da influência que já possam ter tido na solução de alguns problemas militares, e de não se haverem perdido os contactos estabelecidos, estou por meu lado certo de que terão de prosseguir no futuro.» A concluir esta parte do seu discurso, o sr. Presidente do Conselho disse: «Por mim — e sei que falo em nome do meu País — tomo tanto a peito cumprir fielmente os deveres de aliança como não deixar, por honra e interesse de ambas as partes, corrompê-la ou avillá-la.»

O sr. dr. Oliveira Salazar referiu a seguir o alto significado da viagem do Chefe de Estado às Colónias e à União Sul Africana. A alusão à aliança inglesa, nos termos claros em que foi feita, motivou uma mensagem do Primeiro Ministro Britânico ao sr. Presidente do Conselho, e em que o estadista inglês agradeceu a «afirmação clara e inequívoca da política portuguesa, a qual foi recebida com a mais calorosa aprovação neste país.» Em Londres, o sub-secretário britânico dos Negócios Estrangeiros sr. Butler, fez, na Câmara dos Comuns, uma importante declaração, pela qual o governo inglês reafirmou a validade da aliança com Portugal.

O sr. dr. Oliveira Salazar respondeu ao primeiro ministro britânico com um cordeal telegrama.

O 28 de Maio

O XIII ano da Revolução Nacional, foi comemorado com um grandioso festival da Mocidade Portuguesa, realizado no campo de Jockey Clube, e com uma parada da «Legião». Na festa da Mocidade, a que assistiram os srs. Presidentes da República, da Assembleia Nacional e do Conselho e todo o Governo, uma multidão entusiasmada aclamou delirantemente o desfile de cinco mil filiados daquela patriótica organização. A festa compreendeu exercícios de gymnástica sueca, saltos e uma movimentada exibição de «jogo de pau».

A parada da «Legião» efectuada no Terreiro do Paço teve grandeza e brilho.

O sr. Presidente do Conselho, num vibrante discurso, dirigido aos legionários, deu-lhes a *palavra de Ordem* para o ano XIV.

Nêsse notável discurso, o sr. Presidente do Conselho afirmou: «A Legião tem de considerar-se e continuar a ser a expressão viva dessa consciência moral da Nação; afirmação clara de fé e da doutrina da Revolução Nacional, reserva das mais altas dedicações e dos mais altos sacrifícios; aquela chama de virtudes cívicas e de compreensão dos novos tempos, que ilumina toda a casa portuguesa.»

O papel da Legião como força nacional é considerado pelo sr. dr. Oliveira Salazar nos seguintes termos: «Assim servireis — na guerra ou na paz, na guerra que nos seja imposta para garantir a liberdade da terra que lavramos ou a continuidade da revolução que servimos; na paz que ardentemente desejamos, pois temos necessidade de continuar trabalhando pela elevação e prosperidade material do povo e acima de tudo proclamamos a fé num património espiritual que a violência brutalmente devastaria.»

Dr. Mário Pinheiro Chagas e Prof. dr. Ricardo Jorge

O dr. Mário Pinheiro Chagas, falecido no dia 8 de Junho foi uma figura de grande prestígio, no fóro português. Consultor jurídico de grandes empresas, a sua actuação em diversos processos marcou as suas qualidades de jurista, que a intervenção no processo movido pelo Banco de Portugal contra a casa Waterlow mais uma vez confirmou.

O prof. dr. Ricardo Jorge, falecido vinte e dois dias mais tarde, foi uma personalidade de grande projecção literária e científica, nos meios Académico e Universitário. Polemista e crítico notável, deixou uma obra extensa e variada de reconhecido mérito e brilho.

Uma escola construída pela generosidade de operários

EM Bicesse, pitoresca povoação dos arredores de Cascais, o Chefe de Estado, acompanhado pelo sr. ministro da Educação Nacional e governador civil de Lisboa, inaugurou o edificio da escola primária, construído pelo esforço desinteressado e humilde dos operários que ali residem. No acto da inauguração, falaram: o sr. presidente do município de Cascais, que apresentou ao sr. Presidente da República os cumprimentos dos municípios, pela honra que lhes deu, com a sua presença àquele acto, e que fez rasgado elogio da obra de educação do sr. dr. Carneiro Pacheco; o sr. ministro da Educação Nacional, que exaltou o gesto dos humildes trabalhadores de Bicesse, esperando que o seu exemplo seja seguido, pois a Escola, disse, interessa a todos. Referiu-se também elogiosamente à missão do professor primário, o grande educador. Por último falou, o sr. general Carmona, que manifestou seu regozijo pelo acto que se estava realizando, tanto mais que tinha a sublinhá-lo a colaboração desinteressada de modestos operários, cujos nomes era justo colocar num quadro de honra, concluindo por agradecer com o grau de oficial da Ordem da Benemerência os srs. José de Abreu Valente e António dos Reis Serrano, director dos Serviços Escolares e a sr.^a D. Maria Isabel Saleme de Avilez Lobo de Almeida Melo e Castro, desvelada protectora dos pobres de Cascais.

Luz eléctrica na Venda do Pinheiro

A 7 de Maio, foi inaugurada, pelo sr. tenente-coronel Lobo da Costa, governador civil de Lisboa, a luz eléctrica pública, na Venda do Pinheiro. Este importante melhoramento, há muito ansiosamente desejado pelos habitantes daquela populosa freguesia, provocou grandes manifestações de regozijo. O acto, a que assistiram a comissão administrativa da Câmara Municipal de Serpa e os membros da Junta de Freguesia e da comissão concelhia da União Nacional, foi comemorado com uma sessão solene, em que foi enaltecida por diversos oradores a obra do Governo, em especial, a do seu Presidente do Conselho. A festa de inauguração terminou com um banquete e com um arraial popular, que decorreu com desusada alegria.

A Venda do Pinheiro, que até há poucos anos não passava duma povoação insignificante, caracterizada, apenas, pela existência dum solar e de algumas fazendas de certa importância agrícola, é hoje uma das mais bonitas e saudáveis estâncias de repouso e veraneio, escolhida por muitas famílias da capital



Vista parcial de Venda do Pinheiro

para passarem ali a época das férias e até fixarem residência. Com a inauguração da luz eléctrica, melhoramento que deverá ser seguido de outros, principalmente no que respeita à salubridade, a Venda do Pinheiro vê aberto um novo horizonte de progresso e prosperidade.

Bairro Social da Madre de Deus

NA Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, perante a comissão incumbida de fazer a sua apreciação, com a assistência dum delegado do Procurador da República, realizou-se, a 13 de Julho, a abertura de propostas relativas aos trabalhos de empreitada para a construção dum agrupamento de 540 casas económicas, a edificar no sítio denominado Madre de Deus, em Lisboa, propostas a ser entregues, depois de submetidas ao estudo das repartições técnicas, ao sr. ministro das Obras Públicas, que ordenará a sua adjudicação.

A Exposição de Nova York

TELEGRAMA procedente de Nova York, publicado nos jornais de 14 de Julho, descreve o brilhantismo com que decorreu o dia consagrado a Portugal, pela «World's Fair». O representante diplomático de Portugal, acompanhado pelo sr. António Ferro, secretário geral da Exposição Portuguesa, por individualidades do Exército e Marinha americana e pela oficialidade do contra-torpedeiro «Tejo», visitaram a Exposição, onde o ministro do nosso País e o sr. António Ferro assinaram o Livro de Ouro. Seguidamente, realizou-se uma parada de forças americanas e portuguesas, sendo o pavilhão de Portugal visitado pelo comissário geral dos Estados Unidos e pelo governador de Nova York. O presidente da Exposição ofereceu, depois, um almoço ao representante de Portugal, sr. dr. João Bianchi, e fez um caloroso elogio da obra realizada pelos srs. general Carmona e dr. Oliveira Salazar.

Na praça da Paz, da «World's Fair» perante o entusiasmo de milhares de portugueses, realizou-se uma sessão solene, onde foi exaltado o ressurgimento português, por oradores americanos, entre os quais o comissário dos Estados Unidos, e o sr. Graver Uhalén. Falaram ainda os srs. dr. João Bianchi e António Ferro. No Pavilhão de Portugal, foi oferecida à colónia portuguesa uma grandiosa festa, em que discursaram os srs. ministro de Portugal e António Ferro. O sr. dr. Bianchi anunciou, então, a milhares de portugueses que assistiam, que o sr. Presidente do Conselho ia ler, pela «rádio», uma mensagem aos portugueses da América.

A assistência, que se conservou de pé durante a sua leitura, vitoriou por muito tempo o nome do sr. Presidente do Conselho. Nesse documento, o sr. dr. Oliveira Salazar afirmou: «E' para nós altamente lisonjeiro que os portugueses espalhados pelo Mundo sejam exemplo de trabalho, economia e disciplina, e constituam aí uma das mais queridas colónias; e é, ao mesmo tempo, enternecedor que para isso e, apesar do seu formidável poder de adaptação às mais variadas condições locais de vida e de trabalho, não percam o carácter fundamental da sua raça — o seu acrisolado amor à família e à Pátria, a doçura dos seus sentimentos e o orgulho da sua História.»

Contas públicas

OS jornais de 15 de Julho publicaram o relatório das contas públicas de 1938, extenso documento, firmado pelo sr. ministro das Finanças. O saldo apresentado foi de 243 mil contos, acusando o documento as importâncias de 2.281 mil contos de receita e 2.038 mil contos de despesa.

No notável relatório que precede a apresentação das contas públicas, o sr. dr. Oliveira Salazar afirma: «Contra a insen-

sibilidade do capitalismo, a sua absorvente ambição de lucro, as suas especulações estranhas à humanidade e à moral, vemos apregoar e de certo modo impor-se uma noção da justiça nas frocas que penetra a formação dos preços, exige a sua estabilidade e a das moedas, procura ajustar em nível conveniente os interesses recíprocos. Isto, que demais é da nossa doutrina tem de salvar-se, para construir a economia futura. E ninguém nos diz que, nas reacções nacionalistas de hoje, não haja um pouco de «revolta de escravos» contra impiedosas explorações de feudalismo financeiro, com seu fundo de justiça e naturalmente os seus excessos, também. Pois temos de trabalhar neste condicionalismo, prevendo melhor modo à sustentação da nossa gente e sem delongas explorar melhor e mais extensamente os nossos recursos.»

Viagem Presidencial à África

FOI vibrante de espontaneidade popular a manifestação, prestada no dia 17 de Junho, ao Chefe de Estado, que partiu, em viagem de soberania e amizade, para a África do Sul. Milhares de portugueses de todas as categorias sociais aclamaram, no ambiente festivo do Terreiro Paço, o sr. general Carmona. O Corpo Diplomático e o sr. Cardinal Patriarca, altas patentes do Exército e da Marinha, organismos políticos do Estado Novo e muito povo despediram-se afectuosamente do sr. Presidente da República.

O Chefe do Estado e a sua comitiva instalaram-se a bordo do paquete «Colonial», fretado expressamente para esse fim, pelo governo. Os avisos «Afonso de Albuquerque» e «Bartolomeu Dias» prestaram a guarda de honra. No dia 24, o Chefe do Estado foi recebido em S. Vicente de Cabo Verde com delirantes aclamações; em 2 de Julho, o sr. general Carmona, desembarcou em S. Tomé e a 18 chegou a Lourenço Marques, onde foi recebido por milhares de europeus e indígenas. A nota dominante dos melhoramentos públicos inaugurados pelo Chefe do Estado foi-nos dado, em Lourenço Marques, pela inauguração dos serviços telefónicos entre aquela colónia e a capital lusitana. O sr. general Carmona falou durante alguns minutos com o sr. Presidente do Conselho, que o felicitou pela projecção da sua viagem às terras do Império. Por muitos dias, as festas de recepção ao sr. Presidente da República continuaram, na Colónia de Moçambique. Na região de Magul, onde o sangue português foi generosamente vertido, trinta mil guerreiros vátuas prestaram, numa cerimónia impressionante, juramento de fidelidade à soberania portuguesa. Na cidade da Beira, o Chefe de Estado foi recebido festivamente em 28 de Junho, e a seguir em Quelimane. Em 15 de Agosto, o sr. general Carmona partiu de Lourenço Marques para a União Sul Africana. Em Pretória, o sr. ministro das Colónias, que acompanhou o sr. general Carmona, inaugurou, em 18 de Agosto, a Associação dos Portugueses. Na cidade do Cabo, visitada a



O sr. general Carmona, contempla Lisboa ao sair do Tejo

seguir pelo Chefe do Estado Português, milhares de bandeiras flutuaram festivamente, em homenagem ao mais alto magistrado de Portugal. Em 22 de Agosto, o sr. general Carmona abandonou a cidade do Cabo, partindo para Luanda e iniciando-se, logo a seguir, a viagem de regresso, apressada pela gravidade do momento internacional. Em 11 de Setembro, véspera da chegada a Lisboa do sr. general Carmona, o governo publicou uma nota oficiosa, em que considerava a gravidade do momento internacional e declarava que, por esse motivo, não haveria convites especiais para a recepção. A chegada, no dia imediato, do sr. Presidente da República, e a recepção, despida de cerimónias oficiais, foi, contudo, brilhantíssima, ocorrendo a ela milhares de pessoas, que vitoriam o sr. general Carmona.

Casas económicas

A situação precária em que viviam as classes trabalhadoras mereceu, desde o início da Revolução Nacional, a atenção do Governo. O aflitivo problema da habitação dos operários carecia de uma urgente e satisfatória medida do Estado Novo. Nesse sentido, foram promulgados vários diplomas que, isentando de contribuições predial e de registo e outros impostos e taxas gerais as entidades construtoras de habitações, pretendiam acelerar a edificação de casas alegres e confortáveis, a preços acessíveis.

Esta medida do Governo, que poderia resolver o problema, não foi correspondida pela iniciativa particular. Então, o Estado, em colaboração com os seus organismos de coordenação económica e câmaras municipais, criou um «fundo» para «Casas Económicas», do qual foi abonada desde logo, a importância de quarenta mil contos. Mais tarde, uma verba de valor idêntico veio reforçar a primeira dotação. A construção das casas ficou compelindo às Câmaras e corporações administrativas e organismos corporativos, que tomaram a seu cargo o financiamento das construções até cinquenta por cento da sua importância, acudindo o Estado com uma quota-parte igual. A construção de moradias obedeceu a planos previamente estudados, nos quais se teve em conta a localização, que deve ser em pontos de fácil acesso e servidos por meios de transportes económicos. Resolveu-se que as moradias fôsem construídas em agrupamentos de vinte e cinco a cem ou mais, formando conjuntos que se integrassem harmoniosamente nos planos gerais de urbanização. Cada casa económica deve ser uma moradia de família, devidamente aparelhada com equipamento sanitário e eléctrico, e com um pequeno jardim e quintal. O pagamento da moradia seria feito em 240 prestações mensais, garantindo um seguro de vida aos herdeiros do proprietário da casa receberem-na em plena propriedade, se este falecer antes de ter completado o pagamento da moradia.

Até agora, foram gastos 46.357.808\$25, com a construção de casas económicas. Estas habitações, edificadas nos bairros do Arco do Cego, Ajuda, Alto da Ajuda, da Trafaria e Belém, em Lisboa; de Ilhéu, Condominhas, Ameal e Azenha, no Pôrto; e em Bragança, Vila Viçosa, Portimão, Viana do Castelo, Olhão e Braga, atingem o elevado número de 2.408, adquiridas por 2.196 trabalhadores, com 7.803 pessoas de família.

Quatro casas entregues a pescadores pobres

O sr. tenente-coronel Baptista de Carvalho, presidente da Câmara Municipal de Almada, entregou, no dia 25 de Junho, a quatro velhos pescadores da Costa da Caparica, umas alegres vivendas edificadas pelo município, no cumprimento de sua obra de assistência social.

No mercado, vistosamente engalanado, efectuou-se uma sessão comemorativa, em que discursaram os srs. drs. Alberto Ferreira, Rezende Elvas e Lima Júnior, que exaltaram a obra do município de Almada. Finalmente o sr. tenente-coronel Baptista de Carvalho referiu-se à Revolução Nacional do «28 de

Maio», à sua obra moralizadora, de renovação económica de Portugal, e à honestidade da sua administração que permite apresentar uma obra de assistência social até há pouco desconhecida entre nós.

Homenagem aos srs. Presidente da República e do Conselho

A Junta de Freguesia de Almargem do Bispo promoveu, em 3 de Junho, uma homenagem aos srs. Presidente da República e do Conselho, descerrando, na sua sala de sessões os retratos daqueles estadistas. A cerimónia foi precedida de uma sessão solene a que presidiu o sr. presidente do município de Sintra, capitão Sousa Soares, e em que falaram os srs. Carlos Ornelas, referindo a obra patriótica do sr. Presidente da República e do seu chefe de Governo, que tornou possível uma revisão completa da nossa economia, e o sr. capitão Sousa Soares, que aludiu ao significado da homenagem prestada pela Junta aos dois ilustres portugueses e declarou que, mercê de uma política eminentemente nacional e de uma economia sã, era possível apresentar uma obra municipal interessante. Anunciou finalmente estarem concluídos vários estudos sobre diversos melhoramentos locais.

Um novo bairro económico

MAIS de três mil pobres que viviam numa promiscuidade repugnante no tão tristemente famoso bairro das Minhocas, foram instalados em quinhentas casas lavadas de sol, com o seu quintalinho e horta, construídas pela assistência do Estado, num vale pitoresco, o vale da Bela Vista, ao Calhariz de Benfica.

A esta obra de largo alcance social, ficará ligado o nome do sr. engenheiro Duarte Pacheco, actual ministro das Obras Públicas e antigo presidente da Câmara Municipal de Lisboa.

A nova estação telégrafo-postal dos Restauradores

SOB a vigilância da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e segundo risco do architecto sr. Adelino Nunes, foram realizadas as obras de adaptação do palacete dos Anjos, onde, desde o dia 9 de Junho, funciona a estação telégrafo-postal dos Restauradores. Ao acto inaugural desta, assistiu o sr. ministro das Obras Públicas e Comunicações, o administrador dos Correios, outras entidades oficiais e numerosos convidados.

Nas instalações da nova central dos Correios, foram conciliados os requisitos de uma moderna técnica com uma decoração sãbiamente artística.

O Palácio dos Almadas

NO dia 26 de Agosto, foi assinada, no gabinete do Director Geral da Fazenda Pública, a escritura de quitação de preço da aquisição do Palácio dos Almadas.

O preço foi fixado por uma comissão de arbitragem, composta por um grupo de engenheiros e representantes do Supremo Tribunal de Justiça, da Fazenda Pública e dos proprietários, e do Director da Fazenda Nacional, outorgadora, em nome da Colónia Portuguesa do Brasil, que custeou a compra do histórico edifício.



Uma sessão de ginástica dos alunos da Albergaria de Lisboa

Albergaria de Lisboa

O sr. major Santos Pedroso e Vítor Torres, presidente e vogal da Junta Provincial da Estremadura, visitaram a Albergaria de Lisboa, instalada no edifício do Convento de Santa Teresa, a Carnide. Ali, foram recebidos pelos directores daquele estabelecimento, passando o sr. major Santos Pedroso revista à guarda de honra, constituída por seis «castelos» da «Mocidade Portuguesa» formados por internados da Albergaria. Depois, os visitantes assistiram a exercícios de ginástica e de tática militar.

Na sala de recepções, foi oferecido ao sr. major Santos Pedroso um «Pôrto de Honra», durante o qual o homenageado teve ensejo de se referir com palavras de justo louvor à obra de assistência realizada por aquela Casa de beneficência.

Guerra na Europa

NOS últimos dias de Agosto, a situação internacional, muito agitada por contínuas divergências durante os anos anteriores, complicou-se extraordinariamente. A Alemanha, que pouco a pouco destruiu as cláusulas do Tratado da Paz que lhe fora imposto em Versalhes, e que absorvera a Austria e a Checo-Eslováquia sem outras consequências mais que protestos diplomáticos das grandes Potências, de-prensa olvidados, resolveu dar um dos maiores passos da sua História. As nações ocidentais — França e Inglaterra — haviam declarado solenemente opôr-se a qualquer novo golpe germânico. Nesse sentido, haviam manobrado para conseguir trazer para o seu grupo a U. R. S. S., cuja posição estratégica, barrando tôdas as comunicações alemãs com o Este, completava o sistema da então chamada «política de cerco», contra a qual protestava Berlim constantemente. Uma vez conseguida a adesão da Rússia a essa política, o grupo das nações ocidentais, senhor de posições seguras nos Balcãs, cujas nações dificilmente agiriam fora da órbita dos grandes interesses criados pela Finança internacional, superiormente dirigida de Londres, poderia opôr pela primeira vez um «não» categórico às reivindicações de Berlim.

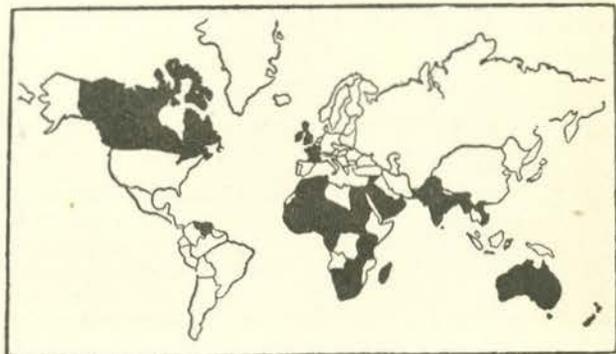
A União Soviética, porém, condicionava a sua adesão a tal política à concessão de liberdade de manobra no Báltico, a qual só lhe seria dada pela aquisição de posições sólidas nos quatro Estados ribeirinhos — Lituânia, Letônia, Estônia e Finlândia — sem as quais ficaria comprometida a sua situação estratégica. Tais reivindicações, que de certa maneira chocavam contra os princípios afirmados pelas duas grandes Nações ocidentais, que se proclamavam defensoras dos direitos dos pequenos povos, conduziram as negociações àquilo que em diplomacia se denomina «ponto morto». Berlim, forte da sua aliança política e militar com Roma, resolve transformar o famoso «pacto triangular» anti-Komintern, pretensamente dirigido contra Moscovo e concluído entre a Alemanha, a Itália e o Japão, num pacto de

novo gênero, que englobaria as «nações proletárias» — Alemanha, Itália e Rússia — opondo-as às grandes nações capitalistas — Inglaterra, França e Estados Unidos. O Japão, por sua vez, escolheria. Mal ferido na sua eternizada luta com a China nacionalista, mais ou menos mantida pelo grupo das nações capitalistas, em estranha colaboração, neste campo, com a União Soviética, o Império do Sol Nascente de-prensa veria de onde lhe poderiam advir maiores vantagens.

O primeiro passo para esta política, cujo alcance de-prensa se revelou, foi a conclusão de um pacto de não-agressão entre Berlim e Moscovo, ratificado nos últimos dias de Agosto, e que inutilizou automaticamente tôda a manobra do grupo Londres-Paris. Imediatamente, a Alemanha dirigiu à Polónia uma série de reivindicações, que implicavam a destruição do sistema criado em Versalhes, que dera independência nominal à cidade de Dantzig e uma saída polaca não fiscalizada para o Báltico — o «corredor», que passou a separar a Prússia Oriental do resto da Alemanha. Por indicação de Londres e Paris, Varsóvia recusou as imposições alemãs. Estabeleceu-se certa confusão nas relações entre os dois países. A Alemanha deixou de propôr negociações e formulou exigências nítidas, iniciando quasi simultaneamente operações de carácter militar, na madrugada de 1 de Setembro.

Varsóvia aprestou-se para resistir, e invocou, em Londres e Paris, as cláusulas dos tratados previamente concluídos. Embora houvesse falhado o sistema com que contavam para dominar o expansionismo germânico, as duas Nações ocidentais deliberaram honrar a palavra dada, e intimaram o Reich a retirar as tropas que haviam penetrado em território polaco. Perante a recusa de Berlim a tomar conhecimento de tal imposição, a Inglaterra declarou a guerra à Alemanha, ao meio dia de 3 de Setembro, e a França seguiu-lhe o exemplo, às 17 horas do mesmo dia.

As fortificações de cobertura da Alemanha, rapidamente construídas na sua fronteira com a França, permitiram ao Reich efectuar a sua campanha da Polónia sem qualquer inquietação. Conduzidas segundo os princípios da «guerra relâmpago», as operações levaram à desagregação do Estado polaco, após dezasseis dias de batalha. O exército polaco, batido em tôdas as frentes, mostrou-se incapaz de qualquer resistência eficaz e o governo de Varsóvia procurou refúgio na vizinha Roménia. Na manhã seguinte, o Exército russo, agindo em acção combinada



Ao começar a guerra, a França e a Inglaterra (parte negra) dispunham de 600 milhões de almas, contra 80 milhões de alemães

com os allos comandos alemães, atravessou a fronteira do desmembrado Estado polaco e avançou, sem qualquer resistência digna dêsse nome, a ocupar a famosa linha Curzon, que, em 1918, pretendia definir as fronteiras orientais polacas, mas que operações militares subsequentes haviam desrespeitado. Em três semanas, a República polaca, com trinta e quatro milhões de habitantes, trezentos e oitenta e oito mil quilómetros quadrados de superficie e um Exército de cerca de quatro milhões de homens, desapareceu do mapa da Europa, ocupada, em partes sensivelmente iguais, pela Alemanha e pela U. R. S. S.

Terminada a campanha da Polónia, o Exército alemão voltou a sua actividade para a frente ocidental, repelindo rapidamente as tropas anglo-francêsas para as posições de partida, ao abrigo da linha fortificada francêsa.

Entretanto, a U. R. S. S., pretendendo garantir, segundo o plano primitivo, recusado pelos aliados franco-britânicos, a sua posição no Báltico, e principalmente a defesa do acesso ao Golfo da Finlândia, ao fundo do qual fica a segunda cidade russa, Leningrado, assinava com três dos Estados bálticos — Lituânia, Letónia e Estónia — convenções de carácter militar, que lhe permitiam manter guarnições russas em determinados pontos estratégicos. Querendo conseguir iguais facilidades da Finlândia, o govêrno dêsse país recusou-se terminantemente a aceder, o que motivou a intervenção armada do Exército soviético.

* * *

Em 3 de Setembro, o govêrno português publicou uma nota officiosa, analisando os acontecimentos internacionais e definindo para o País, em face dêles, uma posição de estrita neutralidade.

Uma homenagem ao sr. major Santos Pedroso

O pessoal da Junta de Provincia da Estremadura prestou, no dia 14 de Setembro, uma homenagem ao sr. major Santos Pedroso, presidente daquele organismo. O chefe de secretaria, sr. dr. Botelho Moniz, leu uma mensagem em que consignou o reconhecimento dos funcionários da Junta pela acção notável do seu presidente, na regularização dos serviços das escolas de Paia e Queluz. O sr. major Santos Pedroso agradeceu a homenagem de que era alvo, declarando que tem procurado, com os seus colegas, robustecer o prestígio da instituição a que preside, tornando eficientes os seus serviços, obedecendo às directrizes traçadas pelos srs. general Carmona e dr. Oliveira Salazar. Gostosamente, disse, reconhecia a boa-vontade, inteligência e competência do pessoal que sob a sua orientação trabalha.

Em seguida, foi descerrado, no gabinete de trabalho do



O director de «da Estremadura» e chefe da secretaria da J. P. E. sr. dr. Carlos Botelho Moniz, saudando o sr. eng.º Santos Pedroso, em seu nome e no do pessoal seu subordinado

sr. major Santos Pedroso, um retrato do homenageado, acto que foi sublinhado com uma calorosa ovação.

A homenagem, assistiram os srs. dr. António Rodrigues dos Santos, director-adjunto do Dispensário Clínico; dr. Vasco Pinheiro, chefe dos Serviços do Contencioso; D. Pedro Escôrçio da Câmara, inspector dos Serviços de Puericultura; Artur Pinho Costa, Artur Santos e outros funcionários superiores da Junta.

Parques infantis

A distinta poetisa sr.ª D. Fernanda de Castro, grande impulsionadora dos parques infantis, presidiu, em 8 de Outubro, no Jardim Zoológico, a uma simpática festa, dedicada às crianças de Lisboa. Um programa escolhido manteve em permanente alegria as numerosas crianças que assistiram à festa, cujo produto líquido reverteu para a obra dos parques infantis.

Portugal e a Roménia

O sr. Presidente da República recebeu, no dia 19 de Outubro, no Palácio de Belém, em audiência particular, o sr. Jean Pangal, ministro da Roménia, que era acompanhado pelos adidos militar e comercial e pelo secretário da legação. Aquêlle diplomata foi entregar ao Chefe do Estado o colar e as insígnias da



O Chefe do Estado e os diplomatas romenos, depois da entrega da condecoração

Grã Cruz da Ordem do Rei Carol I, com que o sr. general Carmona fôra recentemente agraciado pelo rei da Roménia.

Ao acto, assistiram individualidades da Casa Civil e Militar do sr. Presidente da República. Finda a cerimónia, o diplomata romeno conversou alguns momentos com o Chefe do Estado.

A mesma hora, em Bucareste, o representante do Govêrno Português entregava a S. M. o Rei Carol II a Banda das Três Ordens, com que foi condecorado pelo Chefe do Estado português.

União Nacional

NA sede da União Nacional, reuniu-se, no dia 4 de Novembro, a Comissão Concelhia daquele organismo e todos os presidentes das comissões políticas das freguesias da cidade. O sr. engenheiro Belfort de Cerqueira leu uma comunicação da Comissão executiva da U. N., em que afirmava a oportunidade de dar a maior difusão aos documentos que compõem a mensagem do sr. Presidente da República, dirigida à Assembleia Nacional e ao discurso do sr. Presidente do Conselho, sobre a posição portuguesa perante o conflito europeu. Continuando, o sr. engenheiro Belfort de Cerqueira elucidou os assistentes

sobre a maneira de actuarem, no sentido de esclarecer a opinião pública.

Os presidentes das comissões políticas ofereceram à Comissão Concelhia o seu apoio incondicional e o prometimento de se manterem dentro dos princípios rígidos que orientam a política do Estado Novo.

Uma dádiva importante

A ilustre escritora sr.^a D. Olga de Moraes Sarmento ofereceu ao município de Setúbal uma preciosa colecção de manuscritos, livros raros e objectos de Arte. A entrega da valiosa dádiva foi comemorada com uma sessão solene, a que assistiram os srs. general Amílcar Mota, representante do Chefe do Estado, ministro da França, governador civil de Setúbal, presidente do município, autoridades locais e a doadora. Depois de lido o auto de doação, o sr. governador civil exaltou a invulgar cultura da sr.^a D. Olga de Moraes Sarmento e os seus sentimentos de portuguesismo, que uma estadia longa no estrangeiro não amorteceu. O sr. ministro da França, que ali se encontrava como amigo da sr.^a D. Olga de Moraes Sarmento, referiu a obra de propaganda intelectual da ilustre escritora, a quem chamou «a embaixatriz do pensamento e cultura portuguesa em Paris». Terminou declarando que o seu governo, em recompensa de relevantes serviços à causa da aproximação luso-francesa, resolveu agradecer a sr.^a D. Olga de Moraes Sarmento com o grau de oficial da «Legião de Honra». Por último, falou a doadora que produziu um pequeno mas emocionante discurso, declarando, por fim: «Vivendo há longos anos em países estrangeiros, nunca qualquer influência conseguiu desnacionalizar-me. Fui, sou e serei até o último instante da minha vida apaixonadamente portuguesa. Eis o único título que, por justo, aceito com desvanecido orgulho.»



A escritora sr.^a D. Olga de Moraes Sarmento

Conselho Municipal de Setúbal

PRESEDINDO o sr. major Perestrelo da Conceição, reuniu-se, a 14 de Novembro, o Conselho Municipal de Setúbal, que apreciou o relatório e contas da gerência anterior, que foi aprovado por unanimidade. Finda a aprovação do relatório, falaram os srs. dr. António Soares Franco, que advogou a necessidade de efectuar, em Azeitão, diversos melhoramentos; o engenheiro Soares Franco Júnior, sobre o problema dos impostos municipais e sobre os vinhos para consumo, e Mariano Coelho, que propôs a efectivação de diversos melhoramentos cívicos.

Há petróleo em Portugal

OS jornais de 5 de Dezembro noticiam que, em Tôres Vedras e no Algarve, existem jazigos petrolíferos de grande extensão. O jazigo existente em Tôres Vedras estende-se por vinte e cinco quilómetros, desde as Lapas até o Barril.

As experiências e sondagens têm dado resultado, achando-se formada uma companhia, com capitais ingleses e portugueses, para a exploração do precioso combustível.

A II Semana da Mãe

NO liceu de D. Filipa de Lencastre, foi inaugurada, pela esposa do Chefe do Estado, sr.^a D. Maria do Carmo de Fragoso Carmona, presidente honorária da «Obra das Mães», uma exposição de lindos berços, confeccionados e oferecidos por gentis filhadas da «Mocidade Portuguesa» e destinados às mães pobres de Portugal.

No Ginásio do Liceu, realizou-se uma sessão solene, a que presidiu a sr.^a D. Maria do Carmo de Fragoso Carmona, tendo a sr.^a D. Maria Joana Mendes Leal proferido uma palestra sobre «Presépios e berços». A exposição de berços, que comportava cem artísticos modelos, foi em seguida inaugurada, pela presidente de honra da «Obra das Mães».

Júlio Deniz

A cidade do Pôrto comemorou, no dia 14 de Novembro, o primeiro centenário do nascimento de Júlio Deniz, inaugurando solenemente uma grandiosa exposição biblio-iconográfica do romancista de *Uma família inglesa*, numa das dependências da Biblioteca Municipal do Pôrto. O acto inaugural da Exposição foi muito concorrido por individualidades de prestígio do meio intelectual português. Assistiu a única descendente do escritor, sr.^a D. Rita Ernesto Rodrigues de Freitas Pinto Coelho. No salão dos «Estudos Portugueses» do Palácio de Cristal, o sr. dr. Joaquim Costa, director da Biblioteca, proferiu uma conferência sobre o «Valor moral da obra de Júlio Deniz».

A comemoração foi assinalada ainda por uma romagem ao túmulo do romancista, com o descerramento de uma lápide no prédio 323 da rua Costa Cabral, onde faleceu Júlio Deniz, e com um espectáculo infantil, no teatro Carlos Alberto. A exposição ficou patente ao público durante alguns dias.

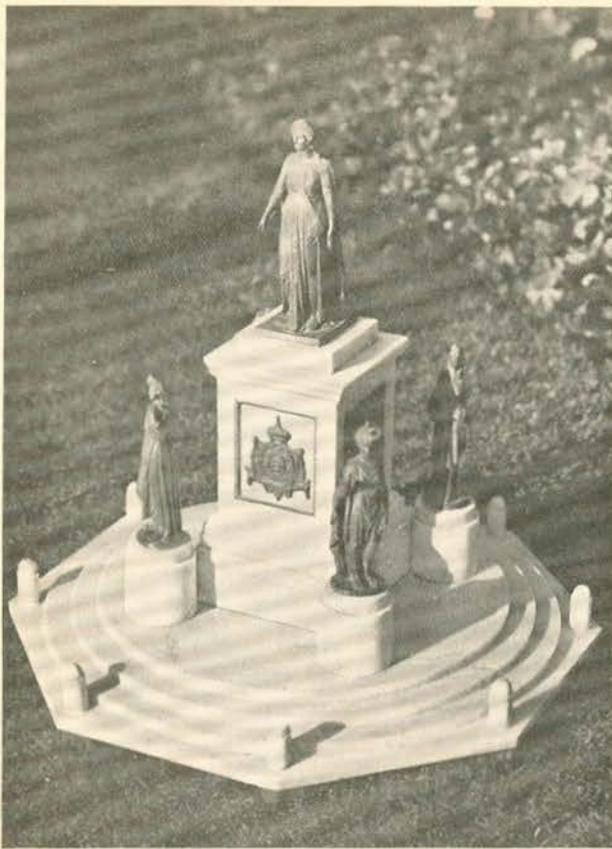


O Chefe de Estado e sua Esposa, num dos seus últimos retratos

O aniversário do sr. Presidente da República

NO dia 24 de Novembro, completou setenta anos o venerando Chefe do Estado, sr. general Oscar Carmona, que há treze anos preside aos destinos da Nação portuguesa. Por tal motivo, foram apresentar-lhe cumprimentos à Cidadela de Cascais, o Governo e a Comissão Concelhia da U. N.

O sr. general Oscar Carmona, cujo fino trato e talento político inspiram a maior admiração a todos os portugueses, mostrou-se muito sensibilizado com as respeitadas manifestações de carinho de que foi alvo.



Maquette do monumento a D. Maria I

O monumento a D. Maria I

O monumento a D. Maria I, rainha de excelsas virtudes, fundadora de diversas obras de assistência social, entre as quais avulta a Casa Pia, será, depois de muitas vicissitudes e de um confisco, pelas hostes napoleónicas, quando da invasão francesa de Portugal, colocado próximo da Basílica da Estréla, local designado desde sempre, para tal fim.

Assemblea Nacional

A Assembleia Nacional, na sua reunião de 14 de Dezembro, que aprovou a lei de autorização de receitas e despesas, foram apresentados um projecto de lei, da autoria do sr. engenheiro Nobre Guedes, que aboliria a partir de 31 do mesmo mês a autonomia administrativa e financeira dos estabelecimentos de ensino oficial, subordinados ao Ministério da Educação Nacional e um outro, da autoria do sr. dr. António de Almeida, em que se expõe, em pormenor, um plano da defesa militar das possessões ultramarinas. No preâmbulo desse projecto, o seu autor declara o dever de apetrechar militarmente Angola e Moçambique, «sobre as quais — disse — a cobiça internacional mais persistentemente incide», e classificou o seu plano de «solução colonial susceptível de assegurar melhor ainda a nossa soberania, sem maior dispêndio do que o actual». Concluiu o dr. António de Almeida, sugerindo a necessidade de retirar a Repartição Militar do Ministério das Colónias, passando os respectivos serviços para os Ministérios da Guerra e da Marinha.

Melhoramentos Públicos

O sr. ministro das Obras Públicas e Comunicações concedeu, pelo Fundo do Desemprego, a verba de 2.694.154\$00 para melhoramentos públicos em vários distritos, cabendo ao

de Lisboa as seguintes importâncias: Às Câmaras Municipais de Cascais, 56.732\$00; de Mafra, 60.690\$63; à Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 40.000\$00; à Junta de Freguesia do Cadaval, 3.528\$00; à Venerável Ordem Terceira de S. Francisco, do Campo Grande, 121.598\$00; ao distrito de Setúbal, distribuído pelas Câmaras Municipais do Seixal, 21.550\$00; e ao Município de Sines, 246.002\$57.

Portugal e a Itália

No Ministério dos Negócios Estrangeiros, foram, no dia 20 de Dezembro, assinados vários acordos, destinados a intensificar o intercâmbio comercial entre Portugal e Itália.

Por parte de Portugal, assinaram o Presidente do Conselho e ministro dos Negócios Estrangeiros, sr. dr. Oliveira Salazar, e por parte de Itália, o sr. Francesco Giorgio Mancini e o sr. comendador Alberto de Agostino, presidente da delegação italiana enviada a Lisboa, para estas negociações.

O tratado de Comércio e de Navegação e os demais acordos económicos negociados com a Itália foram tornados extensivos à Albânia.

Um novo trôço de linha férrea

Entre as estações de Belém e do Bom Sucesso, foi inaugurado, em 25 de Dezembro, um novo trôço de linha férrea ascendente, da Sociedade Estoril. Foi este o primeiro desvio efectuado naquela linha, em obediência aos planos traçados para a construção das novas avenidas da Índia e do Porto, e estrada marginal de Lisboa a Cascais.



Um aspecto da alteração da linha férrea do Estoril, em Belém

Junta de Província da Estremadura

Sob a presidência do sr. engenheiro Santos Pedroso, reuniu-se, no dia 30 de Dezembro, a Junta de Província da Estremadura. O sr. presidente apresentou o orçamento para 1940, que comporta 4.554.054\$00 de receitas e igual quantia de despesas, assim discriminadas: sede, 341.388\$20; encargos legais, 262.600\$00; cultura e assistência, 383.400\$00; contencioso e contas, 82.000\$00; coordenação económica de cultura e propaganda, 108.400\$00; Escola Prática de Agricultura de D. Deniz, 1.366.200\$00; Dispensário Central Policlínico, 381.800\$00; serviços de puericultura, 1.035.916\$00; gerências anteriores, 40.000\$00; pagamentos por consignação de receitas, 102.400\$00. Receitas: sede, 3.708.804\$20; Escola Prática de Agricultura D. Deniz, 395.350\$00; Dispensário Central de Puericultura,

28.000\$00; gerências anteriores, 74.500\$00; consignação de receitas, 102.400\$00.

O sr. engenheiro major Santos Pedroso referiu-se ao importante acréscimo dos serviços de puericultura, aos dispensários que vão ser criados, quer em Lisboa, quer em terras da Província, e propôs a reforma dos Serviços Clínicos da Junta, os quais passem a denominar-se Dispensário Policlinico Central, com um corpo clinico formado pelos srs. drs. Xavier da Silva, director; Fernando Van Zeller Pessoa, Alvaro Negrão, João Silva Santos, Benjamim de Mendonça Santos, Mário Damas Mora, Amadeu Viegas Baptista, José Leite Perry, João Cordeiro Lobato, Roberto de Almeida, Anacleto Bernardino de Miranda, Fernando de Lacerda, Eduardo Botelho de Gusmão, Jaime de Almeida Leal, Fernando Afonso Marques, Joaquim Costa Simas, Samuel Swart, Fernando Vilhena e Vasconcelos, Mário Quintiliano Cordeiro, Alberto Nogueira de Lemos, Mário Rodrigues Cardoso, Manuel Ramos Pinto, Mário da Costa Roque, Amadeu Faria e Costa, Rui Pereira de Lacerda, Gregório de Almeida Cassepo, António Alberto Corado, Manuel Aguiar Frasão e Carlos Paiva Raposo, não podendo estes médicos acumular funções remuneradas noutros serviços officiais.

Foi, também, lida a lista do restante pessoal do Dispensário.

O Orçamento Geral do Estado para 1940

O Orçamento Geral do Estado para 1940, aprovado no dia 30 de Dezembro, em Conselho de Ministros, prevê a manutenção do equilibrio orçamental e um saldo de 1.400 contos, fixando as receitas em 2.800.800.000\$00 e as despesas em

2.799.400.000\$00. No relatório que o precede, o presidente do Conselho e ministro das Finanças, sr. dr. Oliveira Salazar, refere-se à guerra e aos seus reflexos, afirmando: «A Solidariedade internacional não é um principio político ou mera aspiração de Governos — é um facto, talvez menos notado, quando a vida corre normal, mais evidente nos transe das grandes crises económicas e políticas. Como actuarão ou como estarão já actuando na nossa economia e finanças as guerras do centro e do norte da Europa? Este é o primeiro cuidado e a maior ansiedade de quem há-de definir as bases da nossa administração e o sentido dos esforços da economia portuguesa para o ano que vai começar.» Mais adiante, afirma: «Pode prever-se que a guerra não tenha, nos nossos rendimentos públicos de 1940, acção depressiva sensível, com excepção dos direitos aduaneiros e de outras receitas ligadas ao comércio externo.» Terminando, o sr. dr. Oliveira Salazar, referindo-se ao imposto de salvação pública, que vai ser instituido, declara: «O imposto de salvação pública sobre o vencimento dos funcionários, espécie de volante da administração financeira, que se cobra nos momentos de crise ou graves dificuldades e se alivia ou reduz logo que dispensável, vai ser instituido.» Sobre o rendimento fabuloso de algumas empresas e a acumulação de profissões civis e cargos rendosos, o sr. presidente do Conselho afirmou: «Só para não estar a acumular anúncios tristes, é que não se faz neste momento mais extensa alusão às acumulações de profissões civis fora do Estado, aos dividendos de empresas além de certa medida e às largas receitas de alguns monopólios ricos, que todos devem ser chamados, mórmente em momentos de crise, a contribuir para as despesas públicas com mais largueza do que até ao presente. Mas o assunto terá o seu lugar e a sua oportunidade.»

O TRABALHO TIPOGRÁFICO DESTA REVISTA FOI EXECUTADO NA TIPOGRAFIA «MINERVA», DE VILA NOVA DE FAMALICÃO. AS GRAVURAS, INCLUINDO A MAGNÍFICA TETRACROMIA DO SENHOR PRESIDENTE DO CONSELHO, SÃO DAS OFICINAS DE GRAVURA DA EMPRESA NACIONAL DE PUBLICIDADE, E GRANDE PARTE DAS FOTOGRAFIAS FORAM FORNECIDAS PELO VASTO ARQUIVO DO «DIÁRIO DE NOTÍCIAS»

VIDA dos

Lisboa



NUMA das sessões mensais ordinária realizada pela vereação de Lisboa, o presidente da Câmara Municipal, sr. engenheiro Eduardo Rodrigues de Carvalho, apresentou à sanção da edilidade as contas da Gerência de 1939, fazendo a seguinte descrição:

Julgamos oportuno resgatar alguns dos principais números da referida Conta, para que o público possa ter conhecimento dos aspectos mais importantes da administração do primeiro Município do País. Em 1939, a execução orçamental apresenta-se-nos da seguinte forma: receitas arrecadadas, 178.493.036\$20; despesas pagas, 190.510.139\$92.

Importa, porém, fazer uma ligeira análise a estes números para que se lhes dê a sua verdadeira significação, sendo já de notar que, na verba das receitas arrecadadas, se não engloba a parte referente às licenças de comércio e indústria, só este ano entradas em cobrança.

Receitas (em milhares de escudos): 1) — *Receita ordinária*: a) receita própria, 66.970; b) receita consignada, 63.160. 2) — *Receita extraordinária*, 48.363. Sôma, 178.493.

Despesas: 1) — *Despesa ordinária*: a) despesa própria, 65.054; b) despesa consignada, 62.333. 2) — *Despesa extraordinária*, 63.123. Sôma, 190.510.

De todos estes números, apenas interessam as receitas e despesas próprias e as extraordinárias, dado que as consignadas figuram no orçamento da Câmara como simples contas de ordem.

Numa análise superficial ressalta, à primeira vista, que as receitas próprias arrecadadas foram superiores às despesas realizadas da mesma categoria, em 1.916 contos: receitas arrecadadas, 66.970 contos; despesas pagas, 65.054 contos; excesso das receitas sobre as despesas, 1.916 contos.

Isto revela, imediatamente, um dos cuidados havidos na administração: não consentir que as despesas normais excedessem as receitas normais.

Esse cuidado foi de tal ordem que se conseguiu manter o equilíbrio entre essas receitas e despesas, a-pesar-de não terem sido cobradas as licenças de comércio e indústria; deve, porém, em abôno da verdade, dizer-se que esse equilíbrio só foi possível à custa da supressão de certas despesas, entre as quais algumas obras de grandes reparações e outras, que, a terem sido realizadas, muito teriam aumentado as despesas próprias do Município. E só assim se justifica que nestas despesas se tivesse verificado uma economia orçamental de 18.942 contos, pois estando orçadas em 83.996 contos, só se dispenderam 65.054.

Consideradas, em especial, as receitas próprias, e abstraindo da previsão orçamental a parte das licenças de comércio e indústria (18.000 contos), verifica-se que a cobrança excedeu a previsão em 4.260 contos:

Orçamento (depois de deduzidas as licenças de comércio e indústria), 62.710 contos; cobrança, 66.970 contos; excesso de cobrança, 4.260 contos. E se fizermos a comparação entre 1939 e 1938 (retirando da mesma

forma a parte das licenças de comércio e indústria nos dois anos, vemos que, em 1939, se verifica um excesso de cobrança de 7.045 contos:

Cobrança em 1938, 59.019 contos; cobrança em 1939, 66.064 contos; diferença para mais, em 1939, 7.045 contos.

As receitas próprias tiveram a seguinte proveniência: impostos directos, 23.606 contos; impostos indirectos, 3.400 contos; taxas — rendimentos de diversos serviços, 34.434 contos; rendimento de bens próprios, 992 contos; reembolsos e reposições, 4.538 contos. Sôma, 66.970 contos.

Quanto às despesas próprias — as despesas normais do Município — o seu destino foi o seguinte: despesas com o pessoal, 31.965 contos; despesas com material, 13.242 contos; pagamento de serviços, 1.257 contos; diversos encargos, 17.839 contos; anos económicos findos, 651 contos. Sôma, 65.054.

E', talvez, interessante salientar a evolução das despesas efectivamente realizadas com pessoal nos últimos três anos: 1937, 36.396 contos; 1938, 37.019 contos; 1939, 31.965 contos.

Evidencia-se assim o efeito da nova orientação administrativa fixada na última reorganização de serviços. Enquanto em 1937 a verba gasta com pessoal constituiu 54,6 % da totalidade da despesa própria, em 1938 foi de 58 % e em 1939 apenas de 49,1 %.

Passando agora à comparação entre a receita e despesa extraordinária, já o aspecto é diferente: a uma receita de 48.363 contos correspondeu uma despesa de 63.123, ou seja um excesso de despesas de 14.760 contos; receita extraordinária, 48.363 contos; despesa extraordinária, 63.123 contos; excesso da despesa sobre a receita, 14.760 contos.

Isto mostra-nos que uma parte importante da despesa extraordinária foi feita à custa das receitas ordinárias e da aplicação dos saldos das gerências anteriores.

De facto a totalidade da despesa extraordinária (63.123) foi assim coberta: receita extraordinária, 48.363 contos; receita ordinária, 1.916 contos; saldos das gerências findas, 12.844 contos. Sôma, 63.123 contos.

Não temos que estranhar esta conclusão. Num ano de excepcional actividade como foi o ano findo, as realizações em curso, quer para efectivação do «Plano de obras e melhoramentos», quer para feitos da comparticipação do Município nas comemorações centenárias, seriam o escoadouro natural de todas as economias, não lhes bastando para fazer face o produto das receitas extraordinárias.

As principais rubricas da despesa extraordinária foram: Parque Florestal, 6.635,7 contos; Aeroporto, 19.636 contos; Trabalho de urbanização relacionado com a Exposição do Mundo Português, 13.230,7 contos; Avenida Almirante Reis, etc., 3.605,5 contos; Avenida de acesso à Auto-estrada, 3.307,4 contos; Casas desmontáveis, 4.136,6 con-



Pavilhão da C. M. de Lisboa



Engenheiro Julah Bento Ruzh, director dos Serviços Técnicos e Sanitários

tos; Casas económicas, 4.650,9 contos; Novo Matadouro, 2.753,9 contos; Transferência da Fábrica do Gás, 477,1 contos; Modernização dos serviços de limpeza e de transporte de carnes, 2.151,3 contos.

Para a realização destas obras contribuiu o Estado, em 1939, com o subsídio de 6.000 contos, para a construção do aeroporto e 134.751\$20 para o Parque Florestal (este pelo Fundo de Desemprego), a que poderemos ainda acrescentar o saldo da sua participação no ano de 1938, só utilizada em 1939 — 8.725 contos.

Juntado a estes números o reembolso de 691 contos do fundo de casas económicas, verifica-se que, num total de 63.122.778\$31, de despesa extraordinária realizada durante o ano, a participação do Estado foi de 15.551 contos.

E' oportuno referir que, na despesa ordinária, também o Estado participou com a importância de 58 contos, pelo que, em relação ao total das participações, apenas a importância de 192 contos o foi pelo Fundo do Desemprego.

O sr. engenheiro Rodrigues de Carvalho referiu-se depois ao relatório da Gerência de 1939, que constitue, como o anterior, um extenso e muito completo relatório dos actos municipais. Foi impresso e distribuído aos vereadores.

O documento principia assim:

Senhores Vereadores:

1 — No cumprimento das disposições do Código Administrativo, venho pela segunda vez trazer à vossa apreciação um Relatório da Gerência Municipal. Respeita ele ao ano de 1939 e pretende focar os pontos essenciais sobre que incidiu a actividade municipal em mais um ano de trabalho; mais um ano durante o qual se manteve a mesma leal e constante colaboração da Vereação com o seu Presidente: — nunca é demais salientá-la, em face dos resultados obtidos.

Depois de enaltecer a forma alevantada e produtiva como decorreram os trabalhos, o presidente da Câmara referiu-se à reorganização dos serviços, apontando os seus efeitos, vantagens e correções.

Passou a relatar o que se fez em referência ao «Plano de obras e melhoramentos municipais para os anos de 1939-1940», para o qual se votou a verba de 83.000 contos. Transcrevemos alguns períodos mais importantes do relatório:

Dispensou-me de entrar em pormenores a respeito das diferentes obras do Plano que estavam em curso no final de 1939; o relatório dos serviços respectivos ocupa-se do assunto. Direi, pelo contrário, alguma coisa do que não se iniciou, entre o que fôra previsto.

Assim, quanto ao prolongamento da Avenida da Liberdade, entendeu-se preferível aguardar que estivessem disponíveis empreiteiros providos da aparelhagem necessária à remoção de tão importante volume de terras, pois os concorrentes mais prováveis encontravam-se ocupados com obras que lhes haviam sido adjudicadas. Não quer isto dizer que a um desses empreiteiros tenha de ser adjudicada a obra; significa apenas convir ao Município que eles se encontrem livres, para ter a certeza de que em regime de concorrência se obterão as melhores condições. Espera-se que no corrente ano se possam iniciar as obras.

Quanto à Alameda D. Afonso Henriques, foi necessário aguardar a conclusão de laboriosas diligências para aquisição de alguns terrenos necessários, e em relação aos quais não se verificava coincidência entre o plano actualmente aprovado para a construção da Alameda e o que servira de base para anteriores negociações.

No que respeita à urbanização do bairro Universitário e do Hospital Escolar, o assunto exigiu novos estudos, em colaboração com outros organismos do Estado, estando ainda por tomar, em fins de 1939, resolução definitiva que trace a directriz dos trabalhos a realizar.

Sobre o arranjo do Bairro de Alfama, não foi também possível ultimar o estudo, em condições de permitir o início das obras.

No respeitante a Casas Económicas, foi necessário tratar sobretudo das expropriações e do estudo urbanístico dos bairros. Este ano se poderão colher os frutos do esforço enorme, mas pouco visível, realizado em 1939.

Quanto ao novo Matadouro, mais adiante ao assunto me referirei.

Devo dizer, como comentário geral relativo ao Plano de Obras, que as circunstâncias desfavoráveis (carência de materiais e aumento apreciável do seu custo) resultantes do defla-

grar da Guerra, vieram agravar complicações já difíceis de vencer em condições normais.

Disse já qual o montante do Plano de Obras; trata-se, no entanto, de parte de um plano mais vasto, a realizar em várias fases; e a primeira fase, prevista para quatro anos, isto é, até 1942, atinge cerca de 150.000 contos. E' evidente que dispêndios desta magnitude não podem fazer-se apenas com receitas ordinárias; e assim no orçamento de 1939 se previu um empréstimo de 100.000 contos, que, juntamente com os saldos prováveis das gerências, permitisse realizar essa primeira fase.

O referido empréstimo foi contratado em Novembro findo e servirá de base à continuação das realizações previstas no Plano até 1942. Este alto serviço prestado à Cidade por S. Ex.^a o Ministro das Finanças e Presidente do Ministério, torna-o credor do reconhecimento da Vereação e dos municípios.

Trata o relatório, depois, de questões de policia municipal, com acção de bom rendimento, e, quanto aos Serviços Culturais, destaca-se o seguinte período:

Nos Serviços Culturais, continuou-se a marcar posição de relêvo. A abertura de mais uma biblioteca, o avanço sensível na catalogação e beneficiação das espécies bibliográficas e o aumento do recheio em mais 38.000 volumes; o estudo dos elementos necessários à futura instalação do Museu Municipal; o preparo das bases do Gabinete de Estudos Oisiponenses; a exposição da «Estátua Equestre» e a Comemorativa do nascimento de Guilherme de Azevedo; a série de conferências sobre assuntos de interesse cidadão, realizadas por individualidades destacadas; a sessão comemorativa da Tomada de Lisboa aos Mouros, a que se dignaram assistir S. Ex.^a o Presidente da República e alguns membros do Governo; as publicações culturais editadas no decorrer do ano; os espectáculos de arte e concertos na Estufa-Fria; tudo constitue um conjunto de manifestações de ordem cultural, que desnecessário me parece enunciar e que, seguidas sempre com o maior interesse por S. Ex.^a o Ministro da Educação Nacional, por mais duma vez lhe têm merecido referências elogiosas, pelas quais lhe é devido também o nosso reconhecimento.



Dr. Artur Elviro de Almeida, director dos Serviços dos Abastecimentos

Merece também citação o primeiro número da *Revista Municipal*, que teve o condão de provocar justo elogio da parte de alguns de V. Ex.^{as} e de entidades de relêvo dos meios municipalistas e literários.

Para o serviço de urbanização e obras:

... deixando de citar outros de menor monta, verifica-se que, na escala de 1/1.000 se fizeram estudos das seguintes zonas:

— Entre Pascoal de Melo e a Penha de França; — desde as igrejas de S. Vicente e Santa Engrácia até à Graça; — entre Campo de Ourique, Amoreiras e Palhavã; — entre o Arreiro, a Picheleira, Xabregas, a Quinta do Ferro e a Avenida General Roçadas; — em redor do Palácio da Ajuda e terrenos vizinhos; — bairros de casas económicas de: a) — Caselas; b) — Vale de Alcântara (Bairros A e B); c) — Quinta do Jacinto em Encarnação.

Na escala de 1/500, estudou-se a zona marginal do Tejo, entre Belém e Dafundo.

Em matéria de expropriações, a actividade municipal foi, sem exagero, extraordinária; nem poderia deixar de o ser, em face das obras a iniciar no decorrer de 1939. Cada uma destas obrigou a prévia aquisição das zonas que, nos termos legais, eram abrangidas pelo melhoramento; este tem sido o fulcro essencial da política da Câmara, no que respeita à realização dos melhoramentos já previstos pelo Plano de Urbanização. Alguns números bastarão para dar ideia clara do volume das transacções realizadas. Além dos processos respeitantes à ampliação da primeira zona do Parque Florestal, que engloba mais de 300 propriedades atribuídas a uns 280 proprietários, (tarefa esta que ficou praticamente concluída, embora só tenha sido entregue o respectivo relatório já no corrente ano) concluíram-se quasi 250 processos de aquisições amigáveis ou por expropriação, abrangendo cerca de 1/20 da área total da cidade.

E não se creia que tais processos se destinaram apenas a marcar posições, a traduzir intenções ou propósitos; de entre eles foram realizadas escrituras ou feitos depósitos judiciais respeitantes a mais de 210 propriedades, cujo valor ultrapassa 33.000 contos já pagos.

No respeitante a Obras Municipais, excluindo a beneficiação ou transformação de arruamentos já existentes, a que adiante me referirei, verifica-se que muito se estudou, projectou e que bastante se fez. Classificando o realizado em obediência ao Plano de Melhoramentos Municipais, e o que se deixou projectado para realização ulterior, citarei:

1 Grupo — Obras do Plano estudadas e em realização ou realizadas: a) — Urbanização da Praça do Império; b) — Pavimentação do Largo dos Jerónimos; c) — Alargamento da Calçada do Galvão; d) — Modificação da Avenida da Índia e caminho de ferro do Estoril, de Alcântara à Torre de Belém; e) — Urbanização da encosta da Ajuda; f) — Arruamen-



Engenheiro João Paulo Nazareth de Oliveira, director dos Serviços de Urbanização e Obras

tos de acesso, obras e plantações no Parque Florestal; g) — Ampliação do Bairro económico da Ajuda; h) — Arruamento de acesso à auto-estrada; i) — Aeroporto e seus acessos immediatos; j) — Arruamentos de acesso a Lisboa e ao Aeroporto (Prolongamento das Avenidas Almirante Reis e Alferes Malheiro, estrada da Portela-Encarnação, Praças no Alto de Almirante Reis, Portela e Encarnação); k) — Prolongamento da Avenida da Liberdade; l) — Bairro desmontável na Boa-Vista e conclusão do Bairro da Quinta da Calçada; m) — Urbanização do Bairro de Casas Económicas da Madre Deus; n) — Transformação da Avenida Almirante Reis.

II Grupo — Obras do Plano estudadas ou em estudo, e ainda não iniciadas:

a) — Arranjo do Bairro de Alfama; b) — Avenida de Ceuta; c) — Troços das Avenidas dos Estados Unidos da América e António Augusto de Aguiar, respeitantes ao Bairro Universitário; d) — Alameda D. Afonso Henriques; e) — Urbanização dos Bairros económicos previstos no Plano do Governo.

No que respeita a obras novas feitas em conta das despesas ordinárias, citarei entre outras:

a) — Prolongamento das Ruas Alexandre Herculano e Camilo Castelo Branco; b) — Largo dos Capuchos; c) — Recreios Infantis no Largo Dr. Afonso Pena; d) — Mercado do Bairro dos Actores (infraestrutura); e) — Arruamentos ao norte da Alameda D. Afonso Henriques (terraplanagens e esgotos).

Finalmente, em matéria de estudos para ulterior realização, ficaram adiantados os respeitantes à primeira circular, trço Moscavide-Encarnação, e à artéria de ligação entre os Aeroportos terrestre e fluvial, que deverão iniciar-se no corrente ano.

A rematar este capítulo, e no intuito de dar a ordem de grandeza do esforço realizado, direi que em obras municipais se dispenderam cerca de 30.000 contos. Uns talvez achem pouco; outros dirão ser demasiado. A nós afigura-se nos que uns e outros têm razão: — é pouco para o que há a fazer; é, pode dizer-se, muito para o esforço que exigiu aos serviços, e quando se não esquece que são limitados os recursos do Município, e que não é elástica a capacidade tributária dos municípios.

Em matéria de Ajardinamentos, a Câmara bastante fez, no ano findo. A orientação seguida consistiu sobretudo em imprimir aos jardins existentes uma feição que, embora mais agradável, exigisse um mínimo de dispêndio com o pessoal necessário à sua conservação. Com esta orientação, o quadro de trabalhadores fixado no Decreto n.º 29.389 para este serviço ficou bastante reduzido, mas consignou-se no orçamento verba para se passar a fazer por tarefa a conservação corrente dos ajardinamentos. Os resultados estão à vista: melhoria indiscutível no aspecto dos jardins transformados, e dispêndio muito menor com o serviço. Sigamos, portanto, o bom caminho; por ele continuaremos, prosseguindo a transformação iniciada em 1939.

No respeitante a Arborização, também muito se avançou. Além das plantações no Parque Florestal, as obras em curso impuseram a necessidade da transplantação em massa de grande número de árvores. Este trabalho, praticamente novo em Lisboa, permitiu aos nossos técnicos demonstrarem competência e actividade invulgares, atestados pelo número mínimo de insucessos em relação ao grande número de transplantações. Para a execução deste melindroso trabalho, utilizou-se no início de 1939 um carro adquirido na Alemanha, no ano antecedente, mas que só chegou a Lisboa em Fevereiro; no final do ano, entrou ao serviço outro carro, construído em Lisboa; um e outro têm provado satisfatoriamente.

Mas nem só em plantações ou transplantações se revelou o bom rendimento dos serviços; o trato das árvores, as condições da sua poda, o cultivo nos viveiros representaram também alguma coisa de novo.

Se a tudo isto acrescentarmos as exposições de flores (begónias, glóxinias, crisântemos), o arranjo da Estufa Fria para a noite da Festa ao Governo, a renovação das espécies florais por aquisição de sementes no estrangeiro e nos viveiristas portugueses, a transformação e aumento do número de bancos nos jardins, etc., teremos colhido uma impressão de conjunto em relação à actuação dum serviço que bem merece esta citação pelo arranjo e bom gosto que ressaltam das suas realizações, as quais, pela própria essência, são sempre das mais notadas e apreciadas.

No que se refere a Finanças, a-par das contas a que já fizemos referência, diz-se em matéria de impostos:

O serviço de Impostos e Licenças exerceu a sua acção no ano transacto, de modo a merecerem referência justa as condições em que o fez. Procurou-se através d'ele cobrar melhor; e de facto, sem alteração sensível do sistema aplicado, conseguiu-se um aumento apreciável na cobrança das receitas. Para tanto houve necessidade de realizar inquéritos, de organizar ficheiros, de exercer mais activa fiscalização sobre os contribuintes, sempre com o objectivo de arrecadar tudo o que legalmente fôsse devido, mas não mais de que aquilo que houvesse o direito de cobrar.

A tarefa principal, e fora da que incumbe por norma ao serviço, consistiu em organizar o lançamento do imposto para o serviço de incêndios e em recolher nas Secretarias de Finanças os dados necessários ao estudo do problema das licenças de comércio e indústria, estudo esse que serviu de base a resoluções do Governo quanto aos limites de percentagens fixados no Decreto n.º 30.202. Publicado este, os elementos colhidos permitiram organizar, — por meios mecânicos postos em prática já no corrente ano, — os conhecimentos para cobrança do imposto em condições de rapidamente se fazer a liquidação, tanto do respeitante a 1939, que ficara em atraso, como do deste ano.

Estes dois importantes trabalhos impuseram a necessidade de organizar dois ficheiros, um relativo à propriedade urbana em Lisboa e outro às actividades comerciais e industriais do concelho. Pelo primeiro averiguou-se a existência de cerca de 37.200 prédios urbanos pertencentes a uns 22.400 proprietários, dos quais foram abrangidos pelo imposto 19.400, tendo-o pago voluntariamente 18.250 contribuintes, num total de 1.540 contos. Pelo segundo se obtiveram elementos-base de estatísticas interessantes, cujos resultados começaram a surgir no decorrer deste ano e que deverão portanto publicar-se no próximo ano. Dispensou-me aqui de relatar todas as fases da luta intensa que se travou contra a deliberação camarária tomada em Dezembro de 1938, e em que a paixão e a ignorância do fundo da questão se sobrepuseram à compreensão do sentido racional e equitativo da deliberação, comparada com o sistema anterior. O Governo a certa altura acordou com a Câmara em se suspender a deliberação, fazendo um estudo mais profundo do assunto. Para isso se enviou a S. Ex.ª o Ministro das Finanças um relatório com todos os elementos obtidos. S. Ex.ª estudou a questão com o escrúpulo de sempre e decidiu-a com aquela justiça que é timbre seu, «dão a quem doer». A leitura dos considerandos do Decreto n.º 30.202 e a doutrina que nele se promulga dão cabal razão aos pontos de vista em que a Câmara se baseara nas decisões que tinha tomado; dão igualmente satisfação à parte das queixas dos municípios que poderia ser considerada atendível. Publicado este, a Câmara, em 22 de Dezembro de 1939, rectificou algumas das disposições da deliberação de 1938, não porque tal se tornasse necessário em face do disposto no decreto, mas apenas porque entendeu ser seu dever acompanhar o Governo na decisão, tomada por via do referido decreto, de desagrarar quanto possível os municípios; e, assim, a Câmara passou de 20% para 15% a percentagem relativa ao grupo B, e de 40% para 38% a respeitante ao grupo C.

Vão passados cerca de três meses; a cobrança de 1939 está decorrendo com toda a normalidade, o que é mais uma prova do acerto da resolução camarária.

É interessante consignar-se aqui, como elemento demonstrativo da desordenação e injustiça que presidia à aplicação do sistema anterior — e não falo já na iniquidade própria do mesmo sistema — que a simples actuação dos serviços e a verificação das declarações prestadas pelos contribuintes levou a cobrar, no segundo semestre de 1938, mais 1.400 contos; isto representa um aumento de 3.000 contos em relação ao que no mesmo ano se cobraria, tomando como base o resultado do 1.º semestre; a intervenção a que me referi foi portanto plenamente útil.

O trabalho mais importante realizado no ano findo, no capítulo da iluminação pública, foi o executado na Avenida Almirante Reis e Rua da Palma, em conjunção com a grande transformação levada a cabo. Quem se lembrar da iluminação anterior, ou fizer a comparação com a iluminação ainda existente em outras artérias do mesmo género, verificará facilmente a melhoria conseguida. O sistema instalado não atinge ainda a perfeição; mas constitui já um progresso, e foi simultaneamente um campo de experiência rico em ensinamentos, para se fazer melhor no ano corrente, ao estudar e executar a iluminação dos arruamentos que se estão construindo ou transformando. Estes estudos estão já concluídos; no entanto haverá dificuldades a vencer na execução do que se projectou, devido à carência de material apropriado.

Em matéria de Viação, à parte actuações discretas para diminuir a circulação de tudo quanto contribua para embaraçar o trânsito (carroças, carros de mão, vendedores ambulantes); no sentido também de remover obstáculos que dificultem a circulação de peões (bombas de gasolina, postes, candeeiros, etc.); e ainda no de evitar trânsito inútil (táxis livres, etc.), a pouco mais se alargou a actividade dos serviços. Estudaram-se, é facto, alguns problemas isolados de trânsito e alguns deles — muito poucos — tiveram execução; mas o mal existente não se destrói já com paliativos. Há que operar fundo, e isso só será possível, completamente elaborado o Plano de Urbanização, quando se executem novas artérias radiais e circulares que permitam escoar o trânsito, hoje obrigado a seguir por artérias já congestionadas. E, diga-se com clareza, na resolução destes problemas Lisboa tem ainda de gastar dinheiro, muito dinheiro, pois engarrafam-



Dr. Jaime Lopes Dias,
director dos Serviços
Centrais



Dr. António Fernando Leitão,
director dos Serviços
de Finanças



Engenheiro José Frederico
Ulrich, director do Serviço
de Saneamento

tos como o da zona sul de Almirante Reis, o da Rua de S. Pedro de Alcântara, os do acesso para o Poço do Bispo, o da Rua do Arsenal, etc., que têm de ser solucionados, só podem sê-lo mediante os elevados dispêndios necessários. Os impacientes desejariam de-certo ver, num momento, tudo isto resolvido; mas problemas de tal envergadura não se solucionam com impaciências nem se remedeiam com artigos jornalísticos, por melhor que seja a intenção de quem os escreva; há, pois, que aguardar ainda algum tempo e que ter confiança na actuação da Câmara. Em breve se verificará a justeza das medidas em curso, ou em projecto para breve realização, no sentido de atenuar estes males que tanto afligem os municípios.

Proseguiram as negociações para a introdução de auto-carros no serviço de transportes, o que se espera venha a dar-se no primeiro semestre de 1940, a pesar da forte perturbação que ao assunto veio causar a guerra. O problema dos transportes colectivos necessita revisão; mas depende, como os outros problemas de trânsito, da resolução de aspectos que se prendem com o Plano de Urbanização e sua execução gradual.

Com esta orientação se trabalhou e se continuará trabalhando. Dela resulta necessariamente que só pode merecer renovação de monta o material de limpeza, do transporte de carnes e o do B. S. B.; e assim aconteceu. Adquiriram-se 33 novas viaturas para os serviços de limpeza e 6 para transporte de carnes (a maioria deste material só entrará em serviço no 1.º semestre de 1940); o B. S. B. carroção 3 chassis que já possuía, assim aumentando o seu efectivo em 3 unidades.

Outro trabalho de excepcional monta que sofreu grandemente no seu ritmo, devido à guerra, foi a transferência da fábrica do gás para a Matinha. Até fim de Agosto tudo decorreu conforme o programa traçado, e portanto em condições de se poder prever a laboração da fábrica para Junho de 1940. Surgiram depois graves complicações, sobretudo no respeitante ao material pesado (tubagem, acessórios, postos de compressão, reductores de pressão, etc.). Tudo se tentou para vencer as dificuldades acumuladas, de modo a garantir-se o prazo previsto; mas nem sempre os esforços foram coroados de êxito. Na data em que escrevo este Relatório (Março de 1940) pode, no entanto, supor-se que o atraso será diminuto; e assim, até ao fim de 1940, terão desaparecido as instalações de Belém. E' dever registar a boa colaboração que nos tem dado as entidades estranhas ao Município e intervenientes no assunto, — C. R. G. E. e Administração Geral do Pôrto de Lisboa — para que tudo decorra como é desejo do Governo e da Câmara.

Outro serviço dependente da D. S. T.-E. cuja actuação merece menção, é o do B. S. B. Sente-se na corporação um espírito novo, que a vivifica. O seu comando procurou adaptar-se às condições impostas pela reorganização de serviços, com espírito de bem servir, pondo de lado preconceitos de escola para atender somente à necessidade imperiosa dos serviços, desde que não fôsse menoscipado o critério técnico que deve presidir à orgânica dum serviço tão especial.

E' possível que existam falhas no que o Decreto previu em relação ao B. S. B., e sobretudo no respeitante a pessoal superior. Isso não constituiu, porém, motivo para desgostos por parte do Comando, o que é já para apreciar e constituir argumento forte para que, quando possível, se corrija o que estiver em defeito.

Para terminar o que se refere ao B. S. B., resta aludir à medida votada pela Câmara, de estabelecer prémios para o pessoal que reúna determinados requisitos. A experiência do ano findo leva a concluir que o pessoal se interessa vivamente pela obtenção dos prémios e que, portanto, o objectivo em vista foi atingido, pelo estímulo salutar que provoca.

Direcção dos Serviços de Salubridade:

O facto de mais relêvo, no Serviço de Limpeza e Regas, foi o início da execução do plano de renovação do material.

A experiência do ano anterior permitiu que se utilizasse ao máximo a importante verba consignada para tal fim. Assim, foi possível adquirir 7 viaturas especiais para remoção de lixo, das quais 5 constituem uma série, destinando-se as duas outras, de modelos diferentes, a tirar ensinamentos da sua aplicação em serviço normal. Adquiriram-se também 7 atrelados, um para regas, outro para limpeza de sarjetas e os restantes para transporte de lixos, todos utilizando para reboque os tractores da série de viaturas especiais de limpeza. Adquiriram-se finalmente 19 chassis que foram munidos de carroçagens do tipo actualmente em uso.

Também em 1939 se deu um passo decisivo no sentido de conseguir praticamente que dentro em pouco todos os municípios utilizem, para os lixos domésticos, recipientes metálicos de um só modelo. Fôra previsto que no fim do ano determinada zona (a correspondente à Baixa, Avenida, novo bairro a poente do Parque Eduardo VII, e Avenidas Novas) deveria estar provida dos novos recipientes. Em mais esse ponto a guerra perturbou o ritmo fixado; só no primeiro trimestre de 1940 se prevê que a referida zona esteja abastecida. O tipo de recipientes, escolhido após concurso de soluções, parece corresponder a uma escolha feliz. Para o fornecimento ao público, adoptou-se o sistema de exclusivo, adjudicado por concurso público a um único fabricante e distribuidor.

Nos cemitérios, realizaram-se obras tendentes a melhorar-lhes as condições de utilização: construíram-se novos ossários e jazigos municipais; fizeram-se importantes reparações nos existentes; ultimou-se o revestimento betuminoso de grande parte dos pavimentos, etc.

No que respeita à higiene das habitações, é interessante também o que se fez. A vigilância constante dos serviços respectivos originou, nas vistorias de habitações, um acréscimo de 50 % em relação ao número de vistorias realizadas em 1935 e duas vezes e meia, em relação ao número médio das realizadas de 1931 a 1937. Esta grande actividade traduziu-se praticamente na efectivação dos seguintes melhoramentos:

338 novas instalações sanitárias;
63 novos quartos de banho;
76 novas canalizações de água.

Em 4.717 habitações vistoriadas, foram impostas obras a 3.250, isto é, cerca de 70 %; foram consideradas inhabitáveis 38.

No que respeita à profilaxia da raiva, . . . a Câmara estabeleceu um serviço gratuito de vacina que, sem favor, pôde considerar-se inteiramente satisfatório, e permitiu a vacinação, até ao fim do ano, de quasi 4.400 animais; . . . prosseguiu a apanha dos cães e gatos vadios que incidiu sobre quasi 9.000 cabeças, isto é, cerca de duas vezes a colheita média do quinquênio antecedente. O serviço melhorou com o emprêgo de uma viatura automóvel, em serviço desde o ano anterior; por isso se adquiriu mais um chassis pequeno, que receberá no corrente ano carroçaria apropriada.

Direcção dos Serviços de Abastecimentos:

Pelo que respeita aos Mercados, persistiu-se, em 1939, na orientação traçada e seguida no ano anterior.

Estudaram-se as bases do Caderno de Encargos respeitante à construção da Central Leiteira, cuja instalação incumbem à Câmara, nos termos do Decreto-lei n.º 28.974.

Os serviços de Abastecimento de carnes continuaram também a notar-se pelas directivas fixadas no ano anterior.

A nova tabela, sem causar prejuízo sensível aos proprietários dos talhos, e mantendo preço compensador para o gado, apresentava vantagens essenciais para o consumidor: a diminuição do número de categorias, uma melhor arrumação das diferentes peças de carne em cada uma delas, e sobretudo redução apreciável na generalidade dos preços, pois trazia a carne da última categoria para 3\$60 o kg., valor excepcionalmente baixo em relação aos preços das tabelas dos anos anteriores. O efeito imediato de tal medida traduziu-se por um aumento de consumo de 1.100 toneladas, isto é, cerca de 6 % em relação ao consumo de 1938, proporcionando aos municípios de Lisboa um alto benefício, sem qualquer prejuízo dos interesses da Lavoura e do comércio de carnes.

As obras do Novo Matadouro pouco avançaram, limitando-se ao acabamento dos trabalhos preliminares que vinham em curso do ano antecedente. Está depositado, à guarda do respectivo adjudicatário, o material adquirido para a instalação do Frigorífico, e foi paga nos termos contratuais uma prestação igual a metade do custo do fornecimento. O projecto do edifício para esta instalação ficou também concluído e será possivelmente pôsto a concurso no decorrer de 1940.

E o relatório conclue assim:

Creio estas notas suficientes, como comentário ao que mais detidamente V. Ex.^{as} encontrarão nos relatórios dos Directores de Serviço, que foram sempre e através de todos os grandes colaboradores da Presidência, desempenhando as suas funções com a maior proficiência, zelo e lealdade e aos quais por isso reitero, como a todo o funcionalismo, os meus agradecimentos.

Passando agora aos que, fóra do Município, acompanharam atentamente a nossa acção, uma referência especial deve ir para a Imprensa.

Se nem sempre pesou bem algumas questões de que se ocupou, antes de sobre elas emitir opiniões desfavoráveis, certo é que nunca encontramos da sua parte qualquer propósito hostil e, muito pelo contrário, é dever reconhecer que as iniciativas do Município em benefício da Cidade lhe mereceram um constante interesse, crêdor do nosso sincero reconhecimento.

Continue a animar-nos o mesmo espírito de colaboração, de trabalho intenso, de disciplina rigorosa, de coragem enfrentar dos grandes problemas, — e assim poderemos, Senhores Vereadores, quando outros vierem render a guarda, entregar-lhes os destinos da Cidade com a alegre consciência do dever cumprido.



Setúbal

CONTINUA à frente dos destinos da linda cidade do Sado a sua valorosa Câmara Municipal, constituída pelos srs. major Alfredo Augusto Xavier Perestrelo da Conceição, presidente; Manuel Lourenço Carquejeiro Júnior, António Luiz Esteves, engenheiro João

Botelho Moniz Borba, João Manuel da Costa Teixeira, José António Pereira e Francisco Maria da Silva Matos, vereadores.

O Conselho Municipal é constituído pelos srs. dr. José de Almeida Barreiros de Magalhães, dr. António Soares Franco Júnior, Henrique Augusto Alves Braga, engenheiro Filipe Bruno Alves, Carlos Areas Caldeira, dr. Joaquim Ferreira de Sousa Júnior, dr. João Monteiro da Costa Pereira, Manuel Xavier dos Santos Jacob, Abel Mesquita, dr. António Maria de Sousa, António Pôrto Soares Franco, Mariano Augusto Coelho, dr. Júlio Manitto Ferreira Tórres e José Cabral, sob a presidência do presidente da Câmara Municipal.

A municipalidade continua a lutar com dificuldades, muitas das quais verdadeiramente insuperáveis, que desde há anos agravam a vida do laborioso concelho. Vários problemas, dos mais momentosos, apresentam de momento para momento, aspectos ásperos, devendo-se apenas à incansável energia da municipalidade e do governador civil e ao espírito paciente, ordeiro e cristão do povo de Setúbal, não se verificarem maiores dificuldades.

A cidade, tão laboriosa e feliz na sua extraordinária actividade, que lhe valeu, durante largos anos, a classificação da cidade mais industrial do País, vê agora, e desde há anos, tão diminuído o seu labor que todo o trabalho da edilidade se resume em tentar resolver os assuntos que em casa lhe aparecem, muitos com um carácter quasi insolúvel. Esta situação, que se reflecte de forma extraordinária no comércio local, outrora tão florescente, faz com que as receitas municipais não correspondam às necessidades da populosa cidade, hoje, por contraste, melhor apetrechada dos elementos de trabalho do que antigamente, quando dêles não dispunha e dos quais se destacam os seus magníficos pôrto e cais, uma das mais belas e grandiosas obras do Estado Novo, que tudo tem feito para debelar a crise com que a fatalidade atingiu aquela população.

Por este motivo, bem reduzida tem sido a vida administrativa do município de Setúbal que apenas se tem limitado a fazer face, com dificuldade às despesas normais da cidade.

Regozimar-nos-emos se, no próximo número, podermos dar nota mais consoladora da vida do concelho de Setúbal.



Engenheiro João Botelho Moniz Borba, vereador da C. M. de Setúbal



Caldas da Rainha

COM a mesma composição do ano anterior, a Câmara Municipal da cidade das Caldas da Rainha entrou o ano de 1939 em plena actividade, preocupada com os inúmeros melhoramentos e outros trabalhos preparatórios da

jubilosa jornada do ano de 1940, durante o qual se deveria comemorar o Duplo Centenário, cujas festas, à data da publicação deste Boletim, se estão realizando com grande brilhantismo.

Do que foi essa interessante manifestação de actividade caldense, para a qual a Junta de Provincia da Estremadura contribuiu com o seu apoio moral e material, e fazendo ali, também, as Festas Provinciais, faremos larga referência no próximo número.

Da gerência municipal do ano findo, recebemos a seguinte nota sucinta:

Obras e melhoramentos realizados pela Câmara Municipal: Conclusão do ossário no cemitério das Caldas (1); Pavimentação das ruas das Figueiras, Dr. Leão Azêdo e Coronel Soeiro de Brito (1); Terraplanagens e obras de arte na estrada dos Vidais à Carrasqueira (1); Escola primária no lugar da Ramalhosa; Casa de matança de suínos no Matadouro Municipal; Estrada Municipal de Alvorninha ao Casal do Rei (1); Reconstrução e modificação do Cine-Teatro Pinheiro Chagas; Montagem da nova rede de iluminação pública e particular na cidade das Caldas da Rainha (1).



José da Silva Natário vereador da C. M. das Caldas da Rainha

(1) Com a comparticipação do Estado.



Vista geral de Setúbal. — À direita, vê-se uma parte do magnífico pôrto da cidade, obra do Estado Novo



Alcobaça

A formosa vila de Alcobaça, teatro de interessantes festas das mais lindas da Província, conta já uma vasta obra de administração pública que se tem trazido em numerosos e úteis melhoramentos. Eis um resumo do que resultou da gerência municipal de 1939:

Na freguesia de Alfeizerão— Continuou-se com o serviço de luz à povoação; fizeram-se diversas despesas no abastecimento de águas; construiu-se uma nova fonte na Macelhonha e lavadouros devidamente cobertos; pagou-se o transporte de malas para o Valado de Santa Quitéria; construíram-se aquedutos na Sapateira e Marcarca; reparou-se a estrada do Valado de Santa Quitéria; construiu-se um aqueduto em Vale de Maceira.

Na freguesia de Evora— Continuamos a pagar a instalação telefónica; mandamos fazer novo projecto de abastecimento de águas à população; reparou-se a estrada dos Carris; fez-se grande reparação na do Arcipreste; reparou-se a fonte do Casal de Ortiga.

Nas freguesias de Aljubarrota— Continuamos com o serviço de iluminação com pagamento a um homem que faz também o serviço de limpeza; terminou-se a construção da estrada da Boavista; repararam-se os caminhos de Chiqueada-Molianos para a Ataija de Baixo e para a Ataija de Cima; continuaram os estudos para abastecimento de águas à povoação, cujos resultados se afiguram difíceis; encarregou-se o sr. engenheiro Peyssonneau de organizar processo para abastecimento de luz à sede das freguesias; reparou-se o poço da Pedreira dos Molianos.

Freguesia de Alpedriz— Reparou-se a ponte da Ferraria; fizeram-se grandes obras para abastecimento de água aos Montes; fizeram-se grandes obras na escola feminina dos Montes.

Freguesia do Barrio— Pagou-se a instalação telefónica; construiu-se a ponte que conduz a Monte de Bois; iniciou-se a construção do resto da estrada de Monte de Bois ao Pinhal Fanheiro; fez-se grande reparação no caminho do Moínho; idem no caminho da Fonte do Barrio.

Freguesia da Benedita— Entregou-se às entidades competentes o projecto para abastecimento de águas à sede; fizeram-se reparações nas escolas; calcetamento da praça da Benedita; construiu-se a estrada dos Candeeiros; terminou a construção da escola de Frei Domingues.

Freguesia da Cela— Pequena reparação no lavadouro da Cela Velha; construção duma ponte na estrada do Casal dos Ramos; continuamos a pagar a instalação telefónica.

Freguesia de Coz— Reparação nas pontes da Póvoa-Pataias; grande reparação na fonte da Póvoa; reparação do caminho do cemitério; construção de aquedutos na Póvoa; início da construção do caminho das Barrias; continuamos a pagar a instalação telefónica.

Freguesia da Maiorga— Terraplanagem do caminho Bemposta-Fervença; construção de aquedutos; continuamos a pagar a instalação telefónica.



Bernardo Correia de Almeida, vereador da C. M. de Alcobaça

Freguesia de Pataias— Reparações em fonte de Pataias; pagamento de iluminação pública; grande reparação na escola da Burinhosa.

Freguesia de S. Martinho do Porto— Pagamento de iluminação; limpezas; reparação duma fonte na Venda Nova; caiações e pinturas em propriedades da Câmara; início dos trabalhos para abastecimento de águas à sede da freguesia. Este serviço ainda que seja da responsabilidade da Câmara, fez-se com um empréstimo na Caixa Geral, comparticipação do Estado, Junta de Turismo e Câmara Municipal; fez-se a valgem das Aguas Belas com concurso da J. de T.; fizeram-se obras no pósto da G. Republicana.

Freguesia de Turquel— Iniciou-se a construção da estrada do Silval; pagamento do pósto telefónico.

Freguesia da Vestiária— Construção provisória da Ponte da Piedade com ajuda do povo e outros; consertos na Rua Direita; pagamento do pósto telefónico; arranjo no caminho dos Casais.

Freguesia do Vimeiro— Conserto no caminho dos Canos; iniciou-se a grande reparação da estrada do Vimeiro que, tendo sido entregue à Câmara pelo Estado, provocou este ano uma despesa de bastantes contos.

Freguesia de Alcobaça— Para acudir-mos às necessidades das freguesias nada de excepcional se fez. Manteve-se a limpeza, consertos de ruas, etc., e o que foi julgado absolutamente indispensável para as responsabilidades da sede dum concelho de turismo como o nosso

Continuam à frente dos negócios municipais os srs. Manuel da Silva Carolino, presidente; José Pereira da Silva, vice-presidente; Bernardo Correia de Almeida, Francisco Nunes e João Marques Trindade, vogais. O sr. Eurico Pereira de Araújo continua no seu lugar de chefe da Secretaria.



Alcochete

Na gerência de 1939 a vereação foi substituída em parte, mantendo-se o seu presidente, sr. Francisco José Pereira Coutinho Faco Leite da Cunha e o vogal sr. Manuel Marques Serra.

Tomaram posse de vogal o sr. Manuel Ferreira da Costa e de chefe da Secretaria o sr. dr. António Cardoso Vaz de Azevedo.

Com a nota da gerência de 1939 que, abaixo publicamos, a Câmara Municipal de Alcochete enviou-nos uma interessante monografia sobre o valor histórico e turístico do interessante concelho, documento a que, a seu tempo daremos o devido desenvolvimento.

Do relatório claro e bem deduzido, referente à gerência municipal de 1939, extrai-mos os seguintes períodos:

«... Em seguida o Senhor Presidente bosquejou a actividade da Câmara relativamente ao ano corrente. Disse que consoante expusera há um ano, o corrente ano de mil novecentos e trinta e nove marcaria uma pausa em matéria de melhoramentos. Todavia houve que fazer obras de certo vulto como as de reparação do pósto da Guarda Nacional Republicana, urgentemente solicitadas pelo comando de Setúbal, que salientava a necessidade de extinguir o referido pósto, caso se não procedesse às obras de reparação; nelas se gastaram cerca de nove mil escudos. Procedeu-se também à reparação dos edificios, municipais, onde se gasta-

ram cerca de seis mil escudos. Melhoraram-se os gabinetes da Secretaria, gastando-se neste serviço cerca de mil e quinhentos escudos. Instalou-se o Pósto Escolar de São Francisco, com material didáctico e mobiliário suficiente.

No capítulo de reconstituição financeira restituiu-se à SEUR o depósito que esta fizera (dez mil escudos) por força do contrato que esta Câmara celebrou com aquela empresa, em Novembro de mil novecentos e trinta e quatro. Mais se pagou à mesma empresa a quantia de mil setecentos e quarenta e quatro escudos e vinte centavos, proveniente dos contadores de energia eléctrica que a SEUR nos forneceu, a partir do início de mil novecentos e trinta e cinco e por virtude do contrato a que aludimos; ficara entendido que a SEUR enviaria os contadores que fossem sendo necessários, evitando



Francisco José Pereira Coutinho Faco Leite da Cunha, presidente da Câmara Municipal de Alcochete

assim se viesse a ter necessidade de fazer nova cessão, (quando a SEUR entrasse na posse efectiva da exploração) do material que se fosse adquirindo. Declarado sem efeito o primitivo contrato e goradas as negociações para a celebração de outro semelhante, a Câmara teve de pagar os contadores fornecidos, ficando em vantagem, visto ter recebido durante três anos o aluguer de aparelhos para cuja aquisição não dispendera um centavo. A casa Nogueira Limitada, pagou-se a quantia de sete mil seiscentos escudos e oitenta e três centavos, proveniente do fornecimento de contadores de energia eléctrica em Alcochete e o seu pagamento andava há cerca de quatro anos dependente do contrato a celebrar com a SEUR e isto em virtude do compromisso que esta empresa tomara de efectuar o pagamento uma vez que lhe fosse cedida a exploração desta indústria.

Está-se procedendo ainda à reparação de bancos dos largos e praças e está-se tratando de fornecer material didáctico às escolas da freguesia do Samouco. Como preparação do plano de actividade da Câmara para o próximo ano, há que contar com a reparação do trço de estrada que vai do Samouco ao cais que serve aquela freguesia. E' obra em que a Câmara terá de despender quantia não inferior a dezoito mil escudos. E' de todo provável que se iniciem também, no ano próximo, os trabalhos para a construção da rede de abastecimento de águas à vila de Alcochete. Relativamente a este grande acontecimento, convém acentuar que os encargos provenientes do empréstimo a contrair serão suportados pelos rendimentos da exploração do serviço de fornecimento de águas. A Câmara tenciona proceder, na sede do concelho, a obras de urbanização e de melhoramento do aspecto dos largos e praças, e neste sentido tornam extensiva a sua acção à freguesia de Samouco. A Câmara diligenciará, ainda, melhorar os serviços de iluminação pública do Samouco. A propósito de iluminação, é desejo do Senhor Presidente comunicar ao digno Conselho que a Câmara, a solicitação da Câmara Municipal de Montijo, dirigiu a Sua Excelência o Ministro do Interior, uma petição, solicitando autorização para a constituição de uma federação deste município com os de Moita e Montijo, com o fim de fornecer energia eléctrica aos três concelhos referidos. Prevendo-se que a constituição da referida federação levará ainda longo prazo a vencer, os referidos municípios celebraram com a SEUR contratos singulares, mediante os quais as Câmaras

forneirão aos seus municípios energia eléctrica em baixa tensão, adquirida àquela empresa em alta tensão. É natural que ainda este ano a Câmara celebre contrato com a SEUR. Devo declarar que em todos estes assuntos tenho sido guiado pela acção do Excelentíssimo Engenheiro Senhor Ferreira do Amaral. Devo ainda acrescentar que a constituição da Federação é a forma viável de levar energia eléctrica até ao Samouco. A largos traços, foi esta a actividade da Câmara durante o ano corrente.



Alenquer

O concelho é constituído pelas seguintes freguesias: Abrigada, Aldeia-galega, Aldeia-gavinha, Cabanas de Tórres, Cadafais, Carnota, Meca, Olhalvo,

Ota, Pereiro de Palhacana, Santo Estêvão, Triana, Ventosa e Vila Verde dos Francos.

A Câmara Municipal é actualmente constituída pelo sr. Jaime Augusto Ferreira, presidente, e pelos vereadores srs. Graciano Felner Garcez Palha, Isidoro Castro Guerra, Jaime Matias Cordeiro e Jorge da Cunha e Carmo, que se tem empenhado em dotar o Concelho com os mais urgentes melhoramentos, não se poupando para isso a esforços, e sempre na melhor vontade de acertar. É chefe da secretaria o sr. Januário Bento Pereira.

Resumo das obras mais importantes efectuadas em 1939, e nota de algumas despesas em compra de imóveis para execução doutras:

Prolongamento da rede de esgotos, e complemento da rede de abastecimento de águas à vila; melhoramentos na rede de iluminação pública, com substituição dos antigos postes e suportes por colunas e respectivos globos; alcatroamento de algumas ruas da vila e pavimentação doutras, com calçada em paralelepípedos; conclusão da construção duma avenida, ligando a baixa da vila, pelo norte, à estrada nacional 73-2.^a; construção duma barragem no rio, dentro da vila, para elevação do nível das águas, com fins turísticos e higiénicos; construção, em colaboração com o Estado, duma nova cadeia comarcá, obedecendo a todos os preceitos higiénicos e de segurança, pelo que se pode considerar modelar no seu género.

Compra de terrenos dentro da vila, para ampliação duma Avenida marginal.

Compra duma grande parte do Castelo, e propriedades anexas que estavam na posse de particulares, para restauração do mesmo, já iniciada pelos Monumentos Nacionais; arborização e construção de caminhos de acesso.

Além destas despesas dispenderam-se importantes verbas com Instrução Primária (Escolas, mobiliário, expediente, reparações, etc.), subsídios a doentes pobres e o seu internamento nos hospitais civis, numa importância aproximada de 100.000\$00,

— subsídios a várias colectividades, entre as quais o Sporting Club de Alenquer, para a construção do seu campo atlético e de jogos, e manutenção dum professor de ginástica.



Graciano Palha, vereador da C. M. de Alenquer

Manutenção em edificio próprio do Colégio Municipal Damião de Góis, de ensino liceal.

Financiamento da representação do Rancho de Alenquer na Festa Vindimária, do V Congresso Internacional da Vinha e do Vinho, onde obteve o primeiro prémio a Rainha dos Ranchos (este em 1938).

No orçamento feito em Novembro de 1939, foi previsto um plano de trabalhos de largo alcance para efectuar no triénio de 1940 a 1942; apresentadas as suas bases ao Conselho Municipal, com relatório justificativo para o pedido dum empréstimo, que fizesse face às despesas do vasto programa, foi por este aprovado, aguardando-se a respectiva autorização ministerial para o contrair.



Almada

A Câmara Municipal do concelho de Almada não sofreu alteração, sendo constituída pelos srs. tenente-coronel António Baptista de Carvalho, presidente; tenente

Armando Afonso Barreira, vice presidente; António José Gomes Faria e João Baptista Pais Pinto, vereadores. O sr. João Luiz Cruz continua no seu cargo de chefe da secretaria.

A municipalidade prossegue, activamente, a sua magnífica obra de administração, podendo-se destacar, dentre outras manifestações positivas, o carinho que lhe merece a Assistência do concelho e o Turismo.

É este último um serviço da maior importância, atendendo a que a soberba praia da Costa da Caparica — a mais ampla do nosso País — está, de ano para ano, a afirmar-se em categoria que — e isso não surpreenderá ninguém — dentro de poucos anos a colocará à frente das maiores e mais distintas estações de veraneio.

As notas que publicamos a seguir dá a impressão exacta da actividade desenvolvida e do valor, como elemento económico, do laborioso concelho.

Resenha simples dos melhoramentos realizados pela Câmara Municipal de Almada, no ano económico de 1939 — Em Almada: Reparções no tribunal e cadeias; construção de uma grande fossa anexa ao Dispensário Anti-Tuberculoso; reparação de vários canos de esgotos nos arruamentos da vila; reparação da sala das sessões e substituição do respectivo mobiliário; pavimentação de várias casas do mercado municipal; construção de um alpendre para recreio dos alunos da Escola do Conde de Ferreira.

Na Cova da Piedade: Construção de uma arrecadação e casa de barreira anexa ao lavadouro da Romeira; construção de vários tanques no mesmo lavadouro; pavimentação em calçada na rua Manuel José Gomes; pavimentação com paralelepípedos na rua junto ao jardim do largo 5 de Outubro.

Na Costa de Caparica: Pavimentação em várias ruas; construção dum marco fontenário na placa ajardinada à entrada da povoação; construção de sentinas públicas para homens e senhoras; construção de um grupo de casas económicas para pescadores pobres; montagem de uma bomba e encanamento para o abastecimento de água ao mercado e às sentinas públicas.

Na Trafaria: Pavimentação da rua Tenente Maia; construção de sentinas públicas para homens e senhoras; Construção de uma cozinha anexa à escola; construção da rede de esgotos na Avenida Bulhão Pato.

Na Charneca de Caparica: Abertura e

endurecimento do caminho que vai da Charneca à Foz do Rêgo; ampliação do depósito da água que abastece a povoação; prolongamento da canalização do chafariz da Charneca e Palhais na extensão de 2.000 metros; assentamento de um marco fontenário em Palhais (Charneca de Caparica).

Nota das principais aspirações de momento do concelho de Almada — Tornar extensivo a todo o concelho o abastecimento de água, cujos trabalhos de captação se limitam por ora a Almada, Cacilhas, Cova da Piedade e Pragal; resolver de modo radical e urgente o problema dos esgotos e da urbanização das praias da Costa de Caparica e da Trafaria; conseguir que a Comissão de Levantamentos Topográficos conclua o projecto de urbanização da sede do concelho; substituir os vélbos esgotos de Almada, substituir toda a antiga pavimentação, arborizar e ajardinar o campo de São Paulo em Almada; construir o Matadouro Municipal, para o que existe um ótimo projecto e contrair um empréstimo em regime de comparticipação com o Estado, destinado àquele fim; continuar a política da instrução popular, construindo mais edificios para escolas primárias.

Instrução, cultura e recreio — Almada possui 26 escolas e postos escolares, que tiveram, em 1939, uma frequência de 1.330 alunos, dos quais foram submetidos a exame 360, com 342 aprovações e 16 reprovações.

Possue numerosos clubes desportivos, recreativos e de cultura, sem falar nas bibliotecas e escolas privativas de várias outras instituições e das cooperativas que têm as suas bibliotecas próprias. Os clubes são os seguintes:

Ginásio Club do Sul, Cacilhas; Club Recreativo José Avelino, Cacilhas; Sociedade Recreativa União Pragalense, Pragal; Club Recreativo Piedense, Cova da Piedade; Club de Instrução e Recreio de Laranjeiro; Club Recreativo Charnequense, Charneca de Caparica; Sociedade Filarmónica Inscrível Almadense, Almada; Academia de Instrução e Recreio Familiar Almadense, Almada; Sociedade Filarmónica União Artística Piedense, Cova da Piedade; Sociedade Musical Trafariense, Trafaria; União Sport Club Almadense, Almada; Pedreirense Foot-Ball Club, Almada; União Piedade Foot-Ball Club, Cova da Piedade; Sporting Club Piedense, Cova da Piedade; Club Náutico «Mare Nostrum», Caramujo; Monte de Caparica Atlético Club, Monte de Caparica; Trafaria Foot-Ball Club, Trafaria.



Tenente Armando Afonso Barreira, presidente-substituto da C. M. de Almada

Como dissemos, o movimento de assistência é, neste concelho, de grande importância com extraordinária projecção de ordem social, o que pode avaliar-se pela nota seguinte:

Movimento de assistência local (Misericórdia de Almada) — Esta instituição fornece medicamentos e alimentos a doentes pobres; transporta gratuitamente doentes pobres para os hospitais civis de Lisboa; custeia enterramentos de pobres e indigentes; concede esmolas a indigentes em trânsito desta Misericórdia para outras; trata doentes pobres e dá consultas médicas gratuitas aos mesmos; tem serviço de pronto socorro a qualquer hora, de dia e de noite, com assistência e enfermagem; fornece aos pobres e desempregados sopas diárias;

distribue leite a doentes pobres e crianças; mantém uma enfermaria com 8 camas para doentes pobres e um albergue para os indigentes que tenham de pernoitar aqui.

Casa de Amparo à Infância (Crèche de Almada): Mantém serviços de lactação a diversas crianças filhas de operárias que trabalham nas fábricas do concelho e distribue enxovais às mesmas crianças, além de outros actos de benemerência.

Secretariado da Defesa da Família (Porto Brandão — Freguesia de Caparica) — Mantém um serviço de distribuição de leite às crianças pobres da localidade, às quais também dá consultas médicas e medicamentos gratuitos.

Sopa dos Pobres da Costa — Instituição benemerita que tomou a seu cargo a alimentação das crianças das famílias pobres da Costa de Caparica, minorando, assim, a situação dos pescadores daquela praia.

Mutualismo e Salvação Pública — Associação de Socorros Mútuos 1.º de Dezembro, Almada; Associação de Socorros Mútuos Piedense, Cova da Piedade; Associação de Beneficência Serviço Voluntário de Incêndios, Cacilhas; Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Almada.

Cooperativismo — Cooperativa de Consumo Almadense, Almada; Cooperativa de Consumo Crédito e Produtos Piedense, Cova da Piedade; Cooperativa de Consumo 22 de Março Pragalense, Pragal; Sociedade Cooperativa de Consumo dos Operários do Novo Arsenal do Alfeite; Cooperativa dos Tanoeiros, Almada.

Corporativismo — Sindicato dos Tanoeiros de Almada (Secção) e Sindicato dos Conserveiros de Almada (Secção).

dosas; construção do Mercado Municipal, desta vila; construção da estrada da Junta dos Rios a Adobaço; conclusão da rede de esgotos na vila; grande reparação da estrada de S. Tiago dos Velhos; reconstrução da estrada das Cardosas; reparação de vários caminhos em tôdas as freguesias do concelho; abertura de vários postos de ensino escolar no concelho e reparações em diversos edificios escolares.

Quasi tôdos estas obras foram feitas com a respectiva comparticipação do Estado.

Obras em curso — Construção de um pósto de transformação de energia eléctrica na Quinta da Moita, desta freguesia e concelho.

Obras em projecto — Reparação do caminho da Carvalha; reparação de uma ponte no caminho da Infesta; alargamento e construção de um ossário no cemitério desta vila; reparação da estrada da Junta dos Rios ao lugar do Carvalhal e também do Casal do Vitor a Alcoba de Baixo, etc., etc.

Aspirações do concelho — Construção de um quartel de bombeiros, matadouro municipal, abegoaria, electrificação das freguesias, etc.

Resumo do concelho — Número de baldios, 15; área do concelho, 7.701,0000 hectares; área baldia, 7,8600 hectares; população, 8.000 habitantes, aproximadamente.

Estações de caminho de ferro que servem esta vila — Alhandra (10 km.) e Vila Franca de Xira (12 km.), sendo depois o seu meio de transporte feito por camionetas de carreira, de combinação com o horário dos combóios. Há estação telégrafo-postal e telefone do Estado com ligação à rede geral do País.

Clima — Salubre na primavera, verão e outono, húmido e doentio no inverno.

Feiras e mercados — A feira realizada anualmente nos dias 12 e 13 de Junho, por ocasião dos festejos a Santo António.

Mercado, todos os dias, sendo o principal no último domingo de cada mês.

Turismo — Sob ponto de vista de turismo, temos o seguinte:

O Hospital da Misericórdia; Igreja-Matriz em estilo romano-manuelino, com belos azulejos, alguns árabes e grandiosa obra de talha no altar-mór, o antigo Paço de D. Manuel, com alguns bons azulejos; o chafariz pombalino, com um vasto tanque para dessedentação de animais. — Fora da Vila: no lugar das Cardosas, há o antigo Paço do Bispo com bons azulejos nas salas e restos de uma capela, do mesmo, com as paredes revestidas de custosos azulejos — E particular.

O largo panorama do alto das Cardosas, do Moinho do Céu, do Alto de Vila Nova, de onde se avista a Serra de Sinta, Cabeço de Montachique, arredores de Lisboa, praia da Caparica, farol dos cabos Espichel e Carvoeiro, e para o nascente o Tejo, os Campos de Vila Franca de Xira, Samora, Benavente, Santarém, a Serra de Aires e Monte Junto.

Festas e feriado do concelho — As festas tradicionais do concelho são em 14, 15 e 16 de Agosto de cada ano, a Nossa Senhora da Salvação; a romaria à Senhora da Ajuda em 8 de Setembro; a feira franca anual da vila, juntamente com os festejos a Santo António nos dias 12 e 13 de Junho, e finalmente a realização de feiras mensais, na vila, no último domingo de cada mês.

O dia 15 de Agosto é considerado o feriado municipal.

Produções no concelho — Produz-se neste

concelho grandes quantidades de vinhos e trigos e ainda azeite, milho, grão, batata, fava, etc., etc.

Também há grandes quantidades de frutas, como uvas, maçãs, pêras, cerejas, ameixas, etc., etc.

Nas estatísticas em organização, apuraram-se os seguintes números (ano 1939): vinho, 7.702,745 litros (18.000 pipas aproximadamente); trigo, 2.340.450 quilos; milho, 755.000 litros; grão, 17.816 litros; batata, 100.000 quilos; fava, 254.654 litros; aveia, 3.647 litros; cevada, 47.384 litros.

N. R. — As notas enviadas pela Câmara Municipal de Arruda dos Vinhos, satisfazem inteiramente o nosso objectivo. Agradecemos a boa-vontade, compreensão e consciência com que foram elaboradas e gostosamente as publicamos na íntegra. Não temos quaisquer dados monográficos em arquivo para que, na devida altura, dediquemos um artigo especial ao florescente concelho de Arruda dos Vinhos e por isso pedimos o envio de cópias de todos os elementos indispensáveis para o fim em vista, bem como fotografias, cartazes, publicações, etc.



Manuel Domingos da Lage Júnior, vereador da Câmara Municipal de Arruda dos Vinhos



Barreiro

VILA. Concelho de 2.ª ordem e fiscal de 3.ª classe. Comarca de Montijo. Distrito de Setúbal. População do

concelho, 21.042 habitantes. População da vila, 16.130 habitantes, empregada em várias profissões, das quais avultam os caminhos de ferro, fábricas da União Fabril, corticeiros, pescadores, rurais, etc. Compõe-se das freguesias de Santa Cruz (sede do concelho), Lavradio e Palhais. A Câmara Municipal é composta pelos srs. Joaquim José Fernandes, presidente; Jacinto Nicola Cavacich, vice-presidente; Joaquim da Silva Simplicio Júnior, Joaquim Vicente França e Francisco Lopes Moreira, vogais. O lugar de chefe da Secretaria está vago.

Nota das obras realizadas em 1939:

Esgotos — Colector-depósito em todo o comprimento da praia norte (935 metros), cujo custo foi de 380 contos, dos quais 207 foram fornecidos pelo Fundo do Desemprego. Esta importante obra constitui a chave da rede de esgotos da vila.

Parque — Conclusão do Parque infantil dentro do parque Dr. Oliveira Salazar. Iniciou-se neste parque a obra das retretes subterâneas.

Aguas — Construção de dois chafarizes no lugar de Coia.

Damos, a seguir, nota da gerência administrativa do Barreiro, durante o ano de 1939:

Receitas liquidadas	2.380.398\$37
Despesas liquidadas	2.379.670\$42
Saldo para 1940	727\$99
Despêndio com melhoramentos:	
Esgotos	193.200\$79
Pavimentos	159.129\$94



Joaquim José Fernandes, presidente da Câmara Municipal do Barreiro



Arruda dos Vinhos

CONCELHO de 3.ª ordem — Distrito de Lisboa. Comarca de Vila Franca de Xira.

Câmara Municipal — Presidente e administrador do concelho, capitão de cavalaria Celestino Augusto da Costa; vereadores, José Marques Simões e Manuel Domingos da Lage Júnior; chefe de secretaria, Artúlio Lameiras Fernandes; aspirante, Acácio Dias Sirgado; escriturário, João Baptista Roxo; tesoureiro, Júlio Simões Lopes da Silva Pais (tesoureiro da Fazenda Pública); zeladores, José Baptista Roxo e Luiz Ferreira; médico municipal e delegado de saúde, dr. Jorge António de Carvalho; médico municipal do partido de Arranhó, dr. Gustavo de Matos Raúl Carinhãs; inspector municipal de sanidade pecuária, dr. José Augusto Branco Pimentel

Conservatória do Registo Civil — Conservador, dr. António Martins Deniz Vitorino.

Notário Público — Dr. António Marques Carmelo.

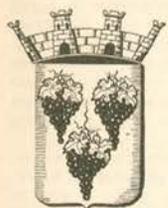
Pároco — Padre José Lopes.

Hospital da Santa Casa da Misericórdia de Arruda dos Vinhos — Provedor, dr. António Martins Deniz Vitorino.

Juntas de freguesia — De Arruda dos Vinhos, presidente, Rodolfo da Costa Pinheiro; regedor, Frederico Augusto Viana. De Arranhó, presidente, Luiz dos Santos Rodrigues; regedor, Manuel Custódio Ferreira. Das Cardosas, presidente, Joaquim Ribeiro de Campos; regedor, Norberto Henrique Rijo. De S. Tiago, presidente, Frutuoso Roque de Aguiar; regedor, Paulo Lopes Baixinho.

Obras realizadas — Electrificação, captação e distribuição de água à vila; captação de água e canalização ao lugar de Arranhó; construção de um poço para abastecimento de água ao lugar das Car-

Melhoramentos nas freguesias	51.375\$00
Conclusão do parque	30.000\$00
Dispêndio com assistência social:	
Hospitalar	56.514\$90
Remédios a pobres	15.000\$00
Subsídios a instituições de beneficência	8.000\$00
Diversos	13.776\$00
Corporações de bombeiros	15.000\$00
Instrução:— várias despesas	36.088\$00



Bombarral

A Câmara Municipal de Bombarral dá-nos uma nota interessante e completa para a «Vida dos Concelhos», da sua movimentada gerência de 1939. Para não tirar o sabor à referida nota, que bem revela a consciência nítida do cumprimento do dever administrativo e político, publicamo-la na íntegra:

Relatório da gerência de 1939

« Pouco temos a relatar, porque, infelizmente as circunstâncias de todos conhecidos impediram que mais fizéssemos em favor do nosso concelho, como era nosso desejo.

Como V. Ex.^{as} sabem, não tínhamos dinheiro e donde não há nada se pode tirar.

Do pouco que fizemos ressaltar a boa vontade de atender às maiores necessidades e o desejo de alcançar o completo equilíbrio das finanças municipais.

Conforme autorização de V. Ex.^{as} de 1 de Setembro do ano findo, já liquidamos 20.242\$05 de Dividas Passivas orçadas, faltando liquidar 31.075\$65, o que faremos até ao fim do ano.

Esta importância refere-se à estrada de Pero Moniz que, no próximo ano, ficará liquidada, faltando, para tanto, a quantia de 5.910\$25.

Aos vários hospitais liquidámos a apreciável quantia de 20.756\$20 de tratamento de doentes pobres.

A Misericórdia, atribuímos e pagámos o subsídio de 4.000\$00.

Mantemos o subsídio de 300\$00 mensais aos bombeiros voluntários, para a sua cabine telefónica e banda.

A Legião Portuguesa, ténico do Bombarral, temos prestado e continuamos a prestar a nossa colaboração. Tem sido pequeno esse auxilio, mas representa a nossa boa vontade.

Para a Assistência Nacional aos Tuberculosos e conforme dispõe a lei, liquidámos 500\$00.

Temos fornecido subsídios de lactação pelo novo processo de fornecer cabras aos peticionários, processo este que, servindo melhor os interessados, representa grande economia para a Câmara. Senão vejamos: — Em 1936, gastámos 1.656\$00; em 1937, 2.595\$30; em 1938, 1.485\$60; e no corrente, apenas gastamos 415\$00, sendo o número de assistidos sensivelmente o mesmo.

Por absolutamente necessário, adquirimos por 1.000\$00 um cofre para a tesouraria.

Na iluminação pública, gastámos Esc. 32.622\$20, sendo na sede 20.872\$20 e nas freguesias, 11.750\$00.

Quanto a obras, temos: Quasi concluída a Calçada do Sobral. Devemos construir até ao fim do ano uma calçada e cano de esgôto, no Sanguinhal.

Reparámos a estrada do Pó ao Olho Marinho.

Iniciámos a construção da estrada de A-dos-Ruivos ao Barrocalvo. Adquirimos uma bomba de volante para o Pôço da Delgada. Concluímos a fonte de A-dos-Ruivos. Procedemos aos estudos do abastecimento de águas ao Pó e da construção da estrada do Salgueiro ao Carvalhal. Entregámos às juntas de freguesia 20.520\$00 para melhoramentos nas freguesias. Adquirimos material para aferições e mobiliário para as escolas novas de Vale Covo, Bombarral e Pó.

Tivemos de aumentar as rendas de alguns edificios escolares e arrendámos outros.

Estamos adaptando no Sobral do Parilhão uma casa do sr. João de Barros Ferreira Leal, para nela funcionar a Escola, que se encontra péssimamente instalada.

Pedimos a criação de cursos nocturnos no Vale Covo e Salgueiro, que se encontram a funcionar.

No capítulo Instrução, que nos merece especial carinho, temos feito e faremos tudo o que em nós caiba.

Das pequenas coisas que aparecem a todo o momento e que somos forçados a atender, não vale a pena fazer menção.

Eis a traços largos o que foi ou, antes, o que forçosamente teve de ser a nossa actividade no ano findo.

Cumprimentando V. Ex.^{as} em meu nome e da Câmara a que presido, reitero os meus agradecimentos pela forma como tendes colaborado connosco.»

Bases do orçamento ordinário para 1940: — (Cópia da nota apresentada ao Conselho Municipal). Em conformidade com o disposto no art. 642.º do Código Administrativo, venho submeter à apreciação de V. Ex.^{as} as bases para a elaboração do orçamento ordinário porque nos havemos de guiar no próximo ano de 1940.

Acompanhando pela sua ordem para melhor elucidação as alíneas do citado artigo, temos que:

a) O cômputo aproximado das despesas ordinárias a efectuar, monta a 235 contos, sendo, segundo os melhores cálculos, as receitas de cerca de 330 contos. Haverá, portanto, um saldo provável de 100 contos;

b) Esta importância, os 100 contos, que à primeira vista parece ser uma verba importante, é contudo, embora regular, muito deminuta para um concelho a que faltam os melhoramentos mais importantes. Não devemos esquecer que, na sede, faltam: Paços do Concelho, águas, esgotos e escolas; nas freguesias, uma boa rede de estradas, que as ligue entre si e à sede do Concelho, águas nalguns lugares, escolas noutros e muita coisa pequena que, somada, monta a

muito. Nesta altura, vem a propósito elucidar V. Ex.^{as} sobre o importante melhoramento que estamos realizando, a estrada do Barrocalvo a A-dos-Ruivos, para a qual o Estado já participou com 33.004\$00, para terraplanagens e obras de arte, dependendo o dispêndio da Câmara da nova comparticipação para o empedramento, cujo dispêndio virá afectar aquêle saldo.

Na distribuição do saldo em questão, seguiremos o que se acha disposto no art. 641.º do C. A. com a actuação e facultade que nos é conferida pela Circular de 17 de Julho de 1937 da Dir. Ger. de Adm. Pol. e Civil, conforme as circunstâncias a bem dos Povos que se apresentarem no decorrer do ano.

c) Além dos melhoramentos citados na alínea anterior e se o Estado nos auxiliar,

pretendemos construir a estrada do Salgueiro-Carvalhal, cujo custo é de 136 contos. Adquirir edificio, já construído ou a construir, para instalar os Paços do Concelho — para sairmos desta vergonhosa e superiormente condenável instalação. Neste sentido, trazemos entabladas negociações para a aquisição do Palácio e Mata Camilo. Para este efeito, esperamos o vosso assentimento, na certeza de que é uma necessidade absoluta.

d) Dentro dos quadros do pessoal, não temos qualquer lugar a criar, e, embora exista uma vaga, não poderá ser preenchida, enquanto durar este estado de compressão de despesas, para acudirmos às necessidades mais urgentes, umas, e inadiváveis outras.

e) Como é do conhecimento de V. Ex.^{as} o regime de economia tem sido e continua a ser o mais rígido possível, por esse motivo pouco mais além poderemos ir. Para conseguirmos o equilíbrio das contas — V. Ex.^{as} bem o sabem — tem-se exigido o sacrificio de todos: contribuintes, vereadores e funcionários. Se Deus quiser, esse equilibrio verificar-se-á no final deste ano

Vem a pêlo dizer que a esse sacrificio ninguém se furtou, o que, com o maior louvor para todos, me aprez constatar.

f) No intuito de não agravar a economia dos municípios e porque, talvez, a isso não sejamos forçados, é nosso parecer que, por enquanto, não deve ser criada nova receita.

g) Temos, como é do conhecimento de V. Ex.^{as} um empréstimo de 150 contos, contraído nos fins de 1937. Este empréstimo, em nada sobrecarrega as finanças municipais, pois é suportado pelos serviços municipalizados de Electricidade, aos quais se destinou, para instalação da nova central eléctrica.

Com a pretensa aquisição ou construção dos Paços do Concelho e a realização de algumas ou de todas as obras citadas nas alíneas b) e c), somos forçados a contrair um empréstimo entre 500 e 700 contos, sem o que nada poderemos fazer. Para que assim seja, torna-se necessário o vosso consentimento, que esperamos, na certeza que já vos demos de que será administrado com a máxima parcimónia.

Para aquilo, que, porventura, nos tivesse escapado de aqui enunciar, esperamos a vossa confiança, que saberemos muito bem apreciar e sempre respeitar.

Por último e porque já se encontra elaborado, entregamos a V. Ex.^{as} o orçamento suplementar, em vez das suas bases, a fim de que lhe deis a vossa aprovação, pois será executado tal qual se encontra, salvo qualquer modificação imprevista, que, no entanto, nunca poderá alterar a sua essência.



José Gomes, vereador da C. M. do Bombarral



Cadaval

O Concelho do Cadaval dista 75 quilómetros de Lisboa e está situado ao N. da Serra do Monte Junto, encastado na encosta, a 666 metros de altitude. Tem uma área de cerca de 26.000 hectares e a sua população aproxima-se de 17.000 habitantes.

Gozando situação climatérica privilegiada, é o Concelho muito visitado por numerosas famílias, que se instalam nas várias povoações, sendo também frequentes as excursões à Serra do Monte Junto. A Sociedade de Propaganda de Portugal organizou, além de outras, uma excursão em Maio de 1939, que ficou memorável, e na qual tomou parte a quasi totalidade do Corpo Diplomático acreditado em Lisboa. Estância de repouso magnífica, desde há muito que se pensa na construção de edificações próprias e de um grande sanatório.

O panorama que se disfruta do alto da Serra é dos mais belos do nosso país, e constitue justificada esperança de que, num futuro próximo, seja esta região uma das zonas de turismo mais apreciadas.

O Concelho do Cadaval é um Concelho essencialmente agrícola. Cultivam-se todas as espécies agrícolas, sendo a vinha a sua principal fonte de riqueza. Exporta o Concelho para cima de 40.000 pipas de óptimo vinho, muita aguardente, boas frutas, e



José Soares Sopa,
vice-presidente da Câmara
do Cadaval

actualmente já produz muito trigo. Não possuindo indústria ou sendo esta por assim dizer mínima, atribue-se a esta falta importante a escassez de receitas que permitam realizar, nas 10 freguesias (Alguber, Cercal, Cadaval, Figueiros, Lamas, Painho, Peral, Pero Moniz, Vermelha e Vilar), todos os melhoramentos indispensáveis, e que desde há muito constituem justas aspirações dos seus habitantes. Tendo o Município um pequeno orçamento, muitas têm sido as dificuldades para realizar um programa que é vasto. As despesas obrigatórias (funcionalismo, Hospitais Cívicos de Lisboa e o da Vila, etc.) absorvem mais de 50% das receitas, e, apesar disso, todos os anos se têm pedido participações para várias obras, e outras se têm feito com o auxílio patriótico dos povos e da Câmara, com o desejo de se dotar as povoações com os melhoramentos mais urgentes. Os quadros seguintes mostram o que tem sido a actividade do Município no plano geral das realizações e quais as obras que se pretendem levar a efeito em anos futuros:

Obras realizadas até 1939 — Construção de fontes, tanques e chafarizes nas diversas freguesias do Concelho, 75.555\$43; construção de fontes, aquedutos e esgotos nas diversas freguesias do Concelho, 27.549\$31; construção de urinóis na Vila de Cadaval, 5.331\$94; construção da estrada de Figueiros à E. N. 70-2.ª, 63.746\$88; de D. Durão à E. N. 71-2.ª, 21.180\$05; de Prazança à Floresta, 5.650\$00; de Chão de Sapo a Vila Nova (por uma Comissão), 103.926\$00; de Rochaforte ao Rabaçal, 29.418\$18; de Vale de Canada à E. N. 71-2.ª, 17.903\$25; da Póvoa à E. N. 71-2.ª, 18.653\$75; da Murteira (um tróçoi), 3.199\$75; de Martim Joanes à E. N. 68-2.ª, 7.734\$25; da Rechaldeira à E. N. 68-2.ª, 2.985\$50; do Vilar ao Avenal, 14.507\$50; reparação em várias estradas do Concelho, 269.441\$50; construção de um poço no Casal do Forno, 3.404\$75; construção de uma Central Eléctrica na Vila do Cadaval, 21.373\$37; instalação da rede eléctrica na Vila do Cadaval e em Adão, Lóbo, 144.518\$06; participação da Câmara para a montagem da rede telefónica no Concelho, 42.000\$00; construção do Edifício Escolar de Alguber, 13.843\$85; idem da Vermelha, 4.500\$00; idem do Vilar, 31.605\$80; idem da Ventosa, 4.398\$00; idem de Palhais, 3.000\$00; construção de anexos no Matadouro Municipal, 12.947\$73; alcatroamento do largo do coreto, na Vila do Cadaval, 1.482\$00; obras de adaptação do rés-do-chão do edifício dos Paços do Concelho, 4.130\$50; reparações nos edifícios da Câmara, 25.339\$78; pequenas obras, 11.463\$55; construção de arquivos e embelezamento do jardim e parque da Câmara, 20.000\$00.

Obras em projecto a realizar segundo as possibilidades orçamentais Abastecimento de águas aos lugares de Pero Moniz e Dalgorda; construção de um cemitério em Prazança; construção das estradas da Mur-

teira, Póvoa, Corrieira, do Vilar ao Cemitério, de Lamas à Igreja Matriz; grande reparação das estradas Marinha-Vila Nova e Adão Lóbo e estrada de Pero Moniz; construção da estrada Peral-Quinta de Santo António; construção de um Pontão em Alguber; construção de um tróçoi de estrada da E. N. 68-2.ª à Escola Mixta do Vilar; conclusão da rede de esgotos; construção de um Stadium Municipal; Construção de edifícios escolares em Cadaval e vários lugares das diferentes freguesias; construção de sentinas na Vila do Cadaval; alcatroamento da Rua Padre José Inácio Pereira, na Vila do Cadaval; construção de uma fonte em Martim Joanes; construção de um edifício próprio para os Correios e Telégrafos; colocação de bombas em várias fontes e poços; calçamento da Avenida dos Bombeiros Voluntários; calçamento do largo da fonte na Vila do Cadaval; construção de lavadouros públicos em Cadaval e Adão Lóbo; grande reparação de um tróçoi de estrada em Painho; abastecimento de águas no lugar de Figueiros; calçamentos no lugar de Vermelha; abastecimento de águas no lugar de Vermelha; construção de edifícios na Serra de Monte Junto.

A Câmara Municipal do Cadaval é actualmente composta pelos srs. José Soares Sopa, vice-presidente e Pedro Felipe, vogal. E' Chefe de Secretaria o sr. José Pereira dos Reis.



Cascais

TERMINUS duma linha de turismo, das mais agradáveis do País e da mais bonita e espaçosa das estradas

confinantes da Capital, Cascais mantém, galbardadamente, o seu lugar fidalgo de terra de príncipes e de gente humilde de trabalho — príncipes de sangue e de distinção, albergue digno desse grande português que é o Sr. Presidente da República, o primeiro entre os homens dignos de Portugal.

O seu município, dedicadamente presidido pelo sr. José Roberto Raposo Pessoa, continua a defender os interesses locais, de vastas exigências, aliás legítimas, não só pela categoria prática de todo o concelho como pela heráldica do seu brasão.

Uma das características de que Cascais se orgulha é a sua extrema piedade e espírito caridoso, sentimentos a que anda, neste momento e desde há alguns anos, ligado o nome da sr.ª D. Maria do Carmo de Frago Carmona, coração diamantino de bondade a quem os pobres de Cascais devem muito do pão de cada dia, da moralização dos seus lares, da protecção dos seus filhos e, quantas vezes, da reconstrução da sua vida destruída pelo desemprego e pela doença.

Acompanha a bondosa senhora na sua santa cruzada um numeroso grupo de senhoras, seduzidas pelo exemplo magnífico de humanidade e desejosas de o ultrapassar, dando a tão grande protectora dos pobres os elementos materiais de que ela carece para a sua obra dignificadora.

Além dessa obra beneficente, uma comissão especial trata da assistência, no seu conjunto, combinada com a Câmara Municipal, mas com acção autónoma e cujo movimento e regulamentação dá uma ideia perfeita da sua eficiência. Tradslamos algumas das praxes seguintes:

« Não dar esmola ao pedinte de rua e de porta em porta; sempre que seja possível informar o posto de policia do nome ou sinais do mendigo e local onde é costume exercer a sua actividade; um simples postal ou telegrama e immediatas providencias serão tomadas, sendo os individuos estranhos ao

concelho enviados à terra da naturalidade, os restantes socorridos, internados na casa dos pobres ou devidamente punidos, conforme os casos; informar a autoridade sempre que haja conhecimento de qualquer caso de extrema miséria que careça de urgente socorro.»

Todas estas informações serão utilissimas para um cuidadoso cadastro dos pobres do concelho que está sendo actualizado e completado no posto de policia.

Problema de instante necessidade de resolução é o dos menores em vadiagem e por vezes dirigidos e explorados para pedirem esmolas e até roubarem. Foram internados na Casa dos Pobres, três rapazes de 8 a 11 anos, a quem foi encontrado dinheiro, em importância já relativamente elevada, e que confessaram terem roubado no Tamariz. Mais apparecerão, infelizmente, a quem será preciso acudir, ainda que seja por algum tempo, até lhes ser dado o devido destino pela Tutoria e consequente internamento em estabelecimento apropriado, o que por vezes demora.

Precisamos de alojamento para as raparigas a internar, também de urgente necessidade. Há que persistir, para o que se conta com o auxilio dos bemfeitores, segundo as posses de cada um, pelo possível aumento de cotas e pela inscrição de novos subscritores, que se solicitam.

Convidam-se os bemfeitores a visitar a Casa dos Pobres de Cascais, para o que basta dirigirem-se ao posto de Policia, manifestando esse desejo. De instante urgência precisavamos de cobrir a telha, forrar e pavimentar a cimento uma camarata para os rapazes a internar, depois, mais e mais, tudo temos fé, havemos de conseguir. Poderemos fazer essas obras de tanta necessidade? Os bemfeitores do concelho responderão. — (a) Júlio Garcez de Lencastre, Vito Vasconcelos, P.º Moisés da Silva, António Pinto Coelho, D. José d'Avilez e Francisco Inez.

Movimento da Comissão de Assistência no concelho de Cascais do ano de 1939

Receta: Saldo do ano anterior, 3.461\$62. Subsídios officiaes — Recebido da Câmara Municipal de Cascais, 60.000\$00; recebido da Junta de Freguesia de Cascais, 1.300\$00. Donativos particulares — Recebido de Madame Carmona, para o hódo do Natal, além de vários artigos de agasalho, roupas e géneros alimentícios, 1.000\$00; recebido por donativos diferentes, 14.855\$30. Cotação — Recebido de cotas dos subscritores, 72.553\$90. De festas particulares — Recebido de festas promovidas particularmente, 4.588\$60. De receitas diversas — Recebido de diferentes verbas tais como: visitas a presos, cofre de Beneficência da Secção, receitas do posto de policia, etc., 13.29\$55. Soma, 171.291\$97.

Despesa: Ordenados — Pago ao pessoal da casa dos pobres: 1 cozinheira, 2 criadas, 1 moço, 1 fiscal e 1 escriptorário, 8.865\$00. Subsídios — Pago por leite a doentes pobres, subsídios em dinheiro, rações de pão, passagens a indigentes para as terras das suas naturalidades, carne de carneiro a crianças pobres a cargo do Posto de Puericultura de Cascais, etc., 39.824\$55. Alimentação — Pago por despesa feita com a alimentação dos internados e rações para fora, 77.229\$00. Vestuário — Pago por conserto e aquisição de artigos de vestuário, 5.362\$85. Diversas despesas — Pago por



João António Gaspar,
vereador da C. M. de Cascais

electricidade, combustível, concertos vários, remédios, etc., 12.353\$94. Gastos de instalação — Pago por melhoramentos efectuados, aquisição de vários artigos, móveis, pinturas, etc., 4.637\$82. Saldo para o ano seguinte, 23.018\$81. Soma, 171.291\$97.

Verbas dadas pela Câmara Municipal de Cascais no ano de 1939 para as obras de beneficência e assistência

Misericórdia, 66.000\$00; Casa dos Pobres, 60.000\$00; Creche José Luiz, 18.000\$00; Associação de Beneficência «Amadeu Duarte», Parede, 18.000\$00; Bombeiros de Carcavelos, 10.750\$00; Bombeiros do Estoril, 4.800\$00; Bombeiros de Cascais, 2.400\$00; Casa de Trabalhos de Cascais, 10.200\$00; Casa de Trabalhos de Carcavelos, 7.200\$00; Casa de Trabalhos de Parede, 7.800\$00; Casa de Trabalhos do Estoril, 3.000\$00; Associação de Socorros Mútuos, 1.800\$00; Casa dos Pescadores, 5.000\$00; Pósto de Puericultura de Cascais, 4.750\$00; Diversos actos de beneficência, 2.516\$95; Para a Assistência aos Tuberculosos, 500\$00. Soma, 222.716\$95.

Movimento da Casa dos Pobres

Existiam em 1939: homens, 52, faleceram 3, entraram 15, existem 64; mulheres, 11, faleceram 5, entraram 7, existem 13.

Foram confeccionados na Casa dos Pobres, para os internados e para os subsidiados as seguintes rações, 128.647; distribuíram-se rações em pão, 6.944; subsídios em leite (72), 2.000 litros; senhas de carne para as crianças doentes do Pósto de Puericultura de Cascais, 5.000 de 0,125 g.

Beneficência Privativa do Pósto Policial: Distribuído avulso a diferentes pobres, em quantias variáveis de 5\$00 a 20\$00, 8.916\$75.

Além destas importâncias, foram pagas por conta do mês de Janeiro, senhas de carne, pão e géneros de mercearia distribuídas no Bódo do Natal de 1939, na importância de 9.000\$00.



Loures



MANTÉM a Câmara a sua composição anterior e é sem dúvida devido à continuidade da sua política administrativa que o concelho se pode orgulhar de marcar o seu progresso. O seu presidente, sr. Dario Canas, que há sete anos tomou a presidência da Câmara, hoje, com o mesmo entusiasmo dos primeiros tempos, dedica ao concelho o melhor do seu esforço. A obra municipal nestes sete anos tem sido notável e várias vezes focada, mas não é demais que se diga que a sua política tem sido a de levar a todo o concelho a sua acção construtiva.

As obras em colectores, caminhos, escolas, águas, cemitérios, lavadouros públicos e assistência atingem a importante quantia de 10.772.000\$00, tendo o Estado contribuído com as comparticipações de 987.000\$00.

Os benefícios palpáveis para as populações não são ignorados por estas e a gratidão pública manifesta-se sempre com o seu aplauso e apoio aos homens que dedicadamente cuidam do seu bem-estar.

Não se tem limitado a Câmara ao mero expediente administrativo e tem procurado fomentar a criação de organismos corporativos de interesse económico. Assim, foi criado o Grémio da Lavoura do Concelho, que, ao iniciar os seus trabalhos, fez conhecer a todos os interessados os benefícios que o organismo lhes pode dar, desde que se interessem pela sua existência e o procurem para os ajudar a resolver os seus problemas.

Os assuntos de instrução e educação

merecem à Câmara o maior carinho; ela sabe que está na preparação da mocidade a estabilidade da vida futura da Nação e, quer demonstrando aos professores primários o respeito que lhe merece a sua função, quer proporcionando aos alunos as melhores condições de vida escolar, assim cumpre um dever que é justo pôr em foco.

Prepara a Câmara, para as festas nacionais de 1940, a inauguração dum importante edificio escolar na sede do concelho e outro em Moscavide. As obras, que actualmente se fazem rapidamente, dotarão a região de dois belos edificios, podendo ser considerado o da sede, como o melhor edificio escolar primário do país. São quatro magníficos salões, tendo, além dos gabinetes dos professores, vestiários, retretes com autoclismo, e recreios de inverno e de verão. A magnífica situação desta escola evita todo o perigo para as crianças, em consequência do trânsito, que lhe fica afastado.

O desenvolvimento industrial que Sacavém tem tido, mercê do progresso económico do País, mereceu à Câmara a maior atenção e está patente aos olhos de todos.

Estes problemas de urbanismo e instalações industriais, não podem porém prosseguir sem que seja conhecido o projecto do Governo quanto às grandes obras públicas da periferia da cidade, para evitar os graves inconvenientes que podiam surgir dum obra que se não relacionasse entre si. A autarquia local não pode alhear-se das altas conveniências do país, nem fazia sentido que não colaborasse inteligentemente com quem tem que fixar as directrizes gerais dos trabalhos.

Para muitos, este critério é incompreendido, pois há ainda descrentes que não admitem a possibilidade de tão profundas transformações como as que se operaram já e as que se projectam.

O tempo virá demonstrar que é preferível demorar qualquer iniciativa para não termos que lamentar num futuro próximo o que hoje lamentamos que se tivesse feito no passado, como se verifica em todas as povoações onde o urbanismo se fez inteiramente liberto de qualquer simples regra de estética, de salubridade e de cómoda comunicação.

Não deve a Câmara perder de vista que o concelho está localizado à entrada de Lisboa e, se bem que não possa acompanhar o ritmo de aformoseamento que Lisboa vai tendo, não pode perder a oportunidade de, pelo menos nas suas ligações principais, lhe dar a característica que convém ao interesse geral.



Lourinhã



CONCELHO de 3.ª classe. Compõe-se das freguesias de Miragaia, Moita dos Ferreiros, Moledo, Reguengo Grande, S. Bartolomeu

e Vimeiro. O presidente da Câmara é o sr. Manuel Lourenço da Luz, que ao concelho tem prestado inestimáveis serviços. São vereadores os srs. José Henriques de Oliveira Almeida e António da Silva Prazeres, e chefe da secretaria o sr. Carlos Alberto da Cunha Pessoa.

Desde o advento do «28 de Maio», o concelho tem sido valorizado por inúmeros benefícios, podendo verificar-se que é no distrito de Lisboa o melhor servido por uma rede de estradas concelhias.

A Lourinhã, há dez anos, estava isolada. Os seus caminhos eram intransitáveis. Hoje orgulha-se de ser servida, de lés-a-lés, por ótimas estradas, que vão entroncar com as estradas nacionais.

A Lourinhã foi berço de filhos ilustres. Actualmente, ajudada por pessoas de alta categoria que aqui se fixaram, voltou ao seu antigo esplendor.

O sr. presidente da Câmara tem procurado, quanto em si cabe, que a *poli-tiquice*, que às vezes divide os homens nesta terra, desapareça. E tem-no conseguido, gozando hoje a Lourinhã de justa reputação de terra hospitaleira e cavalheiresca.

Próximo da Lourinhã, a dois quilómetros, há a Praia da Areia Branca, que vai tendo grande desenvolvimento e nomeada.



Manuel Lourenço da Luz, presidente da C. M. de Lourinhã



Mafra

VILA e concelho de 2.ª ordem, comarca de 2.ª classe. Distrito de Lisboa. População do concelho, 30.036 habitantes. População da vila,

5.213 habitantes. Composição da Câmara Municipal: capitão João Lopes, presidente; Amadeu Rulim, António de Matos Silva Freire, Luiz Maria Rodrigues, Sérgio Teixeira Rodrigues, vogais; António Duarte Resina Júnior, chefe da secretaria.

Da gerência de 1939, constam as seguintes obras e melhoramentos:

Deu-se o maior impulso e seguiu-se com a mais cuidada atenção a marcha do projecto de abastecimento de água a Mafra, tendo sido aprovada pelas repartições competentes a primeira fase dos trabalhos; concluiu-se a terraplanagem da estrada do Milharado; procedeu-se à limpeza de colectores, reconstrução de passeios e ensaibramento de ruas, na Malveira; arranjo de um poço e construção de um chafariz, em Montemuro; reparação da estrada de Vila Franca do Rosário e da estrada entre o Casal de Barbas e o Casal da Joana; conclusão do arranjo da Praça da República da Ericeira (nova iluminação, nova faixa central e bancos); conclusão do arranjo da Praça da República e Largo Conde Ferreira, em Mafra; reparação do edificio da escola de Monte Bom; reparação em várias estradas municipais; reparação da ponte do Sobral d'Abelheira; obras de água na Picanceira e Santo Estêvão; reparação de três troços de estrada que convergem na Ericeira.

Mercados, matadouros e jardins — Obras de beneficência do mercado de Mafra; compra de ferramentas e utensílios para os matadouros municipais; arranjo e alindamento dos jardins.

Assistência — Distribuição de subsídios a diversos estabelecimentos de assistência, no total de 61.351\$22.



Capitão João Lopes, presidente da Câmara Municipal de Mafra

Instrução—Aquisição de carteiras, mapas e outros artigos para as escolas e postos escolares. Criação do posto escolar do Zambujal, e do 3.º lugar masculino da Ericeira.

Iluminação pública—Procedeu-se à electrificação de mais duas povoações do concelho: Venda do Pinheiro e Aseiceira Pequena.

Diversos—Houve a tradicional época de concertos de carilhão em Mafra.

Distribuíram-se subsídios às Juntas de Freguesia, no

montante de 20.500\$00.

Foi superiormente aprovada a nova postura de pesos e medidas.

Procedeu-se à substituição de mobiliário de diferentes repartições públicas.



Montijo

MONTIJO tem condições de vida como poucas no nosso País, porque são muitos os ramos de actividade desenvolvidos pelos seus habitantes,

o que concorre imenso para o bem estar deste povo. Em casos de crise, nem todos os ramos são afectados e, por isso, o equilíbrio financeiro é quasi constante.

A actividade camarária, na vigência da actual vereação, composta pelos srs. António Joaquim Marques, presidente; António Inácio da Silva e José Pereira Duarte, vereadores; tendo como chefe de secretaria o sr. Alvaro Tavares Mora, tem-se feito sentir pelas grandes obras empreendidas e levadas a efeito em tal número e grandeza que logo que as maiores, que estão em plena actividade, estejam concluídas, a fisionomia da da terra será completamente diferente da que tinha há alguns anos.

Com uma população sempre crescente e as receitas para o Estado aumentando, também constantemente, acaba esta vereação de iniciar diligências junto dos altos poderes para que o concelho, que hoje é de 3.ª classe, passe a 2.ª, porque possui os requisitos estabelecidos na alínea b) do n.º 2 do § 2.º do art. 3.º do Código Administrativo—Comarca de 2.ª classe—Relação de Lisboa.

Tem esta terra merecido o auxilio do Estado duma maneira absolutamente efectiva, porque, para as grandes obras empreendidas tem recebido, em comparticipação e em obras levadas a efeito pelo Estado, alguns milhares de contos.

Canalização de esgotos: em 1939 fizeram-se aproximadamente 3 quilómetros de colectores de diversas dimensões.

Abastecimento de água: não está ainda

concluído porque a situação internacional muito tem prejudicado, mas deve estar concluída ainda este ano; já custou esta obra 1.700 contos, tendo o Estado participado com 629.500\$00

Calcetamento das ruas: gastaram-se muitas dezenas de contos, tendo o Estado participado com 48.000\$00.

Modificação da rede de energia eléctrica: aguarda-se apenas a aprovação do respectivo projecto e orçamento, para a Câmara contrair um empréstimo, já autorizado, de 600.000\$00 e a comparticipação pedida de 224.000\$00.

A população escolar é de 1.442 crianças nas escolas oficiais e 400 nas particulares.

Assistência: possui Misericórdia, Posto de Socorros, com o sr. dr. Manuel da Cruz Júnior; Posto municipal (consultas grátis aos pobres) pelos médicos municipais; Comissão de Assistência aos pobres da freguesia do Montijo, que distribuiu, em 1939, 46.586 refeições; Asilo de S. José, Montijo, que tem internados 24 asilados; e Bombeiros Voluntários.

Para todas estas instituições, contribuiu a Câmara Municipal com algumas dezenas de milhar de escudos anualmente.



Marinha Grande

VILA. Concelho de 3.ª ordem e fiscal de 3.ª classe. Sede da 3.ª circunscrição florestal agrícola. Comarca e distrito de Leiria. População do concelho, 12.258 habitantes; população da vila, 8.601 habitantes. Freguesias do concelho: Marinha Grande (N.ª S.ª do Rosário, sede); Vieira de Leiria.

Concelho de grande actividade industrial e agricola, a sua municipalidade procura manter o equilibrio administrativo sem descurar as importantes iniciativas e obras necessarias ao prestigio e progresso da região. Está em efectividade municipal o presidente substituto sr. Adriano Marques Roldão, que é, também, delegado especial do Governo neste concelho, sendo seus colegas na vereação os srs. Albano Tomé Feteira e José de Jesus Couceiro. Ocupa o lugar de chefe de secretaria o sr. Amadeu de Macedo.

Dentre as legítimas aspirações do concelho, figuram como mais importantes:— Cedência a este municipio do velho edificio da Resinagem, propriedade do Ministério da Agricultura e que se pretende adaptar a mercado fechado deste concelho;— Construção dum edificio escolar na sede do concelho, pois que o actual não possui o número de aulas suficientes, sem condições higiénico-pedagógicas exigidas, para a numerosa população escolar deste concelho;— Captação e distribuição domiciliária de águas à vila;— Construção do Estábulo na freguesia de Vieira de Leiria;



Adriano Marques Roldão, presidente substituto, na efectividade, da C. M. de Marinha Grande e delegado especial do Governo no concelho.



Nazaré

CONCELHO de 3.ª ordem e fiscal de 3.ª classe.

Comarca de Alcoçaba, distrito de Leiria. População do concelho, 10.539. Compõe-se de três freguesias: Nazaré, Famalicão e Valado de Frades. Composição da Câmara Municipal: José Maria Codinho, presidente; António Amaro Lopes e Eleuterio de Sousa Neves, vereadores. Serafim de Castro e Silva, chefe da secretaria.

Nazaré, uma das lindas praias da costa portuguesa, vive quasi exclusivamente do turismo e da pesca, industria que ocupa a maior parte da sua população e que tem, por mais duma vez, chamado as atenções das entidades officiaes para a necessidade urgente da construção dum pórtico de abrigo, melhoramento que os pescadores consideram uma questão de vida ou de morte.

Referir-nos-emos ao assunto mais de espaço, na secção A «Pesca e os pescadores» que iniciamos neste número.



Óbidos

CONCELHO de 3.ª ordem e fiscal de 3.ª classe.

Comarca das Caldas da Rainha. Distrito de Leiria. População do concelho, 10.107 habitantes. Compõe-se das freguesias de A-dos-Negros, Amoreira, Olhomarinho, Santa Marinha, São Pedro, Sobral de Lagoa e Vau. Composição da Câmara Municipal: José Ferreira Pinto Basto de Siqueira, presidente; Joaquim Filipe Ribeiro e José António Faria, vereadores. António Rodrigues de Sousa, chefe da secretaria.

«A beira da estrada que leva ao Pórtico, há uma terra quasi desconhecida, cujas muralhas atraem irresistivelmente os olhos dos peregrinos»

«Pouca gente lá vai e quem passa na estrada, não pára, limitando-se a contemplar aquêle perfil romântico e misterioso da vila adormecida»

«Lá no alto, dominando toda a vila, ergue-se o castelo, monumento nacional e um dos mais perfectos exemplares da nossa fortificação medieval».

«Para o lado do mar, estende-se a fértil veiga da «Várzea da Rainha» e, ao fundo, a famosa Lagoa de Óbidos, onde a pesca, a caça e o remo desafiam os desportistas».

«Para o Sul, colinas verdejantes com pomares afamados, terras vermelhas onde os moínhos alegram a paisagem»

Eis uma síntese de Óbidos, extraída dum dos seus magníficos prospectos de propaganda da região.

A Câmara Municipal cuida, amorosamente, dos interesses e dos pergaminhos cavalheirescos de Óbidos que registam lances dos mais belos da história portuguesa.



José Pereira Duarte, vereador da C. M. de Montijo

Ciosos do pequeno burgo confiado à sua guarda e administração, os edis fazem milagres de economia para que os poucos recursos financeiros sejam aplicados, constantemente, em engrandecimento da vila e manutenção dos seus preciosos monumentos.

Do excelente traslado administrativo que a Câmara Municipal nos enviou, pode avaliar-se a forma honesta e inteligente como são cuidados os interesses do histórico concelho:

Recitas:	
Impostos directos	137.167\$30
Taxas — Rendimentos de diversos serviços	66.518\$30
Rendimento de bens próprios	6.185\$30
Reembolsos e reposições	2.698\$50
Consiguação de receitas	33.099\$23
Receita extraordinária	36.106\$75
	<u>281.775\$38</u>

Despesa:	
Secretaria	88.882\$15
Tesouraria	8.960\$00
Serviços de Saúde	9.757\$70
Serviços de higiene e limpeza	1.801\$75
Serviços de luz	40.731\$25
Cemitério	4.392\$00
Matadouro	1.200\$00
Obras	70.737\$80
Cadeia	3.311\$50
Polícia Municipal	20\$00
Serviços de aferições	1.632\$50
Serviços de Incêndio	100\$00
Instrução	9.121\$25
Pagamentos a diversas entidades por consiguação de receita	46.707\$78
	<u>287.355\$48</u>

Resulta desta conta um «deficit» de 5.580\$10, que entra na conta da «Zona de Turismo», com a seguinte distribuição:

Recita:	
Saldo do ano anterior	1.180\$18
Percentagens e outros rendimentos	14.706\$30
	<u>15.886\$48</u>
Despesa:	
Obras, águas, propaganda e percentagens ao Estado	9.269\$32
«Deficit» da conta geral	5.580\$10
Saldo para 1940	1.037\$06
	<u>15.886\$48</u>

O orçamento para 1940, o ano jubileoso das Comemorações Centenárias, consigna as verbas seguintes:

Recita:	
Impostos directos	141.400\$00
Taxas e vários rendimentos	65.000\$00
Bens próprios	5.800\$00
Serviços a particulares	3.000\$00
Consiguação de receitas	44.400\$00
Receita extraordinária	227.405\$00
	<u>487.005\$00</u>



D. José de Siqueira, presidente da C. M. de Obidos

Despesa:

Secretaria	100.200\$00
Tesouraria	8.800\$00
Serviços de Saúde, etc.	10.960\$00
Higiene e limpeza	6.300\$00
Luz	46.000\$00
Cemitério	5.000\$00
Matadouro	8.500\$00
Obras	237.245\$00
Cadeia	3.600\$00
Polícia	1.000\$00
Aferições	2.000\$00
Serviço de incêndios	1.000\$00
Instrução	12.000\$00
Consiguação de receitas, vários pagamentos e subsídios	44.400\$00
	<u>487.005\$00</u>

Este orçamento está subscrito pela Câmara, pelo chefe da secretaria e pelos conselheiros municipais que são, além do presidente, presidente também do município, os srs. Manuel Maria Amorim Garcia, Cristiano Cardote, José Ribeiro Lopes, José Miguel Pereira, P.º José Miguel Ferreira de Moura, João Maria Gomes e Cândido Avelar.

Entre muitas outras de pequena importância, a Câmara Municipal de Obidos efectuou, em 1939, as seguintes obras:

Terraplanagem, blocagem e obras de arte da estrada de Obidos ao Pinhal; pavimentação completa e obras de arte da estrada de turismo de Obidos à Lagoa; estudo para a canalização de águas em rede de distribuição na sede do concelho; reparação das fontes públicas e de edificios escolares em vários lugares do concelho.

Constituem aspirações imediatas do concelho, as seguintes obras: canalização de água e respectiva rede; construção dum matadouro; construção da estrada de Santa Iria-Casais, 2.º lance; construção da estrada da Sancheira Pequena; construção da estrada de Gaeiras à Estrada Nacional n.º 10 de 1.ª; reparação das calçadas da vila; construção de um lavadouro público; reparação e modificação dos Paços do Concelho.

As obras orçamentadas para 1940 são as seguintes:

Construções novas: estrada do Pinhal, 15.000\$00; estrada das Graciceiras, 20.000\$00; estrada da Sancheira Pequena, 15.000\$00; estrada das Gaeiras, 28.000\$00; estrada de Olhomarinho, 2.745\$00; estrada Santa Iria-Casais ao extremo do concelho, 30.000\$00. Reparações e conservações: estrada do Sobral, 20.000\$00; várias estradas e caminhos, 20.000\$00; lavadouros, tanques, rios e fontes, 6.000\$00; edificios da Câmara, 5.000\$00; estrada do Arrabalde à porta da vila, 62.000\$00.



Oeiras

CONCELHO de 2.ª ordem e fiscal de 3.ª classe. Comarca de Lisboa e Sintra. População, 29.394 habitantes. Compõe-se das freguesias de N.ª S.ª da

Purificação (sede), Amadora, Barcarena, Carnaxide, Paço de Arcos e S. Julião da Barra. A Câmara Municipal é composta pelos srs. tenente Manuel Pereira Coentro, presidente; Agostinho Maia de Costa Cabral de Macedo e Jaime Athias, vereadores.

A Câmara Municipal do concelho de Oeiras, cumprindo o seu programa de bem-servir e de pugnar pelo desenvolvimento do concelho, numa acção constante de persistência e tenacidade, tem empregado todos os seus esforços na consecução dêsse

desiderato e, se bem que não seja ainda aquilo que desejaria, muito, felizmente, se tem operado nesse sentido. Assim, em todos os sectores da vida municipal, se verifica um progresso sensível, nomeadamente no capítulo dos melhoramentos públicos, como adiante se pode constatar. Não tem esta municipalidade descuidado qualquer dos assuntos que lhe são adstritos e desde o funcionalismo camarário, às obras, saneamentos, higiene e assistência, tudo tem sido cuidadosamente estudado.

O concelho de Oeiras, pela sua excepcional situação, no triângulo de turismo Lisboa-Cascais-Sintra, tem um movimento e umas exigências extraordinárias, que provam exuberantemente a sua importância e o seu trabalho.

Reúne um núcleo de povoações deveras interessantes e conta três vilas progressivas, com uma população concelhia de mais de trinta mil habitantes. As suas lindas praias de Algés e Oeiras, concorridíssimas na época balnear, constituem uma forte atracção que de ano para ano aumenta. A gerência dêsse município constitui um trabalho encargo, porquanto quasi todas as localidades, devido à sua localização bem perto da capital, aspiram e com razão, a todos os melhoramentos modernos e o orçamento camarário, apesar de ter atingido, no ano corrente, a totalidade de 1.949.885\$00, não é o suficiente para a efectivação de todos os encargos considerados imprescindíveis. No capítulo de assistência, despênde anualmente 231.100\$00. No da instrução, 88.946\$00. Na higiene e limpeza, 248.000\$00. Jardins e arborização, 71.511\$00, não contando com o serviço de mercados, cemitérios, policia, etc. Os serviços municipalizados de águas e carnes, com a sua autonomia, concorrem grandemente para o equilibrio da vida municipal. No que respeita ao capítulo de melhoramentos realizados nas várias freguesias do concelho de Oeiras, a nota que se segue é bem elucidativa, sobre o que tem sido a administração camarária nestes últimos anos e o que ela representa nesse esforço colossal. É certo que tem havido participações do Estado, mas obras ha, e de vulto, que foram levadas a efeito somente com as disponibilidades do município.

Melhoramentos efectuados — Construção de lavadouros públicos em Queluz de Baixo, Falagueira, Damaia e Laveiras; reparação de pavimentos e semi-penetração betuminosa em Santo Amaro de Oeiras; ampliação e beneficiação do parque de Santo Amaro de Oeiras, retretes, etc.; reparação e semi-penetração betuminosa da rua Lino de Assunção, em Paço de Arcos; construção de um parque público, na Amadora, e retretes; construção de um pavilhão para retretes públicas, em Paço de Arcos; reparação e ampliação da rua José Diogo da Silva, em Oeiras; reparação da estrada de Barcarena a Massamá, Portela de Carnaxide, estrada da Terrugem, Figueirinha e Costa de Linda-a-Pastora; reparação da Avenida Marquês de Pombal, em Paço de Arcos; construção de ossários e jazigos nos cemitérios de Oeiras e Amadora; reparação e revestimento betuminoso dos pavimentos em Caxias; construção de ruas no Bairro das Antas, em Santo Amaro de Oeiras; construção de retretes públicas, em Oeiras; instalação de um colector junto à ribeira da Lage, em Oeiras; revestimento superficial betuminoso das ruas de Al-



Tenente Manuel Pereira Coentro, presidente da C. M. de Oeiras

gés; construção de uma escola em Queluz de Baixo e acabamento da escola de Barcarena; construção de retretes públicas e de um edifício destinado a garagem e cocheira, em Algés; adaptação de um edifício pombalino à instalação dos novos Paços do Concelho de Oeiras; construção de um mercado municipal na Amadora.

Recentemente, fez-se a inauguração do mercado agrícola da Amadora, sem dúvida o melhor do concelho e um dos melhores dos arredores de Lisboa e encontram-se em vias de acabamento, em Oeiras, os novos Paços do Concelho, edifício pombalino, óptimamente localizado nos históricos e belos largos do Marquês de Pombal que, contendo todos os requisitos modernos, fica um dos melhores do distrito de Lisboa.

Um dos últimos actos da administração municipal foi a expropriação amigável da antiga quinta denominada «Do Proença», destinada a um parque público e a um jardim-escola, tendo sido, nestes últimos meses aumentado o património municipal em mais de mil e quinhentos contos.



Palmela

ALGUMAS notas dos melhoramentos levados a efeito durante o ano de 1939:

A pesar dos enormes encargos que continuam a pesar sobre este município, nem mesmo assim a Câmara desanimou, procurando caminhar sempre para a frente, animada de poder seguir o grande exemplo dado pelo Chefe, que é Salazar, e, a todo o custo, prosseguir na obra de ressurgimento deste belo e laborioso concelho, a exemplo do que hoje se está verificando em todos os cantos do nosso País.

Foram elaborados e enviados ao Governo os projectos a seguir indicados, para obras consideradas como de absoluta e urgente necessidade para a vida e progresso deste concelho, tendo algumas delas sido começadas ainda no ano findo, a saber:

Construção da Avenida Dr. Oliveira Salazar, em Palmela; reconstrução e alcatroamento da Rua Almirante Reis e Praça Marquês de Pombal, em Palmela; abastecimento de águas a Palmela e Quinta do Anjo; embelezamento da Praça da República, em Palmela; construção de um lavadouro, em Quinta do Anjo; cobertura de um lavadouro, em Cabanas; estrada de acesso às Grutas Mouriscas de Quinta do Anjo; abastecimento de águas a Aguas de Moura.



Xavier Santana, vice-presidente da C. M. de Palmela

Obras começadas — Reconstrução da Rua Almirante Reis e Praça Marquês de Pombal, em Palmela; embelezamento da Praça da República, em Palmela; continuação da obra de macadamização da estrada dos Espanhóis, em Pinhal Novo; arruamentos em Quinta do Anjo; construção e reparação de calçadas em todo o concelho; reparação e conservação da rede geral de Estradas; esgotos, em Palmela; reconstrução de parte do edifício dos Paços do Concelho (2 gabinetes e Quartel da G. N. R.); construção de um aqueduto em

Pinhal Novo; plantação de árvores em todo o concelho e alguns melhoramentos introduzidos na Esplanada Venâncio Ribeiro da Costa, em Palmela; aquisição do terreno para a Avenida Dr. Oliveira Salazar, em Palmela.

Festas centenárias — Está esta Câmara animada da melhor das vontades, no sentido de colaborar, o mais intimamente possível, nas Festas do Duplo Centenário, esperando que as mesmas sejam coroadas de êxito e brilhantismo, tendo em consideração o passado histórico desta Nobre Vila de Palmela, que foi sede da Ordem de São Tiago, e que, certamente, será bastante visitada por nacionais e estrangeiros durante os períodos festivos, tanto mais que se trata de uma das mais lindas regiões do nosso País e é uma interessante zona de Turismo.

Todos os bons portugueses devem visitar Palmela e o seu glorioso Castelo.

A Comissão das Festas dos Centenários é composta pelos srs. dr. Manuel Paulo de Sousa Martins, Xavier Santana, Mário Augusto dos Santos, José Trajano Godinho de Matos, Lúcio Borges da Costa, Mário Rodrigues de Oliveira, Raúl de Oliveira Machado e Augusto Joaquim Alves.



Peniche

CONCELHO de 3.ª ordem e fiscal de 2.ª classe. Sede do concelho, Vila de Peniche. Comarca das Caldas da Rainha, distrito de Leiria, patriarcado e

Relação de Lisboa. A sede do concelho tem 3 freguesias: Nossa Senhora da Ajuda, Nossa Senhora da Conceição, que já foi São Sebastião, e São Pedro. Tem 2 freguesias rurais: Serra de El-Rei e Atouguia da Baleia. A Vila de Peniche dista 87 quilómetros de Lisboa e 30 quilómetros da cidade de Caldas da Rainha; é servida por boas estradas alcatroadas e o tráfego está assegurado por camionetas, que prestam bom serviço.

Com excepção do presidente, o sr. João Mendes Madeira, que foi substituído pelo sr. tenente Luiz Pedroso da Silva Campos, a Câmara Municipal continua composta pelos srs. Artur do Rosário Dias e António Guilherme de Faria.

A Câmara Municipal de Peniche, no desejo de satisfazer os variados interesses dos municípios, porque, diga-se em boa verdade, muitos dêles são dignos de ser atendidos, tem procurado recorrer aos melhoramentos e necessidades mais urgentes do concelho, tendo sempre em atenção que as disponibilidades financeiras não lhe permitem, como seria o seu desejo, a satisfação completa das aspirações de todos que a rodeiam.

Dentro, pois, das suas disponibilidades, além de encargos com pessoal, empréstimos e outros, beneficiou o concelho de Peniche, das seguintes obras:

Conclusão de 2 edifícios escolares em Ferrel, com respectivo muro de vedação, abastecimento de águas e esgotos; construção do C. V. dos lugares dos Bolhos a Ribafria; construção do C. V. de Serra de El-Rei aos Casais Mestre Mendo; construção do C. V. de Serra de El-Rei ao Pinhal da Câmara; construção do C. V. de Ribafria à Bufarda; construção da rede de esgotos em Peniche; construção da Rua do Vale e de um colector em Atouguia da Baleia; conservação de edifícios escolares e municipais e aquisição de mobiliário.

É grande o desejo da Câmara Municipal deste concelho que as obras em curso tenham, nos devidos prazos, a sua finalidade e bem assim — que outras se iniciem e sejam levadas a cabo, com satisfação

para todos os que nos rodeiam. Assim, passamos a expor, sucintamente, as obras que esta Câmara pretende realizar:

Rêde de esgotos da vila de Peniche — Continuar esta grandiosa obra que muito virá beneficiar a higiene pública e consequentemente a salubridade da vila

Se não fôra a série de reparos levantados pela fiscalização do Estado, aliás justos, e a alteração ao projecto inicial, esta obra estaria nesta altura bem mais adiantada.

Porém, agora, que se conseguiu solucionar todas as dificuldades e fazer substituir, pela Casa fornecedora, toda a tubagem de grês condenada pela referida fiscalização, sem qualquer encargo para o Município, estamos certos de que, neste ano, esta prosseguirá sem entraves de qualquer natureza

Terraplanagem do Campo da Torre — Obra que virá dar a todos os municípios um apacecimento local onde, pela sua extensão e localização interessantíssima, se poderão levar a efeito, em melhores condições, festas como as que nos últimos anos ali se têm realizado.

Retretes no Forte das Cabanas — Pelas demarches ultimamente realizadas, contamos seja um facto a sua construção, cuja necessidade há muito se impõe.



Tenente Luiz Pedroso da Silva Campos, presidente da C. M. de Peniche



Seixal

CONCELHO de 3.ª ordem e fiscal de 3.ª classe.

Tem 10.203 habitantes. Compõe-se das freguesias de Aldeia de Paio Pires, Arrentela, Amora e Seixal.

Composição da Câmara: Presidente, Cosme Narciso Lopes; vereadores, António Policarpo Alves Ferreira e Eugénio Cândido Simões; chefe da secretaria, Carlos Maldonado de Castro.

A pesar do enorme esforço dispendido desde 1928 e que se documenta, no campo de melhoramentos, pela nota junta, esta Câmara regista com satisfação a marcha segura para melhores dias, marcha que lhe permite o desenvolvimento progressivo da sua economia. Basta afirmar que as receitas municipais, em 1926, andavam por 232 contos anuais e no ano de 1940 elas atingiram, sem sacrificio exagerado do município, 600 contos!

Obras de vulto, são: o saneamento do Bairro Novo, no total de 85 contos; pesquisas de águas para abastecimento da vila e povoação de Arrentela, no total de 75.755\$00; e canalização da água para a vila do Seixal, no total de 1.000 contos, para o que se aguarda a celebração de um empréstimo com a Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência.

A parte deste esforço que bem se mede pelas importâncias de custo, a Câmara mantém a assistência a doentes pobres, passagens aos mesmos para os estabelecimentos hospitalares e seus tratamentos ou internamentos, bem como paga os receiptários dos mesmos, num total de 125 contos anuais. A orientação das câmaras desde o 28 de Maio tem-se caracterizado, principalmente, pelos seguintes princípios:

a) Suprimir todas as despesas improdutivas, na medida do possível; instalando serviços em prédios que mandou construir;

b) Aumentar tanto quanto possível o saldo disponível, pagando débitos que absorviam juros, criando serviços de rendimentos apreciáveis, etc.

c) Gastar por ordem da necessidade pública — com assistência sanitária à população, com a sua instrução e, finalmente, com a realização de melhoramentos que o desafio crescente vai permitindo oferecer ao embelezamento e urbanização dos aglomerados populacionais do concelho.

Nota de todos os melhoramentos públicos efectuados no concelho do Seixal, com ou sem comparticipação do Estado, desde 25 de Maio de 1926

Mercado municipal, 75.372\$83; lavadouro de Arrentela, 19.326\$93; canil municipal, 15.000\$00; escolas Paiva Coelho (adaptação), 10.631\$70; instalações da secção de finanças e tesouraria, 8.770\$35; Escola Masculina n.º 2, Seixal, —\$—; esgotos da vila do Seixal, 66.597\$07; jardim do Seixal, 4.956\$20; poço dos Foros de Amora, 10.971\$45; mictórios no Seixal, 24.162\$50; lavadouro de Amora (comparticipado), 31.597\$35; lavadouro de Paio Pires (comparticipado), 19.911\$85; electrificação do concelho, —\$—; novas instalações da secretaria, 5.499\$70; aquisições de material para a secretaria, gabinete da presidência e sala das sessões, 7.996\$50; aquisições de máquinas de escrever e duplicador, 6.550\$00; novas instalações do Registo Civil e Registo Predial, G. N. R., Junta de Freguesia, 85.450\$00; aquisição de carro de regas, de transporte de carnes, da condução de lixos, 3.927\$00; ampliação da rede de iluminação pública, 6.200\$00; pesquisas de águas para abastecimento da vila, 75.755\$00; instalação de telefone na Câmara, 516\$00; mobiliário para as escolas Paiva Coelho, 17.393\$95; matadouro municipal (obras), 8.858\$36.



Cosme Narciso Lopes, presidente da C. M. do Seixal

Estremadura. O orçamento municipal é de 600 contos, não permitindo pois a execução rápida dos melhoramentos de que a vila necessita, tais como: edifícios escolares, Paços do Concelho e aquisição de terrenos para expansão da vila. Em 1939, as obras mais importantes realizadas foram a transformação do largo dos Valentes, reparação da estrada da Corredoura e reparação de vários arruamentos. Presentemente, está sendo elaborado o Plano de Urbanização. Neste plano, prevê-se a abertura de novos arruamentos, a construção de edifícios escolares, Paços do Concelho, matadouro, lavadouro e um parque público. A área do concelho é muito grande; a pesar disto, porém, todos os seus núcleos populacionais importantes estão ligados por estradas municipais, que se encontram em bom estado.

A maior aspiração de Sesimbra é a construção do porto de abrigo, obra absolutamente necessária para a economia da vila e para a segurança dos haveres e vidas dos seus 2.500 pescadores. Em Sesimbra publica-se o semanário *O Sesimbrense*.



Engenheiro Joaquim Mateus Prêto Chagas, presidente da C. M. de Sesimbra



Sintra

CONSCIENTE das suas responsabilidades como administradora dum dos mais categorizados concelhos limítrofes da capital, ponto obrigatório de reunião dos nossos visitantes, a municipalidade de Sintra, cuja constituição é a mesma da gerência de 1938, continua a defender a sua economia, aplicando as receitas municipais de molde a conseguir delas o maior proveito possível para a tão bela e apreciada estância de repouso e veraneio. Eis o balanço da gerência de 1939:

Receita: — Saldo do ano anterior, 91.202\$42; cobrança de impostos, taxas, licenças, etc., 2.084.832\$08; levantamento por conta do empréstimo, 214.797\$28; subsídios do Estado, 110.256\$85; Taxas de turismo, 170.896\$61; empréstimo para a Zona de Turismo, 760.000\$00. Soma, 3.431.985\$24.

Despesa: — Encargos do empréstimo, 46.113\$28; pensões de aposentação, 8.713\$20; vencimentos de pessoal da secretaria e tesouraria, 111.276\$00; despesas diversas, 155.656\$84; despesa com transporte e tratamento de doentes, 108.047\$12; subsídios de beneficência, 20.146\$00; subsídios às Juntas de Freguesia, 39.300\$00; paga-



Américo dos Santos vice-presidente da Câmara de Sintra e delegado do Governo

mento do passivo do ano de 1937, 22.521\$67; despesa com o serviço de saúde, 43.803\$50; sanidade pecuária, 31.308\$95; serviço de higiene e limpeza, 179.232\$34; iluminação pública, 149.210\$19; serviço de cemitérios, 47.710\$95; matadouros, 143.103\$90; serviços de obras 831.665\$88; manutenção e melhoramentos em parques e jardins, 82.172\$40; cadeia, 6.703\$45; despesa com serviço de polícia, 115.084\$84; serviço de aferições, 5.300\$10; subsídios para serviço de incêndios, 40.000\$00; despesa com serviço de instrução, 85.008\$05; despesa com instalação da biblioteca, museu e arquivo, 57.536\$30; encargos do empréstimo da zona de turismo (e liquidação do primitivo empréstimo), 616.954\$55; despesa com o escritório da Zona de Turismo, 78.178\$71; despesa em parques e jardins, 35.221\$71; diversas obras e melhoramentos, 72.534\$74; Soma, 3.132.511\$67. Saldo para o ano seguinte, 299.473\$57. Total, 3.431.985\$24.



Sobral do Monte Agraço

CONCELHO de 3.ª ordem e fiscal de 3.ª classe, Comarca de Torres Vedras, Freguesias: Sobral, S. Quintino e Sapatária. Composição da Câmara: Marceano dos Santos

José Máximo, presidente, Joaquim Franco; presidente substituto, Zeferino da Silva; vereadores, João Simões Costa e Francisco José Máximo.

Interessante região turística, com pontos de vista muito interessantes, quasi todo o concelho é bastante accidentado, variando a sua altitude entre 135 e 440 metros acima do nível do mar. A vila do Sobral pode ser considerada entre as mais higiénicas da provincia, com as suas ruas limpas e bem pavimentadas, rede de esgotos, luz eléctrica, água canalizada aos domicílios, bôças de incêndio espalhadas por toda a vila, etc.

Das obras realizadas durante o ano de 1939, destacaremos as seguintes: conclusão das obras de abastecimento de águas à vila do Sobral; melhoramento nos serviços de abastecimento de águas a Pero-Negro; obras de abastecimento de água a Fetais, com importantes trabalhos de pesquisa e construção de uma fonte e um lavadouro; terraplanagens e início das obras para a construção do matadouro municipal; canalização de águas nos edifícios da Câmara Municipal, escolas e pòsto da G. N. R.; compra de uma propriedade rústica por 80.000\$ para urbanização e construção do mercado municipal; reparação e calcetamento de quasi todas as ruas da vila, construção de passeios e esgotos, etc.; construção de um campo desportivo municipal; construção de obras de arte e terraplanagens na estrada que liga o lugar da Serreira ao alto da Sapatária.

Tem esta Câmara em estudo, para realização imediata, a abertura de algumas estradas no concelho e reconstrução e reparação de quasi todas as existentes.



Francisco José Máximo, vereador do Sobral do Monte Agraço



Sesimbra

CONCELHO de 3.ª classe, com uma população de 14.000 habitantes, tem duas freguesias: Santiago e Castelo.

A Câmara Municipal é constituída por: maior de engenharia Joaquim Mateus Prêto Chagas, presidente; Carlos Ferreira Lourinha e Joaquim António de Carvalho e Oliveira, vereadores; António Carlos de Abreu e Felisberto da Silva Lima, vereadores substitutos. Chefe da secretaria, José dos Reis Rumina.

Antigo burgo de pescadores, Sesimbra impõe-se hoje como centro piscatório importante e estância balnear.

Devido às importantes obras últimamente efectuadas, saneamento, luz eléctrica, abertura de novos arruamentos e muitos outros trabalhos de urbanização em que o Estado tem comparticipado, quasi sempre, Sesimbra é hoje uma das melhores praias do distrito de Setúbal, freqüentada, principalmente, por famílias do Alentejo e



Tórres Vedras

CONCELHO de 2.ª ordem e fiscal de 1.ª classe. Comarca de 1.ª classe. Relação

de Lisboa. Rêde telefónica urbana e estação de correios, telégrafo e telefones de 1.ª classe. Estação de caminho de ferro, uma das principais da linha de Oeste.

A população do concelho ascende a mais de 55.000 habitantes. Foi concelho de 1.ª ordem, mas, na vigência do novo Código Administrativo, foi classificado em 2.ª ordem, por a sua população, segundo o censo de 1930, ser apenas de 47.953 habitantes.

O concelho compõe-se de 17 freguesias: Carmões, Carvoeira, Cunhados, Dois Portos, Freiria, Matacães, Maxial, Monte Redondo, Ponte do Rol, Ramalhal, Runa, Santa Maria (tem anexada a freguesia de São Miguel), São Pedro (tem anexada a freguesia de São Tiago), São Pedro da Cadeira, Silveira, Turcifal e Ventosa

Composição da comissão administrativa da Câmara Municipal: Presidente, engenheiro D. José Maria Teles da Silva; vogais, Severino Henriques da Silva Gouveia, Miguel Leal e Silva, Oscar Manuel de Castro e Manuel da Silva Antunes; chefe da secretaria, Joaquim Ferreira da Encarnação.

Não publicamos o resultado da gerência de 1939, por não nos terem sido enviados os respectivos relatórios. Sabe-se, apenas, que as contas fecharam com um saldo positivo de 91.896\$64.

Publicamos a seguir algumas notas de interesse, sobre a fértil região.

Vila antiga, das principais da província da Estremadura, está situada a 56 quilómetros ao norte de Lisboa, sendo contornada pelo rio Sizandro e atravessada pela estrada de Lisboa ao Pôrto.

Centro de uma fértil e extensa região agrícola, tem uma vida comercial e industrial intensa e importante, que muito tem

contribuído para o seu desenvolvimento económico. O principal produto agrícola da região é o seu afamado vinho, que exporta, em grande quantidade, não só para o resto do país, como também para o estrangeiro

Mercados e feiras — Além dos mercados que se realizam no terceiro domingo de cada mês e das feiras anuais de São Vicente (22 de Janeiro), São Pedro (29 de Junho) e Feira Nova (3.ª domingo de Agosto), possui um magnífico mercado municipal coberto, todos os dias abundantemente abastecido de produtos agrícolas da região, frutas, peixe, etc.

Matadouro municipal — Director, dr. Celestino da Silveira Almendro, médico-veterinário. Sofreu ultimamente grandes obras de transformação e ampliação, não se encontrando ainda completo o respectivo projecto.

Durante o ano de 1939, foram ali abatidas, com destino ao consumo público, 4.796 reses, com o peso total de 375.766 quilos, assim discriminadas: 1.581 vacas, com o peso de 246.671 quilos; 433 vitelas, com o peso de 14.718 quilos; 1.074 porcos, com o peso de 94.013 quilos e 1.708 carneiros, com o peso de 20.364 quilos. Também foram inspecionados, com destino ao consumo público, 27.133 quilos de toucinho.

Escolas — Possui na sede do concelho um magnífico edifício escolar, aonde funcionam oito aulas de instrução primária. Espalhadas pela área do concelho, existem 43 escolas primárias (a maior parte em edifício próprio) e 23 postos escolares. Possui uma escola secundária municipal, instalada na ala esquerda do edifício escolar, aonde se pode concluir o curso geral dos liceus. Director, dr. Mário Pessoa de Sousa Dias.

Museu municipal — Director, dr. Aurélio Ricardo Belo; director-adjunto, Leonel de Freitas Trindade. Encontra-se instalado numa dependência da igreja de São Pedro (sala dos clérigos pobres) e nele se encontram alguns objectos de raro valor histórico e artístico, como o manuscrito do foral da vila, dado por El-Rei D. Manuel I, algumas telas quinhentistas e o célebre «Buffle da Maceira», sobre o qual foi assinado em 22 de Agosto de 1808, pelos generais

Dalrymple e Burrard, pela Inglaterra, e Kellerman, pela França, o «Armistício da Maceira», que, depois de ratificado em Lisboa, oito dias depois, corre mundo com o nome de Convenção de Sintra (1).

Biblioteca municipal — Inaugurada em 24 de Fevereiro de 1934. Director-honorário, dr. Rafael de Salinas Calado. Director, dr. José de Matos. Instalada numa das salas do edifício escolar. Sala ampla, cheia de luz e com calefacção. Possui alguns manuscritos interessantes, assim como várias obras de interesse bibliográfico.

Possuia em 31 de Dezembro de 1939, 3.988 volumes, tendo sido freqüentada por 4.193 leitores, que consultaram 4.649 volumes. Nos meses de Junho a Outubro, esteve funcionando, no parque de Tórres Vedras, uma biblioteca móvel, com grande freqüência.

Águas termais — Possui várias nascentes de águas termais, destacando-se entre todas as Termas dos Cucos, a pouco mais de um quilómetro da vila, afamadas pelas suas águas e lamas medicinais no tratamento de reumatismo gotoso e artrítico.

As águas sulfurosas da Fonte Nova, dentro da vila e as águas termais da Maceira, adquiridas há pouco tempo pela Câmara Municipal, muito afamadas nos arredores pela sua eficácia no tratamento de doenças cutâneas.

A cêrca de 15 quilómetros, está a aprazível praia de Santa Cruz, servida por carreiras regulares de camionetas da estação do caminho de ferro desta vila e directas de Lisboa.

(1) Diz o dr. António Ferrão, no seu livro *A Primeira Invasão Francesa*, que a Convenção de Sintra nada tem que justifique tal designação local — como disse o general Dalrymple na sua memória, impressa em Londres, em 1830. Mas porque se chamou a tal tratado Convenção de Sintra? A essa pergunta, procura responder o escritor inglês Mr. Churchman, em 1909, num artigo do *Bulletin Hispanique*, de Bordéus, quando diz que essa designação «de Sintra» provém de se ter imaginado em Londres que naquela vila fora ajustada ou assinada a Convenção, pois foi datado de Sintra que a 5 de Setembro de 1808, o general Hew Dalrymple enviou para Londres, ao seu governo, o primeiro ofício ou despacho comunicando a assinatura da Convenção. Efectivamente, no *Correio Brasiliense*, de 1808, págs. 307-308, figura esse ofício, datado do «Quartel General de Sintra».



Relatórios

J. P. E.

BRANCO DE 1939

1939

Relatórios

J. P. E.

1 9 3 9

Subsídios de Família

GENERAL HARMONY

Thomas Fisher & Co. Ltd.

General

General

General

General

General

General

Relatórios

J. P. E.

BALANÇO DE 1939

A vida da Junta de Província da Estremadura segue, silenciosamente, no desempenho das funções que o Código Administrativo lhe atribue. Demos no nosso Boletim anterior — o da gerência de 1938 — uma ligeira nota da acção desenvolvida, relatório descolorido e redigido no tumulto dum período de reorganizações que perdurou através do ano de 1939. Não podemos ainda no presente número dar inteiro desenvolvimento a certos capítulos da administração deste Corpo Administrativo, principalmente no que se refere à Escola, que findou a sua missão e à Secção de Tutelagem da Assistência privada e outras instituições sujeitos à fiscalização da Junta. E' este um trabalho que, depois de devidamente observado pelas instâncias respectivas e vertido em crítica, neste relatório, surpreenderá o leitor curioso das coisas verdadeiramente interessantes.

O ano de 1939 foi, para a Junta de Província da Estremadura, um ano cheio de preocupações, derivadas, principalmente, da execução imperativa de termos legais, o que causou grandes modificações nalguns dos serviços estabelecidos, parte dos quais são mantidos ainda dentro do campo facultativo e estritamente experimental, indicado pela letra do Código Administrativo. Vimos, durante este exercício, sair dos quadros dos serviços da Junta elementos de alto valor, para serem substituídos por outros não menos valiosos, dentro das cláusulas legais. Assistiu-se a um desenvolvimento apreciável dos Serviços de Puericultura que, conforme registamos noutra parte, foi ampliado com mais Dispensários em vários concelhos da província e três em Lisboa, parte dos quais só tiveram a sua inauguração oficial em 1940 — o ano das comemorações centenárias.

Não transportamos para este lugar o texto das actas das reuniões da Junta de Província da Estremadura, porque elas constituiriam para o leitor literatura massada, a enumeração do largo expediente registado e resolvido. Da rica colecção de actas e resoluções que se extrai do livro respectivo e que traduz toda a história deste Corpo Administrativo, relativa a 1939, respigamos, apenas, alguns dos factos mais notáveis.

Subsídios de Família

Logo na primeira Sessão de 1939, que se realizou em 4 de Janeiro, o sr. presidente da Junta, depois dos habituais cumprimentos do Ano Novo, trocados entre os membros da Junta, apresentou uma proposta, que justificou largamente: para a concessão do subsídio de família, em conformidade com os textos legais que consentem e determinam tão humana fórmula de remuneração justa e equitativa.

O texto da proposta, tal como consta da acta, é o seguinte:

A fim de ser rectificada, novamente se transcreve a proposta aprovada em sessão de 30 de Dezembro último, relativa à concessão de Subsídios de Família, que foi aprovada tal como segue transcrita: Proposta — Considerando que as Juntas de Província compete colaborar por forma efectiva e útil com o Governo, na realização do programa do Estado Novo; Considerando que, na hora presente, avulta a necessidade de proteger as famílias e, dentre estas, as mais numerosas; Considerando o disposto na Constituição Política vigente (art. 14.º n.º 3) e no Código Administrativo (art. 458.º),

proponho: Primeiro: que aos funcionários, chefes de família legitimamente constituída, que dediquem a sua actividade profissional inteiramente aos serviços da Junta de Província da Estremadura, seja concedida uma subvenção mensal que lhes sirva de amparo, premio ou estímulo para o desempenho exemplar da sua missão social. Segundo: Que essa subvenção seja de escudos 50\$00 para os que tenham a seu cargo três filhos menores ou filhas solteiras ou viúvas, e de mais 50\$00 por cada filho em idênticas condições, sendo porém, excluídos deste benefício os que estejam empregados. Terceiro: Que esta subvenção seja paga pela rubrica de Subsídios Diversos. Atenea B, secção quinta do artigo 16.º do capítulo 3.º do Orçamento.

Um ano de actividade

Damos, a seguir, as resoluções e acções mais importantes do ano de 1939 e que constam das respectivas actas:

Em Abril — Foi resolvido criar o Dispensário n.º 9 de Puericultura, Azeilão e conceder várias bolsas de estudo a pupilos da Escola Profissional.

Em Junho — Concessão duma bolsa de estudos na importância de 20.000\$00 ao pupilo da Junta, sr. dr. Ruy Tomaz da Costa Guerreiro, que concluiu o curso de médico veterinário com elevada classificação e que foi aconselhado pelo sr. dr. Alfredo Vidigal das Neves e Castro, professor da Escola Superior de Medicina Veterinária, para se preparar para o doutoramento na mesma Escola, a fim de concorrer a uma vaga, que se verificará dentro de algum tempo, de professor auxiliar da sua cadeira (Patologia externa e obstetricia) para o que teria de alcançar uma especialização rápida e de elevado nível científico na matéria. Como só poderia lograr esse fim se estagiasse por algum tempo em serviço da especialidade no estrangeiro, de preferência na «Escola Veterinária e Instituto para a Fecundação Artificial», de Milão, e na «Escola Veterinária de Alfort» (França) e ainda, sendo possível, na Clínica Obstétrica de Hanover (Alemanha), assim foi votado para que possa fazer o referido estágio.

Em Agosto — Ficou definitivamente arrumada a questão da Escola Profissional da Paia, conforme no capítulo respectivo desenvolvemos, para se transformar em «Escola Prática de Agricultura D. Deniz».

— Por proposta do sr. presidente, foram criados os novos serviços de «Contencioso e Contas» e de «Coordenação Económica, Cultura e Propaganda» e remodelado o funcionamento dos «Serviços de Puericultura».

— Ainda em Agosto, com outras medidas de reorganização, foi resolvido o que consta do extracto que se segue:

Por proposta do sr. presidente e tendo em vista as razões importantes que levaram o Governo a regular pelo decreto n.º 26.115 o regime das acumulações de cargos públicos remunerados; considerando as deliberações já tomadas em Conselho de Ministros com referência a acumulações requeridas por alguns médicos; considerando ainda o agravamento progressivo do problema social do desemprego e a necessidade de dar a maior eficiência aos diversos serviços a cargo deste corpo administrativo; a Junta de Província da Estremadura delibera: Primeiro — Que de futuro não poderá ser nomeado para qualquer cargo da Junta e dos serviços especiais quem desempenhe quaisquer outras funções públicas remuneradas, com excepção única para os serviços médicos dos internos dos hospitais, quando autorizados em Conselho de Ministros, dada a natureza especial desses cargos; Segundo — Que se considerem revindidos em 31 de Dezembro próximo futuro os contratos feitos com os serventários que se encontrem na referida situação; Terceiro — Que

os funcionários abrangidos por esta deliberação declarem na Secretaria desta Junta, sob compromisso de honra, até 15 de Setembro do corrente ano, quais os cargos públicos remunerados que desempenham; Quarto — Que de futuro nenhuma nomeação poderá ser feita, nem o funcionário nomeado poderá tomar posse do respectivo cargo, sem que previamente declare por escrito e sob palavra de honra que não exerce qualquer cargo público remunerado.

— Também em Agosto, a Junta aprovou, em princípio, a sua participação nas festas comemorativas dos Centenários, ficando de estudar a melhor forma da sua colaboração.

Em Setembro — Foi resolvido apresentar ao Ministro da Educação Nacional uma proposta de colaboração sobre concessão de bolsas de estudo a estudantes de escolas de ensino superior, técnico e artístico, para o que foi inscrita no orçamento da Junta a respectiva verba.

Em Novembro — Foi concedida a verba de 2.000\$00 (dois mil escudos) como donativo, à «Obra das Mães pela Educação Nacional», para a mesma entregar na Semana da Mãe, como prémio, à família mais numerosa da Província, que se encontre em igualdade de condições da que foi contemplada com a mesma importância no ano próximo findo.

— Por proposta do sr. presidente, foi resolvido criar-se mais três dispensários de Puericultura; um na cidade de Setúbal, outro em Peniche e outro na «Liga Vinte e Oito de Maio», R. das Gaivotas, aos quais ficarão pertencendo os números 10, 11 e 12.

— Foram concedidos vários subsídios, conforme deliberação de 14 de Outubro último.

— Foram concedidos alguns subsídios, e aprovado o segundo orçamento suplementar. Foi também deliberado abrir concurso documental para provimento dos lugares de médicos dos Dispensários n.ºs 10, 11 e 12 dos serviços de puericultura. Foram também aprovadas as bases do orçamento ordinário das receitas e despesas deste corpo administrativo para o ano próximo futuro, a fim de serem presentes na próxima sessão do Conselho Provincial, nos termos da lei.

Em Dezembro — Foi aprovada uma proposta do sr. presidente, extinguindo em 31 de Dezembro corrente o Dispensário Policlínico, cessando nessa data as funções dos funcionários que ali prestam serviço, deixando de pertencer a quaisquer quadros da Junta de Província da Estremadura, excepto os funcionários de serventia vitalícia, que passam na mesma data à situação de inactividade sem vencimento. Criando, para começar a funcionar em 2 de Janeiro de 1940, o Dispensário Central Policlínico organizado ao abrigo do preceito do art. 261.º, n.º 2.º do Código Administrativo e tendo em vista que venha a constituir-se em organismo hospitalar regional que à Junta se propõe criar, em harmonia com o disposto no n.º 1.º do mesmo artigo.

— Foi aprovada uma proposta que concede um subsídio mensal de cem escudos a alguns dos alunos com quasi 16 anos, ou mais, que foram entregues à família ou tutores, e que, por não possuírem a robustez necessária para os trabalhos agrícolas ou por fraca mentalidade e inadaptação ao regime de internato, a sua permanência na Escola se torna prejudicial ao seu bom funcionamento. Esse subsídio é concedido enquanto estiverem desempregados e até que alinhjem 18 anos de idade.

— Foi aprovado o orçamento ordinário para 1940. Foram nomeados os funcionários que deverão formar os quadros do Dispensário Central Policlínico e os necessários para preenchimento dos quadros dos Serviços de Puericultura.

Vogal Vítor Bueno Tôres

Na sessão extraordinária de 14 de Julho, depois de resolvidos vários assuntos urgentes, foi lida uma carta, na qual o vogal sr. Vítor Bueno Tôres pedia a concessão duma licença de noventa dias, facto que deu motivo a algumas considerações da parte do sr. Presidente e dos restantes vogais da Junta, das quais ressaltaram os altos serviços prestados por aquele vogal

à Junta, que acompanha há mais de dez anos, tendo atravessado o período mais delicado da sua vida, como seja o do saneamento administrativo, que marcou os primeiros passos definitivos deste Corpo Administrativo sob a égide do Estado Novo.

Foi concedida a licença pedida e, por este motivo, chamado à efectividade o vogal substituto sr. Carlos Farinha, para preencher temporariamente o lugar deixado em aberto. Este vogal, que se encontrava presente, entrou imediatamente no exercício das suas funções.

Escola Profissional de Paia

Em sessão da J. P. E., realizada no dia 1 de Fevereiro, foi pelo sr. Conde de Carnide, vogal deste Corpo Administrativo e presidente da Comissão especial nomeada para estudar a situação da Escola Profissional de Paia, em face da sua então aventada cedência ao Ministério da Educação Nacional, dado conhecimento à Junta do resultado dos seus estudos, cujo texto merece ser publicado na íntegra, como subsídio para a história da Escola Profissional de Paia. O traslado da respectiva acta é o seguinte:

Pelo ex.º sr. engenheiro José Street de Arriaga e Cunha (Conde de Carnide) como presidente da Comissão nomeada em sessão de Dezembro último, desta Junta de Província, conforme proposta aprovada, para estudar as medidas que deverão ser tomadas, no caso de continuar pendente, durante muito tempo, a cedência da Escola Profissional de Paia ao Ministério da Educação Nacional, ou mesmo de vir a ser tornada inviolável a transacção em estudo, foi presente a seguinte comunicação, e aprovada por unanimidade: «Tendo tido hoje lugar a primeira sessão da comissão instalada por V. Ex.ª em sessão dessa Junta, de trinta de Dezembro de mil e novecentos e trinta e oito, necessita esta comissão para melhor orientação dos seus trabalhos, de alguns esclarecimentos, e bem assim de ponderar perante V. Ex.ª alguns pontos que julga de interesse imediato para os fins económicos visados, e que não sabe se estão ou não incluídos na dita proposta. Tendo esta comissão instruções para que sejam reservados para exploração directa da Escola os terrenos exclusivamente indispensáveis à sua função didáctica, tomou esta comissão a liberdade, por proposta do seu Presidente, de lembrar a V. Ex.ª que, entre as indústrias de exploração pecuária da Escola, algumas há que poderão manter-se em menor escala, não só para facilitar o ensino como, mesmo, para sustento dos alunos. Assim, a criação dos porcos, aproveitando os restos das cozinhas da Escola, não só permitiria lucros sensíveis, mas ainda em nada viria diminuir a área de terrenos de possível aluguer. Da mesma forma, a parte existente de vacaria, embora instalada num espaço menor e acompanhada de parte da área regadiu dos terrenos da Escola, poderia manter-se reduzida, com vantagem manifesta para a realização daqueles objectivos. Por outro lado, a ovelaria, ocupando terrenos demais difícil aluguer e onde se deve prosseguir na arborização que muito pode valorizar de futuro os referidos terrenos, seria aconselhável reservar-se. Quanto à cunicicultura, proporíamos fazê-la também resumidamente, com coelhos vulgares, sem aspecto industrial, e unicamente para consumo dos alunos, estando convencidos de que o resultado desta exploração poderia traduzir-se numa sensível diminuição da verba de alimentação do internato. Todos os mais terrenos seriam dados de aluguer sob reserva do azeite, como é de uso fazer-se geralmente, e ainda porque a indústria oleícola, conservando o lagar existente, será sempre ou quasi sempre de interesse para a Escola. E' de uso, e de interesse para os proprietários, reservarem para si árvores de frutos pendentes, o que nos permitiria garantir a função didáctica nos capítulos de silvicultura e pomicultura. E' evidente que os talhões de horta, absolutamente indispensáveis, seriam também reservados. A pequena área de vinha e respectivo lagar seriam também reservados, como função didáctica e ainda porque é de certa prudência para os proprietários não alugarem os vinhedos. Parece-nos que uma das fontes de despesa relativamente mais importante e de menor resultado é a das oficinas, cuja suspensão seria de aconselhar, facilmente substituídas por alguns assalariados, pagos a jornal, e chamados apenas nas oportunidades devidas. Como medida de interesse imediato, parecia-nos útil que essa Junta nos autorizasse a vender, com as necessárias cautelas, todos os animais que fôsem julgados dispensáveis. Interessantíssimo seria para este estabelecimento escolar, não apenas sob o ponto de vista económico, mas ainda sob o ponto de vista didáctico, a obtenção, pelo Ministério da Educação Nacional, da oficialização do ensino primário no mesmo, à semelhança do que sucede na Albergaria de Lisboa e em outras instituições congêneres. Ponderados estes pontos, pedimos a V. Ex.ª nos diga se poderemos seguir nesta orientação que nos parece economicamente a melhor, a fim de darmos prosseguimento aos nossos trabalhos.»

Na sessão de 2 de Agosto, ficou o assunto definitivamente, arrumado, como se infere do extracto da acta, cuja letra o exprime assim:

Precedendo as negociações entabuladas entre o Ministro da Educação Nacional, o Director Geral da Fazenda Pública e a Junta, para extinção da Escola Prática de Agricultura de Queluz e da Escola Profissional de Paia, e a criação duma outra escola Agrícola desta Junta de Provincia, extingue a Escola Profissional de Paia em 31 de Agosto de 1939, e funda e propõe manter, em colaboração com o Estado, que lhe concederá o subsídio anual de quatrocentos e oitenta e cinco mil escudos, na propriedade da Paia, uma escola agrícola de carácter nitidamente elementar, sob a designação de Escola Prática de Agricultura de D. Deniz, destinada à formação de feitores agrícolas e operários agrícolas especializados, que possam exercer funções de capataz rural, cuja instrução ministrada será essencialmente prática, de modo a formar pessoal, que possa contribuir utilmente para o progressivo desenvolvimento da agricultura e cuja educação seja de molde a desenvolver-lhe o sentimento nacionalista e tendo-se em atenção a necessidade de promover o seu desenvolvimento físico, moral e artistico. A Escola Prática de Agricultura de D. Deniz fica, desde a data da sua instalação, filiada na «Organização Nacional da Mocidade Portuguesa».

Gerência

Na mesma reunião de 1 de Fevereiro, o sr. dr. Carlos Botelho Moniz, chefe da secretaria, apresentou à Junta a Conta Geral de 1938. Eis o que, sobre este acto administrativo consta da acta:

O chefe da secretaria, devidamente autorizado, apresenta a Conta Geral desta Junta de Provincia, relativa à Gerência do ano próximo findo. Diz ser o primeiro ano em que a Junta apresenta tão cedo as contas do ano anterior devidamente arrumadas e elogia o esforço e boa vontade dos funcionários especialmente incumbidos desses serviços, srs. Anibal Ferreira Braia e João Cunha e Silva.

O Ex.^{mo} sr. vogal Vitor Torres corroborou as palavras do chefe da secretaria, acrescentando que esta Junta é, talvez, o único Corpo Administrativo que apresenta nesta altura as suas contas. Diz, ainda, ser para notar a circunstancia da Junta encerrar as suas contas sem dívidas. Tal resultado deve-se, sem dúvida, à boa vontade, zelo, e diligência dos funcionários que trabalham nesse serviço e à boa direcção que o chefe da secretaria imprime aos serviços em que superintende.

O sr. presidente disse que pouco tinha a acrescentar ao que fica dito sobre as contas da Gerência. Disse que tal resultado deriva da boa administração desenvolvida pelo Estado Novo e terminou por propôr que, pelos motivos apresentados, fossem louvados os aludidos funcionários; que fossem aprovadas as contas da Gerência, o que foi tudo aprovado por unanimidade.

Conta geral de 1938

Receitas efectuadas:

Saldo de 1937	1.094\$02	
Depósitos	630.596\$33	651.690\$35
Rendimentos pela Secretaria		3.108.843\$96
Idem pela Escola Profissional da Paia		412.543\$35
Idem Instituto Clinico		249.246\$70
Idem Serviços de Puericultura		21.993\$60
Gerências anteriores:		
Secretaria	120.789\$58	
Escola Profissional de Paia	16.695\$10	
Instituto Clinico	8.368\$80	145.853\$48
Consignação de receitas		42.644\$81
		<u>4.632.816\$25</u>

Despesas da gerência:

Pela Secretaria		221.083\$31
De Encargos legais		243.168\$21
De Cultura e assistência		328.077\$07
Do Contencioso		18.201\$00
Da Escola da Paia		1.506.177\$65
Do Instituto Clinico		883.188\$54
Dos Serviços de Puericultura e Jardim Infantil		829.932\$22
De gerências anteriores		5.083\$75
Por consignação de receitas		42.644\$81
		<u>4.077.556\$56</u>

Saldo para as gerências seguintes:

Depósito na C. G. D.	471.741\$17	
Depósito na Caixa Económica, § 2.º, art. 302.º do Código Administrativo	50.000\$00	
Em caixa	33.518\$52	555.259\$69
		<u>4.632.816\$25</u>

Orçamento ordinário

Receitas e despesas previstas para 1940:

Receitas:

Rendimentos pela Secretaria	3.708.804\$20
Idem da Escola Prática de Agricultura D. Deniz	395.350\$00
Idem do Dispensário Policlinico Central	245.000\$00
Idem dos Serviços de Puericultura	28.000\$00
Idem de gerências anteriores	74.500\$00
Idem de consignação de receitas	102.400\$00
	<u>4.554.054\$20</u>

Despesas:

Encargos de empréstimos	70.000\$00
Pela Secretaria	382.538\$20
Por encargos legais	262.600\$00
De Cultura e assistência	363.400\$00
Pelo contencioso e contas	82.000\$00
Pelos serviços de coordenação económica, cultura e propaganda	127.600\$00
Pela Escola Prática de Agricultura D. Deniz	1.276.200\$00
Pelo Dispensário Policlinico Central	830.600\$00
Pelos Serviços de Puericultura e Jardim Infantil	1.023.916\$00
De gerências anteriores	32.800\$00
Pagamentos por consignação de receitas	102.400\$00
	<u>4.554.054\$20</u>

Este orçamento foi assinado pelos ex.^{mos} srs. engenheiro António Rodrigues dos Santos Pedroso, dr. António de Sousa Madeira Pinto, Carlos Augusto Farinha, José Street de Arriaga e Cunha (conde de Carnide) e dr. António Soares Franco, que compõem a J. P. E., e pelo sr. dr. Carlos Botelho Moniz, chefe da Secretaria.

Proposta

Com o orçamento ordinário para 1940, foi apresentada à Junta, pelo seu presidente, sendo aprovada, a seguinte proposta:

Nos termos do Código Administrativo, a Junta de Provincia da Estremadura, em reunião extraordinária devidamente convocada, propõe:

1.º — As percentagens adicionais às contribuições e impostos do

Estado e outros rendimentos e recursos da Junta de Província da Estremadura para o ano de 1940, e que constam do orçamento de Receitas, que faz parte integrante desta proposta, são avaliadas em Esc. 4.554.054\$20 (quatro milhões quinhentos e cinquenta e quatro mil e cinquenta e quatro escudos) e vinte centavos) incluídos Esc. 102.400\$00 (cento e dois mil e quatrocentos escudos) de Consignação de Receitas.

2.º — São fixadas as despesas ordinárias da Junta de Província da Estremadura em Esc. 4.554.054\$20 (quatro milhões quinhentos e cinquenta e quatro mil e cinquenta e quatro escudos e vinte centavos) incluídos Esc. 102.400\$00 (cento e dois mil e quatrocentos escudos) de pagamentos por Consignação de Receitas, como consta do Orçamento de Despesas, que também faz parte integrante desta proposta.

3.º — Durante o ano de 1940, não poderão ser utilizadas as dotações orçamentais em mais de 90 por cento, salvo expressa determinação da Junta de Província.

§ 1.º — São excluídas da aplicação deste artigo as verbas destinadas a satisfazer encargos legais, vencimentos, rendas de casa, seguros, telefones, subsídios, bolsas de estudo, ou outras de consumo total imediato. Esta exclusão abrange também as verbas referentes às secções Zoológica e Agrícola da Escola Prática de Agricultura D. Deniz, desde que nisso concorde o vogal do respectivo pelouro.

§ 2.º — Decorrido o primeiro trimestre, poderá a Junta recogar o disposto neste artigo.

4.º — Não poderão ser concedidos fardamentos e quaisquer artigos de vestuário ao pessoal menor, ainda que para esse fim se encontrem inseridas verbas especiais no orçamento, sem autorização do vogal do pelouro respectivo.

5.º — Ficam desde já incumbidos de estudar o regime de aposentações, tendo em vista o disposto no artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 27.224, os senhores chefe da secretaria, advogado sênior, director da Escola Prática de Agricultura D. Deniz, director do Dispensário Policlínico Central e inspector-secretário do Serviço Especial de Puericultura.

6.º — Todas as receitas da Junta de Província, provenientes de fornecimentos, utilizações ou comissões a funcionários, deverão dar entrada nos cofres da mesma Junta até ao dia 10 do mês seguinte a que se refere o fornecimento, utilização ou concessão.

7.º — A venda de produtos agrícolas e pecuários da Escola Prática de Agricultura D. Deniz só será permitida mediante autorização da Junta, que ficará o respectivo preço em face da proposta da mesma Escola, salvo os destinados à venda nos mercados.

8.º — Os subsídios concedidos por esta Junta serão pagos em duodécimos, enquanto se verificar que são devidamente aplicados ao fim a que se destinavam, para o que se exercerá a necessária fiscalização.

§ único. — No próximo ano de 1940 só se iniciarão os pagamentos de subsídios depois de cada uma das entidades subsidiadas ter prestado contas bastantes, conforme o anteriormente estabelecido (proposta orçamental para o ano de 1937).

9.º — Todas as disposições do orçamento para o próximo ano de 1940, referentes a despesas facultativas, devem ser consideradas como a fixação de um limite máximo, e, portanto, sujeitas às deduções que a Junta julgar necessárias, para que se mantenha o equilíbrio orçamental, no caso da cobrança do aludido adicional resultar inferior à previsão feita.

Lisboa, 29 de Dezembro de 1939. — ANTONIO PEDROSO.

Conselho Provincial da J. P. E.

No dia 2 de Dezembro, realizou-se a reunião anual ordinária dos Procuradores ao Conselho da Junta de Província da Estremadura para, em conformidade com o estabelecido no Código Administrativo, ser votado o novo orçamento geral para o ano de 1940. Feita a chamada, verificou-se o quorum legal para o funcionamento do Conselho, que se iniciou com o sr. engenheiro Santos Pedroso na presidência, secretariado pelos srs. Dario Canas, Procurador pelo Conselho de Loures, e Venâncio da Costa Lima, pelo de Palmela.

O sr. presidente abriu a sessão, anunciando a ordem dos trabalhos. Disse que seria seu desejo apresentar um relatório pormenorizado do que foi a vida da Junta durante o ano de 1939. Circunstâncias especiais, motivadas por uma série de acontecimentos importantes, de que resultou excesso de trabalho, impediram a elaboração desse relatório que, contudo, estaria feito a tempo de anteceder a entrega da documentação legal.

O orador quis, porém, dar aos srs. Procuradores uma impressão, embora leve, do que foi a gerência de 1939 e, assim, começou por se referir à instituição da «Escola Agrícola D. Deniz», que substituiu a «Agrícola de Queluz» e a «Profissional da Paia», acontecimento a que noutros lugares deste Boletim damos o devido relêvo.

A operação da transformação daquele importante serviço da Junta forçou esta a promover sensíveis alterações no seu funcionamento, não só para aproveitamento dos serventários disponíveis, como para que duma melhor arrumação de serviços beneficiasse a acção presente e futura dos órgãos de acção. Assim, além da ampliação das secções do Contencioso, da Estatística, e outras, capaz de suportar, não só a sua função de Tribunal de Contas das instituições de beneficência, como o alargamento da assistência infantil por intermédio dos Dispensários de Puericultura. Foi, ainda, criada uma secção de Coordenação Económica e Propaganda, de cujos resultados muito há a esperar.

Referindo-se à obra da Junta, por intermédio dos seus Dispensários de Puericultura, o sr. presidente considera-a importante em matéria de assistência, porquanto a percentagem da mortalidade infantil em Portugal é pavorosa. Pelo que se pode verificar nos excelentes resultados registados naqueles Dispensários, vê-se que se conseguiu ver diminuída essa percentagem nos referidos serviços. E já conhecida de todos a extensão dessa obra e podia afirmar que o desejo da Junta será dotar todos os concelhos da Província da Estremadura com Dispensários idênticos. Tinha o prazer de anunciar que, em Janeiro próximo — de 1940 — serão inaugurados mais três desses estabelecimentos, um dos quais em Setúbal, outro em Peniche e outro em Lisboa, estando esperançado de que mais Dispensários serão inaugurados ainda dentro do próximo ano, noutros concelhos.

Da importância desta assistência, ressaltam não só os resultados obtidos, mas também a honrosa visita, com críticas favoráveis e boas apreciações de altas individualidades oficiais e particulares, entre as quais se contam as do sr. Presidente da República e da sr.ª Embaixatriz de Inglaterra, para não citar muitas outras.

Neste ano foi também resolvido publicar-se o nosso Boletim, para que mais directamente leve ao conhecimento dos concelhos a obra realizada e o da que se pretende desenvolver. Foi ainda neste ano registado um facto inédito em Corpos Administrativos, resolvido em conformidade com a lei: a criação do Subsídio de Família para os funcionários da Junta de maiores encargos familiares, medida que foi, como é natural, recebida com o maior agrado pelos beneficiados. Dentro deste ponto de vista, a Junta contribuiu com um prémio pecuniário, para juntar aos que a «Obra das Mães pela Educação Nacional» distribuiu por ocasião da sua «I Semana da Mãe», às famílias mais numerosas do País.

O sr. engenheiro Santos Pedroso acrescentou que, durante o ano, houve que substituir alguns vogais por virtude de doença ou outros impedimentos, o último dos quais, o sr. Vitor Bueno Tórres, vogal das Finanças, que pediu licença temporária e foi substituído pelo vogal suplente sr. Carlos Farinha. Esperava, contudo, ver aquele vogal, companheiro dedicado de alguns anos de trabalho, nova e brevemente no seu lugar.

Por último, o orador referiu-se às receitas da Junta. Disse que elas tinham diminuído durante a gerência de 1939, mas que essa falta não se tinha feito sentir, porquanto fôra largamente coberta por algumas economias realizadas simultaneamente. Esperava, em compensação, que, no próximo ano, essa receita aumentasse, uma vez que, então, terminará a isenção da contribuição predial sobre um apreciável montante de propriedades colectáveis.

E, sobre contas, o sr. presidente apresentou, seguidamente, à apreciação do Conselho o seguinte documento:

Decorrido mais um ano de gerência da Junta de Província da Estremadura, a que tenho a honra de presidir, cumpre-me expôr a V. Ex.ª a orientação que seguimos durante esse período e submeter à vossa aprovação as bases para a elaboração do orçamento ordinário, que há-de reger-nos durante o próximo ano.

E o que vou fazer seguidamente, pedindo vênias para antes vos dirigir as saudações respeitadas da Junta de Província e relembrar com pesar e saudade aquêles, dentre nós, que tombaram para sempre durante este curto mas acidentado lapso de tempo.

Através das vicissitudes desta época, procuramos orientar a nossa actuação pelas regras que fixámos desde a primeira hora e que são as mesmas por que se tem guiado o Ilustre Chefe do Governo, na sua sábia administração: alargamento progressivo da nossa esfera de acção, dentro das atribuições que a lei nos confere, com o máximo aproveitamento dos recursos de que dispomos.

Assim, gradualmente, foi a Junta introduzindo alguns melhoramentos nos diversos serviços a seu cargo, tendo em vista que eles se tornem cada vez mais eficientes. Daí resultou uma beneficiação acentuada, por exemplo, nos serviços de radiologia do Dispensário Policlínico, e, como fora previsto, nos Serviços de Puericultura, que alargaram a sua acção a outros Concelhos da Província, segundo o critério pre-estabelecido, isto é, mediante a valiosa colaboração das Câmaras Municipais, Obra das Mães pela Educação Nacional, Misericórdias e outras Associações de Assistência.

Dois factos, porém, pesaram fortemente na administração da Junta durante o ano que agora finda: a publicação do Decreto n.º 29.808, de 7 de Agosto findo e a remodelação de serviços que, como consequência, se lhe seguiu.

Por força do referido Decreto (que resultou de longas e meticulosas negociações) foi extinta a Escola Prática de Agricultura de Queluz e autorizada a Junta a remodelar a sua Escola de Paia, que passou a funcionar em moldes semelhantes aos das Escolas elementares de agricultura que o Estado mantém. A nova Escola Prática de Agricultura D. Deniz, a cargo da Junta de Província, ministra o ensino e habilita oficialmente, segundo a orientação pedagógica do Ministério da Educação Nacional, estando, porém, a sua administração exclusivamente a cargo do corpo administrativo a que preside e só dele o respectivo funcionalismo depende disciplinarmente.

O Estado subsidia a Junta com a importância que tinha inscrito em orçamento para manter a extinta Escola de Queluz e para a mesma revertem as importâncias provenientes de propinas e a receita do internato remunerado.

Em contrapartida, a Junta de Província recebeu o funcionalismo que transitou da Escola de Queluz e teve por isso de remodelar os seus diversos serviços, para lhes dar maior regularidade e rendimento, adaptando-se ainda mais às exigências dos preceitos legais por que se rege.

Todas estas transformações ocasionaram alguma perturbação na marcha regular dos diversos serviços a cargo da Junta; mas, feito o necessário ajustamento, vamos entrando em período de normalidade, sendo já apreciável a melhoria que para os mesmos serviços resulta da nova ordem estabelecida.

Como, porém, a grande crise por que passa a Europa, de novo embrenhada num vasto e profundo conflito à mão armada, se fez já sentir bastante na economia nacional, terá a Junta de Província de adoptar, para o próximo ano, normas de ainda maior prudência.

Por isso é molesto o programa que se propõe lerar a efeito.

Seguindo o método que empregou até agora, diligenciará desenvolver ainda mais a acção dos seus Serviços de Puericultura, por forma a poder abrir novos Dispensários em Concelhos e freguesias ainda não assistidas. Encidará os melhores esforços para que a Escola da Paia, agora remodelada, venha a tornar-se um estabelecimento de ensino que se imponha pela sua acção. E irá aperfeiçoando e estreitando a coordenação entre os diversos serviços, para que seja mais firme e eficaz a direcção central dos mesmos.

Tendo em vista a solicitação feita pelo Governo para que os corpos administrativos colaborem na medida das suas possibilidades nas festas dos Centenários que se realizam no próximo ano, a Junta de Província pensou em fazê-lo, organizando uma exposição sêculo-agro-pecuária, que sirva de estímulo e demonstração dos valores que, nesse ramo de actividades, a Província encerra e de que se orgulha.

Nesta ordem de ideias, tenho a honra de submeter à apreciação de V. Ex.ª as seguintes Bases para a elaboração do orçamento ordinário para o ano de 1940:

Base 1.ª — Fica a Junta de Província da Estremadura autorizada a cobrar, durante o ano de 1940, o adicional de 2% sobre as colectas das contribuições predial e industrial e do imposto profissional, referentes à província, as receitas dos serviços actualmente a seu cargo e quaisquer outras a que legalmente tenha direito e a aplicar o seu produto às despesas a que por lei é obrigada e outras inscritas no orçamento para o mesmo ano.

Base 2.ª — A Junta continuará a manter os seus actuais serviços até resolução definitiva do Governo sobre o destino a dar aos estabelecimentos que estavam a cargo da extinta Junta Geral do Distrito de Lisboa, para o que inscreverá no orçamento as verbas necessárias. (Este preceito não se refere, no presente ano, à Escola de Paia, cuja situação se considera definitivamente regulada pelo Decreto n.º 29.808).

Base 3.ª — Enquanto subsistir a autorização concedida pelo Ex.º Ministro do Interior, a Junta manterá os subsídios concedidos pelas extintas Juntas Gerais dos Distritos de Lisboa, Leiria e Setúbal, fazendo inscrever no orçamento os verbas necessárias para tal fim.

Base 4.ª — A Junta de Província da Estremadura inscreverá em orçamento a verba necessária para prestar a sua colaboração às festas dos Centenários, podendo fazê-lo pela efectivação duma exposição agro-pecuária, em que participem a Comissão dos Centenários, Câmaras Municipais e outros organismos interessados.

Base 5.ª — Se a previsão das receitas o permitir, fica igualmente a Junta autorizada a inscrever no orçamento as verbas necessárias para dar cumprimento, no todo ou em parte, às atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 258.º e seguintes do Código Administrativo.

Lisboa e sala das sessões da Junta de Província da Estremadura, 2 de Dezembro de 1939. — O Presidente da Junta, (A) ANTÓNIO PEDROSO.

As bases para o orçamento do ano de 1940 foram aprovadas por unanimidade, após algumas ligeiras explicações, nas quais participaram os srs. engenheiro Santos Pedroso, Dario Canas, de Loures, e tenente-coronel Baptista de Carvalho, de Almada.

Ao encerrar a sessão, o sr. engenheiro Santos Pedroso, notando que o próximo ano será de grande regozijo para a Nação, por motivo da comemoração de duas datas nacionais, por todos os títulos gratas aos corações dos portugueses, quis chamar a atenção para o facto de que, através da grave emergência que o Mundo atravessa neste momento, Portugal pode viver em Paz e, mais ainda, continuar a sua obra de ressurgimento, graças ao tacto administrativo do Governo e à política, sob o ponto de vista internacional, principalmente, tão acertadamente orientada pelo eminente homem de Estado que é o sr. dr. Oliveira Salazar. Propôs, por isso, uma saudação para os dois grandes chefes da Nação: os srs. Presidente da República e do Conselho.

Em seguida, foi encerrada a sessão.

A segunda reunião, para apresentação do Orçamento ordinário a que noutro lugar fazemos referência, realizou-se dentro do prazo legal, sendo o importante documento aprovado por unanimidade.

Dispensário Central Policlínico

Tal como os outros serviços da Junta, o do Dispensário Policlínico teve, também, como noutro lugar acentuamos, importantes modificações na sua estrutura e nos seus quadros. Depois da denominação de Instituto Clínico e de Dispensário Policlínico, este estabelecimento passou a ter a designação de Dispensário Central Policlínico, e os seus serviços a ser devidamente reorganizados. Para tanto foram, por deliberação da Junta, reformados os quadros do funcionalismo e do pessoal clínico. Este último, depois do cumprimento das disposições legais tomadas em referência à lei das acumulações, ficou consluido conforme o quadro que segue, sob a direcção do sr. dr. Rodolfo Xavier da Silva, que mantém, também, a direcção dos Serviços de Puericultura.

O novo quadro clínico, respectivas consultas e horários, constam do quadro n.º 1.

A reforma nos serviços estatísticos, que ocuparam todo o último trimestre de 1939 e ainda se encontrava, à data da redacção do presente relatório, em elaboração, amiúde interrompida com vários outros trabalhos extraordinários, como seja a instalação da nova sede, não consentiu que pudéssemos extrair da volumosa documentação do ano, o desenvolvimento estatístico necessário, de forma a poder dar ao leitor a impressão exacta do grande movimento que caracterizou o ano findo no Dispensário Central Policlínico.

Os números que seguem são, porém, bastante elucidativos e, apesar-de escassos, constituem elemento interessante para os curiosos dos assuntos de assistência médica.

Damos, em primeiro lugar, os mapas do movimento clínico no Dispensário Central Policlínico, durante o ano de 1939.

O registo de consultas dá o total de 105.693, podendo computar-se em 20% deste número o de doentes inscritos. A-fora as consultas, registaram-se nas várias especialidades um total de 117.221 tratamentos.

E' elucidativa a discriminação dos serviços prestados (Quadros n.ºs. 2, 3, 4 e 5).

Conforme dissemos no número anterior deste Boletim, a assistência médica, destinada às classes média e pobre, a preços reduzidíssimos e, tanto quanto possível em conformidade com os recursos económicos daquelas classes, é, por concessão especial da Junta e autorizada pelo respectivo director do Dispensário, extensiva aos indigentes que se apresentem munidos da documentação suficiente para provar a respectiva incapacidade económica.

DISPENSÁRIO POLICLÍNICO CENTRAL

(Quadro n.º 1)

NOMES	CONSULTAS	HORÁRIO	OBSERVAÇÕES
Dr. Alvaro Negrão	Clinica geral (1.ª)	9 às 11	
Dr. Fernando Vanzeller Pessoa	Clinica geral (2.ª)	13 às 15	
Dr. João da Silva Santos	Clinica geral (3.ª)	15 às 17	
Dr. João Rafael Casqueiro Belo de Moraes	Clinica geral (4.ª)	18 às 20	
Dr. Benjamim Jorge Fiel de Mendonça Santos	Coração e pulmões (1.ª)	10 às 12	
Dr. Mário Damas Mora	Coração e pulmões (2.ª)	15 às 17	
Dr. Amadeu Viegas Baptista	Bôca e dentes (1.ª)	9 às 11	
Dr. José Anahori Leite Perry	Bôca e dentes (2.ª)	17 às 19	
Dr. Roberto de Almeida	Oto-rino-laring. ^a (1.ª)	11 às 13	
Dr. Joaquim Cordeiro Lobato	Oto-rino-laring. ^a (2.ª)	18 às 20	
Dr. Fernando de Lacerda	Doenças dos olhos (1.ª)	11 às 13	
Dr. Anacleto Bernardino de Miranda	Doenças dos olhos (2.ª)	17 às 19	
Dr. Jaime de Almeida Leal	Rins e vias urinárias (1.ª)	9 às 11	
Dr. Eduardo Rodolfo de Oliveira Botelho Gusmão	Rins e vias urinárias (2.ª)	12 às 14	
Dr. Fernando Afonso Marques	Rins e vias urinárias (3.ª)	17 às 19	
Dr. Fernando de Vilhena e Vasconcelos	Pele e sífilis (1.ª)	9 às 11	
Dr. Joaquim José da Costa Simas	Pele e sífilis (2.ª)	12 às 14	
Dr. Samuel Swart	Pele e sífilis (3.ª)	18 às 20	
Dr. Manuel Virgílio dos Santos Aguiar Frazão	Doenças das crianças (1.ª)	10 às 12	
Dr. Mário Quintiliano Cordeiro	Doenças das crianças (2.ª)	14 às 16	
Dr. Alberto de Vasconcelos Nogueira de Lemos	Doenças das crianças (3.ª)	17 às 19	
Dr. Mário Rodrigues Cardoso	Doenças das senhoras ()	16 às 18	
Dr. Manuel Ramos Pinto	Doenças do estômago (1.ª)	11 às 13	
Dr. Mário Tomaz da Costa Roque	Doenças do estômago (2.ª)	17 às 19	
Dr. Amadeu Faria Costa	Cirurgia	10 às 12	
Dr. Gregório Antunes de Menezes de A. Cassapo	Agentes físicos	13 às 15	
Dr. Carlos Paiva Raposo	Raios X	16 às 18	
Dr. António Alberto Corado	Laboratório de análises	10 às 18	
Dr. Baeta Neves	Doenças nervosas e mentais	16 às 18	

NOTA — A vinda de senhas para tôdas as consultas começa meia hora antes da hora marcada para cada consulta, e termina uma hora antes de terminar a respectiva consulta.

SERVIÇOS PRESTADOS EM CADA CLÍNICA

durante o ano de 1939

(Quadro n.º 2)

CLÍNICAS	Consultas	Extracções dentárias	Tratamentos dentários	Tratamentos Agentes Físicos	Operações	Tratamentos diversos. Pensos	Total de serviços
Bôca e dentes	7.505	1.808	4.715		105	—	14.133
Coração e pulmões	6.824				69	4.143	11.036
Agentes físicos	4.779			35.395	—	—	40.174
Doenças dos olhos	9.486				124	8.110	17.720
Rins e vias urinárias — 1.ª	2.123				—	2.012	4.135
Rins e vias urinárias — 2.ª	11.832				153	10.741	22.726
Rins e vias urinárias — 3.ª	6.954				76	5.604	12.634
Oto-rino-laringologia	8.710				969	4.275	13.954
Doenças tropicais	3.229				—	2.541	5.770
Doenças da pele	6.880				—	3.775	10.655
Doenças nervosas	1.874				—	1.969	3.843
Doenças das crianças	3.289				61	2.703	6.053
Higiene infantil	7.003				118	5.002	12.123
Estômago, fígado e intestinos	3.685				—	2.687	6.372
Ginecologia e operações	3.798				105	2.992	6.895
Clinica geral — 1.ª	8.017				—	4.249	12.266
Clinica geral — 2.ª	3.784				50	3.074	6.908
Sífilis	7.646				—	5.134	12.780
Totais	107.418	1.808	4.715	35.395	1.830	69.011	220.177

Número de serviços prestados em cada clínica (1)
durante o ano de 1939

(Quadro n.º 3)

Coração e pulmões	11.036
Doenças nervosas	3.843
Estômago, fígado e intestinos	6.372
Doenças das senhoras	5.895
Doenças das crianças	6.053
Doenças tropicais	5.770
Doenças da pele	10.655
Higiene e cirurgia infantil	12.123
Sífilis	12.780
Oto-rino-laringologia	13.954
Boca e dentes	14.133
Clinica geral (1.ª e 2.ª)	19.174
Doenças dos olhos	17.720
Rins e vias-urinárias (1.ª, 2.ª e 3.ª)	39.495
Agentes físicos	40.174
Raios X	1.655
Laboratório de análises clínicas	2.752
Laboratório de análises histopatológicas	43
Total	224.627

Tratamentos pelos agentes físicos efectuados
durante o ano de 1939

(Quadro n.º 5)

Alta frequência	789
Ar quente	110
Banhos de luz	399
Correntes galvânicas	6.672
Diatermia	10.235
Diatermia (ondas curtas)	2.823
Eflúvios eléctricos	297
Ionização	185
Massagens	5.774
Mecano-terapia	478
Raios infra-vermelhos	2.343
Raios ultra-violetas	5.290
Raios X	—
Total	35.395

Operações efectuadas durante o ano de 1939

(Quadro n.º 4)

Oto-rino-laringologia	969
Cirurgia infantil	118
Urologia	229
Odontologia	105
Pleurotomias e toracenteses	69
Ginecologia	105
Cirurgia geral	111
Oftalmologia	124
Total	1.830

(1) Incluindo operações.

A assistência gratuita, durante o ano de 1939, dá os seguintes números: consultas, 40.178; tratamentos diversos (incluindo radiografias), 96.434; operações, 1.161. Ou seja um total de 97.595 tratamentos, inteiramente gratuitos, alguns dos quais de apreciável dispêndio para os cofres da Junta, como sejam radiografias, análises, injeções e especialidades farmacêuticas estrangeiras.

Seguindo a norma usada no Boletim do ano anterior, damos, também, os mapas dos serviços prestados desde o principio dos nossos serviços clínicos (Quadros 6, 7, 8 e 9).

MOVIMENTO GERAL DE DOENTES

desde 17 de Dezembro de 1928 a 31 de Dezembro de 1939

(Quadro n.º 6)

ANOS	Doentes inscritos	Consultas	Operações	Tratamentos pelos agentes físicos	Tratamentos dentários e extracções	Tratamentos diversos e vacinações	Radiografias e radioscopias	Análises clínicas	Análises histopatológicas	Banhos e duches
1928	107	216	2	—	8	—	—	11	—	—
1929	5.633	30.262	189	1.466	1.794	310	70	701	—	90
1930	6.568	57.539	231	3.251	2.920	785	485	843	—	98
1931	8.481	74.624	465	4.012	2.840	942	671	1.006	—	381
1932	10.311	93.511	780	14.357	1.698	2.064	807	1.198	—	276
1933	10.718	104.752	1.291	24.204	4.128	2.090	1.100	1.432	—	290
1934	10.648	111.043	1.232	25.805	6.197	1.626	1.190	1.605	—	301
1935	10.194	110.475	1.474	29.169	6.769	2.036	1.010	1.565	—	455
1936	9.798	112.851	1.687	29.455	6.542	2.961	1.276	1.849	—	647
1937	9.251	137.341	2.193	29.570	8.504	40.427	1.288	1.869	51	318
1938	18.803	123.265	2.446	31.031	7.531	67.235	1.611	2.448	35	620
1939	—	105.693	1.830	35.395	6.523	69.011	1.655	2.752	43	12
Total	—	1.061.842	13.820	227.715	55.454	189.487	11.163	17.279	129	3.488

SERVIÇOS PRESTADOS EM CADA CLÍNICA

desde 17 de Dezembro de 1928 a 31 de Dezembro de 1939

(Quadro n.º 7)

CLÍNICAS	Consultas	Extracções dentárias	Tratamentos dentários	Tratamentos Agentes físicos	Operações	Tratamentos diversos. Pensos	Total de serviços
Bôca e dentes	56.393	17.567	37.887		608	—	112.455
Coração e pulmões	101.613				951	11.236	113.800
Agentes físicos	41.387			227.715	—	—	269.102
Doenças dos olhos	136.055				708	21.297	158.060
Rins e vias urinárias — 1.ª	17.057				11	5.992	23.060
Rins e vias urinárias — 2.ª	112.608				809	21.688	135.105
Rins e vias urinárias — 3.ª	33.962				380	14.853	49.195
Oto-rino-laringologia	89.710				8.211	11.479	109.400
Doenças tropicais	39.361				48	7.469	46.878
Doenças de pele	57.902				—	8.506	66.408
Doenças nervosas	10.832				—	5.431	22.263
Doenças das crianças	34.429				390	9.305	44.124
Higiene infantil	65.733				859	17.663	84.255
Estômago, fígado e intestinos	31.383				—	7.879	39.262
Ginecologia e operações	31.138				692	14.244	46.074
Clínica geral — 1.ª	36.806				99	9.243	46.148
Clínica geral — 2.ª	70.138				50	9.477	79.665
Sifilis	91.060				4	13.725	104.789
Total	1.063.567	17.567	37.887	227.715	13.820	189.487	1.550.043

Tratamentos pelos agentes físicos efectuados
desde 17 de Dezembro de 1928
a 31 de Dezembro de 1939

(Quadro n.º 8)

Alta frequência	4.242
Ar quente	1.009
Banhos de luz	2.245
Correntes galvânicas	46.108
Diatermia	63.048
Diatermia (ondas curtas)	5.835
Eflúvios eléctricos	1.369
Ionização	2.777
Massagens	42.777
Mecanoterapia	2.239
Raios infra-vermelhos	10.038
Raios ultra-violetas	45.020
Raios X	318
Total	227.715

Operações efectuadas desde 17 de Dezembro
de 1928 a 31 de Dezembro de 1939

(Quadro n.º 9)

Oto-rino-laringologia	8.211
Cirurgia infantil	947
Oftalmologia	708
Urologia	790
Odontologia	608
Pleurotomias e toracenteses	951
Ginecologia	152
Cirurgia geral	1.043
Exames cistoscópicos e cromo-cistoscopias	410
Total	13.820

Serviços de Puericultura

E' do conhecimento público, quer pelos beneficios directamente recebidos pelos milhares de familias protegidas, quer pelas atenciosas referências que a Imprensa lhe tem feito, a obra de grande alcance social desenvolvida pelos Dispensários de Puericultura da Junta de Província da Estremadura.

São já verdadeiramente astronómicos os números dados pela estatística, referentes aos importantes serviços, desde a fundação do primeiro Dispensário, numa casa modesta da rua Moraes Soares, fundado quasi que a titulo de experiência. A experiência fructificou e tão animadores resultados deu que, á data do fecho do exercicio de 1939, a Junta de Província da Estremadura mantinha, totalmente ou de colaboração com outras instituições de assistência ou Câmaras Municipais, nada menos de nove Dispensários, a saber:

N.º 1, primitivamente na rua Moraes Soares, depois na avenida Almirante Reis e, presentemente, na rua dos Anjos, 77; n.º 2, na praça do Brasil, no edificio da Direcção Geral de Saúde; n.º 3, em Campolide, rua Marquês da Fronteira, 104; n.º 4, na estrada da Torre, 19, Lumiar, tendo anexo um Jardim-Infantil; n.º 5, no Liceu Maria Amália Vaz de Carvalho, onde serve de aula de puericultura para as estudantes — todos estes em Lisboa; n.º 6, em Torres Vedras, praça da República; n.º 7, em Parede, na Associação Amadeu Duarte; n.º 8, em Cascais, e n.º 9, em Azeitão.

Ao fechar o seu exercicio, a Junta de Província da Estremadura tinha planeado a instituição de quasi o dôbro de Dispensários a instituir em Lisboa, Setúbal, Peniche, Almada, Sobral do Monte Agraço, Obidos e outros concelhos.

O movimento de crianças nos nove Dispensários, durante o ano de 1939, foi de cerca 1.800, o que, com outras tantas que transitaram do ano anterior, perfaz um total muito aproximado a 4.000, sensivelmente divididas em metade para varões e metade para fêmeas.

Damos um elucidativo quadro (n.º 10) que regista os serviços prestados nos nove Dispensários, durante o exercicio findo.

Juntando estas quantidades ás que constam das estatísticas

referentes aos anos transactos, desde a fundação do primeiro Dispensário, teremos os seguintes e interessantes números (aproximados):

Crianças inscritas, varões 6.500; fêmeas, 6.400. Consultas, 70.559; observações, 334.588; tratamentos anti-sifilíticos, 6.377; tratamentos pelos agentes físicos, 35.275; tratamentos diversos, 25.852; banhos de limpeza, 13.677; vacinações, 6.597; mensurações e pesagens, 270.044; visitas domiciliárias, 107.806; refeições distribuídas, 14.755.743, representadas por cerca de 300 toneladas de farinhas diversas e leite em pó.

A parte este magnífico activo de distribuição em géneros, os Serviços de Puericultura concederam e concedem prémios se-

manais pecuniários de amamentação, para as mães que ofereçam condições clinicamente apuradas de aleitamento de seus filhos.

Desde a fundação do primeiro dispensário até 1939, foi dispendida a importância de 6.430.064\$55, o que, dividido pelas crianças protegidas, dá pouco mais de 1\$00 por cada criança e por dia.

Todo o pessoal clínico, enfermeiro e serventuário tem recebido, da parte da Junta, justos encómios pela sua extrema dedicação ao serviço. É justo fazer uma referência especial às senhoras visitadoras, parte das quais são voluntárias. Uma e outras cumprem a contento a sua difícil missão, que se reveste dum grande significado moral e social, pela influência que exercem nos pobres lares que visitam e amparam com o seu carinhoso conselho.

SERVIÇOS DE PUERICULTURA

Serviços prestados nos Dispensários n.ºs 1 a 9, durante o ano de 1939

(Quadro n.º 10)

DISPENSÁRIOS	Visitas domiciliárias	Pesagens	Medições	Consultas	Observações	Tratamentos anti-sifilíticos	Tratamentos de agentes físicos	Tratamentos diversos	Vacinações	Banhos de limpeza	Número de refeições distribuídas	Leite em pó consumido — Quilos	Farinhas e outros preparados consumidos — Quilos
Dispensário n.º 1	5.102	13.415	13.415	3.757	22.118	383	3.858	6.913	268	—	653.365	5.808,365	6.005,865
Dispensário n.º 2	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	452.455	4.530,633	3.032,500
Dispensário n.º 3	5.265	10.346	10.346	3.067	13.149	—	1.272	408	261	—	411.182	5.163,615	5.238,985
Dispensário n.º 4	5.516	8.253	8.253	1.976	10.935	—	1.313	3.231	403	1.351	355.232	4.114,275	4.136,586
Dispensário n.º 5	1.591	2.328	2.328	260	2.539	—	352	88	—	315	98.134	752,420	1.130,735
Dispensário n.º 6	379	5.366	5.366	1.019	5.788	43	707	283	164	97	278.758	3.442,200	2.303,090
Dispensário n.º 7	162	2.382	2.382	444	3.538	—	189	—	19	—	81.712	1.099,323	905,405
Dispensário n.º 8	358	6.707	6.707	583	8.423	3	1.220	1.594	155	2	229.359	3.183,924	2.106,111
Dispensário n.º 9	462	900	900	232	946	—	—	411	186	77	24.098	351,229	202,991
Totais . . .	18.875	49.697	49.697	11.338	67.436	429	8.911	12.928	1.456	1.842	2.583.295	28.445,984	25.062,268

Lisboa e Junta de Provincia da Estremadura, 31 de Janeiro de 1940.

A BEM DA NAÇÃO.



GENERAL HARMONY

General Harmony

General

General Harmony

General Harmony

General Harmony



General Harmony

